

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

NORDESTE: DA ARTICULAÇÃO COMERCIAL À
INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.

Leonardo Guimarães Neto

*Este exemplar corresponde a redação final
da tese defendida por Leonardo Guimarães Neto
em Campinas 28 de fevereiro de 1986*

W. L.
Orientador: Wilson Cano

Tese de doutoramento apresentada
ao Instituto de Economia da Uni-
versidade Estadual de Campinas.

Campinas - SP
Janeiro de 1986

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A *Socorro*, pelo estímulo, dedicação, paciência e pelo apoio imprescindível; para *Martinha*, *Paulinho* e *Juliana*, filhos e três grandes alegrias.

A meus pais, *Emídio* e *Maria José*, pelas alternativas que me ofereceram; para *Betinha*, *Heraldo*, *Aluísio*, *Paulo* e *Fátima*, irmãos e amigos.

AGRADECIMENTOS

Devo inicialmente agradecer a *Wilson Cano* pelas críticas, orientação e pelas pressões que me levaram a procurar e criar condições para que este trabalho pudesse ser concluído.

Agradecimentos são devidos à Fundação Joaquim Nabuco que, através de seu presidente *Fernando Freyre*, do Superintendente do Instituto de Pesquisas Sociais, *Clovis Cavalcanti* e do Diretor do Departamento de Economia, *Dirceu Pessoa*, me ofereceu condições para realização de grande parte do presente trabalho. Agradeço também ao Instituto de Economia da UNICAMP que, por intermédio de *João Manuel Cardoso de Mello*, de *Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves*, de *Márcia Leitão*, de *Orlando Carlos Furlan*, de *Rosângela de Oliveira Araújo* e *Vera Lucy Garcia*, me possibilitou, de formas distintas, condições para conclusão desta tese.

Devo registrar agradecimentos pelo apoio decisivo de *José Robalinho*, estagiário da Fundação Joaquim Nabuco, que através de levantamento de dados, e muitas discussões, me possibilitou melhor fundamentação de alguns temas abordados neste trabalho.

Sou grato também a *Paulo Baltar* por observações, críticas e advertências (muitas das quais não pude incorporar ao trabalho) que me levaram a rever alguns aspectos da tese.

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO	1

CAPÍTULO I

ARTICULAÇÃO REGIONAL: A REALIZAÇÃO DE EXCEDENTES E O CAPITAL MERCANTIL	24
1. O Nordeste no Limiar da Articulação Comercial	27
1.1. A estrutura do complexo nordestino	27
1.2. Algumas mudanças	32
1.3. O "reservatório" de mão-de-obra	50
2. A Realização do Excedente e o Capital Mercantil	55
2.1. A crise do setor externo	57
2.2. O açúcar e o mercado interno	67
2.3. O algodão e o comércio inter-regional	80
3. Considerações Adicionais	91

CAPÍTULO II

A ARTICULAÇÃO INTER-REGIONAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO	94
1. Período Anterior à Crise de 1929/30	99
2. Período de 1930 a 1955	112
3. Fase Posterior a 1955	125
4. Considerações Adicionais	141

CAPÍTULO III

A INTEGRAÇÃO REGIONAL E SEUS CONDICIONANTES	146
1. O Contexto Econômico das Mudanças	151
2. Os Condicionantes Econômicos	160
3. Os Condicionantes Políticos Institucionais	193

CAPÍTULO IV

INTEGRAÇÃO REGIONAL: AS TRANSFORMAÇÕES E OS IMPACTOS SOBRE O NORDESTE	203
1. O Contexto da Integração	208
2. O Processo de Modernização da Indústria: o Exemplo da Têxtil	231
3. A Criação de Uma Nova Atividade: o Exemplo de Camaçari	257

CAPÍTULO V

INTEGRAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO	271
1. Integração e Emprego	274
1.1. A dinâmica do emprego e as transformações no mercado de trabalho	274
1.2. A heterogeneidade e a sub-ocupação no mercado de trabalho urbano	286
1.3. Condições de trabalho, salário e produtividade .	302
2. Integração e Formas de Atuação do Estado	322

	Página
CONCLUSÕES	335
BIBLIOGRAFIA	350

INTRODUÇÃO

UMA INTRODUÇÃO (TEMA E ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS)

Nas duas últimas décadas ocorreram no Nordeste transformações bastante significativas não só na sua estrutura produtiva, como nas relações deste espaço regional diferenciado, que é o Nordeste, com as demais regiões brasileiras, sobretudo o Sudeste e, principalmente, com a economia paulista. Tudo isto aconteceu no contexto de um dinamismo muito intenso, notadamente da economia urbana e da indústria nordestina^(1).

Um dos aspectos mais relevantes do período no qual se vai centrar o exame (1960/80) foi o da redefinição das relações entre os espaços economicamente diferenciados do País. Houve, reconhecem-na vários estudiosos^(2), uma mudança qualitativa nos vínculos que o Nordeste estabelecia com o Sul/Sudeste. Esta mudança qualitativa pode ser resumida na afirmativa de que se passou de um momento caracterizado pela articulação comercial entre o Nordeste e as regiões mais industrializadas do Brasil, para um período de integração econômica, no qual os vínculos mais característicos passam a ser os estabelecidos a partir da transferência do capital produtivo, de uma para outra região. Ademais, decorre dessa integração não somente um maior dinamismo da atividade produtiva, como alterações profundas na estrutura econômica, principalmente na industrial, e nos processos de trabalho, como a modernização de atividades tradicionais.

(1) Ver: ARAÚJO, Tânia Bacelar de. La Division Interregionale du Travail au Brésil et l'Exemple du Nord-Est. mimeo. Université de Paris, 1979. CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930/1970. Global Editora, Campinas, 1985. FURTADO, Celso. O Brasil pós-"milagre". Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. OLIVEIRA, Francisco de. Ano 70: as hostes errantes. In Novos Estudos CEBRAP. V.1, nº 1, dezembro de 1981. ROCHA, Abelardo Baltar da & GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordeste: Crescimento e Seca. In Presença, nº 1, novembro de 1983. São Paulo, pp. 37-52.

(2) ARAÚJO, Tânia Bacelar de. La Division ..., op. cit. CANO, Wilson. Desequilíbrios ..., op. cit.

O tema pesquisado prende-se: (i) à explicitação dessa mudança qualitativa, quando de uma articulação comercial passa-se para uma integração comandada pelo capital produtivo transferido para o Nordeste e, a partir daí, (ii) a identificação dos vínculos e dos processos que associam estas mudanças qualitativas com a gestão estatal da reprodução do capital e da força de trabalho na região. No que se refere aos determinantes, antes referidos, procurou-se explicitar tanto as condições ou determinantes econômicos, quanto aqueles políticos e institucionais, que poderiam explicar, no caso particular do Nordeste e no período considerado, esta mudança qualitativa que ocorreu nas relações entre estes espaços regionais do País. Entre as condições e determinantes econômicos foram considerados o nível de desenvolvimento alcançado pelo aparelho produtivo do País, notadamente a indústria que neste período consolida seu padrão de indústria pesada, e o movimento cíclico da acumulação que em determinados momentos potencializa as condições objetivas que são capazes de redefinir as relações entre os diversos espaços regionais. No que se refere às condições ou determinantes políticos e institucionais que não deverão ser aprofundados na sua análise, o que se tem em vista é o estudo da luta política e ideológica e da ação do Estado brasileiro que induziram ou dificultaram as mudanças e transformações, antes referidas, nas relações entre o Nordeste e as regiões industrializadas do País.

O ponto de partida para o entendimento dessa mudança qualitativa é, sem dúvida, o processo simultâneo de industrialização/formação do mercado interno do País. É com ele que se articulam comercialmente as regiões brasileiras e é, também, a partir dele que elas se integram mediante a transferência de capital produtivo de um para outro espaço regional, sob o comando dos capitais da área onde a indústria, o sistema financeiro, as economias externas vêm oferecendo condições mais favoráveis de desenvolvimento econômico e industrial^(3).

Se a industrialização e a consolidação do mercado nacional se constitui nos elementos definidores da mudança antes

(3) CANO, Wilson. Desequilíbrios ..., op. cit. e CANO, Wilson, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. DIFEL, São Paulo, 1977.

referida, isto não significa que se limitou, na investigação realizada, aos aspectos meramente econômicos. Industrialização, constituição do mercado nacional, articulação e integração regional, têm conotação mais ampla que aquela que tais expressões revelam à primeira vista. A intervenção do Estado, a luta e a disputa pela definição de políticas econômicas, a luta política e ideológica no contexto das mudanças ocorridas, também fazem parte do processo do qual decorrem não só a expansão econômica e o crescimento e modernização industrial do Nordeste nas décadas referidas, mas as novas formas de articulação da região com o resto do País^(4).

A explicitação dessas mudanças pelas quais passou a região, quando então se alteram as suas relações com os outros espaços regionais brasileiros, bem como a identificação dos seus determinantes, se constituem no ponto de partida e na matriz a partir dos quais foi desenvolvido o exame das formas de atuação do Estado na reprodução do capital e da força de trabalho na região.

Ao ressaltar a atuação do Estado tanto na acumulação do capital como na reprodução da força de trabalho têm-se em vista o reexame do seu duplo aspecto: como regulador do processo de formação, valorização e expansão do capital, e como gestor do trabalho, reduzindo ou compensando as contradições inerentes a um sistema fundamentado na apropriação privada dos meios de produção ou atuando, definindo normas e regras para as relações de trabalhos, no sentido de adequá-las a continuidade da reprodução do capital.

Resumidamente, o trabalho desenvolvido tentou abordar os seguintes temas:

- a) as razões pelas quais um sistema econômico, caracterizado por uma extrema concentração da atividade produtiva — sobretudo a industrial —, passa por uma

(4) Ver a respeito do tema: CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base - 1930/64. In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. DIFEL. São Paulo. 1981. COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1976, 2ª edição. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião - SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classe. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 3ª edição.

redefinição das relações entre seus distintos espaços, no sentido de implantação de unidades produtivas em uma "área periférica" e de transferência do capital produtivo na sua direção;

b) as razões pelas quais isto ocorre, especificamente, a partir dos anos 60;

c) os determinantes dessa mudança qualitativa, da qual decorre uma redefinição da "região", uma nova dinâmica da economia e uma nova estrutura produtiva;

c) o impacto sobre o emprego e as relações de trabalho, proveniente do ajustamento da economia regional que não somente se tornou complementar às economias mais

industrializadas, como teve de adequar-se às novas formas de competição;

e) as formas através das quais o Estado atuou na reprodução do capital e da força de trabalho, no contexto das transformações anteriormente referidas.

O desenvolvimento desses temas implicam a utilização de um determinado conjunto de elementos conceituais e de hipóteses que serão explicitados em seguida e no decorrer do texto.

Entende-se que, o desenvolvimento do capitalismo, implica não só a conquista de mercado para os seus produtos (isto é a expansão das relações mercantis), mas a transferência de capitais, de uma para outra área (a expansão e aprofundamento das suas relações sociais de produção). Ademais, no interior do próprio sistema alteram-se, neste processo, não só as formas de acumulação e reprodução econômica e social do sistema, em suas partes e no conjunto, mas sofrem, igualmente, transformações significativas as relações externas entre os diversos espaços diferenciados existentes no sistema^(5).

De fato, como o desenvolvimento das relações capitalistas de produção ocorre desigualmente^(6), tanto em termos seto-

(5) Ver BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação Mundial e Dependência. Petrópolis, Editora Vozes, 1980. LIPIETZ, Alain. Le Capital et son Espace. F. Maspero, Paris, 1977.

(6) LENIN, V.I. El Desarrollo del Capitalismo en Russia. Ediciones Cultura Popular S.A., México, 1977 e TROTSKI, Leon. A História da Revolução Russa. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978. 3ª edição.

riais como regionais, ou nacionais, é possível em determinados períodos surpreenderem-se espaços regionais onde os determinantes da acumulação guardam uma especificidade que possam caracterizar tais espaços como "regiões" ou áreas individualizadas; tanto em relação à sua acumulação de capitais, numa perspectiva econômica, como, em termos mais abrangentes, no que se refere ao desenvolver de suas lutas de classe. O aprofundamento das relações capitalistas de produção, nestes casos e partindo-se de um momento em que são bastante diferenciadas as formas de acumulação de capital, significa sobretudo um processo de homogeneização dessas formas de acumulação e das formas de reprodução dessas formações econômico-sociais.

Este processo de homogeneização das formas de acumulação e de seus determinantes, que se dá no interior do desenvolvimento capitalista e está intimamente ligado às formas que tomam o desenvolvimento de suas forças produtivas, se expressa em dois momentos distintos, que definem, certamente, uma periodização⁽⁷⁾. Um momento no qual prevalecem a expansão das relações mercantis, no qual as relações econômicas se situam na esfera da troca ou da circulação de mercadorias e podem não levar a uma propagação ou aprofundamento das relações capitalistas de produção nos espaços interrelacionados. E um momento em que, a partir dos vínculos estabelecidos através da intensificação das relações mercantis, foram rompidos os estreitos laços estabelecidos pelas referidas relações e ocorre, com a transferência do capital produtivo, de um para outro espaço diferenciado, uma difusão, propagação ou aprofundamento mais intenso das relações sociais de produção capitalista.

Esta propagação ou este aprofundamento das relações de produção, que no contexto de um desenvolvimento desigual do capitalismo são comandados pelo espaço regional ou nacional no qual se deu mais intensamente o desenvolvimento das forças produtivas, toma, por esta razão, a configuração de um processo de homogeneização no qual, tendencialmente, procuram-se difundir, nos diferentes espaços, as formas de acumulação prevalentes naquele espaço

(7) BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação ... e PALLOIX, Christian. As Firms Multinacionais e o Processo de Internacionalização. Lisboa. Editorial Estampa, 1974.

que comanda a difusão e aprofundamento dessas relações capitalistas. Por esta razão, também, o sistema que daí resulta e se consolida se constitui em um sistema hierarquizado em relação aos espaços diferenciados que o constituem.

Para apreender as transformações sociais em sua dinâmica considera-se que é imprescindível que os conceitos e os instrumentos de análise adotados sejam portadores de elementos que permitam captar as contradições existentes no interior desta mesma realidade e as múltiplas determinações do concreto. O próprio conceito, resultante ele mesmo de condições históricas específicas, possui sua validade no interior de determinadas condições^(8).

A adoção de um conceito de "região" que permita entender os processos a que está submetido um determinado "espaço" social, econômico e político concreto e as alterações que ocorrem nas relações deste com outros espaços diferenciados e seus reflexos internos, exige que se abandone a pretensão de definir região como algo fixo, permanente, acabado. Neste sentido, "região" como um espaço geográfico definido, como algo que permanece não obstante as transformações sociais e econômicas pelas quais pode passar tal realidade e suas múltiplas relações, não pode ajudar no exame que leve ao entendimento da criação e recriação de espaços através de processos econômicos e políticos, em determinada formação social^(9).

No estudo da denominada "questão regional" a abordagem adotada por Francisco de Oliveira no trabalho "Elegia para uma

(8) "... até as categorias mais abstratas, ainda que válidas - precisamente por causa de sua natureza abstrata - para todas as épocas, não são menos, sob a forma determinada desta abstração, o produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas condições e no quadro destas ... não esquecer que as categorias exprimem portanto formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes aspectos particulares desta sociedade determinada" - MARX, K. - Contribuições à Crítica da Economia Política - Martins Fontes, S. Paulo, 1977, p. 223.

(9) LIPIETZ, Alain. Le Capital ... op. cit., MAX MOVA, M. Problemas Fundamentais da Integração Capitalista. Livro Horizonte Ltda. Lisboa, 1976. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia ... op. cit., ROFMAN, Alejandro. Desigualdades Regionales y Concentración Económica. El Caso Argentino. Ediciones Siap-Planteos. E. Aires. 1974. Ver também a apresentação das contribuições recentes em MASSEY, Dorren. Regionalismo: Alguns Problemas Atuais. In Espaço e Debates. Ano 1, nº 4, Cortez Editora. São Paulo, 1981.

Re(li)gião" constitui, certamente, um avanço em relação à abordagem geográfica, a da economia neo-clássica e a da visão dualista que, implicitamente, se encontram em diversas análises, prevalentemente empíricas. Este autor situa a sua concepção, dizendo que o conceito de região tem por base a especificidade da reprodução do capital e as formas que o processo assume^(10).

Com base nesta concepção o autor passa, posteriormente, a privilegiar, dada a importância que tem na sua análise, o conceito de homogeneização da reprodução do capital, que segundo Oliveira, seria uma tendência, dos sistemas econômicos de base capitalista, em relação às "regiões" aí existentes, que nunca chega a se materializar de forma completa^(11).

Não obstante na parte empírica da sua investigação esse autor ressalte pontos que permitem explicitar sua concepção teórica dos pressupostos de homogeneização e de desaparecimento da região como tal, com sua especificidade, nas suas definições, na parte teórica, sente-se a necessidade de elementos que permitam, no mesmo nível de sua conceituação de "região", precisar os momentos dessa transformação dos espaços regionais. O desenvolvimento de tais aspectos certamente permitiriam o melhor entendimento de sua concepção de região e, mais ainda, do processo de homogeneização no qual ele concentra seu estudo, na parte empírica.

No caso regional, no qual a definição de "regiões" centra-se na especificidade da acumulação de capital e de reprodução da sociedade e de classes no interior de um espaço definido, o

(10) "... privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação de capital assume, na estrutura de classe peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classe ou do conflito social em escala mais geral". OLIVEIRA, Francisco de. "Elegia ...", op. cit., p. 27.

(11) "Deste ponto de vista podem existir "regiões" em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, ... num sistema econômico de base capitalista existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as "regiões", no sentido proposto por esta investigação". OLIVEIRA, Francisco de. "Elegia ...", op. cit., p. 27.

exame de sua evolução consiste fundamentalmente no estudo das alterações ocorridas nestas formas e, conseqüentemente, no estudo da passagem de uma para outra forma de acumulação de capital e reprodução social. Uma adequada periodização no exame de um conjunto de "regiões" e das relações estabelecidas entre elas sob o comando de uma delas, forneceria elementos conceituais capazes de revelar a perda da especificidade das "regiões", no que diz respeito à sua acumulação ou, em outras palavras, à homogeneização.

Resumidamente, uma explicação das alterações ocorridas em dois espaços diferenciados sob o domínio do modo de produção capitalista pode ser obtido considerando-se o ciclo do capital e, a partir dele, a natureza das relações prevalecentes entre tais espaços (nações ou regiões)^(12). Na medida em que o fundamento de tais relações está constituído com base no capital comercial ou a partir do capital produtivo, definem-se relações (internacionais ou inter-regionais) bem diferenciadas entre os espaços considerados.

De fato, quando as relações se dão no contexto do capital comercial ou da mera troca de mercadoria, os vínculos que se estabelecem entre os espaços se dão, predominantemente, através de relações "externas", no sentido de que são guardados em cada espaço as relações sociais e os processos de trabalho próprios, definidores de sua individualidade enquanto espaço diferenciado. Isto significa dizer que embora o desenvolvimento das relações comerciais possam se constituir em indutores de mudanças no interior de cada espaço, tais mudanças ocorrem, principalmente, sob a forma de "ajustamento" às pressões surgidas na compra e venda de mercadorias, de modo endógeno, comandado pelas frações dos capitais locais e sem alterações profundas das relações de produção. Tal processo consistiria, prevalentemente, de fato, na propagação das relações mercantis.

Outro é o contexto das relações à base do capital produtivo. Neste caso, não se trata de mudanças vinculadas à mera propagação de relações mercantis, mas do aprofundamento/propagação/difusão das relações de produção capitalistas no interior de cada

(12) BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação ..., op. cit.. PALLOIX, Christian. As Firmas ..., op. cit. .

espaço, notadamente daquele subordinado e que se constitui no recipiente do capital produtivo transferido de um para outro espaço econômico..

O que importa ressaltar é, além desse aprofundamento das relações capitalista no interior de cada espaço, as transformações que se operam nas relações externas dos espaços diferenciados. Antes espaços distintos, integrantes de um mesmo sistema comercial com sua individualidade, agora, partes de um único sistema de produção situados no interior de uma hierarquia. Trata-se, na fase caracterizada pela transferência do capital produtivo, de um processo produtivo único e hierarquizado, no qual os espaços considerados tendem a homogeneização e à perda de identidade enquanto espaços individualizados pelas relações de produção.

Importa ainda considerar no aprofundamento das relações sociais de produção capitalista, com base na exportação do capital produtivo de um para outro espaço, o estágio do capitalismo no qual se encontram os sistemas considerados. Se se trata do capitalismo concorrencial ou do estágio do capitalismo monopolista é evidente que o aprofundamento/propagação das relações capitalistas ocorre de modo distinto. Neste último caso, para ilustrar, se as transferências têm por base a grande empresa monopolista ou oligopolista, as transformações ou os impactos sobre as anteriores relações de produção serão seguramente mais intensos, pois o peso da grande unidade de produção no mercado local, suas relações e vínculos (técnicos, econômicos e financeiros) com seu espaço de origem, alteram profundamente o contexto no qual o sistema que se constitui o destino do capital produtivo se situava em fase precedente.

Em resumo, o que em primeira instância importa é que ciclo prevalece nas relações entre os espaços diferenciados e, em segundo lugar, qual o estágio do capitalismo em que ocorrem as mudanças nas relações entre os espaços diferenciados. Ademais, entende-se que a uma concepção de "região" que permite apreender as transformações ocorridas deve-se acrescentar uma periodização que comporte elementos capazes de explicar os processos que estão por trás das mudanças qualitativas. Estas duas preocupações constituem os aspectos centrais de um quadro teórico que possa ser utilizado como instrumento auxiliar no estudo do Nordeste nas duas

últimas décadas.

As mudanças qualitativas que ocorrem nas relações estabelecidas entre estes espaços diferenciados, regiões ou nações, possuem determinantes que devem ser encontrados no próprio desenvolvimento das forças produtivas e nas suas alterações quando, por exemplo, passa-se de um padrão de industrialização para outro que exige mercado mais amplo, maior complementariedade técnica e econômica de um espaço em relações aos demais e a homogeneização das relações capitalistas de produção. Além disso tais mudanças têm fortes vinculações com a necessidade de exportação de capitais e com a natureza social e econômica do capitalismo contemporâneo, fundamentado na grande empresa, nas relações oligopolista e monopolista que levam a uma estratégia de ocupação de espaços e de reservas de mercados na competição entre as grandes unidades de produção^(13).

Num contexto capitalista de um desigual desenvolvimento das forças produtivas nos vários espaços que o constituem, a desigual intensidade da acumulação, no tempo, isto é, no interior do movimento cíclico da economia, dá lugar a uma intensificação do processo de homogeneização que resulta, em última instância, do fato de que nos fluxos e refluxos da acumulação as causas ou os determinantes da integração capitalista são potencializados ou postos em marcha com maior vigor.

Os elementos fundamentais que estão por trás de toda esta discussão dizem respeito a dois aspectos que constituem a base do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em sua reprodução ampliada este modo de produção possui uma "dupla tendência: sua reprodução no seio de uma formação social em que se apoia e estabelece seu predomínio, e sua extensão no sentido do exterior dessa formação; os dois aspectos dessa tendência atuam ao mesmo tempo" (sem grifos no original)^(14). Este modo de produção, ademais, só pode existir ampliando suas relações de produção e deslocando, com isto, os seus próprios limites.

(13) BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação ..., op. cit. .

(14) POULANTZAS, Nicos. La Internacionalización de las Relaciones Capitalistas e el Estado-Nación. Ediciones Nueva Vision. B. Aires. 1974, p. 13.

O que se assinalou anteriormente, com um nível alto de abstração, não leva em consideração alguns pontos da maior relevância, detectados quando se passa para o exame de situações concretas. Em primeiro lugar o fato de que o ciclo do capital comercial e o do capital produtivo não estão separados, no tempo, por contornos muito bem definidos. Ao lado de momentos de transição nos quais não está explícita a predominância de um ou de outro, podem existir interpenetração e imbricações que dificultam o estabelecimento de fases correspondente a cada um dos ciclos. Um segundo ponto diz respeito à presença do Estado. Neste caso, suas formas de atuação, sobretudo quando se trata de um Estado nacional, podem condicionar o desenvolvimento ou aprofundamento das relações capitalistas, intensificando-o ou tornando-o desigual e heterogêneo, no contexto de cada região.

As considerações feitas anteriormente tem apenas a finalidade de explicitar, no nível abstrato, o esquema de análise que orientou as investigações feitas a respeito do processo de articulação e integração inter-regional, com destaque para o caso nordestino.

Como já se assinalou anteriormente, na articulação (na concepção já explicitada) o que prevalece é a troca de mercadoria entre os espaços diferenciados. Neste sentido, ocorre a propagação das relações mercantis, sem que o aprofundamento das relações capitalistas se dê, necessariamente, de modo a transformar os processos de trabalho e as relações sociais. O ajustamento ocorrido, no momento da articulação, tende a ser realizado, a partir da difusão das relações mercantis, bem como a partir de uma acumulação endógena, e é função da capacidade da região em financiar a sua própria formação de capital.

É com a integração que pode ocorrer a transformação radical dos processos de trabalho. Neste caso, a acumulação independente da capacidade de acumulação interna do sub-sistema. Tal acumulação pode ocorrer num ritmo que pouco tem a ver com os interesses imediatos e os limites estreitos do potencial de acumulação da região que se constitui o destino das transferências de capital produtivo. Este capital, como relação de produção que é, traz consigo uma teia de vínculos e exigências que tende a se generalizar no contexto onde se dá sua reprodução ampliada.

É conveniente ressaltar que as afirmativas anteriores não são feitas no sentido de negar que, na propagação das relações mercantis, ocorram transformações na economia da região, que vê fortalecida sua articulação com o resto do sistema. Isto se dá, evidentemente, mas nos estreitos limites de sua capacidade de reprodução ampliada do capital e, ademais, tendo em vista que se tal articulação prevalentemente comercial tem uma dupla mão — representada pela compra e pela venda de mercadorias — há inevitavelmente um esforço da economia regional no sentido de produzir mercadorias que tenham possibilidade de realizar-se fora dos seus limites, o que constitui um estímulo a transformação interna de suas relações de trabalho. Além disso, dependendo da capacidade interna da região, de adotar ou não novos "patamares" do processo de trabalho, o "ajustamento" mesmo nesta articulação pode implicar o desaparecimento de atividades produtivas e postos de trabalho.

É incomparavelmente maior a intensidade das transformações a partir das transferências de capital produtivo no momento de integração regional. Em primeiro lugar, do ponto de vista da região que recebe o capital produtivo, pelo fato de existir um atraso relativo a ser superado no sentido de homogeneizar os processos de acumulação da região, frente aqueles prevalecentes fora. Em segundo lugar, pelo fato de, com a quebra do isolamento relativo, a região-recipiente atrela seu ritmo e intensidade de desenvolvimento ao ritmo e intensidade do resto do sistema. Em consequência disto, ela passa a ser alcançada pelas "ondas" de modernização e transformações inerentes ao conjunto da economia e da sociedade na qual passa a integrar-se. Há, assim, um processo de transformação que tem como objetivo "atualizar" a região face aos "novos tempos" e outro que consiste no seu ajustamento permanente, a partir de então, ao resto do sistema.

O impacto da integração pode ainda ser mais (ou menos) intenso dependendo do tipo de concorrência que prevalece no sistema econômico e que passa a integrar as áreas que se encontram relativamente isoladas. Neste caso, não se trata somente de considerar o impacto maior ou menor, sobre a inovação, acumulação e emprego, que uma estrutura monopólica ou oligopólica teria em relação a uma estrutura concorrencial, nos termos examinados, por

exemplo, por Labini^(15) e Salama^(16). Mas de considerar também a articulação maior ou menor da estrutura produtiva implantada na região que recebe a transferência do capital produtivo, ou, ainda, a vinculação das novas unidades de produção com a base de recursos da área. Neste particular, cabe assinalar a observação de Palloix quando registra, no processo de internacionalização, no sistema nacional francês, a partir da grande empresa, a quebra das relações que determinado ramo industrial mantinha com a rede industrial da região e o fortalecimento posterior das relações que passa a manter a nível nacional e internacional^(17).

Embora, com certeza, do momento da integração resultem transformações significativas na estrutura produtiva e nos processos de trabalho da área que se constitui o destino dos capitais em busca de valorização, cada vez mais se reconhece, atualmente, que isto não se dá uniformemente nem linearmente. O aprofundamento das relações capitalistas de produção segue caminhos muitos distintos e leis específicas, como têm mostrado estudos das mais diversas filiações, tanto relacionadas com a conformação muito particular do desenvolvimento do capitalismo nos chamados países subdesenvolvidos^(18), como as constatações de analistas a respeito da "sobrevivência" do pequeno negócio e, principalmente, da pequena produção agrícola em países de capitalismo avançado^(19). Isto

(15) LABINE, Paolo. Silos. Oligopólio e Progresso Técnico. Abril Cultural. São Paulo, 1984. Ver especialmente a Parte Segunda: A Distribuição dos Frutos do Progresso Técnico.

(16) SALAMA, Pierre - Un Procès de "Sous-développement". Le Cas de l'Amerique Latine. F. Maspero. Paris, 1979, pp. 98/112.

(17) PALLOIX, Christian. As Firmas Multinacionais ..., op. cit., pp. 71 e 172.

(18) A este respeito ver as análises da dependência do desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos, particularmente CARDOSO, Fernando H. & FALEITO, Enzo - Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Zahar. Rio de Janeiro, 1979, 5ª Edição. Importante, também, é a abordagem de OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Estudos CEBRAP. nº 2, São Paulo, 1972. Examinar, neste sentido, a discussão sobre o modo de produção e formação econômica social, particularmente nos "Cuadernos de Pasado Y Presente" (nº 40, Siglo XXI, México, 1978, 6ª Edição); nesta mesma linha ver LAPA, J. Roberto do Amaral (org.) Modos de Produção e Realidade Brasileira. Vozes, Petrópolis, 1980. Pode igualmente ser consultado o trabalho de AMIN, Samir. La Acumulación en Escala Mundial. Siglo XXI. B. Aires, 1975.

(19) Ver, entre outros, FAURE, Claude. Agriculture et Capitalisme. Edition Anthropos, Paris, 1978.

significa dizer que à visão mecanicista e linear, passam a ser incorporadas, no exame do aprofundamento das relações capitalistas, abordagens que tem em comum o reconhecimento de caminhos específicos de desenvolvimento concreto do capitalismo nas diversas realidades sociais.

Assim, o processo de proletarização generalizado e de "assalariamento puro" da força de trabalho é uma das formas que pode tomar o desenvolvimento do capitalismo. Além dessa, num outro extremo, pode dar-se a coexistência de formas distintas de relações de produção, no interior das quais se reproduzem e se subordinam diversas formas a um dominante, que termina por definir as tendências e o conteúdo das formas "arcaicas" de relação de produção.

Uma análise que se pretende científica deve, neste particular, ser dotada de instrumento conceituais que lhe permita apreender a riqueza e a complexidade desses processos numa realidade nacional ou regional concreta.

Há um ponto em comum às várias experiências que necessita ser considerado na análise desse processo de aprofundamento das relações capitalistas: a gestão estatal do trabalho. Neste particular, o que vários estudiosos têm mostrado é que o domínio do modo de produção capitalista e seu aprofundamento, notadamente no que se refere às transformações das relações de trabalho — ou em outras palavras na transformação da força de trabalho em um tipo específico de mercadoria — não se dá automaticamente, sem uma intervenção estatal que abra caminho ao desenvolvimento das relações capitalistas. Suzanne de Brunhoff, na análise que faz a respeito, lembra, inicialmente, as abordagens de Althusser — destacando o papel da escola como aparelho ideológico do Estado e sua relação com o trabalhador — e a de Meillassoux, quando destaca o papel que a exploração da comunidade doméstica, isto é da família, desempenha no modo de reprodução da mão-de-obra. Com isto, o que Brunhoff pretende por em relevo é que a reprodução da força de trabalho assalariado implica a utilização de meios exteriores às empresas capitalistas, notadamente (mas não exclusivamente) o Estado.

A abordagem de Suzanne de Brunhoff está centrada na intervenção do Estado que, embora modificando em várias experiências

concretas sua forma de ação, permanece evidentemente, condicionado pelo caráter capitalista do uso da força de trabalho. Neste caráter capitalista da utilização da mercadoria força de trabalho é lembrado, de um lado a exigência de uma disciplina do trabalho — garantidora da reprodução do modo de produção — e de outro a exigência de manutenção da insegurança do emprego, o que tem papel relevante na extração do sobre-trabalho e no domínio do capital sobre o trabalhador. Uma citação da referida autora torna bem mais clara esta questão.

"O mercado de trabalho funciona no contexto de um exército proletário de reserva, cujo volume aumenta ou diminui de acordo com as necessidades da acumulação capitalista, mas que não é nunca inteiramente absorvido. Este exército de reserva, privado dos meios de subsistência, necessita ser mantido a fim de que a força de trabalho esteja sempre disponível (considerando-se aqui o imperativo geral de uma mão-de-obra barata). É aí que intervêm as instituições não capitalistas, de caráter mais ou menos estatal, que asseguram a reprodução da força de trabalho nos limites da manutenção de uma insegurança fundamental do emprego e nas formas que garantam a manutenção da disciplina do trabalho" (20).

(20) BRUNHOFF, Suzanne de. *État et capital*. Maspero/Presse Universitaire de Grenoble. Grenoble, 1976, pp. 7 e 8. É conveniente lembrar que ao ressaltar a insegurança do emprego como elemento importante na gestão capitalista do trabalho, a autora esta-se referindo a aspectos gerais e abstratos da questão, sem considerar, por exemplo, temas que os estudos sobre a segmentação do mercado de trabalho desenvolveram e que ressaltaram o interesse da empresa capitalista em manter e assegurar o emprego a determinadas categorias de trabalhadores. Ver DOERINGER, P. & PIORE, M. *Internal Labour Market and Manpower Analysis*. Ed. Heart and Co. Lexington, 1971.

É no âmbito da necessidade de ter disponível uma força de trabalho para a valorização do capital, de um lado, e no fato de que a manutenção da força de trabalho não utilizada no processo produtivo não está "compreendida na fórmula geral do capital" (D-M-D'), que jogam papel da maior relevância as denominadas instituições não capitalistas (p.8). Neste sentido, afirma Brunhoff, as instituições não capitalistas são então indispensáveis para assegurar a gestão do "estoque" da força de trabalho, da qual o capitalista necessita mas não pode assegurar diretamente. Explicitando um pouco mais, a referida autora assinala ~~qual~~ a combinação de aspectos tais como a disciplina do trabalho, a insegurança quando ao emprego, a permanência no fornecimento da força de trabalho pelo menor custo, tudo isto implica uma intervenção estatal imanente ao processo de acumulação capitalista, ao mesmo tempo que fundamentalmente exterior a este processo. A exterioridade da gestão estatal da força de trabalho aparece, então, nesta abordagem, como um ponto central a ser retido^(21).

Escapam a autores, como Brunhoff e Claus Offe que aborda o mesmo tema, alguns aspectos da "exterioridade" que têm uma importância muito grande nas economias ditas subdesenvolvidas, onde o capitalismo moderno penetrou mais tardiamente^(22). Tais aspectos são constituídos pelas formas não organizadas e não estruturadas da economia. Neste caso tem-se, antes de mais nada, de considerar que essas formas não organizadas de produção de bens e serviços não podem ser concebidos como segmentos não "alcançados" pelo capital no seu contínuo processo de expansão. Tratam-se, em parte, pelo menos, de formas originais, recriadas pela sociedade para garantir a sobrevivência de contingentes que foram desposuídos dos seus originais meios de produção ou são egressos de uma anterior subordinação formal e real do capital — em razão de crises, da competição, dos processos de inovação tecnológica — e passam a se aglutinar produtivamente em pequenos negócios, fora ou não do ambiente familiar, à espera ou não de um engajamento futuro na empresa capitalista. De certa forma muitos dos segmentos não organizados da produção de bens e serviços desempenham o papel que, nas economias avançadas, é exercido pelo Estado.

(21) BRUNHOFF, Suzanne de. *État ...*, *op. cit.*, p. 8.

(22) OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

Não se pretende aqui entrar na discussão a respeito do papel que o segmento não organizado teria em relação ao exército industrial de reserva, tema que deu lugar a uma interessante produção intelectual, notadamente na América Latina^(23). No entanto, não se pode negar o caráter orgânico que muitos desses setores tem em relação ao capital em geral e ao mercantil, em particular, seja como exército de reserva, seja como "colchão de amortecimento" de tensões, seja como setores complementares ou ancilares ao próprio processo de acumulação.

Além da questão relacionada com a gestão estatal do trabalho, no processo de aprofundamento das relações capitalistas, outro ponto merece um exame mais detido: o da heterogeneidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho, aos quais estão associadas questões como a da segmentação e marginalização nos mercados de trabalho urbanos.

Neste particular o que tem sido destacado é o fato de que o processo geral de desenvolvimento do capitalismo, mais recentemente, está associado a uma organização industrial que é responsável pela segmentação em mercados internos de trabalho e que se tem generalizado em várias experiências e países. Além disso, "... em países com grandes massas rurais ou estruturas agrárias atrasadas [o processo de formação do mercado de trabalho capitalista] é acompanhado por processos de marginalização rural e urbana. Isto implica a existência de excedentes permanentes de população absolutamente não utilizáveis — frente ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas — e, portanto, incapazes de ser submetidos à exploração capitalista em mercados de trabalho organizados"^(24).

(23) Ver, como ilustração da discussão deste tema, os trabalhos de Quijano e Num na coletânea elaborada por PEREIRA, Luiz (org.) - Populações Marginais. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1978. Ver também SOUZA, Paulo Renato. Emprego, Salário e Pobreza. Hucitec/Funcamp. São Paulo, 1980.

(24) TAVARES, Maria Conceição. Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardíos y Periféricos. Seminario sobre Políticas para el Desarrollo Latinoamericano CECADE de la Secretaría de Programación y Presupuestos del Gobierno de México. In Economía de América Latina, v. 6, CIDE. México, 1981, p. 22.

A referida economista resume essa questão, assinalando que o entendimento da chamada "heterogeneidade estrutural" exige que se separe, em termos analíticos, os problemas da dinâmica da industrialização tardia daqueles que estão associados à "formação histórica das nossas sociedades". Com isto, o que pretende assinalar é que os primeiros problemas estão relacionados com o desenvolvimento desigual (e os bloqueios periódicos) das forças produtivas que têm vinculação com a "reprodução das bases técnicas" de uma indústria que alcançou um desenvolvimento "superior e transnacionalizado". E os segundos, "em particular a pobreza absoluta e a marginalização, estão determinados em primeira instância pelo atraso econômico, político e social que subsiste em nossas sociedades, como seqüela do próprio processo de formação histórica de certos Estados nacionais periféricos. Os problemas do atraso estão centrados na questão agrária, do emprego e da organização política do Estado, o que vai muito além da sua localização na periferia do centro industrial originário, e está muito aquém dos efeitos da moderna transnacionalização operada a partir do segundo centro hegemônico" (25). Além disso, o que se deve reconhecer é que as formas de submissão das populações marginais das relações capitalistas, não se dá no processo de trabalho, isto é "através do consumo produtivo da mão-de-obra". Tais populações, embora separadas dos meios de produção estão "imersas nas relações mercantis de um mercado de bens e serviços cada vez mais sofisticados ..."(26).

É evidente que o exame das condições concretas dessas formas de desenvolvimento do capitalismo deverão encontrar relações e mediações entre essas questões, separadas em termos analíticos, através das quais os problemas da dinâmica da industrialização tardia influem sobre a marginalização e sobre a continuidade e recriação das organizações informais de produção. No entanto, vale destacar que as relações mais diretas com os segmentos não organizados dá-se, sobretudo, através do capital mercantil.

(25) TAVARES, Maria Conceição. Problemas de Industrialización ..., op. cit. pp. 23 e 24.

(26) TAVARES, Maria Conceição. Problemas de Industrialización ..., op. cit., p. 23.

Esta separação anteriormente sugerida permite que se situe o presente trabalho e se estabeleça melhor os seus limites. Neste sentido, parte-se do reconhecimento de que o Nordeste, nas últimas décadas, constitui-se um cenário no qual as transformações ocorridas dizem respeito: (i) à presença cada vez maior de frações do capital produtivo extra-regional, criando novos segmentos produtivos, modernizando os antigos e tradicionais e redefinindo as relações do Nordeste na economia brasileira; e (ii) estão também influenciadas pelo peso e significado das frações regionais do capital mercantil. Este último, não só vem-se reproduzindo sob novas formas, como tem-se refugiado em atividades nas quais se aproveitava de relações "arcaicas" de produção e, por vezes, recria e reinventa novas formas de apropriação de excedente econômico, inclusive utilizando segmentos não-organizado de produção. O futuro do Nordeste tem muito a ver com as formas de acumulação que venham a ser adotadas pelo capital produtivo extra-regional, e com as formas de que venha a se revestir o capital mercantil em suas associações com a propriedade fundiária, com as atividades especulativas e com o próprio capital produtivo, sobretudo o regional.

O presente trabalho centra sua preocupação no exame das novas relações que passam a existir entre os setores e agentes produtivos no Nordeste, na criação e modernização das atividades urbanas, notadamente as industriais. Assim sendo, embora se reconheça a significação que, para o entendimento da evolução recente do Nordeste, tem o capital mercantil e sua presença marcante e definidora de processos e situações na região, privilegiou-se, neste trabalho, o exame do papel que teve o capital produtivo, notadamente o de fora da região e principalmente aquele dedicado à atividade industrial, não só na definição de novas relações do Nordeste com outras regiões, mas sobretudo em razão das transformações que provocou na estrutura produtivo e no mercado de trabalho regional.

Entre as razões que levaram a esta opção na realização deste trabalho estão sobretudo as atuais dificuldades para elaboração de uma análise global que compreendesse o estudo das formas de acumulação do capital produtivo extra-regional, transformando e modernizando o Nordeste, e, simultaneamente, incorporasse o exame do papel, sobretudo conservador, do capital mercantil. Além disso, tem-se presente o fato de que embora alguns estudos recen-

tes tivessem avançado na análise da integração econômica do Nordeste com as áreas mais industrializadas, através do capital produtivo, a maior parte deles e das discussões ocorridas no Nordeste, não abrangem aspectos importantes das transformações e impactos dos processos em curso.

Reconhece-se, desde logo, o caráter parcial deste estudo, no entanto tem-se presente que a partir do exame dos problemas de "modernidade" e das novas formas de acumulação que ocorrem no Nordeste, pode-se entender melhor o "velho" e suas transformações, face às relações que começam a prevalecer entre a região e o resto do país.

Seguindo o que foi delineado anteriormente, inicia-se o trabalho com um capítulo (A Articulação Regional: a Realização de Excedentes e o Capital Mercantil) dividido em duas partes. Uma primeira na qual se pretende situar o Nordeste na fase que antecedeu a articulação comercial, ressaltando os aspectos fundamentais da evolução e da sua estrutura econômica no século XIX. Trata-se, a partir daí de destacar a relativa complexidade da estrutura produtiva do Nordeste e sua grande capacidade de reter populações, do que decorre a formação do grande "reservatório" de mão-de-obra, que, em fases posteriores da história econômica vai ser mobilizado pelas diversas regiões brasileiras. Uma segunda parte, examina o início do processo de articulação comercial do Nordeste com o Sudeste, pondo em relevo a iniciativa da região nordestina, no início da articulação comercial, na colocação dos seus excedentes no mercado dinâmico que se consolidava na região do café. Examinam-se os principais condicionantes dessa articulação e o papel desempenhado pelo capital mercantil neste particular.

O capítulo seguinte (A Articulação Inter-regional e a Industrialização) examina o papel que a expansão da indústria brasileira, concentrada em São Paulo, desempenhou na formação do mercado interno do país e na articulação do Nordeste com o Sudeste. Destaca-se nessa análise o impacto sobre o Nordeste e o "ajustamento" ao qual ele se submeteu quando a indústria avançou nos mercados regionais, nas suas várias fases, até a indústria pesada. São ressaltadas as mudanças qualitativas que passam a ocorrer nas relações do Nordeste com as regiões mais industrializadas, quando de uma articulação fundamentada nas relações comerciais, passa-se

para uma integração econômica na qual têm papel relevante as transferências do capital produtivo de outras regiões na direção do Nordeste. Além disso é analisado, em alguns momentos, o papel desempenhado pelo Estado brasileiro no desenvolvimento industrial e na formação do mercado interno.

No terceiro capítulo (A Integração Regional e seus Condicionantes) concentra-se a atenção no estudo das condições e dos determinantes que induziram o capital produtivo das áreas mais industrializadas a investir no Nordeste. Neste particular, discute-se o papel dos determinantes conjunturais associados à fase recessiva da economia brasileira no início dos anos 60, bem como as condições associadas ao próprio desenvolvimento da industrialização brasileira que levaram a uma busca de complementariedade entre as estruturas industriais do Nordeste e do Sudeste, particularmente a de São Paulo. Paralelamente são examinados sumariamente os condicionantes políticos institucionais, associados ao grande debate da questão regional e à luta dos grupos sociais na condução da política econômica voltada para o Nordeste, que tiveram papel importante na nova forma de articulação da região nordestina com as demais.

Complementada a análise sobre estas duas formas de relacionamento inter-regional — a da articulação comercial e a integração econômica através do capital produtivo — passa-se, no quarto capítulo (Integração Regional: As Transformações e os Impactos sobre o Nordeste), ao exame das transformações sofridas pelo Nordeste, na sua estrutura produtiva, a partir dessas novas relações inter-regionais. Neste caso, privilegia-se o exame do surgimento da "nova indústria", sua estrutura e relações com as demais regiões; o processo de modernização de atividades tradicionais, através do estudo da têxtil, bem como análise da implantação de uma nova atividade na região, a partir do exame do Complexo Petroquímico de Camaçari.

Este exame das transformações ocorridas no Nordeste, no contexto da denominada integração econômica, constitui um ponto de apoio para o conhecimento das mudanças que se verificaram na utilização da mão-de-obra e nas relações de trabalho na região. Este último capítulo (Integração, Mercado de Trabalho e Formas de Atuação do Estado) compreende, ainda, um exame das formas de atuação do Estado na reprodução do capital e na gestão do trabalho.

Na parte final são apresentadas as conclusões que resumem os pontos considerados mais relevantes, desenvolvidos em cada capítulo.

CAPÍTULO I: A ARTICULAÇÃO REGIONAL: A REALIZAÇÃO DE EXCEDENTES
E O CAPITAL MERCANTIL

I. A ARTICULAÇÃO REGIONAL: A REALIZAÇÃO DOS EXCEDENTES E O CAPITAL MERCANTIL.

O longo processo de articulação das regiões brasileiras, de criação do mercado interno e de constituição de um sistema econômico integrado e hierarquizado, compreende várias fases ou etapas nas quais há não só uma diferenciação e transformação da estrutura produtiva da economia nacional e das economias regionais, como alterações significativas no tipo de relação externa que as regiões estabelecem entre si.

Um esforço de sistematização das constatações mais relevantes dos estudos feitos sobre o Nordeste, que consideram o período que decorre do início do século passado até os dias atuais, sugere que devam ser consideradas três etapas relevantes no processo de "ajustamento" e de integração pelo qual passa a região no contexto nacional:

- a) a de isolamento relativo das regiões brasileiras, em geral, e do Nordeste, em particular;
- b) a de articulação comercial ou de constituição do mercado interno nacional de bens e serviços;
- c) a etapa de integração econômica, na qual os protagonistas são as diversas frações do capital produtivo que se transferem das regiões mais industrializadas para as demais.

No que se refere à primeira etapa — a de isolamento relativo — predominava na estrutura produtiva das regiões o segmento de atividade voltado para o comércio internacional de bens primários. Neste particular, a dinâmica da economia e as formas de acumulação eram explicadas pelo modo como a região se articulava com os países importadores. Os vínculos estabelecidos com o exterior, isto é, com outros países, eram, na maioria dos casos, bem mais intensos do que entre uma determinada região e o resto do país. A expressão "arquipélago de regiões", usada por mais de um estudioso da questão regional, caracterizava bem o que, nesta etapa, constituía a economia brasileira.

A segunda etapa, de articulação comercial, resulta da diversificação da atividade produtiva, do processo de industrialização do país e da implantação de um sistema de transporte

e comunicação que se constitui a base física para o desenvolvimento do mercado interno. O desenvolvimento industrial de São Paulo e a busca de novos mercados por parte das empresas industriais, de um lado, e a tentativa das regiões, marginalizadas no comércio internacional, de colocar seus excedentes no mercado interno, constituem alguns dos impulsos e estímulos à consolidação do mercado nacional de bens e serviços. A esta forma de relacionamento entre as regiões brasileiras corresponde uma diferenciação maior da atividade produtiva e uma divisão inter-regional do trabalho no contexto nacional.

A etapa aqui denominada de integração econômica, que segue à consolidação da indústria pesada no país e ao seu crescente processo de oligopolização, tem como característica principal a transferência de capital produtivo de uma para outra região, o que implica — para as regiões de menor grau de desenvolvimento industrial que recebem tais capitais — transformações significativas na sua estrutura produtiva e nas relações de trabalho, incomparavelmente maiores que as mudanças que foram procedidas na etapa anterior de articulação comercial. Esta etapa de integração representa a "superação" da fase de articulação comercial, de um lado, e o reforço do comércio inter-regional, por conta da complementariedade que passa a existir entre as atividades produtivas de diferentes regiões, de outro lado.

Da perspectiva do Nordeste, em razão, sobretudo, dos vínculos que passam a existir e a se fortalecer entre esta região e outras regiões — sobretudo as mais industrializadas e mais capacitadas para a conquista dos mercados — essa passagem do "isolamento relativo" à "integração econômica" significa um doloroso processo de ajustamento que, se resultou na criação de novas atividades econômicas, implicou, também, a transformação e o desaparecimento de unidades produtivas mais tradicionais e, conseqüentemente, a destruição de postos de trabalho. O que importa reter é que a intensificação maior das transformações — criação e destruição — dá-se nas fases mais recentes, quando se passa da articulação comercial para a integração econômica.

O que vai ser descrito a seguir é o processo de transformação pelo qual passa o Nordeste nas diversas etapas e as modificações ocorridas nas suas relações externas, notadamente as mantidas com o Sudeste e particularmente com São Paulo. Para

isto faz-se um reexame de alguns dos principais estudos sobre a questão regional e sobre a história econômica brasileira.

O presente capítulo está dividido em duas partes. Na primeira pretende-se apresentar os traços gerais do Nordeste no limiar da articulação inter-regional que tem lugar do final do século passado até o presente. Para isto são ressaltados aspectos relacionados com a estrutura do complexo nordestino, as transformações que ocorreram no século passado e que implicaram não só um adensamento de atividades econômicas mas uma grande capacidade da região nordestina na expansão e retenção de sua população. Tais considerações são feitas no sentido de mostrar alguns dos condicionantes à constituição do "reservatório de mão-de-obra", que anteriormente à articulação inter-regional referida, já estava presente no Nordeste.

A segunda parte do capítulo está relacionada com os primórdios dessa articulação comercial que tem início na segunda metade do século XIX. Trata-se da intensificação das relações comerciais do Nordeste com o Sudeste, particularmente Rio e São Paulo, com vista à colocação de excedentes que os produtores e exportadores nordestinos, principalmente de açúcar e algodão, não conseguiram vender no mercado internacional. Neste caso procura-se destacar a relação entre esta iniciativa do Nordeste e a crise do seu setor exportador na segunda metade do século passado e o papel que nesta articulação comercial desempenhou o capital mercantil regional e, principalmente, o originário de outras regiões.

Este capítulo abrange um horizonte temporal que vai das primeiras décadas do século XIX até os anos 30 do século atual.

1. O Nordeste no Limiar da Articulação Comercial

1.1. A estrutura do complexo nordestino

Um aspecto que inicialmente deve ser considerado é que, assim como na primeira etapa, antes referida, o país poderia ser caracterizado como um "arquipélago de regiões", o Nordeste ou o "complexo nordestino", na denominação adotada por

Furtado^(1), também se apresentava como formado de "ilhas" que mantinham laços econômicos bem mais importantes com os países importadores do que com os demais núcleos exportadores da região e, em alguns períodos, com o criatório e a atividade de subsistência do hinterland. Com isto o que se pretende é, simultaneamente, advertir para a imprecisão do conceito de "região" atribuída ao Nordeste geográfico nessa fase e chamar a atenção para o fato de que a passagem do isolamento relativo à articulação comercial é, paralelamente, o fortalecimento dos vínculos entre as regiões brasileiras e uma articulação entre os núcleos exportadores que se localizam no Nordeste. Em outras palavras, a articulação referida é, simultaneamente, inter e intra-regional. Com relação a este aspecto cabe a advertência, como se constatará mais adiante, de que, medida através dos fluxos comerciais, a articulação intra-regional, notadamente do Nordeste com o Sudeste, precede a inter-regional.

A formação do complexo econômico nordestino é resultante das formas que assumiram, nos séculos anteriores ao atual, o denominado sistema açucareiro e o criatório: a preservação de sua forma original, tanto na expansão como na contração da atividade econômica; o caráter puramente extensivo do seu crescimento; a reduzida expressão dos custos monetários, o que garantia uma grande resistência aos efeitos, no curto prazo, de uma baixa dos preços. A economia criatória, além disso, não dependia de gastos monetários no processo de reposição e de expansão da capacidade produtiva; ademais, as condições de trabalho e alimentação eram tais que propiciavam um forte crescimento vegetativo de sua própria força de trabalho^(2).

A estrutura do complexo regional era, então, definida, de um lado, pela atividade açucareira que implicava grandes imobilizações de capital e uma complexa administração que envolvia aspectos ligados à produção agrícola e industrial — além da comercialização no mercado internacional — concentrada no litoral, e, de outro lado, pela pecuária extensiva, difundida em quase

(1) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Editora Nacional. 13ª edição, São Paulo, 1977. Cap. XI.

(2) FURTADO, Celso. Formação ... op. cit., p. 61 e 62.

todo território regional desde o século XVIII, pouco monetizada e bem menos complexa na sua gestão.

As descrições relativas à atividade açucareira ressaltam o caráter capitalista dos empreendimentos, a grande imobilização de capitais em instalações, escravos e animais, com uma organização social extremamente hierarquizada — ao lado de uma distribuição de renda muito assimétrica — na qual ao senhor-de-engenho, situado no ápice da pirâmide social, se contrapõem os escravos, cujo número alcançava algumas centenas nos engenhos de maior porte; os lavradores sem terras ou com terras, mas sem meios para exercer independentemente sua atividade, e que moíam ou cultivavam nas terras do senhor-de-engenho. Completavam este quadro, de um lado, os moradores que viviam nos engenhos e constituíam uma percentagem significativa da população rural livres e cultivavam, adicionalmente às atividades exercidas na cultura principal, produtos de subsistência; de outro lado, os empregados que recebiam salários, ocupando alguns postos administrativos e, por vezes, técnico^(3). Tais categorias e as relações que se estabeleciam entre elas no processo produtivo sofriam mudanças significativas nos fluxos e refluxos da demanda externa — com a unidade de produção tendendo para a autossuficiência nos momentos de crise — e se transformaram radicalmente no século XIX a partir de alterações ocorridas no processo técnico e na própria organização social, com a abolição dos escravos, e através inclusive do surgimento de novas atividades produtivas voltadas para o comércio internacional.

Na pecuária, originariamente subsidiária da atividade produtora de açúcar, dado o seu caráter predominantemente extensivo, não havia a necessidade de grandes contingentes de força de trabalho. A unidade produtiva, a fazenda, administrada por vaqueiros — residindo os proprietários, geralmente, nas cidades ou nos engenhos mais próximos do litoral — que se ocupavam quer diretamente da criação, quer da realização de benfeitorias na própria unidade de produção. Nas fazendas maiores ocorriam entre os vaqueiros a definição de uma rudimentar divisão de trabalho.

(3) Ver ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. Brasileira. São Paulo, 1973. p.81-95.

Não havia, nesta atividade, a prática disseminada do asslariamento, recebendo o vaqueiro uma parte (quarto) da produção da fazenda. Os auxiliares recebiam, geralmente, pequena remuneração em dinheiro, além da casa e comida. A estes trabalhadores devem ser acrescido os tangedores, responsáveis pelo transporte do gado para os mercados distantes, e os agregados que, juntamente com os vaqueiros, faziam os roçados para a produção de alimentos, basicamente voltados para a produção de milho, feijão e mandioca. O desenvolvimento da pecuária, que guardava certa independência em relação à evolução da economia monetária e à evolução dos negócios no setor exportador, dá lugar ao adensamento e surgimento de outras atividades, com a transformação posterior dos agregados do fazendeiro em foreiro, agricultores e rendeiros, responsáveis pela produção de alimentos. Como resultado dessa evolução da pecuária há o aparecimento de vilas e povoados e mesmo de atividades agroindustriais nas áreas mais propícias, subsidiárias do criatório, e voltadas geralmente para a produção de rapadura e aguardente. É sobretudo no final do século XVIII e no século XIX que o desenvolvimento da cultura do algodão vai provocar mudanças significativas na estrutura produtiva do Sertão e do Agreste e no desenvolvimento da relação de assalariamento^(4).

O longo período de atrofiamento pelo qual passou a economia nordestina, do final do século XVII e começos do século XIX, com um declínio da sua renda per capita, conforme assinala Furtado, teve como resultado o "afrouxamento do efeito dinâmico externo" sobre a pecuária, o que levou, esta última, a se apoiar cada vez mais no setor de subsistência, com repercussões, sobre a divisão de trabalho no interior dessa economia^(5). Ocorrendo um efetivo "atrofiamento da economia monetária", os criadores

(4) ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra ... op. cit., p.143-150.

(5) FURTADO, Celso. Formação ... op. cit., p.62 e 63: "Em outras palavras, a importância relativa da renda monetária ia diminuindo, o que acarretava necessariamente, uma redução paralela de sua produtividade econômica. A redução relativa da renda monetária teria de repercutir no grau de especialização da economia e no sistema de divisão de trabalho na mesma. Muitos artigos que se podiam comprar nos mercados do litoral — e que eram importados — teriam agora de ser produzidos internamente. Essa produção, entretanto, limitava-se ao âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato".

mais distantes tornam-se completamente marginalizados, à medida que aumentam as distâncias e crescem, em razão disto, os custos de transportes e constata-se o estacamento dos mercados.

De uma economia de alta produtividade no século XVII, o Nordeste vai-se transformando em um sistema econômico com populações dispersas, produzindo para a subsistência imediata, com baixo nível de produtividade e uma divisão de trabalho que involuiu à medida que o "negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos" entra em decadência.

No exame que faz do complexo nordestino e de sua evolução até as primeiras décadas do século atual, buscando identificar as razões pelas quais não se dá, após a abolição, com a intensidade de outras regiões a acumulação ampliada e a expansão do mercado regional, Wilson Cano assinala os seguintes motivos: (i) o declínio secular dos preços das exportações e a estagnação durante longos períodos das quantidades exportadas, de acordo com várias fontes consultadas pelo autor^(6); (ii) as dificuldades para a conquista do mercado nacional, na colocação dos excedentes; (iii) a exígua urbanização, com a atomização da população e da atividade econômica, inclusive a urbana; (iv) a desarticulação de sua estrutura produtiva, com a pecuária e a atividade de subsistência absorvendo a força de trabalho e constituído, com isto, o imenso reservatório de mão-de-obra" que se ampliava extensivamente.

Assim, não obstante as mudanças, algumas delas significativas, que viriam a ocorrer mais recentemente, já referidas em parte, pode-se concordar com a afirmativa de Wilson Cano de

(6) Evolução dos preços: 120 libras por tonelada de açúcar no início do século XVII, 72 libras em 1710, 30 libras no início do século XIX, 16 na metade desse século e 9 no início do século XX; evolução das quantidades médias: 30 mil no século XVII, 20 mil toneladas no século XVIII, ocorrendo uma recuperação no século XIX, quando ultrapassa a média anual de 100 mil toneladas; a este respeito o autor acrescenta: "Entretanto, o açúcar de cana esbarraria com a crescente expansão do açúcar de beterraba que chega a dominar 50% do mercado mundial em 1882, atingindo 75% por volta de 1900. Para essa atividade, portanto, restaria tão somente a perspectiva do mercado nacional, o que entretanto não se apresentaria muito promissor face à expansão açucareira que ocorreria mais tarde no sul do país". CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Difel, São Paulo, 1977, p.97.

que até a primeira metade do século XX o complexo nordestino não conseguirá superar sua conformação estrutural herdada do período colonial^(7). Apesar disto, o que se deve registrar é que, ainda no século XIX: (i) o surgimento de novos surtos de exportação, baseados em novos ou antigos produtos primários; (ii) a modernização de algumas atividades produtivas e (iii) a dotação de capital social básico através inclusive da ação governamental, contribuíram para um adensamento ou intensificação das atividades produtivas e do seu interrelacionamento, no interior de uma estrutura que possuía e continuava a manter os traços marcantes definidos pelo núcleo exportador e pela atividade baseada no criatório.

1.2. Algumas mudanças

A primeira dessas mudanças diz respeito ao algodão. Este produto passa a ter a maior importância na fase caracterizada por Caio Prado como o "renascimento da agricultura" e que tem início na segunda metade do século XVIII. A ela está associado o considerável incremento da população européia, das atividades econômicas e do comércio internacional, provocado pela Revolução Industrial. Ao lado disto, esta fase também se caracteriza, no cenário mundial, pelas agitações políticas e sociais que transtornaram a vida econômica das colônias inglesas e francesas, melhorando sensivelmente a posição comercial do Brasil.

Particularmente em relação ao algodão, as inovações ocorridas no século XVIII permitirão o seu aproveitamento integral a ponto de tornar-se uma das matérias primas industriais de mais intensa procura. A máquina a vapor de Watt (1769) e o tear mecânico de Cartwright (1787) constituem ilustrações das mudanças tecnológicas ocorridas. O grande impulso que já decorre alcançará inicialmente, no Nordeste, o Maranhão que, em poucos decênios, é transformada numa das mais ricas sub-regiões do país. Este impulso inicial se desdobra em outras áreas, particularmente

(7) CANO, Wilson. Raízes... op. cit., p.97. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo. 24ª ed. 1980. Cap. 10

em Pernambuco e Bahia, que logo ultrapassarão o Maranhão^(8), em razão, segundo Caio Prado, da maior disponibilidade de força de trabalho e de capitais. Difundido-se por quase todas as regiões brasileiras, esta cultura não acompanhará, no Nordeste, "as antigas e tradicionais culturas tropicais": no Maranhão os cultivos se interiorizam subindo a margem do Itapicuru; no Ceará, a bacia do Jaguaribe; nos Estados do Nordeste Oriental se difundirá, notadamente, na faixa intermediária do Agreste; na Bahia, no seu interior semi-árido^(9).

Na verdade a lavoura algodoeira não só abriu, à época, perspectiva econômica para o hinterland nordestino, que somente havia conhecido a pecuária e a sua atividade subsidiária da produção de alimentos, como, através do estabelecimento de novas relações sociais, foi portadora de transformações significativas na economia da região. Manuel Correia de Andrade se refere a esta cultura destacando o seu caráter fácil, barato e democrático^(10).

(8) Níveis de produção do algodão registrados no Maranhão: 1760, cerca de 3,5 mil sacas; 1780, 7,4 mil; 1800, aproximadamente 28,8 mil; 1860 cerca de 66,6 mil sacas. Ver PINTO, Virgílio Noya. Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva. Difel, São Paulo, 11ª edição, 1980, p.129. Peter L.Eisenberg cita entre os estímulos à produção de algodão no Brasil: (i) a criação da "companhia monopolista do Marques de Pombal, (ii) a guerra da independência dos E.E.U.U. (1775-83), as leis de embargo e proibições de intercâmbio de 1807-10, as guerras de 1812-15 que privaram a indústria inglesa do algodão americano, EISENBERG, Peter L. Modernização sem Mudanças. Paz e Terra/UNICAMP. São Paulo, 1977, p. 32.

(9) PRADO JÚNIOR, Caio. História... op. cit., p.82 e 83.

(10) ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra... op. cit., p.102: "Cultura fácil, barata democrática, deixava-se associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo o roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo, tanto produto para venda como alimentos. O seu curto ciclo vegetativo requeria apenas poucas limpas ou capinas; conseqüentemente, não ocupava braços durante todo ano como ocorria com o açúcar. Não havia assim, vantagem em adquirir escravos a preços elevados para que eles trabalhassem apenas durante algum tempo... Daí a cultura do algodoeiro na segunda metade do século XIX quase que não usar trabalho escravo, sendo preferível pagar a moradores as fainas agrícolas... Produto leve, o algodão era facilmente colhido por mulheres e crianças; daí uma série de vantagens para enfrentar a cana nas ocasiões em que o mercado europeu necessitava de algodão. ."

Dadas as relações sociais que a produção do algodão estabeleceu na região, inclusive por incorporar não só os grandes proprietários, como os pequenos, os foreiros e moradores, bem como pelo fato de induzir o desenvolvimento do beneficiamento e a "industrialização barata" que dinamizou alguns centros urbanos regionais, oferecendo suporte ao surgimento de vilas, cidades e povoações, pode-se afirmar, usando a expressão de Manuel Correia, que o "algodão operou, após o meado do século XVIII, uma verdadeira revolução agrária no Agreste" (11).

Não se pode deixar de registrar que foi muito curto o auge das exportações de algodão no mercado internacional. Terminada a Guerra da Secessão Americana, reaparecendo no mercado internacional a produção norte-americana, destacando-se cada vez mais o algodão egípcio e asiático, é deslocada a produção brasileira. Na pauta de exportação brasileira o algodão marca presença na primeira metade do século passado, declinando um pouco na década de 40 e 50, para retomar na década seguinte. A partir dos anos oitenta do século passado até a primeira década do século atual seu percentual é insignificante no total do valor dos produtos exportados pelo país (12)

No entanto, a este fato deve-se considerar que o algodão, estimulado pelo surto exportador trouxe repercussões significativas sobre a economia da região, com os desdobramentos sobre a atividade produtiva interna, sobretudo a atividade de transformação e o comércio interno. No início do século atual, em 1915, o Nordeste, sem contar o Maranhão, possuía 47 fábricas de tecidos e fiação de algodão com 22,2 mil operários, equipadas com 13,4 mil teares e 368,2 mil fusos, sendo o tamanho médio dessas fábricas de 473 operários, chegando em Pernambuco a alcançar a

(11) ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra... op. cit., p.150.

(12) Em 1821-30 a cifra alcançada pelo algodão no total das exportações foi 20,6%; no período 1831-40 cerca de 10,3%; na década seguinte, 7,5%; esta cifra é repetida no período 1851-60; no período 1861-70 sobe para 18,3%; nos anos 1871-80 retorna ao nível de 9,5%; na década seguinte para 4,2%; na última década do século XIX reduz para 2,4% para na década seguinte alcançar apenas 2,1%. Ver EISENBERG, Peter L. Modernização ..., op. cit., p. 11.

cifra de 1.030 operários por fábrica (13). Isto sem contar com as atividades de beneficiamento, notadamente descaroçamento e enfiamento do algodão, difundidas pelo interior e mais diretamente vinculadas aos centros de produção e comercialização. Além disso, começa a despontar como principal comprador, da produção nordestina a indústria têxtil nacional, que teve uma acelerada expansão entre 1900 e 1920 e passou a constituir-se na fonte de crescimento do algodão nordestino, até a fase de expansão e diversificação da agricultura paulista a partir da década de 30, como se verá posteriormente.

Enfim o que se pretende ressaltar com estas considerações sobre o algodão é o fato de que sua produção se desenvolve num contexto de uma economia que conserva, durante muitas décadas, os elementos definidores de uma estrutura vigente no período colonial. Este segmento produtivo, o algodão, ao se implantar nesta estrutura, de tipo colonial, articula e torna mais intensa o conjunto de relações desenvolvidos pelos agentes sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, reforça a grande capacidade que o Nordeste teve em absorver a força de trabalho, constituindo o grande reservatório de mão-de-obra. Deste se valeriam mais tarde as demais regiões brasileiras na expansão de suas exportações ou, posteriormente, na industrialização e urbanização.

Outro elemento que deve ser considerado quando se examina a estrutura produtiva do Nordeste no limiar da articulação dessa região com as demais economias regionais é a evolução da produção e exportação do açúcar no século XIX e início do século atual. Trata-se de um período de grandes transformações econômicas e sociais que implicaram um maior grau de complexidade na "estrutura colonial" do Nordeste.

(13) Ver AMARAL, Luís. História Geral da Agricultura Brasileira. Editora Nacional. São Paulo, 2ª ed. Vol. 2, p.60. Nesta data São Paulo contava com 49 fábricas que empregavam 17 mil operários (que utilizam 12,7 mil teares e 375,1 mil fusos) e o Sudeste 139 fábricas com 53,3 mil operários equipados com 36 mil teares e 1.100 mil fusos. Mesmo que se leve em conta que a produtividade e a importância relativa dessa indústria nordestina é menor que a paulista, não se pode minimizar o fato de que se trata de um segmento produtivo importante que, resultante de uma atividade voltada em grande parte para a exportação, contribuiu seguramente para integrar internamente a atividade econômica regional.

O período compreendido pelos anos do século XIX significou a retomada de uma atividade produtiva que durante um século e meio, isto é desde 1650, quando o açúcar das Antilhas começava praticamente a expulsar o brasileiro dos mercados internacionais tradicionais, apresentou declínio em relação aos níveis do século XVII. O que se deve levar em conta é que, "durante o século XIX, embora o café superasse o açúcar após 1830, o volume absoluto das exportações desse último chegou a um nível 500% acima do apogeu do ciclo do açúcar colonial" (14).

Essa retomada do crescimento das exportações e da produção do açúcar até a última década do século passado, e o declínio posterior, situam-se num cenário no qual são marcantes, de um lado, movimentos revolucionários e sociais (revolução de independência de Haiti, 1801 a 1805, e o bloqueio continental de Napoleão, 1805 a 1814, que privaram os mercados consumidores europeus de grande parte do açúcar das Antilhas), de outro lado, o desenvolvimento da produção de açúcar da beterraba, e a acirrada competição com o açúcar brasileiro na Europa, bem como as intervenções americanas em centros produtores e exportadores (nas lutas da independência de Cuba, na anexação de Porto Rico e Havaí) estabelecendo acordos que frustraram as tentativas brasileiras de maior acesso aos mercados consumidores dos Estados Unidos (15). No interior desse cenário, os produtores e exportadores brasileiros, fundamentalmente nordestinos, se moviam em busca de acordos e meios que permitissem o escoamento da sua produção. Isto se traduziu em tentativas de acordo para permanecer e ampliar o acesso ao mercado europeu ou para penetrar no mercado consumidor americano, e meios para desenvolver processos tecnológicos que permitissem a conquista ou manutenção

(14) EISENBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p. 30. Esse autor assinala também a importância do ciclo do açúcar no período crítico, ressaltando que "... a despeito da queda do volume da exportação de açúcar durante o século XVIII, o valor ganho nesta atividade quase que ininterrupta superou o valor produzido pela extração de ouro e diamante no ciclo da mineração 1700-1760". Ver também as estimativas de Roberto Simonsen para a exportação de açúcar, referente a anos do século XVI a XIX: SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500-1820). Editora Nacional - MEC. 7ª edição. São Paulo 1977. Anexo 1.

(15) EISENBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p.32 e 48.

nas faixas de demanda mais significativas do mercado internacional de açúcar. O que ocorreu no século XIX, neste particular, é o resultado dos sucessos e insucessos dos produtores e exportadores da região, em concretizar tais objetivos.

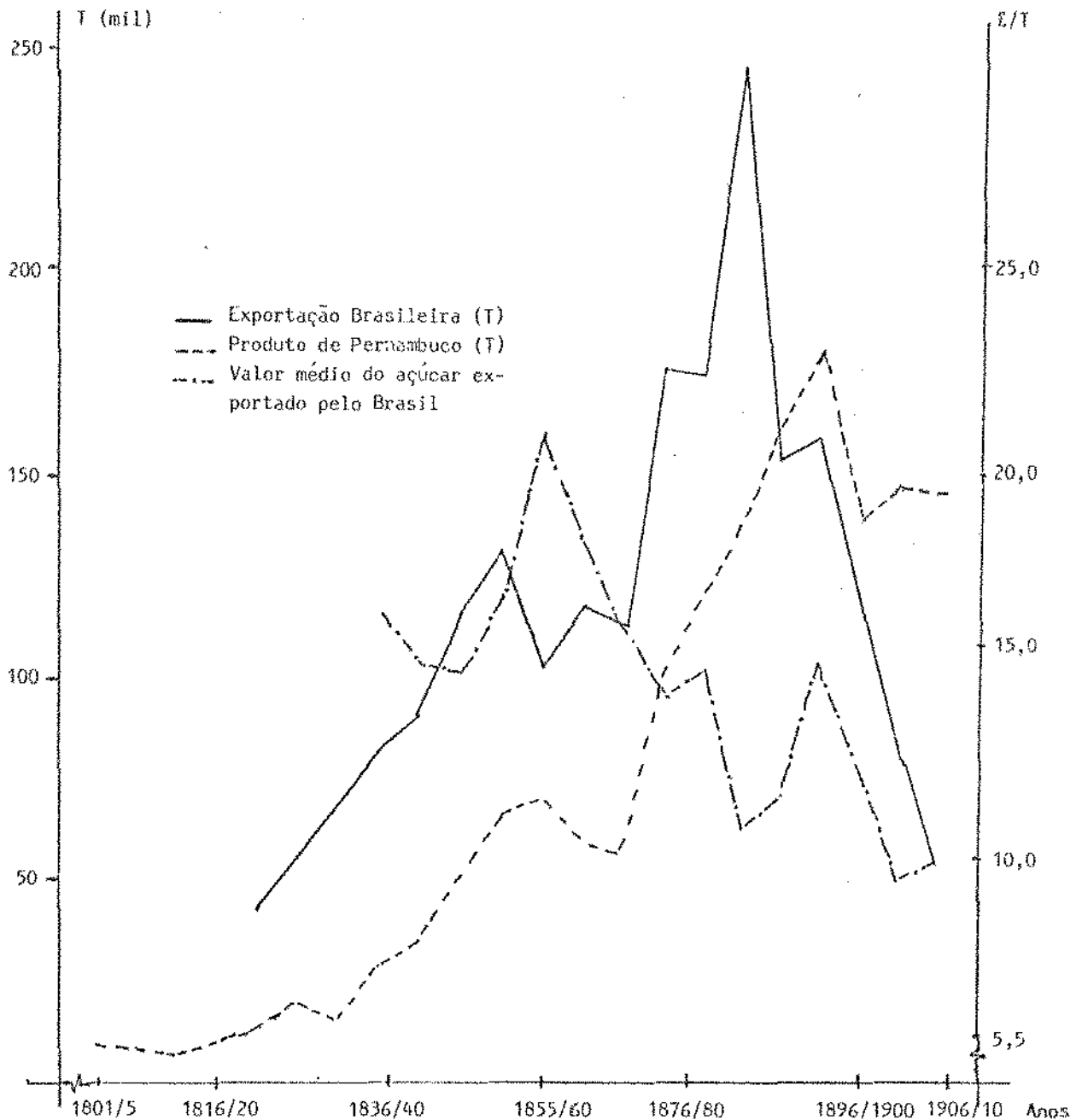
Algumas informações quantitativas ajudam a precisar mais os contornos, no século passado, do movimento de produção e exportação de açúcar, comandadas, ainda, pelos produtores nordestinos. O gráfico 1 assinala a produção pernambucana, e as exportações brasileiras em toneladas, além dos preços (£/T) do açúcar na maior parte do século XIX^(16).

O que se constata é sobretudo, a partir dos anos 20, a ascensão da produção do açúcar no principal produtor brasileiro à época (Pernambuco) e das exportações até, pelo menos a primeira metade da década de 50. De fato, nessas três décadas (entre 1821-25 e 1851-55) as exportações brasileiras cresceram 3,8% ao ano e a produção pernambucana de açúcar a 5,6% ao ano. Esta última é, sem dúvida, uma marca excepcional quando se considera que foi mantida durante trinta anos. As duas décadas seguintes são muito problemáticas e constituem uma redução dos níveis de exportação e produção, que, sem dúvida, está associada às dificuldades de colocação de produto nacional no mercado internacional, notadamente o europeu. O constatado declínio dos preços a partir da segunda metade da década de 50 — de um nível de mais de 20 libras por tonelada como média nos anos 1856-60 os preços chegam, depois de uma tendência bem definida de redução a pouco mais de 10 libras — constitui, sem dúvida, um sintoma das dificuldades antes referidas (ver gráfico 1).

Entre os obstáculos maiores encontrados pelos exportadores brasileiros neste meado do século, que interromperam a continuidade da ascensão dos níveis de produção e exportação da primeira metade do referido século, deve ser considerada a consolidação da produção industrial do açúcar de beterraba, o que representou uma resposta ao bloqueio continental de Napoleão. Se em 1841-45 o açúcar da beterraba representava, na produção mundial de açúcar, apenas 5,1%, na primeira metade da dé-

(16) O gráfico possui, além da escala dos anos (eixo horizontal), a de milhares de toneladas, (relacionada com o volume da produção e a exportação), e a de libra por toneladas de açúcar, relativa aos preços.

GRÁFICO 1 - Exportações Brasileira e Produção Pernambucana de Açúcar (Médias Anuais) e Preço do Açúcar no Mercado Internacional (£/T)



FONTE: EISENBERG, Peter L. Modernização sem Mudanças. Paz e Terra/UNICAMP. São Paulo, 1977.

cada de 70 alcançava 40% (17).

A reação brasileira possibilitou uma retomada dos níveis produzidos e exportados já no início da década de '70. A exportação brasileira de açúcar assiste uma nova retomada entre 1866-70 e 1881-85, quando se expandiu a uma taxa anual de 5,3% (ver gráfico 1), declinando bruscamente a partir daí. A produção pernambucana tem um fôlego maior, expandindo-se até 1891-95, ganhando portanto mais uma década em relação à exportação: seu crescimento entre 1866-70 e 1891-95 se traduziu em uma taxa anual de, aproximadamente, 4,7%. As armas e os procedimentos adotados para garantir esta expansão foram, fundamentalmente: (i) a busca de novos mercados, sobretudo o americano, e, internamente, (ii) uma intensa e, sem dúvida, tardia modernização dos processos tecnológicos, (iii) ao lado da evolução da taxa de câmbio, como uma política compensatória de favorecimento dos exportadores diante de um declínio dos preços no mercado internacional, que seguramente não foi determinada unicamente pelos produtores e exportadores de açúcar.

No que se refere à busca de novos mercados, face à perda gradativa dos mercados europeus conquistados pelos produtores do açúcar de beterraba, o alvo escolhido foi o mercado dos Estados Unidos, com alguns resultados positivos. De fato, no meado do século (1851-55), o Brasil exportava para aquele país 6,8 mil toneladas métricas de açúcar, que representavam 5,3% do total das exportações de açúcar brasileiro. Já em 1880-84 exportou, como média anual 108,3 mil toneladas métricas, que, à época, representaram 45% das exportações totais de açúcar do país. Em períodos seguintes (1885-89) é mantido este nível (94,9 mil), para posteriormente declinar: 75,2 mil (1890-94), 62,9 mil (1895-99). Este foi um dos procedimentos que seguramente postergou a crise que a competição mundial, sobretudo com a viabilização da produção de açúcar da beterraba, iria trazer para a produção e exportação brasileiras (18).

(17) EISENBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p.47 (Quadro 7).

(18) EISENBERG, Peter L. op. cit., p.49 (Quadro 8).

A outra arma foi a de incorporação de inovações tecnológicas na atividade açucareira. Foi, seguramente, uma modernização tardia, pois muitas das soluções tecnológicas já eram aplicadas em vários centros produtores, com êxito^(19). De fato a "... modernização da tecnologia do açúcar em Pernambuco só foi iniciada seriamente após os anos 1870"^(20). Não obstante este fato, passos importantes foram dados anteriormente: a adoção de novas variedades de cana; a gradativa substituição dos engenhos de tração animal pelos engenhos a vapor, que somente tomaram impulso nas décadas de 50 e 60; modificações nos tambores da moenda; novos processos produtivos adotados na fabricação do açúcar branco; modificações nas fornalhas para uso do bagaço como combustível^(21).

É sobretudo com as usinas, após a experiência fracassada nos engenhos centrais, que ocorrem as grandes transformações na atividade industrial. Manuel Correia de Andrade refere-se ao surgimento e à presença de 49 usinas, em Pernambuco, no período 1885-1900^(22). Peter Eisenberg, considerando os empreendimentos que chegaram a produzir e a data da primeira safra, registra o aparecimento dos engenhos centrais e usinas na seguinte progressão: em 1871-80, cerca de quatro unidades produtivas; na década seguinte (1881-90), 25 empreendimentos; no período 1891-1900 cerca de 26 unidades produtivas, e, na década seguinte (1901-10), mais cinco^(23). Para se ter uma idéia do significado das mudanças é suficiente assinalar, como fez Eisenberg, que não obstante os avanços obtidos no aumento de

(19) Assim, as caldeiras a vácuo em Cuba, Peru, México e Louisiana, na década de 40, que somente são introduzidas em Pernambuco no decênio de 1870; a própria experiência dos engenhos centrais, considerada "a salvação da indústria açucareira" e que resultou em um grande fracasso, no Nordeste, já haviam sido introduzidos, com êxito, nas Índias Ocidentais Francesas, no Egito. Ver EISENBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p.60 e 112.

(20) Idem, ibidem, p.77. Gileno de Carli, citado por Singer, estima em 30 anos o atraso da indústria açucareira do país. Ver SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Ed. Nacional. São Paulo, 1ª reimpressão, 1974. p. 296.

(21) ANDRADE, Manuel Correia de. op. cit., p.96, 98. EISENBERG, Peter L. Op. cit., 59-70, ver também SINGER, Paul. Op. cit. p.288.

(22) ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra... op. cit., p. 109.

(23) EISENBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p.126-129 (Quadro 20).

produtividade nos engenhos — passou-se de 682 quilos de açúcar por trabalhador em 1815 para 2.810 e, 1857 e 3.018 em 1876 — o grande salto é dado com as usinas que em 1907 (47 usinas pernambucanas) apresentavam uma produtividade de 18 mil quilos de açúcar por trabalhador. Vale registrar o aumento do preço entre 1881-85 (quando alcança o ponto mais baixo: 10,5 libras por tonelada) e 1891-95, quando chega a 14,5 libras (ver gráfico 1), que seguramente implicou um impulso adicional à introdução de novos processos tecnológicos.

Também no sistema de transportes, associado à produção do açúcar, verificam-se mudanças importantes que repercutiram sobre os custos e sobre a produtividade física da atividade econômica. Uma idéia das transformações pode ser obtida quando se consideram os meios de transportes adotados para o açúcar destinado ao Recife: se em 1883 aproximadamente 36% da carga era trazida por barcaças; 8,6% através de animais, e 55% por estrada-de-ferro; no começo do século atual (1903), o primeiro tipo de transporte foi responsável por apenas 15%, enquanto que a estrada-de-ferro já ocupava 85%. Com isto, no final do século, os trens "... tinham eliminado virtualmente, as caravanas de animais de carga.. As barcaças continuavam a ser a principal alternativa de transporte, mas sua participação no frete do açúcar declinara de mais de um terço para menos de um quinto pela década de 1910"⁽²⁴⁾. Deve-se ainda considerar o papel indutor das estradas-de-ferro na fundação e consolidação de novos engenhos em terras antes inproveitadas, conforme registra Eisenberg (pág. 148).

Outro elemento que possibilitou a sustentação da atividade produtiva, além dos novos mercados e da inovação tecnológica, foi a taxa de câmbio. A partir de 1851-55 há uma redução sistemática da relação da libra em relação ao mil-réis: de uma cifra de 28,1 penies por mil-réis em 1851-55, alcança-se 25,6 vinte anos depois, 20,8 em 1881-85 e 11,7 em 1891-95; no final do século (1896-1900) alcança-se a cifra de 8,3 penies por mil-réis⁽²⁵⁾.

(24) Idem, ibidem. p. 73

(25) EISENBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p. 49 (Quadro 8).

Todo este esforço, no entanto, não impede o vertiginoso declínio das exportações de açúcar que se inicia na década de 80 (ver gráfico 1), acentuando-se na década seguinte, alcançando na primeira da década do século atual nível equivalente ao dos anos 1826-30. A produção de açúcar em Pernambuco apresenta um declínio bem menos acentuado que o das exportações brasileiras, inclusive pelo fato de que, já na segunda metade do século passado e, sobretudo, nos anos 80, começara a desenvolver esforços de comercialização interna do açúcar, que se intensificam no final do século passado e início do atual. Será feito um aprofundamento deste tema quando do exame do processo de articulação interregional.

Não se pode negar que este reaparecimento do açúcar no cenário da economia brasileira no século XIX implicou, antes de mais nada na geração de um volume significativo de emprego. De fato, o nível das exportações brasileiras (muito concentrado no Nordeste) evoluiu, de acordo com informações anteriormente apresentada, de um patamar de 40 mil toneladas em 1821-25, para 240 mil em 1881-85. A produção pernambucana passou de um pouco mais de 7 mil toneladas no início do século para alcançar, no auge, em 1891-95, cerca de 180 mil toneladas (ver gráfico 1). Isto significa, no caso de Pernambuco, que se passou do cultivo de aproximadamente três mil hectare da cana, no início do século, para 90 mil na primeira metade da década de 90, o que, sem dúvida, sobretudo no campo representou um crescimento acelerado do emprego, seguramente de mais de 4% ao ano, dado que nesta atividade não devem ter sido significativos os ganhos de produtividade por pessoa ocupada, no século passado^(26).

No entanto, interessa registrar que ao lado do volume do emprego devem ser consideradas as alterações significativas nas relações de produção. É neste período que ocorre a abolição

(26) Estimativas feitas por Eisenberg a partir de documento da época estabelecem a relação de cinco quilos de açúcar para cada 100 quilos de cana moída e a relação de 40 toneladas de cana por hectare. O autor chama a atenção, em seguida, para o fato de que a "cana amadurecia em 12 ou 17 meses; assim, para garantir uma colheita anual de 32,013 hectares (estimativa para a safra de 1854), os agricultores teriam que plantar o dobro dessa área, além de deixar uma área igual plantada em alqueire. Eles, também, teriam de destinar para as pastagens dos animais de trabalho e para as culturas alimentícias uma área total que devia equivaler, quíça, à plantada em cana de açúcar". EISENBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p. 149.

dos escravos, e que já no início da segunda metade observa-se a substituição gradativa da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre. Os trabalhadores livres, constituídos inicialmente dos agregados (moradores), que representavam no começo a parcela mais importante, passam a ser constituídos também pelo contingente de assalariados e diaristas. Além disso, pouco a pouco começa a ter importância o arrendatário que chega inclusive a substituir na direção de algumas unidades de produção o senhor-de-engenho ou o proprietário na sua transformação em fornecedor de matéria prima para as unidades maiores, como as usinas. No que se refere às condições de remuneração e ao regime de trabalho, a vigência e a herança recente do regime de escravidão, o monopólio da terra por parte de um número mais reduzido de proprietários e o aumento da concentração da propriedade ocorrido no surgimento e difusão das usinas, estão sem dúvida associados à desigual distribuição de renda que ainda hoje caracteriza a economia nordestina, notadamente o seu segmento produtor de açúcar e às condições de vida precárias do trabalhador do açúcar, descrita pela literatura, pelos levantamentos e estudos sociais realizado na sub-região.

Vale lembrar aqui os aspectos contraditórios das repercussões sociais do desenvolvimento dessa atividade, no século XIX e no início do século atual, quando se inicia o longo processo de articulação comercial entre as regiões brasileiras. De um lado toma vulto e importância, neste particular, a expansão do emprego — direta e indiretamente — a partir do ressurgimento do açúcar nordestino na economia brasileira, inclusive no desenvolvimento das atividades urbanas em centros próximos à área produtora, como é o caso do Recife^(27). As relações inter e intra-setoriais que passam a existir a partir da transformação da indústria açucareira são importantes e têm seu rebatimento nos centros urbanos da região. Singer ressalta que "a

(27) SINGER, Paul. Desenvolvimento... op. cit., cap.6, p.291, 301-307. Este autor estima que o crescimento demográfico do Recife teria sido de 90% entre 1823 e 1866 (p.291) e ademais, que no último quartel do século XIX teria sofrido um "Nítido processo de industrialização a partir de 1875" (p.304) e que o "Setor de Mercado Interno de Pernambuco estava expandindo-se e diversificando com intensidade na época em que a grande atividade do Setor de Mercado Externo... estava sofrendo transformações revolucionárias, sob o impacto das mudanças ocorridas no mercado mundial" (p.306).

industrialização do açúcar contribuiu para o aparecimento de indústria no Recife ao:

- a) criar mercado para certos bens de produção, como cal, sacaria, veículos, etc.;
- b) ampliar o mercado de bens de consumo, ao provocar mudanças nas relações na zona rural, com a consequente expansão da economia de mercado em detrimento do Setor de Subsistência e
- c) ao expulsar do campo levas de trabalhadores que iriam constituir, em Recife, um verdadeiro Exército Industrial de Reserva^(28).

De outro lado, o registro de que a inovação, tem também uma capacidade destruidora de postos de trabalho que, no caso em exame, deverá ter-se concentrado nas atividades industriais da economia açucareira — a usina significa não só um aumento significativo da produtividade mas, igualmente, uma concentração geográfica do emprego industrial antes diluída nos vários engenhos — com a substituição de muitos engenhos por poucas usinas; e na atividade de transporte, quando a estrada-de-ferro passa a substituir o transporte de animais e barcaças, bem mais intensivos em mão-de-obra.

Convém considerar, no entanto, as características dessa tardia "revolução industrial" na atividade açucareira. Ela se dá parcialmente, sem substituir integralmente a atividade dos engenhos. Estes, conforme registra Eisenberg e Correia de Andrade, não só ampliaram seu número em alguns períodos de implantação das usinas, como sobreviveram durante várias décadas da

(28) SINGER, Paul. Desenvolvimento... op. cit., p.307 e 308.

primeira metade do século atual (29). Isto significa que a modernização ocorreu com a coexistência, durante um longo período, da velha e ultrapassada unidade de produção — que possuía uma grande capacidade de absorção de mão-de-obra — com a moderna usina, o que minimiza o impacto destruidor da inovação, embora mantendo a produtividade da economia no nível bem abaixo do que se poderia alcançar com uma maior difusão do progresso técnico. O impacto destruidor de emprego, se daria já em pleno século XX, quando novos surtos exportadores e a conquista da fatia de novos mercados tornaria possível que a modernização, até então inconclusa, viesse a se completar.

Outro aspecto que deve ser considerado tanto no processo de integração da atividade produtiva no espaço regional, como na expansão econômica verificada no século XIX é o do desenvolvimento do sistema de transportes, notadamente ferroviário. Ainda nas décadas iniciais do século passado, ao lado das barcaças, o transporte mais utilizado pelas atividades mais capitalistas da região, a produção de açúcar, estava constituído por carros de boi, caravanas de mulas e cavalos, a custos reconhecidamente altos, notadamente em relação aos transportes terrestres, dada a precariedade das estradas. Também no algodão prevalecia o transporte de tração animal.

É na segunda metade do século XIX que se iniciam as transformações mais relevantes. Já no final da década de 70 as

(29) Peter Eisenberg estima que o número de engenhos de açúcar em Pernambuco teria passado de 1.356 em 1850, para 1.446 em 1870, 1.975 em 1890, reduzindo-se para 1.530 em 1900. No ano de 1914 seu número ainda seria de 2.788. EISENBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p.265 (Apêndice 3). Manuel Correia assinala a respeito: "Interessante... é salientar a capacidade de resistência do bangüê. Com menores capitais, técnicas mais atrasadas, baixa produtividade e pondo no comércio um produto de qualidade inferior, o bangüê resistiu como pôde ao surto usineiro, voltado que estava para o mercado consumidor regional. A reação do bangüê fez-se com tal energia que, apesar de suas fraquezas econômicas e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, só no fim da década de 1951-60, veio praticamente a extinguir-se. Assim o bangüê reagiu por mais de 70 anos à investida das usinas... Para citar alguns exemplos, salientamos que em 1914, exatamente 38 anos após o estabelecimento dos primeiros engenhos centrais em Pernambuco, só 490 engenhos, isto é 17,5% dos bangüês do Estado estavam de "fogo morto", dominados pelas 49 usinas então existentes... Também em Alagoas em 1931 haviam 27 usinas mas 60% dos engenhos, cerca de 618, continuavam a funcionar e produzir ainda cerca de 31% do açúcar alagoano". ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra... op. cit., p.114.

estradas públicas, em Pernambuco alcançavam 384 quilômetros, centrados em grande parte na zona canavieira, convergindo para o Recife. A esta se somam as estradas particulares, notadamente as de iniciativa dos agricultores e dos senhores-de-engenho^(30). É também desta época — meado do século — a introdução do vapor no transporte fluvial, quebrando o isolamento de muitas áreas do Maranhão e do Piauí, e intensificando, no Recôncavo e no Sul da Bahia, a navegação costeira e fluvial, completando e adensando a articulação Maceió-Salvador-Caravelas (Sul da Bahia) com linhas regulares de vapores. O rio Parnaíba, o São Francisco e o Jequitinhonha passam a ter uma mais intensa utilização, tendo sido franqueado o tráfego a navios estrangeiros no São Francisco, até Penedo, em 1867^(31).

No entanto, é o transporte ferroviário que representa a grande inovação na segunda metade do século XIX. Os primeiros caminhos de ferro construídos no Nordeste partiram do Recife, servindo inicialmente a área açucareira e posteriormente abrangendo o Agreste (ver gráfico 2): "Em direção ao Sul, a ligação de Recife a Cabo (1858), prolongando-se para Escada (1860) e Palmares (1862) e atingindo Garanhuns, já na zona do Agreste em 1887. Para o Norte, Recife-Pau-d'Alho (1881), alcançando Limoeiro (também no Agreste) em 1882 e Timbaúba em 1888. Para Oeste, Recife-Jaboatão (1885), chegando os trilhos de Russinhas em 1887"^(32).

Na década de 60, tem início, na Bahia, a construção da primeira seção da estrada de ferro que ligaria a capital do Estado ao São Francisco, alcançando de imediato Alagoinha (1863), Senhor do Bonfim e Esplanada (1887) e, de 1881 a 1888, a estrada que partindo de São Félix, para Oeste, dirige-se por

(30) PINTO, Estevão. História de uma Estrada-de-Ferro, do Nordeste. Livraria José Olímpio Editora. Rio de Janeiro, 1949. À página 31 este autor refere-se à existência de mais de 400 quilômetros, em 1868, de estrada de rodagem e ao fato de que seu incremento teria prosseguido regularmente na década de 80. A estimativa de 384 km é registrada por EISENBERG, Petr L. Modernização... op. cit., p. 71.

(31) Consultar BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil: Geral e Regional. Cultrix. São Paulo, 1967. Vol.2 Nordeste (p.156) e Vol. 3. Bahia (p.110).

(32) BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil. . op. cit., Vol. 2, p.158.

João Amaro e Machado Portela no rumo de Contenda^(33). A difusão do referido meio de transporte ocorrerá no Ceará na década de 70^(34) e outros Estados nordestinos na década seguinte^(35).

No início do século (1909) a Great Western, a empresa de capitais ingleses que, praticamente, controlou, através de contratos de arrendamento, toda a rede ferroviária do Nordeste Oriental (a exceção do Ceará), administrava um sistema que possuía ramais com expansão de 1.454 quilômetros. A rede Norte desse sistema, que abrangia o Rio Grande do Norte, a Paraíba e a sua ligação com Recife, tinha a extensão de 596 Km; a rede central (Recife-Pesqueira), dirigindo-se para o Oeste possuía 228 Km, e a rede Sul, servindo basicamente a parte meridional de Pernambuco e o Estado de Alagoas, com 497 quilômetros. A esta extensão deve ser acrescentada a da Estrada de Ferro de Paulo Afonso (115 Km) e um pouco mais de uma dezena de quilômetros de ligação com a central de Pernambuco^(36) (ver gráfico 2).

É evidente que a vinculação entre os diversos espaços regionais, relativamente isolados até a primeira metade do século XIX, ao lado da redução dos custos de transporte, sobretudo no sistema ferroviário, implicaram repercussões significativas sobre a economia regional. De uma lado, viabilizaram o aproveitamento econômico de terras inaproveitadas ou só parcialmente incorporadas à economia de mercado, reforçando, por exemplo, a tendência de expansão dos engenhos em áreas sem acesso a

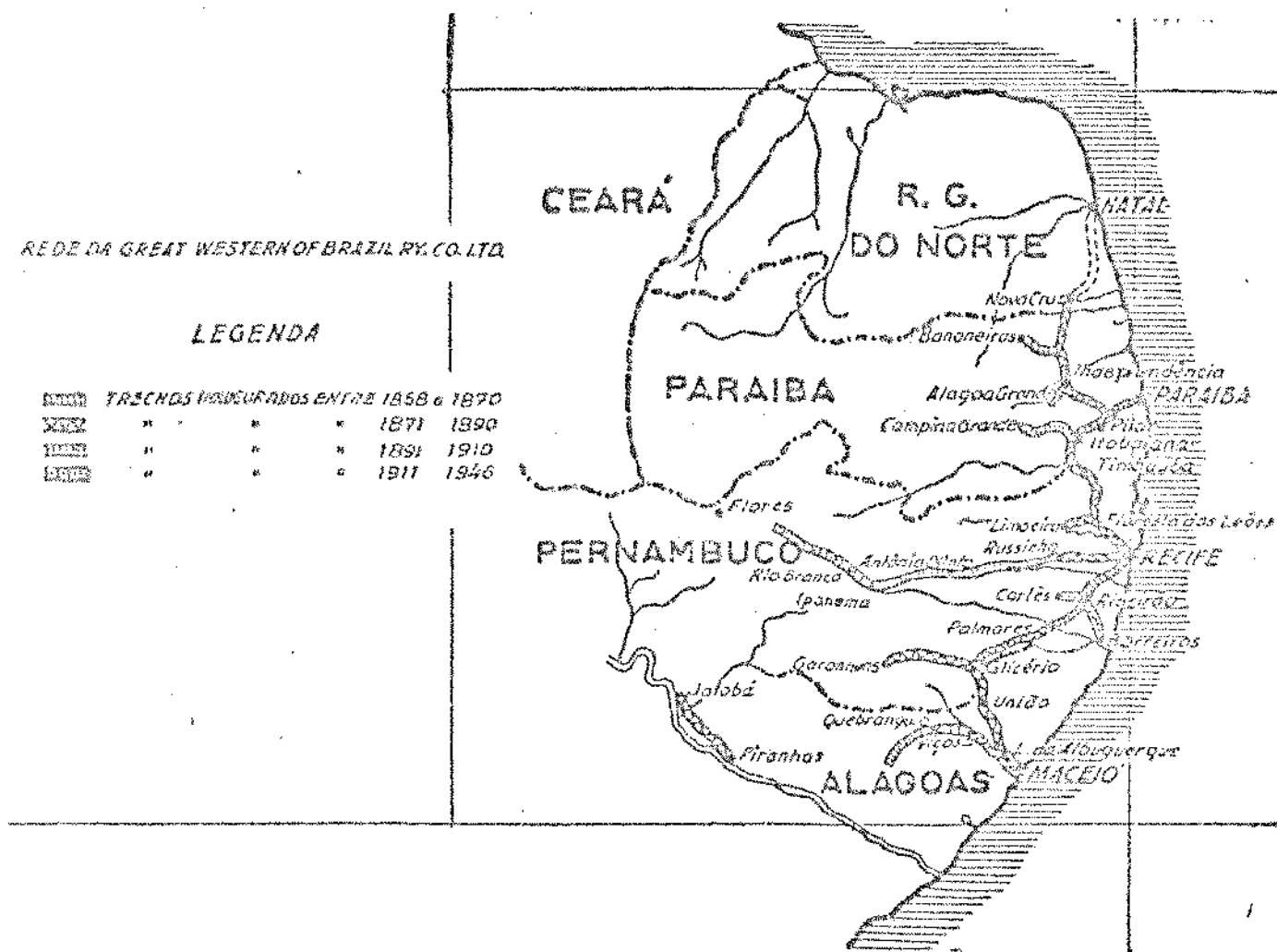
(33) BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil... op. cit. p.111.

(34) Partindo de Fortaleza, na direção Sul, alcançava Parangaba (1873), Pacatuba (1876), ramal de Maranguape (1879), alcançando Baturité em 1882. Acrescente-se a esta a ferrovia que partindo de Camocim (litoral ocidental) alcança Sobral em 1882. BRUNO, Ernani Silva. op. cit., Vol. 2, p.158.

(35) Rio Grande do Norte: partindo de Natal, para o Sul, pela zona litorânea alcança Nova Cruz em 1883; Paraíba: articulação da capital com Pilar (1883) e com Guarabira (1884); Alagoas: "a estrada de Paulo Afonso, de Piranhas (no Rio São Francisco), à divisa ocidental alagoana, em 1883, e a estrada de Jaraguá (na costa) a União (no interior), em 1884". BRUNO, Ernani Silva História do Brasil... op. cit., Vol.2, p.158.

(36) PINTO, Estevão. História de uma Estrada de-Ferro...,op.cit., p.137.

GRÁFICO 2 - Mapa Ferroviário do Nordeste



FONTE: PINTO, Estevão. História de uma Estrada-de-Ferro no Nordeste. Liv. José Olímpio Editora. Rio de Janeiro, 1949. p.149.

cursos d'água navegáveis ou ao mar; ou ainda pela incorporação de áreas isoladas próximas aos rios navegáveis, permitida pelo transporte marítimo e fluvial a vapor. De outro lado, possibilitando o surgimento e a expansão de grandes empórios do interior (Caruaru, Pesqueira, Garanhuns, Bezerros, Bezerros, Vitória, Campina Grande, União, Viçosa, Palmeira dos Índios, etc), e efetivando a intensificação do seu comércio com os portos regionais mais importantes, como o de Maceió, Cabedelo, Natal, Recife, as estradas de rodagem e o transporte ferroviário provocaram, simultaneamente com o desenvolvimento da atividade produtiva, transtornos para núcleos urbanos tradicionais que ficaram fora do seu traçado, redefinindo a ocupação do espaço e a localização futura da atividade produtiva^(37).

Além da agricultura de subsistência ou da produção comercial de alimentos que se desenvolveu à medida que aumentava a população, a renda regional, e ampliavam-se os seus núcleos urbanos, novos ou antigos produtos de exportação aparecem na pauta de exportação nordestina, implicando o adensamento e a intensificação da atividade produtiva. O cacau começa a, efetivamente, marcar sua presença no final do século passado e início do atual: as exportações, segundo Caio Prado Júnior, pulam de 1,6 mil toneladas em 1880 para 3,5 mil em 1890 e 13,3 mil em 1900. Ao lado da borracha, na Amazônia, e coincidentemente no mesmo período, tal atividade teve, igualmente, por base o deslocamento, inclusive por razões climáticas, de mão-de-obra de outras áreas do Nordeste, notadamente do semi-árido. No início do século atual a arrecadação de impostos sobre as exportações de cacau significava mais de 20% de toda a renda pública da Bahia. Reconhece o referido historiador que "direta ou indiretamente, quase toda riqueza baiana e a vida dos habitantes repousará nos cacauais", que, sem dúvida, "trarão... um certo bem estar e dasa-fogo econômico"^(38). A expansão da produção africana, estimulada pelos ingleses, já na primeira década do século atual revela seus efeitos sobre as exportações. No entanto vale ressaltar que a Bahia não deixará de desenvolver sua produção após uma

(37) Ver EISENBERG, Peter L. Modernização... op.cit., p. 71; PINTO, Estevão. História de uma... op.cit., p.214.

(38) PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica... op.cit., p. 241, 242.

fase de estagnação na maior parte dos anos de primeira década do século^(39). Ainda na Bahia, ao declínio do açúcar nas duas últimas décadas do século passado, corresponde, segundo, alguns registros, o cultivo do fumo, notadamente em Cachoeira e em São Félix, abrangendo no entanto outros municípios que se dedicaram ao cultivo e preparo do tabaco tais como Inhambupe, Maragogipe, Santo Amaro, Nazaré, Curralinho (Castro Alves) e Feira de Santana^(40).

1.3. O reservatório de mão-de-obra

As informações disponíveis sobre a evolução da população nordestina confirmam a grande capacidade que a atividade econômica teve, neste espaço regional, na retenção de sua população e na absorção da força de trabalho, embora não se possa deixar de reconhecer, que isto se dá através de relações de trabalho extremamente espoliativas e precárias. Os dados mais confiáveis, apresentados no gráfico 3, revelam que a população regional, que na primeira década do século passado estava em torno de um milhão de pessoas — 938 mil em 1808 — alcança cifras superiores a seis milhões na última década do referido século — 6,02 milhões em 1890 e 6,75 milhões em 1900. Isto significa que entre 1808 e 1900 a população nordestina expandiu-se a uma taxa significativa de 2,2% ao ano, idêntica à apresentada pelo Brasil no mesmo período^(41).

Esta capacidade de retenção da população e absorção da força de trabalho está, sem dúvida, associada ao dinamismo da economia nordestina no século XIX, até, pelo menos os anos 70, e aos processos produtivos intensamente utilizadores de mão-de-obra e de baixo nível de produtividade, encontrados na agri-

(39) AMARAL, Luís. História econômica... op. cit., Vol.2, p.136.

(40) BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil... op. cit., Vol.3, p.107. O autor afirma que o fumo já em 1877 ocupou, com o declínio da indústria açucareira, o primeiro posto no "quadro das exportações da Bahia" (p.107).

(41) Estimativas constantes do trabalho coletivo, publicado pelo CICRED (Comité International de Coordination de Recherches Nationales en Démographie) - La Population du Brésil. CICRED. Paris, 1975. Ver especialmente MARCÍLIO, Maria Luiza, Evolução Histórica de la Population Brésilienne jusqu' en 1872 e GOMES ALVES, Mirna Ayres Issa. La Population Brésilienne de 1872 à 1970, da referida coletânea. Examinar, igualmente, LOPES, Juarez Rubens Branco & PATARRA, Neide Lopes. Amenagement du Peuplement au Brésil suivant les Régions et entre Zones Rurales et Urbaines, também da coletânea do CICRED.

cultura de subsistência, na atividade de criação de gado, e no artesanato e na atividade semi-industrial difundido nos centros urbanos e junto às atividades agropecuárias, constituindo o que se denomina de "complexo rural" (42). Além disso, este padrão de intensa absorção da mão-de-obra é também encontrado na atividade exportadora, mesmo aquela, como a da produção do açúcar, que na segunda metade do século sofreu um intenso processo de modernização, como se assinalou anteriormente. Na verdade, o sistema açucareiro, no seu processo de inovação dos métodos de trabalho adotados na produção, permitiu durante décadas, a coexistência das usinas com o bangüê, este, com sua baixa produtividade, comparativamente com a usina, e uma grande capacidade de absorção da força de trabalho.

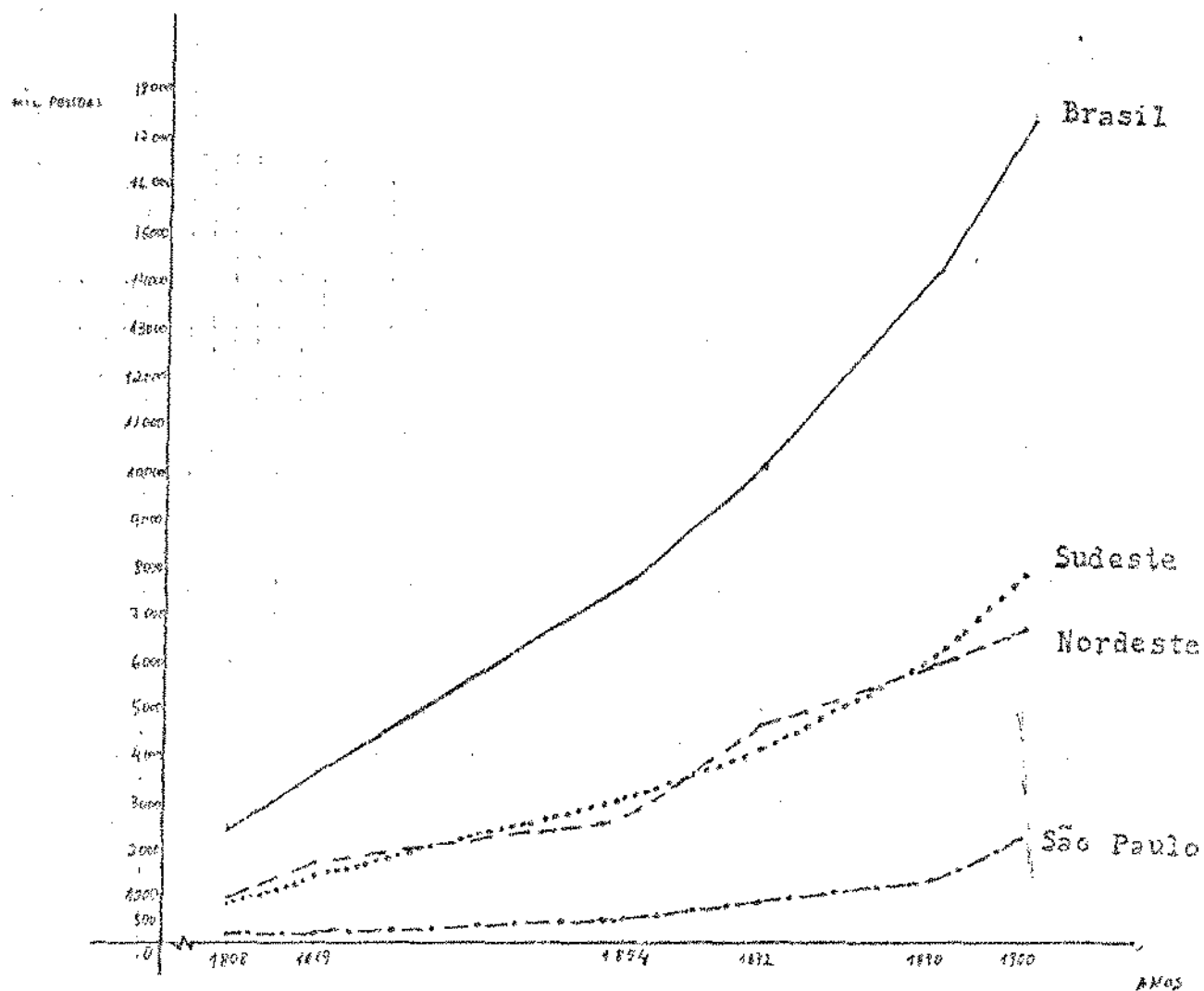
No entanto, o exame mais detido dos dados demográficos disponíveis revela que ocorreram mudanças importantes tanto na evolução da população nordestina, no final do século em relação ao período anterior, como no comportamento da população de São Paulo e do Sudeste (Minas Gerais, Rio, Espírito Santo e São Paulo). De fato, entre 1808 e 1872 a população do Nordeste expandiu-se a uma taxa de 2,6% ao ano, período em que o país em seu conjunto crescia, em termos demográficos, 2,3% e o Sudeste e São Paulo 2,4% e 2,2%, respectivamente (ver tabela 1). Nas últimas décadas do século XIX, mais exatamente no período 1872-1900, alteraram-se significativamente as posições: a população nordestina reduz seu crescimento para 1,3% ao ano, enquanto o Sudeste e São Paulo alcançam a marca, respectivamente, de 2,3% e 3,6% (43).

Por trás deste comportamento da população estão alguns determinantes econômicos e fatores de ordem climática. Em primeiro lugar a crise que se segue, após o dinamismo anteriormente assinalado, alcançando particularmente o açúcar (ver grá-

(42) RANGEL, Inácio. Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Liv. Progresso Editora. Salvador, 1957, p.55, 56 e 57.

(43) A estimativa do Sudeste está muito afetada, pelo crescimento menos intenso de 2% ao ano de Minas e 1,8% do Rio. Ver LOPES, Juarez Rubens Brandão & PATARRA, Neide Lopes. Amenagement du... op.cit., p.124.

GRÁFICO 3 - Evolução da População no Brasil - 1808/1900



FONTE: CICRED. La Population du Brésil. CICRED. Paris, 1975.

Tabela 1 - Taxas Anuais de Crescimento da população

Especificação	1808-1900	1808-1872	1872-1900
Nordeste	2,2	2,6	1,3
Sudeste	2,4	2,4	2,3
São Paulo	2,6	2,2 (2,4) ¹	3,6
Brasil	2,2	2,3	2,0

FONTE: CICRED. La Population du Brésil. CICRED. Paris, 1975.

Nota: (1) o valor fora do parêntese refere-se à comparação da população de São Paulo e do Paraná em 1808, e entre parêntese à população de São Paulo em 1819.

fico 1) e o algodão, pelas razões já expostas^(44). Registre-se também dois acontecimentos que, conjugados, tiveram repercussões significativas sobre a evolução demográfica do Nordeste: a grande seca do final dos anos 70 e o novo, intenso e extremamente curto ciclo da borracha. No caso da seca, que se estendeu de 1877 a 1879, vários documentos referem-se à devastação da atividade econômica, à quase extinção dos rebanhos das áreas atingidas e à morte por fome e doenças de parte significativa da população de alguns Estados atingidos, particularmente o Ceará^(45). Aos fatores "expulsivos" associados à grande seca, somaram-se os de "atração" para a população dos Estados mais setentrionais do Nordeste, representados pelas oportunidades de trabalho do "boom" da borracha na Amazônia. De fato, entre 1872 e 1890, segundo estimativas de Douglas Graham e Sérgio B. de Holanda Filho, teriam deixado aos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí cerca de 330,7 mil pessoas, ou seja, 18,3 mil por ano; já no período 1890-1900 teriam saído dos referidos Estados cerca de 126,7 mil, ou seja, uma média anual de 12,7 mil. Celso Furtado estima que o fluxo para os Estados do Pará e Amazonas (sem considerar o Acre), entre 1872 e 1900 teria sido da ordem de 260 mil pessoas e que, considerando o período até a primeira década do século atual, "... a população destacada para a região amazônica não seria inferior a meio milhão de pessoas"^(46).

Enquanto surgiam, na história econômica e social do Nordeste, os primeiros grandes fluxos de emigrantes em direção de outras áreas, a região do Sudeste e, especificamente o Estado de São Paulo iniciavam sua expansão econômica com base no

(44) Ver estimativas de Furtado para a renda no Nordeste na segunda metade do século XIX - FURTADO, Celso. Formação... op.cit., Cap.XXV - e a análise de MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Crise Agrária Lutas de Classes (O Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889). Horizonte. Brasília, 1980. p.39 a 49. Discutível, de acordo com dados apresentados anteriormente, a generalização que Celso Furtado faz para toda metade do século XIX.

(45) Ver SUDENE. As Secas do Nordeste (Uma Abordagem Histórica de Causa e Efeitos). SUDENE, Recife, 1981. HIRSCHMAN, Alberto. Política Econômica na América Latina. 1^{da} ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1965. p.33.

(46) FURTADO, Celso. Formação... op.cit., p.131.

café, refletindo posteriormente numa industrialização e urbanização associadas ao setor exportador. Isto implicou em uma demanda intensa de força de trabalho, com essa região exercendo uma grande atração notadamente sobre a mão-de-obra estrangeira. Merrick e Graham^(47), citando Mortara estimam que a entrada de imigrantes no Brasil passou 215 mil em 1871-80, para 530 mil na década seguinte, alcançando 1.125 mil em 1891-1900. Na primeira década do século atual a cifra dos migrantes passa para 670 mil e na década 1911-20 para 795 mil. No que se refere a São Paulo, vale ressaltar que a partir da década de 80 do século passado mais da metade da imigração para o Brasil dirigia-se para esse Estado. Isto é que explica a inflexão do crescimento populacional de São Paulo e a continuidade da expansão demográfica do Sudeste, em seu conjunto, enquanto o Nordeste inicia sua perda relativa que continua até os dias atuais.

Em resumo, o ritmo e a natureza da evolução econômica do Nordeste na maior parte do século XIX prepararam a região para uma função que ela viria a desempenhar no final desse mesmo século e durante os anos do século atual, até pelo menos o presente: a de fornecedor de mão-de-obra para as várias regiões brasileiras em distintos momentos do desenvolvimento econômico rural e urbano do país. A base populacional do Nordeste havia, sem dúvida, crescido o "suficiente para atender as necessidades de mão-de-obra de novas áreas de exploração da borracha no Norte e a demanda de trabalho escravo para a plantação de café que cresciam no Sul e, ao mesmo tempo, facilitar a transição de trabalho escravo para o trabalho livre nas plantações de açúcar no litoral do próprio Nordeste"^(48). É esse "reservatório" de mão-de-obra que vai, a partir dessa época, atender as necessidades de mão-de-obra que a oferta internacional, notadamente européia, não mais satisfaz com o decorrer dos anos do presente

(47) MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H. População e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Zahar. Rio. 1979. p.59 e 125. Esses autores à página 124 assinalam: "A concentração regional é outra característica da imigração brasileira, sendo São Paulo o Estado dominante no padrão nacional. Durante todo esse período (de 1881 a 1929), São Paulo recebeu 57% do total da imigração registrada... Durante o período de imigração mais intensa, na década de 1890, essa concentração chegou a 70%".

(48) MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H. População... op.cit., p.113.

século. É evidente que, correspondentemente, a essa capacidade de retenção da população ou da formação dessa numerosa base demográfica existia uma estrutura produtiva difusa por quase todo espaço regional, notadamente ao Nordeste Oriental, com um relativo adensamento no interior e na periferia imediata dos núcleos exportadores. No limiar do século atual, quando se assiste à demarcação do processo de articulação inter-regional, o Nordeste retinha um contingente populacional que correspondia a 42% (1890) ou 39% (1900) da população brasileira.

2. A Realização dos Excedentes e o Capital Mercantil

Nas páginas que seguem procura-se acompanhar, analiticamente, o desenvolvimento da articulação do Nordeste com o resto do país na primeira metade do século atual.

Esta articulação, procedida em grande parte através do desenvolvimento das relações comerciais, de venda e compra de mercadorias, teve no capital mercantil, o seu principal protagonista. Posteriormente, com o desenvolvimento da indústria nacional, o processo de articulação passa a ser comandado pelas diversas frações do capital produtivo, mais exatamente pelo industrial que no meado do século atual expande seu mercado por todas as regiões brasileiras.

Como se verá a seguir, o processo de articulação comercial, visto a partir do Nordeste, possui, fundamentalmente, dois determinantes principais. De um lado a busca desesperada empreendida pelos produtores nordestinos de escoamento dos seus excedentes, antes colocados no comércio internacional, como o açúcar e o algodão; de outro lado, a indústria nacional, concentrada regionalmente no Sudeste e em São Paulo, que logo cedo teve de se voltar para os mercados das demais regiões brasileiras. Este último determinante representa o elemento primordial de constituição e consolidação do mercado interno brasileiro, exigindo alterações substanciais tanto no que se refere à super-estrutura que servia às relações comerciais anteriores, de mercados isolados, ou articulados apenas regionalmente, como no que diz respeito à infra-estrutura de transporte e comunicação, garantidora do fluxo de mercadoria que se deveria processar em todas as regiões brasileiras. É a partir do desenvolvimento industrial que se instaura uma competição inter-regional que pro-

voca um "ajustamento" das regiões às novas condições econômicas e, ao mesmo tempo, são criadas nos diversos mercados as bases de serviços comerciais e financeiros, suportes principais para o escoamento da produção industrial no mercado interno brasileiro.

Embora o desenvolvimento industrial constitua o determinante principal da formação do mercado nacional, não se pode minimizar, no caso do Nordeste, o papel relevante que a busca de mercados para os excedentes de produtos primários "exportáveis" teve no início do processo de articulação regional. De fato, como se verá, com a grande crise do setor externo nordestino nas décadas finais do século passado (projetando-se sobre o século atual), os produtores e exportadores do Nordeste iniciam a tentativa de realização de seus excedentes no mercado nacional. O que aconteceu com o algodão e o açúcar constitui a melhor ilustração dessa dramática procura de mercados.

Grosso modo, uma tentativa menos exigente de periodização desse processo de articulação inter-regional, na perspectiva do Nordeste, deveria considerar:

- a) a fase inicial de busca de alternativas de colocação dos produtos nordestinos, antes voltados em sua quase totalidade para os mercados internacionais;
- b) a fase intermediária, da expansão industrial articulada ao setor externo, que se superpõe, parcialmente, à anterior, de realização da produção da indústria incipiente do Sudeste, particularmente de São Paulo, nos mercados regionais;
- c) a fase de consolidação do mercado interno do país, com "industrialização restringida" e a implantação da "indústria pesada".

Essa fase intermediária, caracterizada, pela abertura dos mercados regionais para a produção industrial do Sudeste, compreende, na denominação de W. Cano^(49), uma etapa de procura dos mercados regionais por estímulo, e outra etapa na qual a motivação principal foi a da necessidade de colocação dos produtos,

(49) CANO, Wilson. Raízes... op.cit., p.234.

face à dimensão dos estabelecimentos e à intensidade da acumulação de capital no momento anterior. É esta partição que será adotada na exposição que se deverá seguir. É no entanto na consolidação do mercado nacional que são bem mais complexos as repercussões sobre as economias "periféricas".

O processo de articulação comercial tem, como móveis principais, como se assinalou, do lado da economia nordestina, a crise do seu setor externo — motivada pela retração da demanda internacional dos seus produtos — e, do lado da economia do Sudeste, o surto de industrialização paulista induzido pela pujante economia do café e pelas possibilidades oferecidas pelo mercado interno em expansão, ao que se deve acrescentar, como elemento adicional apenas, as freqüentes interrupções de fornecimento pelos produtores estrangeiros de bens industrializados, exigidos e demandados pela atividade produtiva e pelo consumidor nacional. São estes dois movimentos que vão produzir, no final, um só resultado: o entrelaçamento cada vez maior entre os sub-sistemas econômicos regionais, relativamente isolados, do Nordeste e do Sudeste.

2.1. A crise do setor externo

A compreensão do início do processo de articulação regional exige não só uma descrição, embora sumária, da crise do setor externo nordestino nas décadas finais do século XIX e nas iniciais do século atual, como uma compreensão do papel que o capital comercial ou mercantil desenvolveu nesta fase, na articulação dos centros produtores do Nordeste e os mercados consumidores do Sudeste, notadamente do Rio e São Paulo. Além disso, torna-se necessário, na compreensão desta função do capital comercial, ter presente aspectos importantes da estrutura produtiva do Nordeste, basicamente a sua heterogeneidade e as relações de produção que então prevaleciam.

Contrariamente ao que tem sido afirmado por alguns analistas, o que se deve assinalar é que o processo sistemático de integração dos mercados do Nordeste com o de outras regiões, notadamente o Sudeste, tem seu início nas últimas décadas do século passado, através da colocação dos produtos primários no mercado interno. É necessário ter em mente que não se trata de uma articulação comercial esporádica ou conjuntural. Na verdade, o

que ocorreu a partir da década de 80 e 90 foi uma tentativa — extremamente penosa, mas com relativo sucesso durante décadas — de institucionalização de fluxos comerciais regulares entre o Nordeste e o Sudeste, com a primeira região tentando explorar o novo polo dinâmico da economia brasileira e seus mercados em expansão vertiginosa. Para se ter uma idéia da expansão econômica das regiões produtoras, de café, à época, é suficiente afirmar-se que a exportação brasileira do café passou, na década de 50 do século passado, de 26,3 milhões de sacos (equivalente a uma receita de exportação de café de 49,7 milhões de libras) para 74,5 milhões de sacas (187,9 milhões de libras) na última década do século (1891-1900), duplicando, praticamente, na década seguinte (1901-1910) as quantidades exportadas: 130,6 milhões de sacas (50).

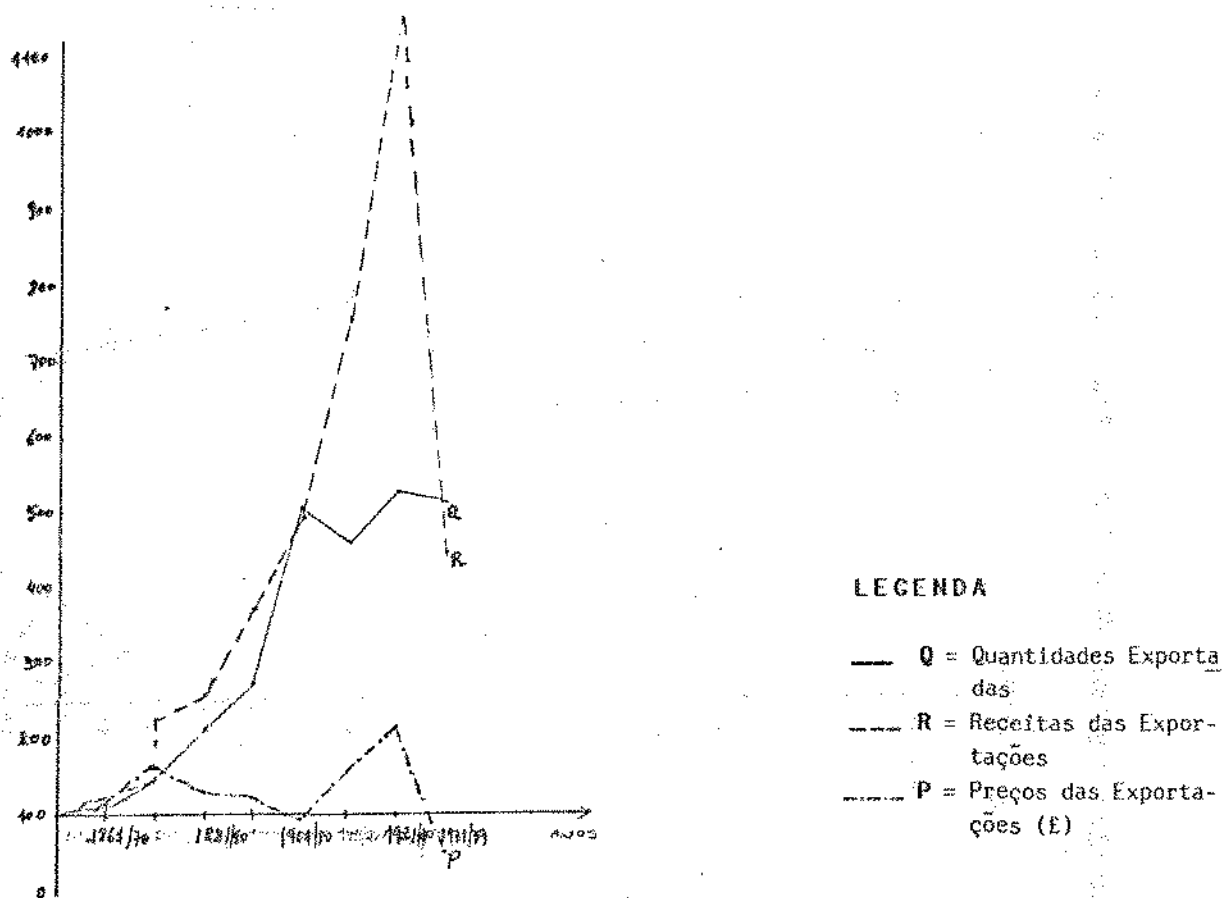
Ao lado da presença deste mercado em expansão no Sudeste, o móvel principal desta fase inicial de articulação comercial entre as regiões brasileiras foi, seguramente, a grande crise do setor externo nordestino, com sinais bem definidos a partir das últimas décadas do século XIX. Trata-se, seguramente de uma segunda crise — a primeira iniciada na segunda metade do século XVII, da qual resultou o grande período de "letargia" da economia regional — do "modelo" primário-exportador do Nordeste, que alcançou sobretudo as mais importantes atividades exportadoras que vinham apresentado um crescimento significativo até então, não obstante as ameaças latentes de crise. Em alguns desses produtos, como o açúcar, foram introduzidas importantes inovações, das quais resultaram alterações nos processos de trabalhos e nas relações sociais de produção, como se fez referência anteriormente.

Em resumo, a crise do "modelo" exportador, neste último quartel do século XIX e início do atual, ocorre num período imediatamente posterior a uma fase de ampliação da capacidade produtiva de região, que se expressa nos níveis de produção e exportação, na modernização de alguns setores produtivos e na expansão e modernização da infra-estrutura, notadamente a de transporte e no fortalecimento de alguns centros urbanos inter-

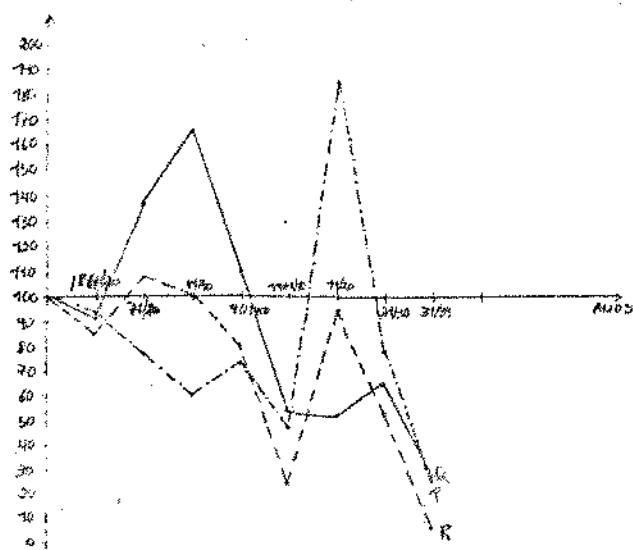
(50) IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, Ano V - 1939/1940. Rio 1941, pp. 1380 e 1381. Em razão da redução dos preços, a receita da exportação de café, neste último período, não teve o crescimento proporcional às quantidades exportadas.

GRÁFICO 4 - Índices do Comércio Exterior do Brasil: Café e Açúcar
(1851/60=100)

A - CAFÉ



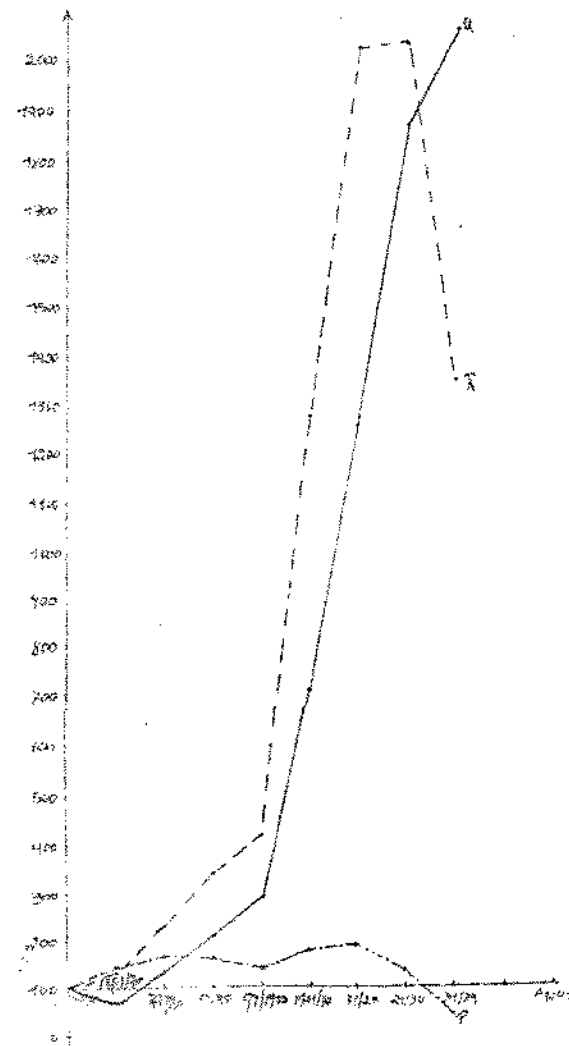
B - AÇÚCAR



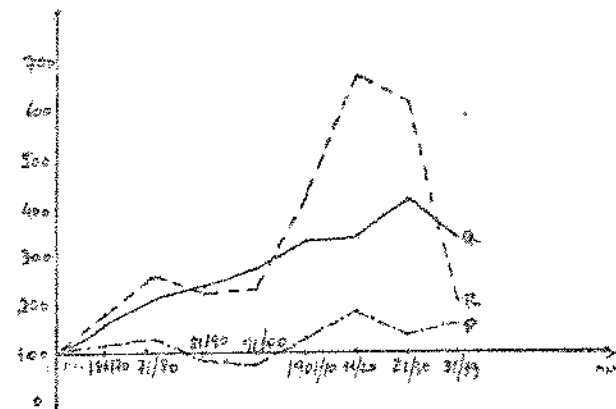
FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1939/40.

GRÁFICO 5 - Índices do Comércio Exterior do Brasil: Cacau, Algodão e Fumo (1851/50=100)

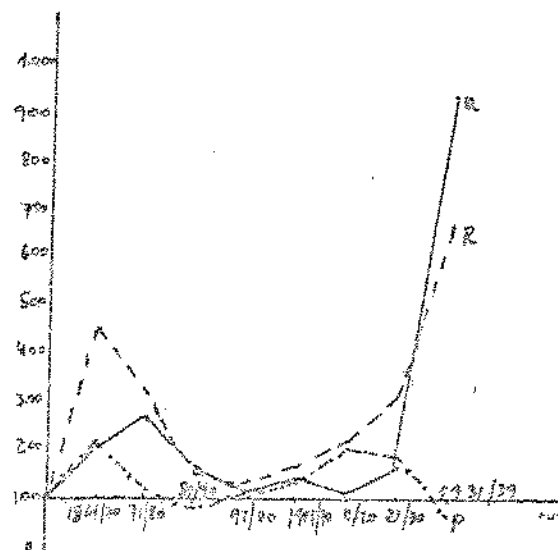
A - CACAU



B - FUMO



C - Algodão



LEGENDA

- Q = Quantidade Exportada
- - - R = Receita das Exportações
- P = Preço das Export. (f)

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1939/40.

mediários e das capitais de Estado.

Reside, seguramente, nos aspectos anteriormente citados, a resposta à indagação de porque a economia nordestina não repete, neste final do século XIX, a mesma forma de "ajustamento" à crise do setor externo a que se submeteu a partir da segunda metade do século XVII? Por que não entrou no longo período de "prostração" e de involução econômica e de divisão de trabalho, com uma expansão econômica e espacial apenas das atividades de subsistência, nos termos descritos por Celso Furtado^(51). Na verdade, vários fatores contribuíram para a adoção de outra alternativa de "ajustamento" da região ao arrefecimento de sua demanda externa: a presença, no interior das fronteiras do país, de um dinâmico mercado nas regiões produtoras do café; o estágio a que havia chegado a economia nordestina, não só pela existência de um grande contingente populacional, como pela presença de centros urbanos de grande porte, para a época, e uma estrutura econômica complexa, voltando-se cada vez mais, para o atendimento de sua demanda interna e dotada de uma infra-estrutura que já começa a interligar as várias sub-regiões e Estados nordestinos. Em síntese, o desenvolvimento das forças produtivas, no Nordeste e fora desta região, não permitiram que o "ajustamento" da região à crise tomasse a forma que se adotou no século XVII e XVIII. Deve-se ainda considerar que no final do século passado era menor a dependência da região de uma demanda externa específica, face ao surgimento de novos produtos de exportação que não necessariamente acompanharam o declínio do açúcar.

Para entender o primeiro momento da articulação comercial sistemática do Nordeste com o resto do país é necessário um exame, embora sumário, da crise do setor exportador do Nordeste, em anos da segunda metade do século passado, e início do atual. As informações apresentadas nos gráficos 4 e 5 e na tabela 2, mostram algumas características relevantes da crise. Em primeiro lugar cabe fazer referência ao contraste entre a evolução do café, concentrado no Sudeste e, particularmente em São Paulo, em décadas posteriores, e o comportamento dos produtos cujo peso relativo maior, na época, em termos de produção e exportação, caberia aos Estados nordestinos: açúcar e algodão, notadamente. O índice estimado para o café (sobretudo o relativo às quanti-

(51) FURTADO, Celso. Formação... op.cit., pp. 61 a 64.

dades exportadas) sobe continuamente, até a segunda década do século atual. Já o açúcar, da perspectiva das quantidades exportadas, apresenta um declínio na década de 60, com recuperação nas duas décadas seguintes, para sofrer um impacto severo no último decênio do século XIX, não mais recuperando seus níveis de exportação até pelo menos 1931-1939. Em termos anuais, o divisor de água entre a fase expansiva e o declínio do açúcar se dá na primeira metade dos anos 80 no século passado. O algodão alcança seu auge (na perspectiva das quantidades exportadas) na década de 70, para somente voltar a esse nível de exportação 60 anos mais tarde. Em termos de receitas, o seu maior nível é alcançado na década de 60, quando superados os obstáculos decorrentes da Guerra da Secessão, a produção americana volta ao mercado internacional, deslocando os exportadores marginais, como o Brasil. No entanto, como se verá mais adiante, na década seguinte o algodão consegue manter num nível satisfatório de sua receita, valendo-se de novas alternativas de mercado.

Desempenharam um papel compensatório, em relação ao comportamento dos produtores primários principais da pauta de exportação nordestina, as exportações dos produtos de menor importância: sobretudo cacau e fumo. No caso desses produtos, as quantidades exportadas alcançam suas marcas mais altas nos primeiros decênios do século atual, quando mais acentuado é o declínio dos produtos tradicionais da pauta de exportação na região. No entanto, examinando-se as receitas totais dos principais produtos exportados pelo Brasil cuja produção estava concentrada em sua maior parte nos Estados nordestinos, não se pode negar que prevaleceu, no cômputo geral, o declínio observado, anteriormente, para o algodão e o açúcar. Em termos de receita das exportações, representada por esses quatro produtos, a crise do setor exportador na segunda metade do século passado se define na década de 80, depois de estabilizar, nos decênios 60 e 70, no mesmo patamar. Observe-se através dos dados da tabela 2 o grande impacto sofrido pelos exportadores nas duas últimas décadas, com uma melhoria nos dois primeiros decênios do século atual. Tal declínio recomeça nas décadas seguintes (a de 20 e 30), provocado, seguramente, pela grande crise que tem seu ápice em 1929-30, e que praticamente fez desaparecer, em vários anos, da pauta de exportação brasileira, produtos como o açúcar (1924-

-39), o fumo (1932-36) e o algodão (1931-33)^(52).

Algumas qualificações necessitam ser feitas a respeito dessa crise da economia nordestina. Em primeiro lugar, vale ressaltar que se trata de uma crise do setor exportador, no sentido de que seu determinante foi a retração da demanda externa dos principais produtos primários nordestinos e, ademais, no sentido de que seu impacto imediato ocorre junto ao segmento voltado para o comércio exterior. É evidente, dada a grande dependência que a economia regional, em seu conjunto, tinha, à época, da demanda externa, que as repercussões sobre a totalidade das atividades monetizadas foram, sem dúvida, relevantes. No entanto, deve-se considerar, como se verá adiante, que o declínio das exportações, para outros países, não se traduziu num declínio equivalente dos níveis de produção, mesmo dos produtos voltados para a demanda externa. Isto é da maior importância para a compreensão da fase de articulação que se está examinando, principalmente pelo fato de terem sido tentadas e implementadas soluções alternativas para o escoamento de parte da produção regional e de manutenção de parcela da capacidade produtiva em utilização.

Uma segunda qualificação diz respeito ao fato de que a crise do setor exportador não ocorre em todos os decênios da segunda metade do século XIX. A expansão registrada na primeira metade do século passado, para as exportações de produtos prevalentemente produzidos no Nordeste, avança pelos decênios da segunda metade, em termos de quantidade exportadas e um pouco menos, mas também, em termos de receita, não obstante o comportamento adverso dos preços. Além disso, não se pode omitir o fato de que ocorreram no último quartel do século XIX transformações relevantes na atividade produtiva e na dotação de capital social básico na economia regional, como se faz referência anteriormente. Essas ressalvas são relevantes pelo fato de adicionar elementos a algumas generalizações que podem levar a equí-

(52) Ver IBGE. Anuário... op.cit. pp.1375 a 1377.

vocos na percepção da evolução econômica do Nordeste na época (53). Alice Canabrava, referindo-se ao açúcar mostra, na segunda metade, o esforço desenvolvido pelos exportadores brasileiros, com resultados positivos, visando o escoamento da produção num contexto de declínio dos preços, através do seu aumento das quantidades exportadas, na tentativa de manter os níveis de receita. Assinala o grande declínio dos preços nos anos 80 e o "esforço extraordinário" dos exportadores no sentido de aumentar o volume das exportações, contentando-se com ganhos mínimos nos anos de depressão mais acentuada (54). Com relação ao algodão, a referida historiadora ressalta a melhoria das condições de comercialização na década de 50, suas cotações extraordinárias no decênio seguinte (propiciadas pela Guerra Civil Americana) e a uma espécie de sobrevida das exportações desta produção na década de 70, graças aos efeitos da guerra franco-alemã (1870) sobre o comércio internacional. Sintetizando o seu exame sobre a grande lavoura no período monárquico, Canabrava faz considerações sobre a "crise" nesta atividade — mais adequadamente relacionada com o Nordeste — referindo-se aos "pródromos da crise" nos anos 30, à sua "primeira fase" no decênio 50 — com a emigração de escravos e doenças que implicaram na redução da oferta de força-de-trabalho — e ao seu "recrudescimento" nos anos 70, com uma multiplicidade de aspectos: declínio dos preços de açúcar, depressão do mercado algodoeiro, restrições de crédito, crise comercial de 1875, grande seca de

(53) Caio Prado faz a seguinte afirmação: "E na segunda (segunda metade do século XIX) chega-se a uma inversão completa de posições: o Norte, estacionário, senão decadente; o Sul, em primeiro lugar, em pleno florescimento". PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica...* *op.cit.*, p.157. Celso Furtado estima que na segunda metade do século XIX a renda per capita do Nordeste (do Maranhão a Serjipe) apresentou um decréscimo (-0,6% ao ano), com a Bahia registrando um crescimento econômico igual à expansão de sua população. Ver FURTADO, Celso. *Formação...* *op.cit.*, Capítulo XXV. Hamilton Monteiro afirma a respeito: "A história da economia nordestina entre 1850 e 1889 foi uma sucessão de crises, onde se mesclaram os problemas ligados à produção em si, à comercialização e as condições climáticas". Ver MONTEIRO, Hamilton de Matos. *Crise Agrária e Luta de Classes (O Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889)*. Horizonte Ed. Ltda. Brasília, 1980 p.43.

(54) CANABRAVA, Alice P. A Grande Lavoura. In GUARQUE de Holanda, Sérgio (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 4º volume. DIFEL. São Paulo, p.123.

Tabela 2 - Receitas das Exportações Brasileiras de Açúcar, Algodão, Cacau e Fumo - 1851 - 1939

A n o s	Receita das Exportações (E 1.000)	Índice da Receita	
		1851-60=100	Variação (%)
1851-60	31.700	100	-
1861-70	51.555	163	+ 63,0
1871-80	51.918	164	+ 0,6
1881-90	40.739	129	- 21,3
1891-1900	35.718	113	- 12,4
1901-10	40.471	128	+ 13,3
1911-20	76.618	242	+ 89,1
1921-30	73.057	230	- 5,0
1931-39	61.846	195	- 15,2

FONTE: IBGE: Anuário Estatístico 1939-40.

1877/79, encargos financeiros com a Guerra do Paraguai e o agravamento do regime servil^(55).

Uma terceira qualificação do que ocorreu na segunda metade do século XIX, no Nordeste, diz respeito ao fato de que no bojo da crise do setor externo, com intensificação nas últimas décadas, estão mesclados problemas ligados à produção e às condições climáticas, conforme ressalta Hamilton Monteiro. Os registros da época fazem referência a uma sucessão de grandes e pequenas secas (repiquetes) em vários anos (1851, 1853, 1855, 1856, 1859, 1865, 1866, 1869, além da grande seca de 1877/79), de cheias e inundações (1861, 1872, 1874) e de doenças entre as quais a cólera (1855/57 e 1862). Decorrentes desses fatos, da escassez de alimentos e altas nos preços, surgiram motins urbanos, notadamente em Salvador e Recife. Além disso, não se pode deixar de registrar o surto de banditismo no Nordeste, que na segunda metade do século XIX — especificamente entre 1850 e 1889 — "tem seus momentos de maior intensidade e de declínio, tornando-se epidêmico após 1870"^(56). Isto sem falar nas revoltas e revoluções que explodem em quase todas as décadas do século passado no Nordeste (1817, 1824, 1848-50, 1851/52, 1874/75).

(55) "A convergência desses problemas na cronologia dos anos 70 deram a esta década uma importância singular na história do período monárquico. Marca a tomada de consciência, em âmbito nacional quanto a culminância de um processo de deterioração do sistema econômico, com repercussões profundas na vida política do país. A Abolição (1888), levando ao abandono da lavoura em muitas partes do país, representa o ponto máximo da crise, que se prolongava pelos anos 80, arrastando o problema servil e acentuando-se com as crises internacionais de 1883 e 1884, as pequenas colheitas de café dos anos 1884 e 1885, os preços baixos do açúcar e do algodão e as restrições que pesavam sobre o meio circulante". CANABRAVA, Alice P. A Grande Lavoura... op. cit., p.127.

(56) MONTEIRO, Hamilton de Matos. Crise Agrária... op. cit., p.69. A respeito do banditismo: "Sua incidência é maior nas épocas de seca ou convulsão social, prenunciando-as, coexistindo com as crises ou como resultado delas... Observa-se que o banditismo rural teve sua maior intensidade na década de 70, seguida da de 80 e depois de 50. Sua implicação pode ser encontrada nas convulsões sociais, climáticas e crises econômicas que, desorganizando a produção, reduziram substancialmente as condições de vida de parcelas consideráveis da população, impelindo-as para a marginalidade social; além disso, as revoltas ou sedições... transformavam seus participantes, após a derrota, em foragidos da lei que encontravam no "cangaço" uma forma de sobrevivência e manutenção da liberdade". Idem, pp. 69 e 70.

Não se pode negar que há um entrelaçamento muito complexo de condicionantes nessa crise. Crise de produção provocada por razões climáticas, crise associada às flutuações da demanda externa, mas também crise social vinculado ao surto de expansão da produção que se traduz, como reconhece Hamilton Monteiro^(57), na expansão da cana sobre a produção de subsistência ou, pode-se acrescentar, nas mudanças que o algodão provocou na produção de alimentos quando monetizou vários segmentos da produção rural, nos seus fluxos e refluxos.

2.2. O açúcar e o mercado interno

É neste contexto que os produtores e exportadores nordestinos buscam no mercado interno, notadamente na sua faixa de maior expansão, o escoamento para a sua produção. As evidências dessa estratégia podem ser percebidas a partir da disponibilidade de informações de alguns estados nordestinos. No caso do açúcar, o confronto entre os dados sobre a produção em Pernambuco e as exportações, para outros países, desse Estado, revelam a partir do início da década de 70 um afastamento gradativo das quantidades produzidas em relação às quantidades exportadas (ver tabela 3). Mas, como se pode constatar pelos da tabela 4, é principalmente entre a segunda metade da década de 80 e a última do século passado — sobretudo nesta, que Pernambuco consolida seu comércio com os demais estados brasileiros. Vale ressaltar que este fluxo comercial no século XIX se torna sistemático e regular nas décadas iniciais do século atual, aumentando progressivamente até o final da terceira década. De fato, confrontando-se a média anual do período de 1886-89, (tabela 4), quando tem início a expansão das exportações pernambucanas de açúcar no mercado interno — com a média anual dos anos 1926/28, constata-se que as exportações do referido Estado neste intervalo de tempo foi multiplicado por mais de sete vezes! Trata-se, seguramente, de um mercado de açúcar de dimensão significativa, uma vez que o confronto com as exportações pernambucanas para o comércio internacional revela que somente no seu auge (em 1886-90) as quantidades exportadas pelo Estado alcançaram as marcas observadas no comércio interno nos períodos

(57) MONTEIRO, Hamilton de Matos. Crise Agrária... op.cit. p.56.

Tabela 3 - Pernambuco: Percentual das Exportações e sobre
a Produção de Açúcar - 1856 - 1910
(Quantidades médias anuais)

A n o s	Toneladas		B/A (%)
	Produção (A)	Exportação (B)	
1856 - 60	67.339	48.523	72
1861 - 65	57.357	46.741	81
1866 - 70	54.372	63.229	116
1871 - 75	98.231	78.699	80
1876 - 80	116.379	91.882	79
1881 - 85	133.847	103.889	78
1886 - 90	156.321	119.227	76
1891 - 95	173.442	-	-
1896 - 1900	134.326	40.840	30
1901 - 05	142.015	11.701	8
1906 - 10	141.624	32.993	23

FONTE: EISEMBERG, Peter L. Modernização sem Mudanças. Paz e Terra. UNICAMP. Rio, 1977, p. 42, 43, 44.

Tabela 4 - Pernambuco: Vendas de Açúcar no Comércio Interno
1856 - 1928
(Quantidades médias anuais)

A n o s	Toneladas	Índice (1856-90=100)
1856 - 60	12.177	49
1861 - 65	10.628	42
1866 - 70	10.484	42
1871 - 75	13.392	54
1876 - 80	17.241	70
1881 - 85	21.581	87
1886 - 89	24.767	100
1897 - 1901	78.016	315
1902 - 17	-	-
1918 - 20	87.275	352
1921 - 25	114.810	464
1926 - 28	185.070	747

FONTE: EISEMBERG, Peter L. Modernização ..., op.cit. p. 51
(para o período 1856-1901). GONÇALVES & SILVA -
O Açúcar e o Algodão em Pernambuco. Recife. 1929.
Tabelas anexas (período 1918-28)

1921/25 e 1926/28^(58).

É importante ressaltar que o comércio interno do açúcar pernambucano, neste período, está representado sobretudo pelo Sudeste — que absorve 66% do total das vendas que Pernambuco faz nos demais Estados brasileiros — e particularmente por São Paulo (com 49%) e Rio (16%). Note-se que na década de 1918/28 a exportação pernambucana para o comércio interno representou 66% de suas exportações totais, sendo que este percentual médio, válido para todo decênio, nos últimos anos (1924-28) ultrapasse a cifra de 84%^(59).

Nessa nova estratégia de comercialização — e sem dúvida bem sucedida busca de mercado para os excedentes — não se pode deixar de registrar a presença marcante do capital mercantil, em grande parte de origem extra-regional. De fato, a concretização dessa nova estratégia seguramente implicou uma nova subordinação dos produtores do açúcar nordestino ao capital mercantil que, na intermediação entre os produtores nordestinos e os consumidores do Sudeste e Sul, apropriou-se de grande parte da mais-valia obtida na produção/realização do açúcar regional. A explicitação de alguns aspectos desse processo ajuda a entender esse início de articulação inter-regional.

Ao lado do contexto de dificuldade crescente de colocação do açúcar no comércio internacional e da crescente produção nacional, inclusive independentemente da evolução favorável

(58) É provável que o viés da análise da economia regional e de suas flutuações a partir das relações do comércio internacional — tratava-se, afinal, de um "modelo" primário-exportador — tenha levado alguns estudiosos a magnificar as dificuldades e as crises vividas pelo Nordeste e Pernambuco no final do século passado e nos primeiros decênios do século atual.

(59) De acordo com levantamentos realizados por Gonçalves & Silva em alguns anos da década de 20, as exportações pernambucanas para o comércio interno alcançaram cifras superiores as obtidas pelo comércio internacional no seu auge: 210 mil toneladas na safra 1924-25, ou 203 mil na safra 1927/28. GONÇALVES & SILVA. O Açúcar e o Algodão e Pernambuco. Recife, 1929, tabelas em anexo. Nazareth Wanderley assinala referindo-se a Pernambuco: "Em 1901 60% da produção nacional do açúcar ainda era exportado, mas em 1904, apenas 4% de tal produto foi dirigido para o mercado internacional. A economia açucareira volta-se, a partir de então, essencialmente para o mercado interno. O consumo nacional elevava-se consideravelmente, sobretudo nas grandes cidades do Centro-Sul do país. O mercado do Distrito Federal já constituía, nos primeiros anos do século, o maior centro de consumo interno do açúcar, tendo importado dos Estados, entre 1901 e 1906, cerca de oito milhões de sacos." WANDERLEY Maria de Nazareth B. Capital e Propriedade Fundiária. Paz e Terra, Rio, 1979, p.51.

ou não dos preços (60). o que se deve considerar nesta articulação comercial inter-regional é a complexidade do processo com ela relacionado.

Uma descrição sumária desse processo deve iniciar com o registro de que ao lado da necessidade premente de colocação do açúcar no mercado interior, foram criados estímulos adicionais derivados dos impostos que a partir da segunda metade do século passado incidem sobre as importações do açúcar branco. Com isto muitos dos produtores regionais passam a adaptar seus processos produtivos às exigências do mercado interno, o que no entanto não chega a ter um maior significado no Nordeste, em razão do domínio crescente das refinarias do Sudeste, do que resultou a permanência dos produtores nordestinos na produção do açúcar mascavo. É a partir desse predomínio que se esboça uma primeira reação dos produtores na tentativa de reduzir sua subordinação ao grande capital mercantil que, simultaneamente com as atividades complementares de refino e de transporte, exerciam a atividade especulativa na intermediação entre os centros produtores e o mercado consumidor. Essa reação dos produtores nordestinos tem como objetivo a restrição da produção e o aumento ou manutenção dos preços, e se concretiza com a tentativa, no final do século, de maximização das exportações do açúcar bruto a preços mais baixos no comércio internacional, aproveitando a época anterior à entrada de outros exportadores, e de redução do embarque de açúcar para o mercado interno. No entanto, por estarem fora de tais compromissos, que objetivam restringir a oferta interna e sustentar os preços, os produtores do Sudeste ocupavam os espaços que aquela política deixava em tal mercado.

Essa política de comercialização passa a ser reavaliada após o convênio de Bruxelas (1902), que, segundo Eiseberg (61), suscita a possibilidade de invasão do mercado interno

(60) Ver as observações de Gnaccarini a respeito do contraste entre o dinamismo da produção do açúcar no país, em praticamente todas as regiões produtoras, e a evolução dos preços e suas oscilações no período compreendido pelo final do século XIX e as três primeiras décadas do século atual — GNACCARINI, José C. A Economia do Açúcar — Processo de Trabalho e Processo de Acumulação. In FAUSTO, Boris (direção). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 1º volume, DIFEL, São Paulo, 1975, pp. 321-323.

(61) EISEMBERG, Peter L. Modernização... op. cit., p.52.

nacional pelo açúcar estrangeiro. Das discussões havidas em decorrência desses fatos surgem o reconhecimento da necessidade de uma indispensável e íntima coordenação das ações e a formulação da proposta da denominada Coligação Açucareira, patrocinada, predominantemente, pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP) e pela União dos Sindicatos Agrícolas de Pernambuco (USAP), apoiados pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Reunindo interesses os mais díspares (agentes comerciais, armazenadores e uma grande heterogeneidade de produtores) a Coligação Açucareira funcionou, durante a safra de 1906/7 e a de 1907/8 — articulando inclusive pernambucanos, alagoanos, baianos e até produtores da sub-região de Campos, tomando portanto uma conotação nacional — até o momento em que a partir de uma ofensiva dos refinadores do Rio, a pretexto de defesa do consumidor, é minada a base de sustentação do cartel e tais refinadores/comerciantes passam a adquirir o produto diretamente dos engenhos baianos e campistas. A estas adesões seguem a dos armazenadores do Recife.

Com isto define-se, cada vez mais, o predomínio dos cartéis comerciais ou do capital mercantil, com a disputa se ex tendendo em várias direções^(62). Na medida que se tornava mais evidente uma situação de superprodução, com a venda no comércio internacional alcançando seus níveis mínimos, como entre 1900 e 1914 e o excesso de produção sobre o consumo atingindo cifras de 20% a 30% em cada safra, consolidava-se a subordinação da produção aos interesses prevalentemente especulativo. Nesta situação, desaparecem os "grandes comissários, com os quais os produtores tinham relações mais estreitas, freqüentemente entrelaçando-se seus interesses e sua influência a nível regional", e

(62) GNACCARINI, José C. A Economia do açúcar... op.cit., pp. 334 e 335: "A disputa que estivera girando em torno de tarifas públicas protectionistas, passou a centrar-se também em torno de fretes ferroviários e marítimos, que se estabeleceram com um sentido claramente discriminatório, segundo se tratasse de defender ou um ou outro dos grupos comerciais" (p.334...) "Diante da impossibilidade de concorrer pelos custos de produção, a luta econômica desloca-se integralmente para o plano político, assenhorando-se dos recursos do Estado. Mas como esta era antes de tudo uma guerra eminentemente comercial, a realização do valor da mercadoria exigia alianças no nível dos monopólios de distribuição. Estes inclusive, tinham meios de manipular com maior desenvoltura a máquina estatal" (p.335).

fortalecia-se o poder dos monopólios comerciais internos, através inclusive de um gradativo processo de nacionalização^(63). Não se deve omitir o fato de que o predomínio do capital mercantil se constitui uma relação que, historicamente vem se verificando no decorrer da evolução da produção do açúcar — tanto do capital mercantil internacional como do local, com os comissários agentes comerciais e bancos — que neste período analisado se transfere para os cartéis que pouco a pouco centralizam a intermediação do produto.

A articulação inter-regional passava a ter, entre seus principais protagonistas, os cartéis comerciais. A colocação de grandes parcelas das safras regionais nos mercados de maior dimensão do Sudeste passa a depender de acordos entre os produtores regionais (e seus sindicatos) com grupos comerciais e financeiros que dominavam tais mercados — a exemplo dos acordos feitos entre comissários pernambucanos e grupos de banqueiros paulistas liderados por Gastão Vidigal, ou, ainda o realizado entre o Sindicato Açucareiro de Pernambuco, uma espécie de truste das grandes usinas desse Estado, e o grupo econômico de Francisco Matarazzo. Vale aqui registrar que nestes embates a lógica do capital comercial em vários momentos entrava em conflito com os interesses dos produtores da própria região de origem desse capital^(64).

Alguns aspectos adicionais merecem ser considerados ainda a respeito dessa articulação comercial entre regiões brasileiras, liderada pelo capital mercantil. Um primeiro aspecto diz respeito às características dos grandes responsáveis pela comercialização do açúcar. Os comerciantes mais importantes, além de responsáveis pela maior parcela dos movimentos de venda dos produtos, possuíam companhias de cabotagem, estavam associa-

(63) GNACCARINI, José C. op. cit., p.336.

(64) GNACCARINI, no referido trabalho ressalta que, sendo o preço regulador do açúcar, durante determinado período, definido pelos custos de produção pernambucanos mais as despesas até o mercado de São Paulo, havia a possibilidade de entrada do produtor paulista, melhor localizado em relação aos grandes mercados, como de fato veio a acontecer. No entanto, a concretização dessa possibilidade estava na dependência dos interesses e da disponibilidade de estoques do açúcar dos comerciantes. GNACCARINI, José C. A Economia... op. cit., p.339.

do a empresas concessionárias de portos açucareiros do Nordeste e estavam vinculados diretamente à direção de bancos, além de se constituírem refinadores^(65). Tais grupos — e aqui reside o segundo aspecto — contaram em várias de suas manobras, com a heterogeneidade existente entre os produtores regionais de açúcar e as contradições de seus interesses. Essa heterogeneidade se traduzia, concretamente, na dimensão das unidades produtoras (usinas e engenhos), nos seus processos de trabalho e nas relações sociais de produção daí decorrentes. Neste particular, o que chama a atenção quando se examina o processo de modernização da indústria do açúcar é a sua longa duração, a permanência durante anos do caráter "incompleto" dessa modernização, não só com a coexistência de usinas e engenhos mas, por vezes, a ocorrência de "surto" de renascimento da pequena produção dos engenhos^(66). As informações da tabela 5 ilustra a permanência da produção dos engenhos e a sua capacidade de resistência: se na safra de 1925/26 quase 58% da produção de açúcar provinha de tais estabelecimentos, ainda, no imediato pós-guerra (safra de 1944/45 e 1945/46) não deixa de ser notável que 1/4 da produção, tanto do Brasil como do Nordeste e Sudeste, tenha sido na época, produzida pelos engenhos.

O que se deve registrar é que nessa transição do mercado externo para o mercado interno, as usinas tiveram que contar com a competição acirrada dos engenhos que em alguns momentos, como o da Coligação Açucareira, já referida, "furaram" esse cartel através do qual os produtores pretendiam obter melhores condições de realização do açúcar produzido. Ao analisar este aspec-

(65) "Um deles era Francisco Matarazzo, o qual em 1920 praticamente já conseguira impor a Cia. Docas de Santos uma tabela mínima de fretes de cabotagem para todos os armadores operando naquela praça. Outro dos maiores comerciantes do açúcar em toda Primeira República, a firma Magalhães & Cia. possuía sua própria empresa de cabotagem, era o principal acionista do Banco da Bahia e se havia associado ao Governo do Estado na reforma do Cais do Ouro em Salvador. Além disso as linhas de cabotagem do Lloide Brasileiro foram nacionalizadas por imposição da lei, havendo-se associado o Governo da União a capitais particulares na sua nova constituição, ao tempo (1904) em que ficava proibido legalmente a operação de linhas estrangeiras na cabotagem". GNACCARINI, José C. A Economia... op. cit., p.337.

(66) Entre 1910 e 1919 aumentou o número de usinas em Pernambuco, mas o de engenhos passou de 1.500 a mais de 2.100. GNACCARINI, José. A Economia... op. cit., p.328.

to, Gnaccarini faz a relação entre os processos simples e artesanais de trabalho — particularmente a sua natureza não mecanizada, característica da produção açucareira do país neste longo período — e a subordinação do capital produtivo ao capital mercantil, que se traduziu, no plano político, numa luta entre regiões^(67).

Tabela 5 - Brasil: Percentual da Produção de Açúcar dos Engenhos sobre a Produção Total

Safras	Brasil	NORDESTE			SUDESTE		
		Total	Pernam- buco	Alagoas	Total	São Paulo	Rio
1925-26	57,7	-	-	-	-	-	-
1930-31	51,4	-	-	-	-	-	-
1932-33	46,2	41,0	24,0	36,0	38,2	12,0	11,1
1935-36	33,8	30,1	15,8	29,1	36,4	12,9	4,8
1940-41	34,3	33,1	14,6	29,5	33,0	14,5	6,8
1945-46	27,1	25,6	14,4	17,8	25,7	9,7	2,1

FONTE: IAA - Anuário Açucareiro - Vários anos.

Cabem aqui algumas digressões a respeito do capital mercantil relacionadas com o que se descreveu a respeito da articulação inter-regional da economia brasileira e o estágio do desenvolvimento capitalista do Nordeste, em particular. Em primeiro lugar vale ressaltar a relação existente entre o menor grau de desenvolvimento e o predomínio do capital mercantil, como função específica do capital em determinada fase da evolu-

(67) "A natureza não mecanizada do trabalho que dominou totalmente a produção açucareira do país condicionou a subordinação do capital produtivo ao capital comercial, de tal modo que na consciência dos detentores da propriedade agroindustrial esta falsamente aparece como a causa dos seus males e a razão de sua fraqueza, de entorpecimento de suas forças, da lentidão de sua rotina... A esta feição do processo econômico de produção, correspondem no plano político os aspectos constantes à sua acirrada luta regionalista, os quais ganharam corpo na competição pelas benesses do poder central, na luta de tarifas, na reivindicação de estímulo e subsídios pagos pelos cofres estaduais, com o que cada grupo de produtores procura fazer face à disputa comercial inter-regional".
GNACCARINI, José C. Economia... op. cit., p.329.

ção econômica. Neste caso, o que se observa é que o capital que exerce o predomínio na esfera da distribuição e circulação de mercadorias não se apodera do sistema de produção mas subordina-o aos seus interesses. Isto não significa, no entanto, que este capital mercantil não desempenhe um papel transformador do sistema: ele vai dissolvendo as antigas relações de produção, aumentando a circulação do dinheiro, ampliando não só o excedente como a totalidade da produção. Apesar disto, esse processo transformador na sua intensidade, ritmo e profundidade, depende da comunidade produtiva, do sistema de relações vigentes na sociedade na qual estão inseridos os centros de produção articulados pelo capital mercantil^(68).

O que se observou anteriormente constitui, sem dúvida, ilustração dessas considerações gerais a respeito do capital mercantil. O atraso em que se encontravam as forças produtivas da região, inclusive no que se refere ao açúcar, associado ao caráter incompleto da modernização ocorrida, possibilitava a presença marcante dos engenhos no total da produção do açúcar, até pelo menos os anos 30. Essas unidades menores se caracterizavam não só pelo grande número e dispersão espacial, mas, principalmente, pela "auto-produção" de parte do capital constante, pela bem menor expressão monetária dos custos na reprodução da sua força-de-trabalho ou pela significação maior da "base da reprodução dos meios de vida dos seus trabalhadores em regime de auto-subsistência"^(69) e pela diversificação e menor especialização da atividade produtiva. O domínio do capital mercantil é constituído sobre esta base, não só jogando com a diversidade dos interesses desse heterogêneo aparelho produtivo, como tirando proveito da possibilidade que as arcaicas relações de trabalho e a pouco monetizada reprodução da força de trabalho ofereciam para consolidação dessa subordinação do capital dedicado diretamente à produção.

Uma outra ilustração reside no fato de o capital mercantil neste momento da articulação comercial não ter exercido

(68) Ver MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Abril Cultural. São Paulo, 1983, Vol. III. Livro Terceiro. Tomo I, Capítulo XX.

(69) GNACCARINI, José C. Economia... op. cit., p.326 e OLIVEIRA, Francisco de. Elegia... op. cit., pp.40, 56, 58, 60, 62.

uma ação transformadora junto à atividade produtiva, da qual se valia no seu processo de apropriação de parte significativa da mais-valia. De fato, embora não se possa negar os efeitos decorrentes de sua ação sobre a evolução da atividade produtiva e sua rentabilidade, os estudos a respeito revelam que ele não penetrava na atividade produtiva, alterando qualitativamente as relações de produção. As evidências, como a da análise de Gnaccarini, são no sentido de que a diversificação do capital mercantil dá-se nas atividades ancilares, mas nem por isso sem importância, à comercial e especulativa — bancos, transportes, refinarias ou beneficiamento da produção para a colocação final no mercado — sem uma interferência direta no processo produtivo. Este, no caso do açúcar nordestino, se moderniza lentamente ao longo de um período que se estende por mais de meio século. Além disso, esse processo de acumulação e de modernização contou, predominantemente, com capital privado originário da própria região e, sobretudo, recursos públicos dos governos estaduais. Embora nesse longo processo de introdução e difusão das inovações na economia açucareira do Nordeste não se possa minimizar o papel que a crise do setor externo teve na sua descontinuidade, alguns estudos chamam a atenção para aspectos estreitamente relacionados com a "natureza da comunidade produtora" (70) que se constituíram obstáculos ao pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

O fracasso dos engenhos centrais, para ilustrar a constatação anterior, está estreitamente ligado ao poder que os proprietários da terra e produtores de cana exerciam e que, face às transformações e exigências de divisão de trabalho associadas à introdução de novos processos dos engenhos centrais, inviabi-

(70) "Nos primórdios da sociedade capitalista, o comércio domina a indústria; na sociedade moderna se dá o inverso. O comércio naturalmente repercute mais ou menos sobre as comunidades entre as quais ele é praticado, submete a produção cada vez mais ao valor de troca ao tornar as satisfações e a subsistência mais dependentes da venda do que do uso direto do produto. Dissolve desta maneira as antigas relações. Aumenta a circulação monetária. Já não se apodera apenas do excedente da produção, mas rói pouco a pouco esta última e torna ramos inteiros da produção dependentes dele. Não obstante, esse efeito dissolvente depende muito da natureza da comunidade produtora". MARX, Karl. O Capital... op. cit., v. III, Livro Terceiro, Tomo 1, p.248.

lizaram o seu desenvolvimento (71). Nazareth Wanderley assinala, ao lado do caráter especulativo que "nortearia o interesse pelos engenhos centrais", as permanentes dificuldades de suprimento da matéria prima pelos fornecedores/proprietários e as suas recusas em abandonar a fabricação do açúcar em suas pequenas unidades produtivas que, simultaneamente, procuram outros caminhos mais lentos de modernização, mas que garantam que o desenvolvimento das empresas ocorra "em favor exclusivamente de proprietários agrícolas", conforme explicita o decreto do Governo do Estado de Pernambuco de 15 de outubro de 1890. Ao lado da carência de capitais, compensada, em parte, pelos generosos aportes de recursos dos governos estaduais, que, no final de contas, tomou a forma de efetivas doações de dinheiro público à oligarquia regional, algumas das condições reinantes na atividade açucareira — abundância de terras, preços relativamente acessíveis de animais, facilidade de transporte fluviais, ao lado da arrastada transição para o trabalho assalariado, na qual toma significado a propriedade fundiária como meio fundamental de controle sobre a força de trabalho e sobre a sociedade (72) — constituem os elementos que ilustram os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo e, em especial, das suas forças produtivas. Ainda a este respeito, Nazareth Wanderley, à página 54 do referido tra-

(71) Nazareth Wanderley apresenta em um dos seus trabalhos esta esclarecedora constatação de Barbosa Lima Sobrinho (Dos Engenhos Centrais às Usinas de Açúcar em Pernambuco. Jurídica 16 (115): 11; out/dez-1971): "O dono da terra não tinha condições para adquirir e instalar a fábrica. O remédio parecia ser o de trazer a fábrica, sem modificar a situação da propriedade, deixando cada qual no seu domínio, dono de regalias, que se esperava não fossem lesadas pelo advento da fábrica, entregue a capitais próprios, muitas vezes estrangeiros, o que vale dizer sem maior interesse em intervir no processo agrícola de produção. Nem sabiam os agricultores que a fábrica não poderia desinteressar-se da parte agrícola, que seria o fundamento e a base de sua segurança, nem conheciam ainda a dependência que a presença da fábrica iria criar para todos eles". Ver WANDERLEY, Maria de Nazareth. Capital e Propriedade... op. cit., p.44.

(72) "O significado da propriedade fundiária para a economia açucareira aparece, neste momento, em toda sua transparência. De um lado, é através do monopólio da propriedade da terra que os senhores de engenho controlam a força de trabalho da população local não proprietária... De outro lado, este mesmo monopólio permitiu a manutenção sem solução, de continuidade, dos métodos de culturas extensivas, dispensando desta maneira maiores investimentos no setor agrícola da produção, e, canalizando o escasso capital disponível para as transformações no setor da fabricação do açúcar". WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Capital... op. cit., p.38.

balho, chama a atenção para o fato de parte significativa do capital interessado na indústria açucareira ser de comerciantes, usurários e banqueiros "e por esta razão a aquisição de uma usina ou o investimento neste setor tem, muito freqüentemente, um caráter especulativo".

A luta pelo mercado interno do açúcar tem sua continuidade na década de 20 e 30, do século atual, com o seu acirramento não só na área da circulação como através do desenvolvimento da atividade produtiva que se traduziu no crescimento da produção em São Paulo de 64% ao ano entre 1925 e 1929; no Rio, no mesmo período, de 25%; e, em Pernambuco, de 16% ao ano. Na década de 30 tem início uma nova história neste processo de integração no mercado do açúcar, que passa a se dar com a intervenção decisiva do Estado não só na comercialização como na própria atividade produtiva, definindo cotas e estabelecendo estímulos para transformações dos processos produtivos^(73). O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933, passa a ser o protagonista desse processo e o centro de convergência das pressões e disputas entre usineiros de várias regiões e dos segmentos que direta ou indiretamente estão vinculados à economia canavieira.

O gráfico 6 e 7 expressam alguns aspectos da maior relevância associados à evolução da produção e da comercialização do açúcar e à intervenção do Estado neste segmento da economia. Digno de registro é o acelerado crescimento da produção brasileira — pouco mais de 6% ao ano entre a safra de 1930/31 e a de 1973/74 — com um decréscimo significativo da participação percentual do Nordeste (e Norte) no total: de 67,9% em 1930/31, alcance apenas 28,7% em 1973/74^(74). Constituído para conciliar não só os interesses dos produtores das distintas regiões brasileiras, mas visando, também, minimizar as contradições

(73) Ver a respeito, entre outros estudos: WANDERLEY, Maria Nazareth B. Capital... *op.cit.*, especialmente o terceiro e quarto capítulos; SZMRECSANYI, Tamás. O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975) Hucitec - UNICAMP. São Paulo, 1979, especialmente o capítulo III;

(74) Ver LACERDA DE MELO, Mário. O Açúcar e o Homem. Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro. IJNPS. Recife, 1975., p.157.

existentes no interior da unidade de produção, notadamente entre usineiros e fornecedores, o IAA, nominalmente dirigido por representantes dos usineiros nordestinos, implantou mecanismos que implicaram suporte significativo no deslocamento do eixo de produção do Nordeste para o Sudeste e, além disso, a contenção das transformações que a integração inter-regional seguramente provocaria na ausência dessa forma de intervenção governamental (75).

2.3. O algodão e o comércio inter-regional

No que se refere ao algodão, embora haja uma menor disponibilidade de análises e informações, pode-se assinalar, de início, a similaridade com o caso do açúcar, notadamente no que se refere ao fato de também a crise do setor externo constituir-se, em relação a esse produto, o móvel da articulação comercial nesta fase inicial do processo, bem como pela função marcante desempenhado pelo capital mercantil.

Mais cedo do que comumente se pensa o Nordeste passa a se constituir fornecedor de algodão para o mercado interno, sobretudo para a nascente indústria têxtil. A importância do mercado interno em relação à produção nacional de algodão, em grande parte concentrada nos Estados nordestinos, antes da terceira década do século atual, já era perceptível nos anos poste-

(75) "A ironia da História consiste aqui precisamente no fato de que foi sob a direção nominal de membros da burguesia açucareira do Nordeste que o eixo da produção do açúcar passou do Nordeste para a "região" industrial comandada por São Paulo... o mecanismo de proteção do IAA contribuiu, na verdade, para acelerar a capitalização da economia açucareira da "região" de São Paulo, e manter as mesmas condições de reprodução da economia açucareira do "Nordeste"... Serviram para reforçar as características arcaicas que ela (a "região" Nordeste) havia recriado como mecanismo de defesa". OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia... op. cit.*, pp.59 e 60. Embora corretas, as considerações de Francisco de Oliveira necessitam ser qualificadas: em primeiro lugar não se deve descartar a alternativa de que, sem a intervenção do IAA, parte significativa da produção nordestina poderia ter desaparecido com o avanço dos produtores do Sudeste; em segundo lugar o IAA se constituiu num poderoso instrumento de transferência de recursos para os usineiros, inclusive os nordestinos, que se não aplicaram tais recursos na atividade açucareira tiveram seus patrimônios aumentados significativamente. A "indústria da crise", ao lado da "indústria da seca", constituiu um razoável pretexto para expansão do poder econômico das oligarquias regionais.

Gráfico 6

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINA
Do Norte-Nordeste e do Centro-Sul
Séries 1930/31 a 1973/74

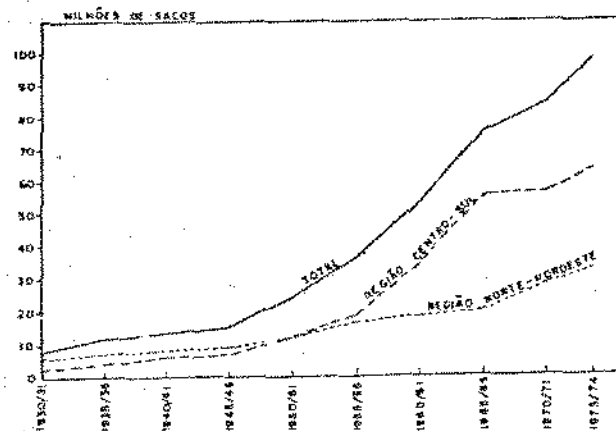
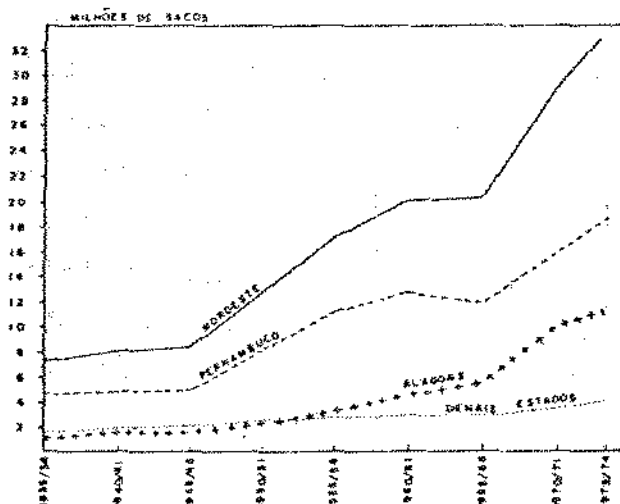


Gráfico 7

NORDESTE
Participação dos Estados na produção de açúcar de usina
Séries 1935/36 a 1973/74



Observ.: Extraídos de LACERDA DE MELO, Mário. O Açúcar e o Homem, LUNPS. Recife, 1975. p.162.

riores ao auge a à sobrevida das exportações, anteriormente referidos. Stanley Stein revela que na década de 90, do século passado pelo menos metade da produção se dirigia para o mercado interno^(76). Em trabalho de Wilson Cano há referência ao fato de que 70% do suprimento das fábricas de São Paulo, até pelo menos 1915 era originário do Nordeste^(77). As relações comerciais mantidas por Pernambuco nas décadas iniciais do século atual revelam a evolução e a importância crescente do mercado interno nas vendas totais realizadas pelo Estado. De fato, no decênio que vai de 1918 a 1928, o mercado interno brasileiro em nenhuma das safras alcançou, no que se refere às exportações de Pernambuco, menos da metade, atingindo em várias delas (1918/19, 1920/21 e 1926/27) cifras superiores a 70%, conforme dados da tabela 6. À época, o Sudeste já se constituía o mercado mais importante para o algodão pernambucano e, provavelmente, o nordestino.

No que se refere ao algodão brasileiro, em seu conjunto, no período 1929-39, salvo nos últimos quatro anos, bem mais da metade da produção estava dirigida para o mercado interno, conforme tabela 7. Note-se, de acordo com os dados aí apresentados, que embora o dinamismo da produção esteja associado à demanda internacional, é mantido durante o período o patamar da produção de algodão superior a 100 mil toneladas, salvo em 1920, 1930 e 1932. Os produtores nacionais de algodão, inclusive os nordestinos, conseguiram colocar parte relevante dos excedentes que, historicamente, se deveriam dirigir para o mercado internacional. Neste particular, o desenvolvimento da indústria têxtil, se dá, em alguns períodos, com os níveis de produção e

(76) "No final da década de oitenta, as fábricas têxteis do centro-sul do Brasil estavam começando a se transformar no principal ponto de apoio dos lavradores de algodão do norte, cujos ganhos permaneciam baixos. Enquanto as fábricas do sul aumentavam o consumo de algodão nacional em mais de 300% entre 1872-1893 (de 17.319.000 libras para 60.000.000 libras), a produção de algodão em rama cresceu apenas 61% (de 74.686.700 para 122.119.538 libras). Pode-se concluir que a incapacidade de concorrer no mercado internacional neste período exerceu sobre a cultura do algodão uma influência maior do que a expansão do mercado interno". STEIN, Stanley J. *Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850-1950*. Editora Campus. Rio, 1979. p.61.

(77) CANO, Wilson. *Raízes...* op.cit., p.66.

Tabela 6 - ALGODÃO: Exportação pelo Porto do Recife - 1918 - 28

DESTINO	SAFRAS																			
	1918/19		1919/20		1920/21		1921/22		1922/23		1923/24		1924/25		1925/26		1926/27		1927/28	
	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%
NORTE	0,5	0,1	0,2	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	469,7	7,2	527,8	5,2	871,8	8,2	515,9	3,7	328,8	3,3	490,0	6,8	449,2	5,2	303,9	3,5	281,6	2,3	407,3	3,6
Sudeste	4.688,7	71,4	4.923,5	48,9	8.318,0	79,1	6.571,1	47,7	4.843,2	48,3	3.672,0	50,8	4.221,5	48,9	4.569,3	52,3	7.901,7	63,7	5.979,9	52,3
Sul	450,1	6,8	127,9	1,3	489,8	4,6	918,7	6,7	468,1	4,7	720,7	10,0	711,2	8,3	456,0	5,2	1.110,9	9,0	977,0	8,5
Total do País	5.609,0	85,5	5.579,4	55,4	9.679,6	91,9	8.005,7	58,1	5.640,1	56,3	4.882,7	67,6	5.381,9	62,4	5.349,2	61,0	9.294,2	75,0	7.364,2	64,4
Exterior	953,0	14,5	4.483,9	44,6	848,7	8,1	5.769,0	41,9	4.379,6	43,7	2.340,2	32,4	3.243,9	37,6	3.421,4	39,0	3.093,7	25,0	4.081,4	35,6
Total geral	6.562,0	100,0	10.063,3	100,0	10.528,3	100,0	13.774,7	100,0	10.019,7	100,0	7.222,9	100,0	8.625,8	100,0	8.770,6	100,0	12.387,9	100,0	11.445,6	100,0

E: GONÇALVES & SILVA. O Açúcar e o Algodão no Nordeste... op. cit., Tabela anexa.

Tabela 7 - Brasil: Produção e Exportação de Algodão para
o Comércio Internacional - 1920 - 1939

A n o s	Toneladas		B/A (%)
	Produção (A)	Exportação (B)	
1920	99.701	24.696	24,8
1921	107.787	19.607	18,2
1922	104.955	33.947	32,3
1923	108.499	19.170	17,7
1924	155.136	6.494	4,2
1925	142.250	30.635	21,5
1926	117.902	16.687	14,1
1927	107.642	11.917	11,1
1928	102.814	10.010	9,7
1929	124.842	48.728	39,0
1930	95.426	30.416	31,8
1931	112.789	20.779	18,4
1932	76.416	515	0,7
1933	151.253	11.693	7,7
1934	284.604	126.548	44,5
1935	297.306	138.620	46,5
1936	351.543	200.313	57,0
1937	405.024	236.181	58,3
1938	436.628	268.719	61,5
1939	428.523	323.539	75,5

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1939/40

da acumulação de capital crescendo a ritmo acelerado. De fato, entre 1885 e 1907 a produção interna de têxteis passou, segundo Versiani, de 38 milhões de metros para 300 milhões, alcançando em 1912 cerca de 400 milhões de metros, o que implicou uma acentuada redução das importações de têxteis, notadamente do denominado "pano cru" ou dos tecidos classificados como domestic ^(78). Este crescimento teve prosseguimento nos anos seguintes conforme se pode observar a partir das informações contidas na tabela 8. Wilson Cano destaca, em relação à indústria têxtil de São Paulo, um acelerado crescimento que se expressava, no período 1910/20, num incremento significativo tanto da capacidade instalada — 8,6% ao ano na fiação e 6,6% na tecelagem — como nos níveis de produção: expansão de 9,4% ao ano, entre 1910 e 1920, na produção de tecidos de algodão ^(79).

Na base dessa estrutura produtiva constituída pelas fábricas têxteis, nas quais as relações de trabalho definiam uma classe operária que teve uma importância relevante no movimento sindical e já na década de 20 ultrapassava a cifra de 100 mil trabalhadores, (ver tabela 8), está um complexo de relações sociais variadas e heterogêneas, localizada no campo, na produção de matéria-prima e na sua comercialização, na qual o capital mercantil exerceu papel da maior relevância. No Nordeste, onde estava concentrada parte importante da produção do algodão, as relações sociais de produção comportavam a estreita associação da cotonicultura com a agricultura de subsistência e a pecuária, do que decorreu a presença e a recriação de formas "arcaicas" de relações de trabalho, simultaneamente com a monetização e a maior dependência do mercado. A participação dos agricultores proprietários de pequenas porções de terra, ou agricultores sem terra — "meeiros" ou "terceiros" —, a presença dos grandes proprietários de terra, inclusive pecuaristas, implicava a es-

(78) VERSIANI, Flávio Rabelo. Industrialização e Economia de Exportação: a Experiência Brasileira antes de 1914. In Revista Brasileira de Economia, vol.34, nº 1, jan/mar. 1980. pp.7 e 8.

(79) CANO, Wilson. Raízes... op. cit., p.166 (tabela 18). Ver deste autor, no texto referido, às páginas 155-180, discussão sobre o crescimento do setor industrial, particularmente da indústria têxtil e sobre a base de informações sobre esta questão.

Tabela 8 - Brasil: Evolução da Indústria Têxtil Algodoeira - 1915/29

Anos	Número de Fábricas	Equipamentos		Produção (1000 metros)	Trabalhadores (1000)
		Fusos (1000)	Teares		
1915	240	1.512,6	51.134	470.783	82,3
1921	242	1.521,3	59.208	552.446	109,0
1924	244	2.502,3	65.651	579.779	110,1
1925	257	2.345,8	70.561	535.909	114,6
1926	329	2.528,6	75.631	539.025	174,6
1927	354	2.584,1	78.383	594.313	128,6
1928	347	2.620,5	78.910	581.951	123,5
1929	359	2.651,1	80.336	477.995	123,5

FONTE: STEIN, Stanley. Origens... op. cit., p. 191. Informações extraídas de diversas fontes.

truturação e o adensamento de uma organização social, sobretudo no semiárido, que se articula com o resto da sociedade através, fundamentalmente, do capital mercantil. Este, exercia não só a atividade de intermediação, com as de beneficiamento do algodão e seu enfardamento, condicionando-o para a comercialização^(80). Enfim, repetia-se aqui a estratégia adotada pelo capital mercantil ligado ao açúcar. Além disso vale lembrar que enquanto o o capital mercantil vinculado ao mercado de tecidos, inclusive importação, se integra ao processo produtivo e se constitui no suporte ao desenvolvimento da indústria têxtil no país, o capital mercantil — grande e pequeno; regional, nacional e internacional — vinculado à comercialização do algodão se insere nas atividades estratégicas que lhe garante a apropriação de parte significativa da mais-valia. Registre-se aqui o vínculo que passa a existir entre o proprietário fundiário e os representantes do capital comercial, pois o proprietário, na maior parte dos casos, se constitui o elo inicial da cadeia de intermediação^(81).

Este capital mercantil — representado pelo comerciante, pelo proprietário de terras e pelo dono das instalações de beneficiamento do produto — que estava disseminado, em pequenas frações, em todo espaço regional, em alguns momentos de maior

(80) "Nas áreas de clima semi-árido e sub-úmido a cultura do algodão, visando o abastecimento do mercado externo veio trazer modificações às estruturas instaladas com a expansão da pecuária. Assim, o grande proprietário passou a basear sua economia em duas atividades: a pecuária e a cotonicultura. Com isto, passou a uma maior dependência do mercado externo e criou uma clientela de agricultores sem terra, "meeiros" e "terceiros", que cultivavam porções de suas propriedades e dele dependiam para a manutenção própria e da família, de vez que eram por ele financiados na entressafra e a ele vendiam, quase sempre, a parte da produção que lhes cabia. Estruturava-se, assim, um quase proprietário rural, em face da dependência do agricultor em relação ao proprietário... Houve também um maior adensamento da população contribuindo para restringir os campos abertos ao gado e fazendo coexistirem áreas pecuárias e áreas agrícolas, essas últimas concentradas nos pontos mais úmidos. Os núcleos surgidos nos entrocamentos de estradas e caminhos desenvolveram-se em povoados, vilas e cidades em função do comércio e da instalação de unidades industriais, bolandeiras e, princípio, e motores, posteriormente, que descarregavam e precisavam o algodão a ser exportado". ANDRADE, Manuel Correia de. O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. SUDENE. Recife, 1975, pp.27 e 28.

(81) Para a relação entre os comerciantes e importadores de tecidos e os empresários têxteis. Ver VERTIANI, Flávio Rabelo. Industrialização... op. cit., pp. 10 a 12.

euforia do mercado — notadamente com a retomada da demanda externa — passa por um processo de concentração. Uma ilustração deste fato é registrada por Celso Mariz na comercialização do algodão na Paraíba. No meado da década de 30 foram favorecidas com isenções as instalações de usinas de beneficiamento, do que se valeram sobretudo empresas internacionais, não sem o protesto dos representantes do capital mercantil local^(82). Não obstante a coexistência e mesmo a "emulação salutar" decorrente da entrada em operação de tais empresas no mercado regional de algodão, conforme assinala o autor, há no citado trabalho o registro não só da existência, no Estado, em 1935, de mais de 800 descaroçadores pequenos, mas do fechamento dos "vapores" em torno das instalações dessas empresas maiores^(83). É através das usinas que se estabelece um "regime particular de financiamentos aos lavradores" por vezes mais significativo que o intitulado pelo governo, conforme registra Celso Mariz (p.167). Além da Sanbra e Anderson Clayton comparecem nos registros dos grandes comerciantes de algodão e S/A Indústria Reunida F. Matarazzo, John Boxwell & Cia., Pinto Alves, durante algum tempo associada à Sanbra^(84).

(82) "Em julho de 1935, o atual Interventor, então governador Argemiro de Figueiredo, favoreceu com algumas isenções a instalação de novas usinas de beneficiamento. No fim deste ano aqui estavam estabelecidos Anderson Calyton & Cia Ltda. e a SANBRA, duas poderosas organizações da indústria e do comércio algodoeiro". MARIZ, Celso. *Evolução Econômica da Paraíba*. União Editora. João Pessoa, 1939. p.165.

(83) "Deu-se com as indústrias do algodão o mesmo fenômeno que se produziu com o do açúcar. No raio de influência de uma usina de cara morria o fogo de 50 bangüês. A cada chaminé de Anderson Clayton, da Sanbra e do grupo moderno que se aparelhou no aparecimento destes pararam 50 "vapores" em torno". MARIZ, Celso. *Evolução...* *op. cit.*, p. 170. Mais adiante assinala: "Aliás, essas firmas (Clayton e Sanbra) não se estabeleceram anunciando hegemonias. De qualquer forma não açambarcaram o mercado. Antes, provocaram a agilidade dos exportadores locais, precipitaram a renovação da máquina, concorreram para rasgar mercado ao produto. Nunca lhes devemos negar esse serviço". (pp.172 e 173). Este processo de concentração e renovação não passou despercebido pelo grande romancista Graciliano Ramos em romance de 1934: "Mudou tudo. Gente nasceu, gente morreu, os afilhados do Major cresceram e foram para o serviço militar, em estrada de ferro. / O povoado transformou-se em cidade, com chefe político, Juiz de Direito, promotor e delegado de polícia. / Trouxeram máquinas — e a bolandeira do Major parou". RAMOS, Graciliano. São Bernardo. Martins. São Paulo, p.67.

(84) Ver MARIZ, Celso. *Evolução...* *op. cit.*, p.172 e Almanach de Pernambuco de vários anos (1906/7, 1918/31).

Não foram, seguramente, muito significativos as mudanças qualitativas ocorridas na estrutura da organização da produção e comercialização do algodão. De fato, os estudos que se reportam ao período mais recente, notadamente os de Manuel Correia, Mario Lacerda, Marlene da Silva, Diva Andrade Lima e Francisco de Oliveira, mostraram a continuidade do predomínio do capital mercantil sobre a produção do algodão, cujas relações fundamentais permanecem inalteráveis, praticamente, no Nordeste, salvo pela transformação que a expansão da pecuária, principalmente no Agreste, acarretou na lavoura, inclusive a do algodão^(85). O estudo sobre o Sertão Norte, citado, depois de descrever as relações de trabalho na qual se destaca a do morador de sujeição, a parceria, o pequeno arrendamento e o assalariamento permanente ou temporário — este último pouco a pouco sendo incorporado a atividade produtiva na sub-área — passa a análise da comercialização e financiamento da produção. Neste particular, é colocado em evidência a figura do grande proprietário que, valendo-se do seu maior poder de barganha, como dono dos meios de produção, sobretudo da terra, se articula diretamente com um complexo sistema de comercialização, no tocante ao algodão. Realizando a "fusão do capital fundiário com o capital mercantil", o proprietário se apropria, neste primeiro elo da cadeia, de parcela importante da renda gerada pelos produtores^(86).

A partir daí duas situações distintas se destacam: a da comercialização feita através das cooperativas e a que ocorre sem a mediação destas, que é a mais frequente. É sobretudo na segunda situação — de inexistência de cooperativas — que aumenta a complexidade e se torna explícita a grande cadeia constituída pelo pequeno e grande capital mercantil. Neste caso a usina e o pequeno comerciante que se "metamorfosam" em capital usurário, se relacionam ora com os bancos oficiais, nos

(85) ANDRADE, Manuel Correia de. Terra... op. cit., pp.150/156 e 199/222. SILVA, Marlene Maria da & LIMA, Diva M. de Andrade. Sertão Norte — Área do Sistema Gado-Algodão. SUDENE, Recife. 1982. Parte II. Cap. II. LACERDA DE MELO, Mário. Os Agrestes — Estudo dos Espaços Nordestinos do Sistema Gado-Policultura de Uso dos Recursos. SUDENE, Recife, 1980. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia... op. cit., cap. III.

(86) SILVA, Marlene Maria da & LIMA, Diva M. de Andrade. Sertão Norte... op. cit., p.156.

quais obtém financiamento, ora com outros emprestadores, formais ou informais, constituído uma cadeia de intermediação na qual compareceu uma miríade de personagens entre os quais alguns estudos destacam os "ajuntadores", os "comerciantes locais", os "açambarcadores de feira ou caminhões" os "compradores das cidades" e os "grandes atravessadores coordenados"; estes últimos, estabelecidos normalmente nos centros comerciais de maior convergência, adotam a prática de adquirir quantidades maiores do produto dos açambarcadores dos centros comerciais rurais^(87). Entre estes últimos integrantes de cadeia de intermediação e, por vezes, acima delas, situa-se o grande capital mercantil que no tempo áureo da comercialização — nos anos 30, 40, e até 50 — tinham na Sanbra e Anderson Clayton o seu protótipo.

O lucro especulativo, a prática de deprimir o preço pago ao produtor e da constituição de estoques especulativos, o financiamento da entressafra através da compra antecipada da produção ao lavrador, a "manutenção" dos preços negociados com o produtor independente das variações para cima mas não independentemente das alterações para baixo, o fornecimento de insumos e outros bens a preços extorsivos, entre outros, constituem os procedimentos adotados pelo capital mercantil, do qual decorre não só a apropriação de parte relevante da mais-valia como o empobrecimento do produtor direto e a manutenção e recriação de relações de produção que se constituem obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas diretamente vinculadas à produção de algodão^(88).

(87) Ver SILVA, Marlene Maria da & Lima, Diva M. de Andrade. Sertão Norte ... op. cit., p.156. CASTRO, Ana Célia, et alii. Evolução Recente e Situação da Agricultura Brasileira. Binagri. Brasília. 1979. p.210. SUDENE / Michigan State University. Processo de Mercado no Recife. SUDENE. Recife, 1972. pp.9.67 a 9.84. Angela Kageyama faz referência a estudos recentes que mostram casos em que o desenvolvimento das cooperativas, dominadas pelos grandes proprietários não alteraram significativamente o quadro de apropriação do excedente gerado pelos produtores diretos. O exemplo referido é o do Estado da Paraíba em relação à produção e comercialização do algodão. Ver KAGEYAMA, Angela A. Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura - Uma Análise Regional. UNICAMP. Campinas. 1981. (mimeo) pp.61 a 63.

(88) Ver descrição de Francisco de Oliveira, sobre os mecanismos adotados pelas três irmãs (Sanbra, Clayton e Machine Cotton) aproveitando a estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio e sua "rapina" no mecanismo da circulação e não da produção. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia... op. cit., pp.42 e 43.

O preço pago pelos produtores nordestinos pela colocação dos seus excedentes de algodão no mercado interno brasileiro foi o de não só transferir para o proprietário do capital comercial parte relevante da renda gerada no processo produtivo, como a sustentação e a reprodução de uma "engrenagem" que seguramente impediu o pleno desenvolvimento das forças produtivas na região, não só do âmbito estreito da produção do algodão mas com repercussão em outros segmentos da sociedade e da economia regional. Este ponto será retomado mais adiante, no entanto, vale aqui ressaltar que tanto nos momentos em que prevalecia a articulação para o mercado externo como nas fases de predominâncias do mercado interno, a referida engrenagem estava presente, com seus traços fundamentais.

3. Considerações Adicionais

Os impulsos à articulação comercial que partiram da estratégia adotada pelo Nordeste, de colocação, no mercado interno, de parte considerável dos seus excedentes, face à crise do setor exportador, foram arrefecendo com o tempo. Entre outras razões, como se verá, estão as vantagens da economia do Sudeste, notadamente de São Paulo, para atender aos seus próprios mercados, afastando a produção nordestina; e, sobretudo, a diversificação da estrutura produtiva realizada no Sudeste a partir do declínio das exportações de café, não só na indústria como na agricultura que passa a produzir uma gama variada de produtos, notadamente o algodão e a cana-de-açúcar.

É evidente que, com o decorrer dos tempos, novos produtos nordestinos passam a fazer parte da pauta de exportação da região no mercado brasileiro. No entanto, é a industrialização que se dá no Brasil, de modo extremamente concentrado no Sudeste, que impulsiona a articulação comercial anteriormente iniciada com a colocação dos excedentes, que consolida e conclui a formação do mercado nacional e que cria a base e as condições para a integração econômica futura.

Cabê ainda lembrar que o "reservatório" de força de trabalho, constituído nas fases pretéritas da evolução histórica do Nordeste, não só passou a ser mobilizado nos momentos de intenso dinamismo da demanda externa ou nos ciclos expansivos da economia brasileira, em empregos vinculados à indústria

ou ao processo de urbanização, como constituiu-se presa fácil do capital mercantil. Este último nos seus desdobramentos associados à articulação cada vez maior das regiões brasileiras, cria redes complexas de intermediação, absorvendo, sob as mais diversas relações de trabalho, contingentes significativos de trabalhadores e produtores diretos. O exemplo do algodão, combinando formas distintas de intermediários com pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e trabalhadores assalariados constitui numa ilustração deste fato. O mesmo se pode dizer a respeito do papel que entre o final do século passado e as três décadas iniciais do século atual desempenhou o capital mercantil, jogando inclusive, em alguns momentos, com a heterogeneidade da estrutura produtiva da economia e com as complexas relações de trabalho encontradas nas distintas unidades de produção.

Mas a presença do capital mercantil, no Nordeste, é bem mais abrangente, sobretudo na sua relação com a produção agrícola. Angela Kageyama, no trabalho já citado, faz referência e analisa o caso do algodão no Sertão cearense, dos alimentos e o algodão no Agreste de Pernambuco, do arroz no Maranhão, mostrando a complexidade e diversidade de situação e relações através das quais o produtor direto é submetido a mecanismos de extração do seu excedente, constituindo-se um elemento impeditivo do desenvolvimento das forças produtivas. Otamar de Carvalho ressalta não só o desdobramento do referido capital como ilustra a sua atuação junto ao beneficiamento de óleos vegetais, à produção de alimentos e aos produtos anteriormente considerados^(89).

Não se pode negar que atuando dessa forma o capital mercantil — valendo-se do reduzido desenvolvimento das relações capitalistas na região e das relações "arcaicas" existentes, inclusive recriando-as, por vezes, — constitui-se obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e contribui para a reprodução e ampliação do "reservatório" de mão de obra, caracterizado pela sua capacidade de reter contingentes populacionais com baixo nível de renda e de produtividade. É

(89) KAGEYAMA, Angela A. Modernização... op. cit., pp. 56 a 63. CARVALHO, José Otamar de. O Nordeste Semi-árido: Questões de Economia Política e de Política Econômica. UNICAMP. Campinas. 1985 (mimeo). pp.206 a 224.

este "reservatório", reproduzido pelo capital mercantil e pelas estratégias de sobrevivência, encontrado quer na agricultura de subsistência quanto nos segmentos informais urbanos, que vai estar presente nas fases futuras da integração econômica.

Vale aqui neste final de capítulo uma observação muito pertinente de Angela Kageyama a respeito do capital mercantil e do seu papel no desenvolvimento das forças produtivas. Ela ressalta, neste particular, depois de examinar, casos concretos do Nordeste e de outras regiões brasileiras, inclusive São Paulo, que o capital mercantil, "nas situações em que é hegemônico, tende a perpetuar o quadro de atraso técnico e social da agricultura, embora ambos estejam inseridos numa estrutura dinâmica maior, cujos elementos constitutivos não podem ser isolados na análise de cada situação concreta". Prossegue a referida economista: "Tanto as características da modernização agrícola quanto os tipos de relações estabelecidas a partir do capital mercantil estão condicionados pela dinâmica própria da acumulação do capital global e regional, ao mesmo tempo que também demarcam, localmente, o caráter concreto dessa dinâmica" (90). O que foi assinalado anteriormente para o desenvolvimento das forças produtivas da agricultura em suas relações com o capital mercantil, pode ser, seguramente, considerado para os segmentos urbanos da média e pequena produção de bens e serviços e para o "setor informal", nas suas articulações com o capital mercantil que, também aí, atua de modo hegemônico.

(90) KAGEYAMA, Angela A. Modernização... op. cit., pp. 68 e 69.

CAPÍTULO II: A ARTICULAÇÃO INTER-REGIONAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO

II. A ARTICULAÇÃO INTER-REGIONAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Neste capítulo é feito o exame da constituição do mercado nacional e de suas repercussões sobre o Nordeste no período que vai do início do século até a década de 60.

A história da formação do mercado interno brasileiro é, sem dúvida, parte da história do desenvolvimento industrial do país. Isto significa que, não obstante o papel pioneiro que os produtores regionais nordestinos — face ao declínio da demanda externa e associados aos representantes do capital mercantil — desempenharam no desenvolvimento das relações comerciais entre as regiões, foram as empresas industriais que exploraram e ampliaram os canais de comercialização, constituindo o mercado interno brasileiro. Vale lembrar que há uma superposição de alguns anos nos quais a articulação se deu, simultaneamente, através dos determinantes associados à colocação interna dos excedentes do comércio exterior e aos determinantes vinculados à realização interna e inter-regional de produtos industrializados, originários do Sudeste, particularmente de São Paulo. Não esquecer, por exemplo, que o mercado do algodão era constituído de unidades produtoras de tecidos, concentradas espacialmente no Rio e em São Paulo, posteriormente.

Esse processo de articulação inter-regional, através da realização interna de produtos industriais, teve início nas primeiras décadas do século atual. Para seu entendimento é conveniente conceber uma partição neste processo que distinga a fase da indústria nascente e subordinada ao setor externo, a fase do desenvolvimento industrial pós crise de 1929/30 até 1955 e, mais recentemente, a fase da indústria pesada, iniciada na segunda metade da década de 50⁽¹⁾.

O surgimento, a expansão e a hegemonia da indústria do Sudeste ou especificamente de São Paulo, estão intimamente relacionados com a dinâmica e a natureza da economia cafeeira, conforme têm assinalado estudos mais recentes, explicitando os mais diver-

(1) Ver periodização adotada nos trabalhos de Liana Maria Aureliano, João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Cano, entre outros, que serão referidos no decorrer do presente capítulo.

vos mecanismos dessa relação entre o capital industrial e o originário da produção e exportação do café^(2). Não é o caso, aqui e agora, de se retomar a questão, mas tão somente o de registrar sumariamente, à luz desses estudos, os traços mais gerais desse processo, para, a partir daí, entender a formação do mercado interno, naquilo que diz respeito, particularmente, ao Nordeste. Wilson Cano, incorporando entre as suas idéias a respeito dos condicionantes do nascimento industrial alguns elementos da análise de João Manuel Cardoso de Mello, destaca, entre outros, os seguintes pontos: (i) o papel nuclear da atividade produtiva e exportadora de café e a diversificação do capital cafeeiro que, a partir da forma cíclica de sua expansão — fase de expansão do plantio encadeada com fase em que os preços se deprimem — são criadas condições para a acumulação em outros segmentos do complexo cafeeiro, notadamente bancos, estradas, atividades industriais; (ii) ao lado desta, deve-se ainda considerar a heterogeneidade das unidades produtoras do café, que comportam as plantações antigas e de mais baixa produtividade física, coexistindo com as mais novas que, em razão de rendimento físico maior, sustentam, estas últimas, mesmo na baixa dos preços internacionais, margens de lucros maiores que tendem a ser aplicadas em outras atividades, estimulando o processo de diversificação do complexo exportador do café; (iii) agregue-se, ainda, o fato de existir um estímulo adicional, mas não determinante, constituído pela redução da capacidade de importar que tende a aumentar a lucratividade da indústria e, conseqüentemente, a acumulação neste setor, desde que o estrangulamento da capacidade de importar não se traduza na impossibilidade de importação de bens de capital e insumos para a atividade industrial nascente. Registra Wilson Cano que mesmo nessa impossibilidade de importação, os estímulos decorrentes do estrangulamento interno se traduzem em uso mais intenso da capacidade instalada e em massa crescente de lucros a ser utilizada na acumulação posterior, em momentos futuros de afrouxamento da capacidade para importar^(3).

(2) Ver particularmente MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Brasiliense, São Paulo, 1982. AURELIANO, Liana Maria. No Limiar da Industrialização. Brasiliense, São Paulo, 1981. SILVA, Sérgio S. Expansão Cafeeira e Origem da Indústria. Alfa-Ômega. São Paulo, 1976.

(3) CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., pp. 121/125.

Esses mecanismos propícios ao desenvolvimento da atividade industrial, sobretudo aquela localizada em São Paulo, via diversificação do complexo cafeeiro, situam-se num cenário que tinha como traços fundamentais, de um lado avançadas relações capitalistas de produção, inclusive com uma ampla difusão do assalariamento, de outro um mercado interno de grande amplitude associado ao dinamismo do setor exportador até pelo menos a década de 20 — considerando-se as receitas decenais — ao lado de uma agricultura mercantil, mesmo excluindo-se dessas considerações a atividade cafeeira. Não é desprezível, neste particular, a ação do Estado, em sua esfera federal e estadual, com firme intervenção tanto nos planos de valorização e defesa do café, como na questão imigratória e na implantação de infra-estrutura, notadamente a de transporte ferroviário^(4).

No entanto, o que é importante para compreender esse momento do nascimento e consolidação da indústria brasileira, concentrados em São Paulo, é o fato de que subordinado ao capital cafeeiro, o capital industrial teria que encontrar seu próprio caminho através da superação ou atenuação de questões básicas que refletem as diferentes formas em que se expressava esta subordinação: a capacidade para importar (matérias-primas, bens de capital e alimentos), o mercado, o suprimento de mão-de-obra e a questão salarial. Na sua análise Wilson Cano mostra, a partir da heterogeneidade da "atividade nuclear e da forma cíclica de sua evolução" — aspectos anteriormente referidos — as relações entre a diversificação produtiva do complexo cafeeiro e a capacidade para importar da economia, e as formas sob as quais o capital industrial vê atenuado esse atrelamento ao denominado setor externo. No que se refere ao mercado, o grau de subordinação à dinâmica da economia cafeeira é contornado pelo desenvolvimento de uma agricultura diversificada (alimentos e matérias-primas) que adicionalmente à criação de mercado para a indústria nascente, "resolvia", em grande parte, o problema do suprimento alimentar para a força de trabalho individual e, em certa medida, o de fornecimento

(4) Ver CANO, Wilson. *Raízes...*, *op. cit.*, pp. 15, 44, 77. A respeito do assalariamento da mão-de-obra consultar FURTADO, Celso. *Formação ...*, *op. cit.*, capítulo XXVI. Na mesma obra de Furtado ver a natureza da intervenção do Estado no capítulo XXX - A Crise da Economia Cafeeira.

de matérias-primas para a indústria (açúcar, fibras, couros, etc), criando assim uma certa folga para a indústria, no que se refere às possíveis limitações na capacidade para importar bens de produção" (5). Quanto ao suprimento de mão-de-obra, que se poderia constituir um obstáculo ao desenvolvimento de outras atividades que não a nuclear, centrada no café, os grandes fluxos imigratórios para São Paulo e o êxodo rural na primeira década do século atual, inclusive a associada ao estancamento do plantio, implicou o atendimento do mercado urbano de trabalho e na redução das pressões originárias da expansão industrial sobre a oferta da força de trabalho. Pode-se acrescentar a isto o fato de que a redução do fluxo de imigrantes estrangeiros para São Paulo nas décadas iniciais do século XX, notadamente a partir dos anos 20, corresponde o incremento das migrações internas — orientadas para os Estados produtores de café — que seguramente desempenharam papel relevante neste suprimento da mão-de-obra (6). Vale ainda lembrar o apelo feito à mão-de-obra infantil e feminina para a atividade fabril. Quanto aos níveis salariais, a oferta da força de trabalho, as relações estabelecidas no campo através do "colonoato", a capacidade de mobilização do trabalho de menores e das mulheres, ao lado da ausência — válida para todo país — de legislação trabalhista garantiu à indústria de São Paulo, neste período inicial, seu desenvolvimento com "níveis baixos de salário" (7).

Partindo na frente das demais regiões na resolução de alguns problemas fundamentais, associados ao desenvolvimento de suas forças produtivas — infra-estrutura e o surgimento de economias externas que beneficiaram a formação industrial; a diversificação e desenvolvimento de uma agricultura à base de relações capitalistas de produção capaz de responder ao abastecimento local de matérias-primas e ao suprimento de alimentos — São Paulo já no início do século revela sinais evidentes do processo de concentração da indústria nacional (8).

(5) CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., pp. 125 e 126.

(6) Ver MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H. População ..., op. cit., pp. 160/163.

(7) CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., pp. 126 e 127.

(8) CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., pp. 227 e 228.

1. Período Anterior à Crise de 1929/30.

O movimento da indústria brasileira, naquilo que interessa ao estudo da articulação comercial — nesta fase de um processo extremamente atrelado ao setor externo, na vigência do denominado modelo primário exportador, que entra em crise no final da década de 20 — pode ser identificado a partir de alguns momentos bem característicos explicitados por Wilson Cano no seu estudo sobre as raízes da concentração industrial^(9). Inicialmente, o "grande salto" quantitativo da indústria paulista, por volta de 1905-1907, quando tem início uma intensa acumulação de capital, que se constitui como que um preâmbulo para uma primeira e grande incursão da indústria no mercado interno — o da própria sub-região de São Paulo e o das demais regiões brasileiras — durante os anos da Primeira Guerra Mundial. Dá-se, então o grande impulso da concentração da indústria em São Paulo, quando sua participação passa de 15,9% em 1907 para 31,5% em 1919 (posteriormente para 37,5% em 1929). Trata-se do momento denominado por Wilson Cano, a partir da ótica do mercado, de concentração por estímulo, "quando a produção paulista cresce, em grande parte atendendo a demanda do resto do país, momentaneamente insatisfeita" pelas restrições impostas pela guerra. Segue-se a este, o momento de concentração por necessidade, situado pelo autor na década de 20, portanto no imediato pós-guerra, quando se busca a conquista definitiva dos mercados "exteriores" na tentativa de viabilizar a continuidade da acumulação de capital e ocupar, efetivamente, a capacidade produtiva

(9) CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., pp. 227 e 256.

instalada e ampliada nas fases anteriores^(10). É neste segundo momento que ocorre também o segundo salto, agora qualitativo, da indústria paulista, com sua diversificação, cujo detalhamento maior é feito em seguida.

Sustentando-se, inicialmente, no seu dinâmico mercado interno — explicado pela grande expansão da economia cafeeira e pela agricultura voltada para outros produtos, inclusive alimentos — São Paulo inicia a formação de uma estrutura produtiva industrial, baseada no que se refere a vários ramos, em unidade produtiva de grande porte, como registra e examina as razões deste fato a economista Liana Aureliano^(11). A continuidade deste crescimento, implicando a ampliação de um excedente leva a uma ampliação concomitante da capacidade produtiva industrial que conduzirá, necessariamente, à conquista dos "mercados externos". A dimensão e o alargamento do mercado paulista, pelas razões anteriormente considerados, constituem-se a pré-condição para a conquista dos "mercados externos" nos dois momentos antes referidos.

(10) Há uma grande riqueza de informações na análise desse processo, sem dúvida complexo, no estudo de Wilson Cano, que seguramente não pode ser aqui transcrito ou resumido. Vale no entanto assinalar dois parágrafos que sintetizam aspectos muito relevantes desse período inicial da expansão da indústria: "Entretanto, se não houvesse ocorrido a primeira guerra, é muito provável que aquilo que teria sido uma concentração por estímulo tivesse de ser uma concentração por necessidade, pela razão simples de que a acelerada acumulação que precede a guerra talvez também imprimisse a necessidade de conquista de mercados exteriores, já naquele período, a fim de evitar a ociosidade de grande parte de seus equipamentos/A introdução de compartimentos industriais complexos, como o de bens de capital, de cimento, de aço, química, etc., enquadrar-se-ia "naturalmente" neste processo. Ocorrendo durante a década de 20 aquilo que se poderia chamar de uma "primeira onda de inversão" de bens de produção, tais investimentos obviamente encontrariam em São Paulo as melhores condições de localização, principalmente pelo lado da demanda, o que viria reforçar, ainda mais, o processo de concentração regional. Dimensionado para um âmbito maior do que uma "simples região", sua implantação, em São Paulo, reduzia ao mínimo as possibilidades de que o restante do país pudesse contra com plantas similares". CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., pp. 234 e 235.

(11) AURELIANO, Liana Maria. No Limiar da Industrialização. Brasiliense, São Paulo, 1981, pp. 28 a 34. Ver também CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., pp. 197 a 227.

Quais as repercussões desses momentos da expansão da indústria nacional, concentrada espacialmente em uma área restrita, sobre as demais regiões, particularmente o Nordeste? Em primeiro lugar, deve-se considerar que até meado da década de 20 era pequena a integração do mercado nacional, pois o comércio inter-regional representava apenas 1/4 do total do comércio (exterior + interior) de todos os Estados, cifra que nos anos imediatos à Segunda Guerra já alcança 50%. O que se deve considerar, neste particular, é que, até aquela data, o sistema de transporte estava constituído basicamente pela ferrovia e cabotagem, e que a articulação comercial se dava, fundamentalmente, através de produtos agrícolas, da pecuária, agroindústria e alguns poucos industrializados: o açúcar e o algodão do Nordeste, charque e banha do Sul, tecidos de São Paulo, do Rio e do antigo Distrito Federal.

No entanto, as informações registram que, no caso específico de São Paulo, as exportações para os demais Estados brasileiros passam de 15% do total exportado, na primeira década do século atual, para 25% nos anos 20. Ademais esta integração comercial "é, ao mesmo tempo reveladora de um específico sistema de trocas inter-regionais: de São Paulo para o resto do país, aumentavam continuamente as exportações de produtos industriais ao passo que as importações paulistas vão cada vez mais se constituindo de matérias-primas e de gêneros alimentícios demonstrando claramente uma relação estrutural de comércio típica de "centro-periferia" (12). Agregue-se ainda que a importação de matéria-prima ou insumos pouco a pouco ganham relevância na pauta de importação paulista. Expressa-se também nestas relações a dupla determinação da articulação comercial antes referida: a busca de escoamento do excedente antes exportado por algumas economias regionais, como a nordestina, e a conquista paulatina da indústria, através de produtos voltados, em geral, para o mercado interno.

A complementariedade é, sem dúvida, a tônica nos primeiros anos desta fase de expansão industrial, no contexto do modelo primário-exportador (ou da economia exportadora capitalista, na expressão de João Manuel), notadamente no que se refere à relação Nordeste/São Paulo. No entanto não se pode deixar de con-

(12) CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., p. 235.

siderar — notadamente após a minuciosa e convincente análise de Wilson Cano a respeito — que ainda nesta fase começa a se definir uma intensa competição inter-regional, que vai ter reflexos significativos sobre a estrutura produtiva dos demais Estados e regiões e, evidentemente, sobre sua evolução futura.

Na sua análise, o referido autor, examinando os anos iniciais desse processo, chama a atenção para o fato de que havia a presença marcante, nas diversas regiões, de segmentos produtivos que apresentavam participação significativa no total do país, assinalando que se tratava de uma "concentração por especialização natural". Era este fato que garantia, no momento inicial da articulação comercial das regiões, a complementariedade entre elas na qual o mercado de São Paulo se constituía o centro mais relevante de convergência dos fluxos^(13). No entanto, à medida que crescia e se integrava o mercado nacional, mesmo nesta fase nascente da indústria, e se diversificava a atividade produtiva e o nível de aproveitamento da disponibilidade de recursos naturais, acirrava-se a competição inter-regional e ocorria uma "reconcentração" de algumas dessas atividades — e de outras que surgiam no processo de diversificação — no centro mais dinâmico do país. O caso da agricultura paulista que através do seu "excepcional desempenho (...) deslocava antigos e tradicionais supridores dos seus mercados, tanto no que se refere a alimentos simples ou industrializados, como em relação a matérias-primas", constitui uma ilustração da competição que passa a vigir no final dessa fase. Neste particular o Nordeste foi alcançado sobretudo naqueles produtos através dos quais buscava firmar uma relação de complementariedade com o polo emergente^(14). Registra-se que, como média anual ou por safra, a exportação de açúcar pernambucano para São Paulo passa de 626 mil sacos (em 1918-19 e 1920-21), para 1.648

(13) Wilson Cano mostra que, de acordo com o censo industrial de 1907, o Pará produzia 22% de madeira serrada do país, que representava 38% do valor da sua produção industrial; o Nordeste 71% do açúcar e 89,5% do sal, que constituíam, respectivamente, 38,5% e 6,9% da produção regional; Minas, 75,7% do laticínio que alcançava 16,1% da produção mineira; o Rio Grande do Sul produzia o equivalente a 94,6% da produção nacional de charque e banha, o que representava quase metade da produção industrial total do Estado. CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., p. 252.

(14) CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., p. 252.

mil sacos (1924-25 a 1927-28), alcançando 950 mil em 1935-37 e 1.328 mil em 1938-40^(15).

O agravamento do caráter competitivo do mercado inter-regional se dá quando, em seguida ao primeiro "grande salto" da economia industrial paulista ocorrido entre 1907 e a primeira investida nos mercados regionais durante a Primeira Guerra, ocorre o "segundo salto", no qual a característica principal consiste na mudança qualitativa, com a diversificação da indústria, quando, então, começa a ter presença um "pequeno compartimento produtor de bens de capital e de insumos mais complexos", acompanhado de uma diversificação da produção de bens de consumo não durável de maior difusão, a exemplo da têxtil^(16). A esta competição inter-regional, agregue-se, à época, a existência de uma acirrada competição internacional ocorrida no setor produtor de bens de consumo assalariado, na expressão de Liana Aureliano^(17).

Não constitui uma tarefa fácil, a partir da disponibilidade de dados a respeito da concentração espacial da indústria, no período em análise, conhecer devidamente o impacto da competição sobre as regiões, embora se considere que as indicações existentes levam a crer que o Nordeste foi, provavelmente, uma das áreas mais afetadas negativamente:

- a) a partir do exame das informações dos censos industriais, Rocha Magalhães mostra, através da relação Nordeste/São Paulo, que, no que se refere ao número de estabelecimento tal coeficiente passa de 1,35 em 1907, para 0,62 em 1919 e 0,57 em 1939 (já na fase posterior, da "industrialização restringida"); no tocante ao valor da produção, do coeficiente de 1,02 (1907), alcança-se 0,51 (1919) e 0,23 em 1939; com

(15) Segundo dado do IAA-Anuário Açucareiro, vários anos, e a publicação de GONÇALVES & SILVA, Açúcar e Algodão em Pernambuco, de 1929, já citada.

(16) CANO, Wilson. Raízes ..., op. cit., p. 254.

(17) "A própria dinâmica da acumulação do capital cafeeiro encarregava-se de criar, desde cedo, um setor produtor de bens de consumo assalariado, que fora obrigado, na década de 1920, a se modernizar profundamente, sob a acicade da concorrência externa sem tréguas". AURELIANO, Liana Maria. No Limiar ..., op. cit., p. 14.

respeito à produtividade — definida inadequadamente pelo autor como valor da produção/número de empregados — a relação passa de 0,60 em 1907, para 0,62 em 1919 e 0,44 em 1939; ^(18) (ver tabela 9).

b) a participação da indústria nordestina no total do país passa de 16,7% em 1919 para 10,4% em 1939; Pernambuco passou de 7,4% em 1907 para 4,8% em 1939, e a Bahia, respectivamente, de 3,4% para 1,4%; impactos na mesma direção ocorreram em relação à indústria do Rio Grande do Sul e da região Norte; Wilson Cano dá destaque, neste particular, ao caso de Minas que aumentou a sua participação — diferentemente dos casos anteriormente referidos — atribuído tal fato à complementaridade com a indústria paulista, ao grande dinamismo de sua economia cafeeira na década de 20 e a crescente articulação de sua agricultura com o mercado nacional ^(19).

c) há evidências de um crescimento bem menor da indústria nordestina em relação a São Paulo e ao Brasil em seu conjunto, quer se considere o total da indústria de transformação, quer os grupos de indústria de acordo com a utilização da produção (consumo não durável, bens intermediários e bens de capital e de

(18) "Desfrutando de uma situação de destaque em termos nacionais, em 1907, o Nordeste perde, ao longo dos anos, posição para outras áreas do país. Nesse ano a indústria do Nordeste era mais importante, em termos absolutos, do que a de São Paulo: dispunha de maior número de estabelecimentos e de empregados e maior valor da produção. Além disso, o tamanho médio de suas indústrias, em termos de número de empregados por estabelecimento, era superior a de São Paulo. O nível de produtividade da mão-de-obra, entretanto, já se situava em torno de apenas 60% do verificado em São Paulo. MAGALHÃES, Antônio Rocha. *Industrialização e Desenvolvimento Regional: a Nova Indústria do Nordeste*. IPEA/IPLAN. Brasília, 1983, p. 264. Ver a respeito da comparabilidade dos dados nos primeiros censos industriais as dificuldades encontradas por Wilson Cano e as qualificações a respeito. CANO, Wilson, *Raízes ...*, op. cit., capítulo II.

(19) CANO, Wilson. *Raízes ...*, op. cit., p. 255. Vale aqui fazer referência ao trabalho recente de Nathanael Leff que ressalta além do protecionismo à produção interna de alimentos no início do século, o desenvolvimento do transporte de baixo custo privilegiando particularmente a economia mineira. LEFF, Nathanael H. *Custos de Transporte, Investimento em Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico no Brasil Durante o Século XIX*. In *Estudos Econômicos*, vol. 14, nº 3, set/dez. 1984, São Paulo, p. 717.

Tabela 9 - Comparação da Indústria do Nordeste com a de São Paulo, na Data dos Censos: 1907 - 1939

Indicador	Relação Nordeste / São Paulo		
	1907	1919	1939
Número de estabelecimento	1,35	0,62	0,57
Número de empregados	1,59	0,81	0,51
Valor da produção	1,02	0,51	0,23
Produtividade (*)	0,60	0,62	0,44

FONTE: MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização e Desenvolvimento Regional: A Nova Indústria do Nordeste. IPEA/IPLAN. Brasília. 1983. pág. 264. Com base nos censos industriais.

NOTA: (*) Definida pelo autor como a relação valor da produção/número de empregados.

consumo durável)); particularmente em relação à indústria de bens de capital e de bens duráveis de consumo, o que as taxas de crescimento registram é a quase estagnação desse grupo, no período (1919-39) em que o Brasil — sobretudo São Paulo e Minas — registravam taxas acima de 10% ao ano (ver tabela 10).

O balanço desta fase do desenvolvimento da indústria brasileira atrelada à economia exportadora capitalista sugere que, partindo-se de uma situação de complementaridade no contexto de uma débil articulação comercial entre as regiões no início do século — complementaridade fundamentada na dotação de recursos naturais ou de matérias-primas específica de cada espaço, à época — passa-se para uma relação de competitividade que começa a se esboçar no período posterior à Primeira Guerra, com a diversificação da economia paulista, particularmente da sua indústria e agricultura. Embora isto tenha implicado em uma complementaridade mais intensa em relação a área da periferia imediata, como é o caso de Minas, no que se refere ao Nordeste trouxe repercussões negativas em relação ao esforço, até então desenvolvido, de busca de complementação, notadamente através do açúcar e algodão nos mercados de maior dimensão e mais dinâmicos do país. Negativos foram, provavelmente, os impactos decorrentes da diversificação industrial do Estado de São Paulo sobre o pequeno segmento produtor de bens de consumo duráveis e de capital existente no Nordeste.

Bem mais complexas e matizadas são as repercussões, prevalentemente negativas, sobre a indústria mais tradicional de bens de consumo não duráveis, cujo peso relativo era sem dúvida significativo: a indústria de alimentos somada à têxtil, em Pernambuco e Bahia em 1919 representava, respectivamente, 76% e 82% da sua produção industrial, de acordo com levantamentos de Rocha Magalhães, em trabalho citado (pág. 267). Neste particular, a análise da competição inter-regional deve levar em consideração dois aspectos: um primeiro associado à competição no próprio mercado do núcleo dinâmico da economia nacional, basicamente o mercado paulista, e, um segundo, relacionado com os mercados das regiões e espaços "periféricos". O segmento tradicional de produção de açúcar, parte integrante, portanto, da indústria alimentar, começa a ser afetado com a diversificação da agricultura e agroindústria de

Tabela 10 - Indústria de Transformação: Taxas Anuais de Crescimento (%), Segundo Grupos de Indústria e Unidades da Federação. 1919 - 1939

Regiões e Estados	Grupos de Indústrias			
	Total	Consumo não durável	Bens Intermediários	Bens de Capital e Consumo Durável
Nordeste	3,7	5,0	4,9	1,9
Maranhão e Piauí	1,2	4,5	8,5	...
Pernambuco	4,8	4,8	3,1	-3,9
Bahia	0,8	5,4	7,7	8,3
Demais Estados Nordestinos	4,0	5,0	5,9	4,8
Minas Gerais	7,5	7,6	13,3	11,3
São Paulo	7,0	8,4	7,7	14,5
Brasil menos São Paulo	5,0	6,2	6,6	9,6
Brasil	5,7	7,2	7,0	12,6

FONTE: CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930 - 1970. Global/UNICAMP São Paulo. 1985. pág. 86. Com base nos censos industriais.

São Paulo. Na safra de 1932/33 esse Estado aparece já com uma participação de 11% na produção açucareira nacional (cf. Anuário Açucareiro do IAA) e o Sudeste com 34,4%. A proximidade dos centros consumidores associada à diversificação de sua agricultura face às sucessivas crises do café, dá lugar ao afastamento progressivo da produção nordestina dos mercados da parte meridional do país. A indústria alimentar paulista, por esta e outras razões, passou de uma participação de 9,9% em 1907 para 26% em 1919.

Uma ilustração da competição mais generalizada, inclusive nos mercados das áreas "periféricas" pode ser feita com outro segmento tradicional: o da indústria têxtil. Neste caso, é mais difícil a identificação de um padrão definido de comportamento na sua evolução e na ocupação dos mercados regionais. Wilson Cano mostra que ocorreu entre 1907, 1919 e 1939 um bem definido aumento da participação de São Paulo na produção Têxtil: de 26,3% para 36,6% (e para 60,6% já em 1939) ^(20). Na sua análise Stein sugere a existência de dois sub-períodos, neste começo de século (até 1929-30); um primeiro, de muito dinamismo, que compreende a quase totalidade dos anos das três primeiras décadas do século; e um segundo período, que se segue à primeira metade dos anos 20, caracterizado pelas dificuldades crescentes dessa atividade, que iria culminar com a crise de 1929-30.

No sub-período de maior dinamismo embora se registrasse a grande concentração da produção e dos equipamentos nas grandes empresas — o que se somava ao fato de tal atividade industrial ter surgido com base na unidade produtiva de grande porte — no contexto dessa expansão acelerada, sobretudo no pós-guerra, ocorreu o surgimento de inúmeras pequenas fábricas de tecidos e a atração para esta atividade de capitalistas egressos de outros negócios. Isto era favorecido, de um lado, pelo crescimento dos mercados, notadamente a partir do dinamismo de alguns produtos pri-

(20) CANO, Wilson. Raízes ..., *op. cit.*, p. 241. Stein confirma, através de alguns dados estatísticos este processo, ao mostrar que entre 1900 e 1920, o número de fábricas em São Paulo passa de 16% para 23%, em relação ao total do país; o de fusos de 15% para 27%; o de teares de 15% para 25% e o de trabalhadores de 16% para 23%. Em Minas há um aumento desses percentuais, o que contrasta com a evolução do antigo Distrito Federal e do Estado do Rio. Em termos regionais (Sudeste) não houve uma intensificação da concentração, segundo os dados do referido autor. Ver STEIN, Stanley. Origens ..., *op. cit.*, p. 113.

mários de exportação — crescimento e melhoria dos preços do café mas, também, do cacau e algodão, beneficiando os mercados nortestinos — e, de outro lado, pela pouca articulação, ainda vigente, dos mercados no país, o que possibilitava, mesmo a pequenas e pouco eficientes unidades de produção, o domínio dos mercados "cativos", protegidos sobretudo pelos custos de transportes^(21). Isto, segundo Stein, coexistiu com a expansão da grande empresa, que ampliou suas instalações nos maiores centros produtores: Rio, São Paulo, Juiz de Fora, Recife.

Outras é a história no segundo período, que segue os "vinte e cinco anos de prosperidade da indústria têxtil do Brasil", e que tem início no final da primeira metade da década de 20, "quando surgiram no país os primeiros indícios da Grande Depressão de 1929"^(22). A superprodução, o declínio dos preços e os sinais generalizados da crise provocaram alterações significativas no comportamento dos agentes econômicos na busca de manutenção dos seus lucros. Tentativas de diversificação da produção, de eliminação da intermediação tanto no fornecimento da matéria-prima como na comercialização dos produtos finais, a busca de mercados externos e as tentativas de formação de cartéis, o apelo à intervenção do Estado na atividade econômica, foram as soluções tentadas pelos empresários. Há o registro, da maior importância, que faz Stein à página 127 do texto citado, do aguçamento da contradição (que as dificuldades crescentes e a crise deflagam) entre

(21) "A indústria têxtil parecia ser um campo tão atraente para os investimentos de capital que o exemplo de "centenas" de capitalistas foi logo seguido por abastados fazendeiros, sobretudo durante o período de valorização do café nos anos vinte" (pág. 118) ... Nas cidades interioranas floresciam inúmeras pequenas fábricas de tecidos após a guerra. Algumas começaram modestamente durante a guerra, com um número reduzido de teares, comprando fios de poucos counts das fábricas maiores de fiação e tecelagem. Desenvolvendo, com sucesso as suas operações de tecelagem vários desses pequenos empresários expandiram as suas fabricquetas, acrescentando-lhes modestas seções de fiações livrando-se da dependência com relação às fontes abastecedoras de fios. A maioria comercializava a sua produção numa "área privilegiada" desfrutando da proteção regional decorrente dos custos elevados de transportes, que tendiam a eliminar a concorrência dos tecidos de algodão provenientes de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Confinados nesses mercados extremamente restritos, as pequenas fábricas do interior obtinham boas margens de lucro". STEIN, Stanley. *Origens ...*, op. cit., pp.118 e 119.

(22) STEIN, Stanley. *Origens ...*, op. cit., p. 123.

os interesses do capital mercantil, notadamente aquele associado à intermediação nas vendas do algodão nordestino — não necessariamente capital originário do Nordeste — e o capital produtivo industrial. Contradição que nada mais é que a expressão da luta pela manutenção do nível de apropriação da mais-valia da parte de cada fração do capital, que se torna acirrada no momento do declínio da atividade produtiva.

É a partir dessas mudanças na atividade econômica e no comportamento dos agentes econômicos que, seguramente, ocorreu um processo de concentração. De fato, o acirramento da competição^(23) induz à busca de novas faixas de mercados e a formas de controle do acesso e novos processos produtivos, do que certamente decorre a concentração da atividade econômica, em termos de empresa e de espaço regional. Ressalte-se que o mercado, na crise, se desloca para tecidos de melhor qualidade, o que possibilita que os empresários de maior iniciativa e possibilidades econômicas encontrem brechas para o escoamento da sua produção, após a reconversão das suas linhas de produção. Várias das iniciativas, neste particular, foram tomadas por fabricantes paulistas, conforme registra Stein. A luta se desdobraria nos anos da crise 1929/30 e no seu período imediato, com as dificuldades das pequenas fábricas no acesso a equipamentos, inclusive dificuldades provenientes de políticas deliberadas do Governo, ou das próprias condições dos fornecedores de máquinas têxteis^(24). Quando depois de pressões e contrapressões sobre a referida política governamental de proibição e restrições à aquisição de novos equipamentos têxteis, foram levantadas tais medidas restritivas, estava definida uma nítida desvantagem para as "indústrias de Minas Gerais e do nordeste do Brasil" que se queixavam de que somente um "reduzido número de grandes fábricas modernas ou remodeladas do Rio e de São Paulo

(23) "A distribuição da indústria algodoeira fornece a chave para que se passe entender as poderosas correntes postas em movimento quando se desenvolvem a crise final dos anos vinte e dos trinta, lançando as fábricas do Sul contra as do Norte, as pequenas fábricas dispersas pelo interior contra as grandes fábricas dos centros urbanos, as fábricas que produziam tecidos grossos contra as que se dedicavam aos tecidos finos". STEIN, Stanley. *Origens ...*, op. cit., pp. 121 e 122.

(24) STEIN, Stanley. *Origens ...*, op. cit., pp. 144 a 151.

possuiam instalações eficientes e tecnicamente avançadas" (25).

Dignas de registro, no interior dessa acirrada competição e do processo de concentração que lhe é inerente, são as mudanças ocorridas no sistema de distribuição da produção e do fornecimento de matéria-prima, sobretudo do primeiro. Há o rompimento das fábricas com os atacadistas de tecidos, através inclusive da criação de canais próprios de comercialização. Trata-se de uma prática que tende a generalizar-se na segunda metade dos anos 20, mas que pioneiramente já começara a ser adotado pelos Lundgren, em Pernambuco, no início da referida década. A competição põe a nu as diferenças entre o preço de aquisição do algodão adquirido ao produtor e o preço de venda junto as fábricas, revelando o nível de apropriação por parte do sistema de intermediação, desencadeando uma luta dos fabricantes com os intermediários. É provável que, neste momento, tais manifestações se constituíssem aspectos de um processo muito mais abrangente do início do predomínio do capital produtivo industrial sobre o capital mercantil, o qual começa a perder sua autonomia e se transforma em agente de capital industrial, em ascensão.

Foram esses os passos iniciais da indústria brasileira no seu caminho da concentração e da constituição do mercado interno. A fase seguinte é o desdobramento e a ampliação do que fora esboçado na década de 20.

(25) STEIN, Stanley. *Origens ...*, *op. cit.*, pp. 151 e 152. Levantamentos feitos por Wilson Cano demonstram que entre 1920/25 São Paulo importou 83% das máquinas e acessórios para a indústria têxtil, do total importado pelo resto do país, em termos de tonelada. Já no período mais crítico (1926/29) este percentual era de 65,5%. Na sua análise, Liana Aureliano assinala: "Na medida em que a estrutura do mercado era do tipo oligopólio competitivo, as grandes empresas tinham um percentual de acumulação superior, e juntamente elas eram capazes de se modernizar, enfrentando a concorrência externa, e crescer, mesmo nas crises, às custas do deslocamento da produção das pequenas e médias empresas. Isto é tanto mais verdadeiro quanto não percamos de vista que o aguçamento da concorrência intercapitalista podia assumir dimensões inter-regionais, com a grande empresa paulista, a que contava com melhores condições, se apropriando de outros mercados regionais". AURELIANO, Liana Maria. *No Limiar ...*, *op. cit.*, p. 40. Os dados disponíveis, alguns citados no capítulo anterior a respeito da expansão da capacidade produtiva e da produção na indústria têxtil entre 1910 e 1920, sugerem que o processo de concentração já estava presente antes desse período crítico da segunda metade da década de 20.

2. Período de 1930 a 1955

Reconhecidamente, a crise de 1929/30 se constitui um marco das transformações econômicas, sociais e políticas do país. Inicia-se, segundo alguns autores, a fase da "industrialização restringida" no contexto da crise da economia exportadora capitalista "na medida em que nesse momento já estão criadas pelo próprio desenvolvimento do capital as condições fundamentais para a negação do seu predomínio". Não se trata, como adverte Liana Aureliano, com razão, de simples interrupção de uma fase da expansão exportadora capitalista, pois o desenvolvimento capitalista possibilitava, à época, que a reprodução do capital industrial "se pudesse fazer com certa independência do capital mercantil exportador" (26).

Essa fase, que se tentará caracterizar sumariamente e seguir, examinando inclusive suas implicações inter-regionais no período de 1930/55, especialmente na articulação São Paulo/Nordeste, tem como significado imediato a consolidação da posição hegemônica do capital produtivo industrial que, extremamente concentrado num espaço regional restrito, retoma, após a crise, com passos bem seguros, o caminho dos mercados regionais. Seu espraiamento se dá, nesse momento, num contexto muito distinto daquele iniciado pelo Nordeste quando buscava colocar seus excedentes de açúcar e algodão, uma vez que o capital mercantil já não mais se apresenta como autônomo em relação aos produtores. Neste processo, que se inicia após a crise, o capital mercantil começa, na consolidação do mercado interno brasileiro, a ser "degradado de sua antiga existência autônoma a um momento específico do investimento em geral", desenvolvendo suas funções como "agente do capital produtivo", nas expressões de Marx (27).

No entanto, o que se deve considerar é que essas transformações ocorridas, tanto na fase da "industrialização restringida" quanto na primeira fase da "industrialização pesada" (1955/

(26) AURELIANO, Liana Maria. No limiar ..., op. cit., p. 14.

(27) MARX, Karl. O Capital. Vol. III, Livro Terceiro ..., op. cit., p. 246.

/62) (28) implicaram, tão somente, ao lado das mudanças no aparelho produtivo concentrado no Sudeste, uma articulação em base prevalentemente comercial, sob o evidente comando do capital produtivo. O que se pretende ressaltar com isto é que o entrelaçamento das economias regionais — notadamente as que constituem a "periferia" Norte, Nordeste — não se dá, até a década de 60, a não ser pelo comércio, sem a transferência do capital produtivo do espaço onde está concentrado para as demais áreas em busca de novas frentes de investimento. O que predomina é o escoamento da produção, a busca de mercado, a realização da produção industrial concentrada no Sudeste. O Nordeste, neste particular, ainda guarda sua individualidade, dada a especificidade da sua reprodução de capital ou as formas como o processo de acumulação assume (29). Isto significa dizer, também, que o "ajustamento" a que ele é submetido nestes momentos dá-se a partir das próprias frações do capital, localizadas e originárias da região, sem a participação do capital produtivo extra-regional.

Esta fase da industrialização brasileira, adjetivada de restringida por João Manuel Cardoso de Mello, toma essa qualificação em razão do fato de a reprodução ampliada do seu capital depender do setor exportador e da capacidade de importação e por não possuir um expressivo compartimento de bens de produção. Não obstante, trata-se de um momento em que a indústria e as classes sociais que a dirigem passam a exercer uma hegemonia incontestada no desenvolvimento brasileiro e, na expressão de Wilson Cano, a indústria passa a ser o determinante principal do nível de atividade (30).

As manifestações mais evidentes desse momento podem ser assim resumidas:

(28) MELLO, João Manuel Cardoso. Capitalismo ..., op. cit., p. 122.

(29) Ver a respeito desse tema a concepção adotada por OLIVEIRA, Francisco de. Elegia ..., op. cit., pp. 27 e 32.

(30) CANO, Wilson. Desequilíbrio ..., op. cit., p. 77. As informações que seguem foram extraídas do referido texto.

- a) há um crescimento acelerado da indústria na década de 30, a partir de 1933 até 1939, com uma expansão de pouco mais de 10% ao ano para o país e cerca de 14% para São Paulo;
- b) a capacidade para importar e as dificuldades de outra ordem, vigentes sobretudo durante a Segunda Guerra, restringem o investimento industrial, reduzem o ritmo de acumulação de capital nos anos posteriores, o que não impediu a ampliação e diversificação do aparelho produtivo da economia nacional, notadamente da paulista, inclusive com o aporte do capital estrangeiro;
- c) tal diversificação dá-se, sobretudo, no segmento de bens de produção, notadamente cimento, metalurgia, mecânica, química, material de transporte e material elétrico; a indústria de bens intermediários somada à de bens de capital e de bens duráveis de consumo, que em 1919, no Brasil, representavam 23,6%, alcançavam já em 1949 cerca de 37,9% do valor da transformação industrial; em São Paulo tais transformações são bem mais significativas: indústria de bens de consumo não durável perde, para as referidas indústrias, parte significativa do percentual no total do valor da transformação industrial: de 74% em 1919, para 55,5% em 1949;
- d) no entanto, não se pode negar que o segmento específico produtor de bens de capital, embora presente, é muito pouco significativo na estrutura produtiva da indústria, mesmo considerando-se o caso de São Paulo; nesse Estado, em 1949 o grupo da indústria produtora de bens de capital e duráveis de consumo alcançou 10,8% do VTI (em 1919 era apenas 3%); isto significa dizer que a tônica do crescimento era dada, no setor industrial, pela indústria de bens de consumo não durável.

Essas transformações econômicas ocorriam num contexto no qual mudanças institucionais, notadamente na forma de atuação do Estado, e no sistema de transporte tendiam a possibilitar uma articulação inter-regional cada vez mais intensa. De acordo com a análise do Wilson Cano, desde o início do século a União tentava

legislar no sentido de eliminar impostos estaduais que incidiam sobre o comércio entre os Estados, que desempenhavam um papel similar ao de barreiras alfandegárias. Isto é conseguido no final da década de 30, com a gradativa eliminação de tais impostos até 1943. Estavam bem claras, na justificativa dos textos legais, as intenções dos legisladores: a necessidade de eliminação de impostos que constituíam "um dos mais sérios embaraços ao desenvolvimento econômico do país" ou a necessidade de "assegurar a unidade econômica do território brasileiro" (31).

O momento da "industrialização restringida" não pode ser entendido sem um exame, mesmo sumário, das novas formas que — após a crise de 1929 e no bojo das transformações políticas ocorridas — o Estado passa a ter, bem como das novas articulações que ele estabelece com o sistema produtivo e nas relações sociais de produção. Trata-se de um Estado que ao superar as formas oligárquicas e regionais de pressões e de intervenção, busca os meios e caminhos para a centralização, para a efetiva constituição de "uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês". O processo de centralização ocorre através da construção de um complexo e diversificado aparelho burocrático-administrativo que tem como funções básicas a intervenção, regulação e controle da economia e da sociedade, em nome do "interesse geral". A estruturação e modernização dos aparelhos centralizados do Estado tomam formas particulares em cada uma de suas partes: o "aparelho coercitivo-repressivo", o "aparelho social" e o "aparelho econômico" (32).

(31) CANO, Wilson. *Desequilíbrios ...*, *op. cit.*, p. 187 e 188. A este respeito afirma Francisco de Oliveira: "O desenvolvimento industrial da "região" de São Paulo começou a definir a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional de trabalho nacional, em substituição ao "arquipélago" de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. Derrocaram-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, na rota das transformações operadas pela revolução de 1930, pois existiam na forma de um imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros Estados; instituiu-se o imposto de consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, e aboliu-se a capacidade que tinha cada Estado de legislar sobre o comércio exterior. Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de estado nacional unificado, em sua forma política, que se recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica ..." OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia ...*, *op. cit.*, pp. 74 e 75.

(32) Ver especialmente DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960*. Paz e Terra, Rio, 1985, pp. 60, 61 e 63.

É suficiente limitar as considerações aos dois últimos. No que se refere ao aparelho social, do Estado, a sua ampliação e diversificação ocorre notadamente na área da saúde, educação e previdência social através de políticas sociais que, embora incompletas e discriminatórias, cumpriram papel relevante na reprodução da força de trabalho, no momento preciso da constituição da própria mão-de-obra industrial, reforçando a regulamentação e a interferência do Estado nas relações de emprego e salário^(33). Quanto ao aparelho econômico estatal uma síntese a respeito da sua evolução e das formas adquiridas nessa fase de "industrialização restringida", é apresentada por Sônia Draibe:

"A crise do Estado Oligárquico, ao estabelecer condições para a centralização política, criou também as bases para uma profunda intervenção e regulamentação econômico estatal, no espaço político constituído pelos interesses sociais e seus conflitos. Nesse campo de forças, constituiu-se aceleradamente um moderno e sofisticado aparelho econômico centralizado, a partir do qual o Estado passou a atuar sobre os postos-chaves da vida econômica e social, elaborando políticas de caráter nacional e dotadas de um grau bastante elevado de interpenetração e complementaridade"^(34).

A regulação e intervenção passa a existir, com maior grau de articulação na área de câmbio, moeda, crédito, juros, salários e, sobretudo no interior dos organismos setoriais de planificação. Sua intervenção se consubstancia, sobretudo, através da constituição de entidades e empresas públicas. No rol de entidades e órgãos que passa a existir com funções bem definidas não podem deixar de ser mencionadas o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), do Mate (1938), do Pinho (1941), do Sal (1941), do Cacau da Bahia (1931); o Departamento Nacional de Produção Mineral (1934), além de diversos conselhos entre os quais o de Petróleo (1938), de Águas e Energia Elétrica (1939), de Minas e Metalurgia

(33) DRAIBE, Sônia. Rumos ..., op. cit., pp. 77 e 80.

(34) DRAIBE, Sônia. Rumos ..., op. cit., p. 78.

(1940). É a partir da década de 40 que a empresa pública ou a sociedade de economia mista passam a ser as formas mais utilizadas de realização de blocos de investimentos. Os exemplos mais significativos são o da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Vale do Rio Doce (1942), a Nacional de Álcalis (1943), a Fábrica Nacional de Motores (1943), a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945) (35).

No que se refere ao sistema de transporte, houve, nesta fase, um avanço substancial na articulação entre os diversos espaços econômicos do país. Embora não se tenha progredido mais no tocante ao sistema ferroviário — apenas 5,5 mil km foram acrescentados entre 1928 e 1955 aos 31,8 mil já existentes no primeiro dos referidos anos — o sistema rodoviário ampliou consideravelmente o seu raio de ação, passando de uma extensão de 113,6 mil km no final dos anos 20 (1928) para 459,7 mil no final da fase de "industrialização restringida" (1955). Além disso, ampliou-se significativamente a frota de caminhões em circulação, dobrando o seu número entre 1937 (54,8 mil) e 1947 (109,2 mil), portanto em dez anos, para, posteriormente, quase que dobrar nos quatro anos que seguem (210,2 mil em 1951) (36). Registre-se, ainda, que internamente no Nordeste, em razão das secas e da ação do IFOCS (posteriormente DNOCS), foram construídas grandes extensões de rodovias que anos depois foram incorporadas à rede básica do país e da região (37).

(35) DRAIBE, Sônia. Rumos ..., op. cit., pp. 89, 90, 125.

(36) SINGER, Paulo. Interpretação do Brasil: uma Experiência Histórica de Desenvolvimento. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, v. 4, Difel. São Paulo, 1984, p. 219. Este autor registra, neste mesmo trabalho (p. 220) que a partir de 1925, com uma redução no período da Segunda Guerra, ocorreu uma significativa importação de autoveículos e chassis com motores, além de gasolina e óleos combustíveis. Este último item passa de 606 mil toneladas em 1931 para 4.426 mil em 1955.

(37) "A implantação básica da maior parte da Rede Rodoviária do Nordeste, incluindo as estradas de maior importância, que constituem hoje o eixo principal das redes das estradas integrantes da região, foi feita pelo DNOCS numa extensão total de aproximadamente 8.000 km de rodovias troncais e mais de 2.000 km de rodovias secundárias, até 1956". SUDENE. I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, 1961-63. SUDENE. Recife, 1966, p. 39. Este mesmo documento, à mesma página, assinala que a região, à época (fins da década de 50) contava com uma "vasta rede" de estradas de rodagem que representava, no conjunto das estradas federais, 40,3% e do total das estaduais cerca de 15,1%.

No entanto, essa "revolução" no sistema de transporte, interligando mercados brasileiros, não eliminou, de todo, as barreiras que provocaram o isolamento relativo, que possibilitavam a existência de unidades produtivas menos eficientes em termos dos padrões dos centros mais avançados economicamente do país. Isto se deu, por várias razões. Em primeiro lugar, salvo em relação aos mercados do Sudeste/Sul a rede ferroviária, por razões históricas e técnicas, guardavam as características de sistemas estaduais ou regionais de transporte, sem interligação com os mercados extra-regionais. Além disso, o sistema rodoviário e grande parte da frota possibilitava muito mais as ligações nos mercados do Sudeste (São Paulo, Rio, Minas), com prolongamentos para o Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), do que em relação às demais regiões. Algo parecido ocorreu em relação ao Nordeste, tanto no que se refere ao sistema ferroviário como ao sistema rodoviário, ampliado consideravelmente em razão das "obras contra as secas". Note-se que embora a rodovia Rio-Bahia tenha sido construída originariamente no período 1937-50, ela nesta época, apresentava "condições muito precárias de tráfego" (38).

Enfim, estava-se vivendo um momento de amplas transformações no sistema de transporte que intensificando os fluxos comerciais e reduzindo os custos, quebrava as barreiras à entrada em vários dos mercados anteriormente isolados. Isto foi conseguido graças ao transporte rodoviário, através da ampliação da extensão das rodovias e da frota de veículos de carga. No entanto, no que se refere fundamentalmente à articulação Nordeste/Sudeste, esse desenvolvimento do sistema de transporte é nodular, restringido. Dá-se prevalentemente, no interior de regiões já articuladas na fase anterior — como a Sul/Sudeste — ou no interior de região mais isolada, como é o caso do Nordeste. Assim, embora se estivesse preparando um impacto considerável para a fase posterior, esta forma de desenvolvimento do sistema de transporte, nesta etapa da industrialização brasileira e da formação do seu mercado interno, ainda conservou as barreiras e certo grau de isolamento entre os mercados distantes, do que se valeu o Nordeste.

(38) MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Industrialização ...*, op. cit., p. 271. Acrescenta ainda o autor, à mesma página: "A pavimentação (refere-se à Rio-Bahia) foi realizada no período 1956/64. Contudo a melhoria das condições da estrada já propiciava razoável aumento no tráfego antes de concluída a pavimentação".

O que se deve registrar na caracterização dessa fase, antes de centrar na análise de suas repercussões, é que o móvel fundamental foi a substituição de importações que, segundo alguns estudos, teriam em grande parte ocorrido na indústria de bens intermediários. Quando se considera a participação relativa das importações na oferta industrial total (importações + produção industrial — exportações industriais), observa-se que ela passa, em termos percentuais, de 35% como média dos anos 1929-31, para 12% referente aos anos 1953-55^(39). A isto se deve acrescentar que, nesta fase, "pela primeira vez na história da indústria" o crescimento da produção possibilita "reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação^(40). No entanto, embora ocorra, como se assinalou, um crescimento maior do setor de bens de produção, ele não é ainda "o setor dominante no processo de acumulação industrial" nem é capaz de "manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado na frente da demanda final"; a "dinâmica do crescimento continua pois a depender, basicamente, do setor de bens de consumo assalariado, previamente instalado, e se estende daí para o setor de bens de produção"^(41).

Resta agora a análise das repercussões sobre as economias regionais, particularmente sobre o Nordeste, nesta fase de formação do mercado regional e de avanço significativo da industrialização, que vai de 1930 a 1955.

Cabe desde logo ressaltar, no que se refere ao Nordeste, a percepção acurada que o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) teve da questão. Confrontando as exportações nordestinas para o Centro-Sul, segundo a denominação adotada no seu célebre relatório, o GTDN assinala que as exportações de manufaturados nordestinos cresceram menos do que a renda monetária daquela região, e, ao destacar que a "procura de manufatura cresce

(39) MALAN, Pedro. et alii. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). IPEA/INPES. Rio, 1977, pp. 284 e 287.

(40) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Tese de Livre Docência UFRJ. Rio, 1975 (mimeo), pp. 119 e 120.

(41) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação ..., op. cit., p. 120.

mais intensamente que a renda, infere-se que as indústrias manufatureiras nordestinas deixaram de acompanhar a expansão do mercado sulino e, ademais, perderam parte do mercado que ali detinham". Além disso, já neste momento e através dessa análise, estava bem evidenciado, com os dados utilizados pelo referido grupo de trabalho, que o Nordeste se constituía um mercado de maior proporção para o Centro Sul que o inverso: "em outras palavras, o Centro-Sul vende no Nordeste quantidades substancialmente maiores de mercadorias do que compra ... como as exportações do Centro-Sul para o Nordeste se compõem principalmente de manufaturas, pesando nas exportações nordestinas muito mais as matérias-primas, cabe concluir que a discrepância a favor do Centro-Sul ainda é maior se se mede o intercâmbio em termos de massa de emprego criada nas duas regiões" (42).

No entanto, a compreensão maior desse momento de articulação e de suas repercussões pode ser obtida a partir de uma maior qualificação dessas constatações do GTDN. Em primeiro lugar, não se trata só de perda de faixas de mercados, localizadas no Sudeste e no Sul, tradicionalmente reservadas às empresas nordestinas, mas de perda de mercado no interior do próprio Nordeste, com a intensificação da "invasão" de alguns segmentos do seu mercado por produção extra-regional, inclusive bens de consumo não duráveis. As importações de tecidos que Pernambuco fez em 1939 (de todos os Estados brasileiros, é verdade, mas principalmente do Sudeste) representavam 32% da produção têxtil registrada pelo censo industrial no mesmo ano, enquanto que na Bahia significavam quase duas vezes a produção local (mais exatamente 1,9) (43). Os próprios dados do relatório do GTDN a respeito do índice de produção industrial calculados para o período 1948 e 1954 — quando, passada a Segunda Guerra, a articulação inter-regional toma maior impulso — revelam que o crescimento da indústria têxtil nordestina é muito pequeno, bem menor que o crescimento da renda regional, o que sugere um acirramento da competição inter-regional. A referida indústria entre 1948 e 1954 expandiu-se a uma taxa de 1,4% ao ano, mantendo-se portanto, praticamente estagnada, enquanto que a

(42) GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. SUDENE. Recife, 2ª edição, 1967, p. 28.

(43) Ver IBGE. Anuário Estatístico 1939/40 ..., op. cit.,

indústria de transformação cresceu a 4,3% ao ano e o índice da produção real da região a 3,4%. Vale registrar que o crescimento de outros gêneros industriais, sobretudo de bens intermediários dá-se a taxas bem maiores no período considerado: a química, a metalúrgica e a de minerais não-metálicos. Mesmo considerando-se período anterior, que compreende os anos da Segunda Guerra Mundial, quando por várias razões a articulação dos mercados inter-regionais foi menos intensa — devido a exportações de têxteis e a dificuldade de importação de equipamentos, inclusive veículos — já se percebe a tendência anteriormente assinalada, de acordo com informações do IBGE: o valor da transformação da indústria têxtil nordestina passa de 17,7% em 1939, no total da indústria têxtil nacional, para 16,4% em 1949; a de produtos alimentares de 19,8% para 16,9%; já a química, de 2,5% para 5,5% e a de minerais não-metálicos de 4,6% para 6,8%. As informações contidas no trabalho recente de Wilson Cano, transcritas na tabela 11 mostram claramente o sentido da concentração nesta fase (e no início da que a segue), no tocante ao confronto Nordeste/São Paulo. As duas últimas colunas revelam que é sobretudo em relação ao grupo de bens não duráveis que as distâncias se ampliam.

**Tabela 11 - Nordeste e São Paulo: Taxas Médias Anuais
Crescimento da Indústria - 1939/49 e 1949/59**

Grupos de Indústria	Taxas Anuais				B/A	
	Nordeste (A)		São Paulo (B)		1939/49	1949/59
	1939/49	1949/59	1939/49	1949/59		
Total	5,9	6,3	9,8	10,8	1,6	1,7
Bens de Consumo não Duráveis	5,4	3,8	8,5	7,1	1,6	1,9
Bens Intermediários	9,5	15,9	12,7	11,4	1,3	0,8
Bens de capital e Consumo Durável	7,4	17,8	3,9	20,3	1,2	1,1

FONTE: CANO, Wilson. Desequilíbrios ..., *op. cit.*, pp. 85 e 86.

Esta fase representa, sem dúvida, um momento de agravamento da concentração da atividade produtiva e da competição inter-regional. Esta tendência à concentração industrial em São Paulo, em praticamente todos os gêneros mais importantes dessa atividade, dá-se, também, sob a influência da consolidação e centralização de um aparato estatal que:

- a) atuou mais eficaz e coordenadamente na implantação de estratégias ou políticas específicas;
- b) definiu-se, prioritariamente, pela industrialização, reforçando e integrando a indústria nos espaços onde ela já se encontrava significativamente concentrada.

A este respeito cabe a observação de que o novo Estado surgido depois do movimento político de 1930, embora tivesse aberto um amplo leque de intervenções na economia, como se assinalou, atuou diferenciadamente no espaço brasileiro, privilegiando, no tocante ao estímulo à atividade produtiva, os centros mais dinâmicos. O GTDN, sem desconhecer a presença marcante do Estado na economia nordestina — inclusive, segundo seus cálculos arrecadando menos do que gasta na região — não deixa de destacar o papel assistencialista da sua intervenção, sem uma correspondente ação no desenvolvimento da atividade produtiva ou na retenção, no Nordeste, do excedente gerado pela atividade privada. Mais enfático, Francisco de Oliveira assinala:

"A intervenção do Estado não assumiu, pois, formas diretas nos dois casos (IAA e DNOCS); a presença do Estado no Nordeste como produtor era portanto praticamente inexistente: a não ser a encampação de ferrovias deficitárias, com pradas dos ingleses, e a partir de 1953, com a construção da Hidrelétrica do São Francisco, cujas repercussões sobre as relações de classe no conjunto do Nordeste teriam que ser evidentemente pouco significativas, dado o raio de abrangência dessas atividades; essa não presença do Estado como produtor direto deveria quase compulsoriamente influir de outras maneiras, dessemelhantemente ao que se passava no Centro-Sul ... O Estado que fica no Nordeste é um Estado imobilista, do ponto de vista das

relações entre as classes "regionais", ainda que do ponto de vista da acumulação à escala nacional operasse francamente, reiterando os termos da reprodução da economia industrial"^(44).

Mas este agravamento tem, ainda outros determinantes importantes e que devem ser lembrados, além do sistema de transporte (sua ampliação e as transformações ocorridas favorecendo o rodoviário) e o aplainamento dos caminhos que levariam à constituição do mercado interno brasileiro, representado pela quebra das "barreiras" impostas pelos Estados, através dos seus sistemas de tributação, vigentes até a década de 40. De fato, um elemento adicional de grande significação reside no caráter quase autárquico da economia de São Paulo (ou da "região" de São Paulo, aí incluídos espaços econômicos de Rio e Minas articulados com São Paulo) que, a exemplo dos esquemas explicitados por Prebisch no início da CEPAL^(45), na análise das economias latino-americanas em sua relação com a americana, não só não exerce uma influência capaz de dinamizar proporcionalmente, as economias "periféricas" mais distantes, notadamente Norte e Nordeste, como passa a desempenhar papel inibidor e — em algum momento e em relação a alguns segmentos produtivos — destruidor sobre a estrutura produtiva dos espaços regionais. Estes, contrariamente as economias nacionais, não dispõem de um meio de defesa como o das barreiras alfandegárias.

Um ponto que merece ser referido, sobretudo quando se pretende destacar as relações Sudeste (São Paulo)/Nordeste, é o fato de que a efetiva articulação inter-regional que ocorreu a partir dos anos 50 — notadamente na fase da "indústria pesada" — é precedida de uma articulação intra-regional muito intensa, nessas duas regiões, sobretudo com o desenvolvimento do chamado comércio por vias internas, conforme ressalta com propriedade Olímpio Galvão^(46). De fato, as informações disponíveis sobre o

(44) OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia ...*, op. cit., pp. 81 e 82.

(45) FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Paz e Terra, Rio, 1985, capítulo V.

(46) GALVÃO, Olímpio Arrouxelas. *Integração Econômica, Comércio e Desenvolvimento Regional*. In PIMES. *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. PIMES/SUDENE. Recife, 1984, vol. 1, p. 311.

comércio por vias internas para 1943 e 1947 revelam que, para o Brasil, em seu conjunto, as exportações inter-regionais representavam apenas 18% e 20%, respectivamente, do total das exportações por vias internas entre os Estados, considerando-se a partição regional do país em Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Apenas para se ter uma noção mais precisa do significado desse percentual, é suficiente assinalar que já em 1961 este percentual passa para 45%.

No caso específico do Nordeste, as suas exportações inter-regionais por vias internas representam, do total dessas exportações interestaduais apenas 5% em 1943 e 4% em 1947 (passada a década de 50, já em 1961 alcançam o percentual de 34%). Com relação ao Sudeste, tais valores são, respectivamente, 12% e 13% (36% em 1961)^(47). O significado disto reside no fato de este momento vivido pelas economias regionais na década de 40 e na primeira metade dos anos 50, constitui-se como que uma fase preparatória para uma articulação bem mais intensa do espaço brasileiro, com profundas repercussões sobre suas estruturas produtivas, sobretudo no tocante ao Nordeste. Neste momento cada uma das sub-áreas, através de unidades produtivas aí localizadas, ocupavam mais intensamente seus "mercados internos", ainda não de todo integrados, preparando-se para um confronto que, pelo que se assinalou anteriormente, seria fatalmente desigual. Não é sem razão que Wilson Cano situa a presença do efeito destruidor da competição inter-regional nos anos cinqüenta, a partir da sua segunda metade^(48).

Deve-se fazer referência ao fato de que algumas informações estatísticas mostram indícios de que, no momento que precedeu a intensa articulação comercial entre as regiões, através dos sistemas de transporte por rodovias, as economias regionais, inclusive a do Nordeste, sofreram com a articulação intra-regional mudanças no sentido de destruir atividades artesanais, caseiras ou das pequenas indústrias rurais. Do estudo realizado por Martin Katzman^(49) dois indicadores sugerem a vigência de alguns proces

(47) GALVÃO, Olímpio Arrouxelas. Integração Econômica ..., op. cit., pp. 311 e 317.

(48) CANO, Wilson. Desequilíbrio ..., op. cit., p. 201.

(49) KATZMAN, Martin. Urbanização e Concentração Industrial. 1940/70. In Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio, IPEA, v. 4, nº 3, dez/1974, p.487

sos significativos, neste particular, no período de 1940/1950. Há um declínio significativo, em todos os Estados nordestinos dos trabalhadores autônomos ou do auto-emprego associado à atividade industrial, de acordo com dados dos censos demográficos. No Ceará, por exemplo, o percentual dos autônomos nas atividades industriais sobre o total das pessoas empregadas nessa atividade, passa de 63% em 1940 para 33% em 1950, na Paraíba de 27% para 10%, em Pernambuco de 16% para 7%, na Bahia de 40% para 19%. Outra informação refere-se a produção agrícola transformada nas unidades de produção rurais e não enviadas às indústrias de grande porte. Neste caso, no que se refere ao açúcar, este produto processado nas unidades rurais passa de um percentual de 30% em Pernambuco, em 1940, para 3% em 1950; na Paraíba, de 59% para 13%, na Bahia de 43% para 31%, em Alagoas de 16% para 1% e no Ceará, de 87% para 50%. Vale ressaltar que, com relação a produção de farinha de mandioca, por exemplo, não ocorreu mudanças análogas às registradas na produção de açúcar.

Do exposto, fica evidente que, nesta fase, simultaneamente com o aumento da concentração industrial em São Paulo, ocorre uma intensificação da competição inter-regional. No que se refere ao Nordeste os efeitos da competição orientaram-se, seguramente, para as atividades industriais voltadas para os bens de consumo não duráveis, notadamente têxtil — com a provável invasão dos mercados nordestinos pela produção extra-regional — e a produção de alimentos, inclusive o açúcar que foi gradativamente deslocado dos mercados sulistas. Embora a competição inter-regional atuasse, então, em várias frentes, não se pode deixar de reconhecer que neste período já eram registrados, inclusive no Nordeste, condições favoráveis ao crescimento da produção de bens intermediários. Deve-se finalmente registrar que, no tocante às relações Nordeste/Sudeste, este momento da industrialização restringida, caracteriza-se por uma articulação comercial que se tornou bem mais intensa no interior das referidas regiões, do que entre elas. O passo seguinte foi dado já na fase da "indústria pesada".

3. Fase Posterior a 1955

A fase anteriormente descrita do desenvolvimento industrial do país — a "industrialização restringida" — corresponde nas expressões usadas por João Manuel Cardoso de Mello, a um padrão

horizontal da acumulação, sem "abruptas descontinuidades tecnológicas". Isto a diferencia da fase que a segue, da "indústria pesada" que é assim resumida, em suas características, pelo referido economista:

"A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu ... a uma verdadeira "onda de inovações" schumpeterianas: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda pré-existente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delinearam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou o crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados" (50).

A isto devem ser acrescentadas cinco características adicionais. Primeira, o caráter solidário dos investimentos realizados e a retroalimentação que isto implica sobretudo entre o grupo de indústria de bens de produção e o "setor pesado" do departamento de bens de consumo para capitalista, "acompanhado e amparado pelo investimento público". É neste contexto, segundo expressão de Cardoso de Mello, que as indústrias de bens de consumo para assalariados "foram literalmente levadas a reboque do crescimento do departamento I e III". Segundo, o salto tecnológico, antes referido, implica a exigência de investimento de grandes frações de capital que sejam possuidores de capacidade de mobilização de capitais indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos privados" (51). Ter

(50) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo ..., op. cit., p. 117.

(51) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo ..., op. cit., pp. 117 e 118.

ceira, decorrente da anterior, a intensificação da participação das empresas estrangeiras, notadamente nos segmentos industriais implantados, como o de bens de consumo duráveis. Em quarto lugar, uma integrada associação e "divisão de trabalho" entre as frações do capital de propriedade estrangeira, o Estado e o grande capital nacional. Neste particular cabia ao Estado não só a implantação da infra-estrutura e a concessão de estímulos e meios de financiamento do capital privado, como a sua participação mais decisiva como produtor direto, responsabilizando-se "pelos ramos de mais longa maturação dos investimentos e de mais lenta rotatividade do capital, evitando, pois, que estes investimentos entrassem na igualação da taxa de lucro (...), ao mesmo tempo que permite importante "economias externas" às empresas privadas" (52). Quinta característica, é a da crescente oligopolização da economia brasileira, com a presença da grande unidade produtiva nos segmentos mais modernos, seja ela estatal ou pertencente ao capital privado, estrangeiro ou nacional.

Ao lado disto importa ressaltar, nesta etapa — na tentativa de por em relevo aspectos que interessam para esta análise — a presença de duas sub-fases bem características. No dizer de Cardoso de Mello: "a industrialização pesada configura um ciclo de acumulação e, por isto, compreende dois momentos: o de expansão entre 1956 e 1961, e o de depressão, entre 1962 e 1967" (53). No primeiro, no seu início, a oferta decorrente dos novos investimentos ocupa faixas de demanda já existentes e atendidas pela importação; posteriormente, são requeridas alterações na estrutura da demanda: "a escala dos novos projetos de investimento supera, assim, em geral, a demanda corrente no período de expansão" (54). O momento de desaceleração dá-se fundamentalmente por duas razões: a primeira relacionada "à realização dinâmica de um potencial de acumulação crescente, e a segunda aos desajustes

(52) MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Paz e Terra, Rio, 1979, p. 27.

(53) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo ..., op. cit., p. 122.

(54) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação ..., op. cit., p. 139.

dinâmicos entre a estrutura da oferta e da demanda industrial" (55). Vale ressaltar que enquanto no primeiro momento deste "ciclo de acumulação", no contexto de uma estrutura oligopólica competitiva, ocorre uma concentração relativa na estrutura produtiva — com um aumento da taxa de acumulação da grande empresa, proporcionalmente maior ao aumento da demanda e da acumulação geral do setor —, no segundo momento, quando da desaceleração da demanda, tem lugar uma sub-fase de concentração absoluta, "em que a taxa de lucro e expansão das grandes empresas só se pode manter à custa das pequenas empresas" (56). Além disso, acelera-se no início da década de 60 a desnacionalização das indústrias tradicionais.

As informações disponíveis e as análises elaboradas até o presente sobre a distribuição espacial da indústria revelam, sem sombra de dúvida, uma acentuação e "consolidação" da concentração da indústria em São Paulo, nesta fase, não obstante o fato de que já na etapa de "industrialização restringida" houvesse alcançado níveis significativos, neste particular. De fato (57):

- a) no que se refere à indústria, consolida-se, na expressão Wilson Cano, sua concentração em São Paulo; nesse Estado, com referência à indústria de transformação, passa-se de uma cifra de 48,9% do VTI do país, em 1949, para 55,6% em 1959; ou seja, já no final da primeira fase da "industrialização pesada" mais da metade do valor da transformação industrial estava concentrada num só Estado da Federação;
- b) no entanto, é bem mais significativo, e alcança o seu momento de maior intensidade, a concentração em São Paulo dos ramos que constituem o grupo de indústria produtora de bens de capital e consumo durável, cujo percentual passa, no que se refere à parti-

(55) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo ..., op. cit., p. 121. Ver também para uma análise da questão TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação ..., op. cit., pp. 139 a 172. Para o exame resumido das distintas interpretações da "crise de 1962/64" ver MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. Acumulação ..., op. cit., pp. 28 a 47.

(56) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação ..., op. cit., pp. 143 a 144.

(57) As informações que seguem foram extraídas de CANO, Wilson. Desequilíbrios ..., op. cit., pp. 105 e 111.

cipação de São Paulo, de 69,7% (1949) para 82% (1959); note-se que a partir desse ano os dados censitários acusam um declínio dessa participação;

c) bem menores são as cifras relativas à indústria de bens de consumo não duráveis e de bens intermediários, no que se refere aos primeiros, passa-se de 44,7% (1949) para 48,7%, com relação aos bens intermediários, de 51,9% para 52%, nos mesmos anos referidos;

d) isto define, por si só, aspectos relevantes de uma divisão inter-regional de trabalho, que se torna mais evidente quando se examina, já em 1959, a concentração industrial de alguns ramos em São Paulo: de um lado, na mecânica, alcança-se 78,5%, no referido ano, em material de transporte 86,6%, material elétrico 80,1%; de outro lado, a têxtil com 57%, vestuário e calçado 54,6%, produtos alimentares 40,7% e bebidas 46,5%;

e) e um dado adicional importante: em apenas 3 dos 21 ramos industriais, São Paulo detinha menos de 40% da participação nacional: fumo, couros e peles e madeira.

A partir das características gerais apresentadas anteriormente não se pode esperar senão um impacto considerável sobre a estrutura econômica do Nordeste, sobretudo quando se recorda a ampliação e modernização do sistema de transporte, com redução dos custos e o fato de que o comando do processo econômico do qual resultou a "indústria pesada" foi exercido pela grande unidade de produção (estatal, nacional ou estrangeira), o que significou a marginalização das frações do capital regional, salvo aqueles localizados no Sudeste. A economia nordestina, abrindo-se cada vez mais para o comércio por vias internas, vê-se literalmente inundada por produtos industriais de outras regiões, particularmente de São Paulo onde se concentravam os ramos mais importantes do setor. As informações do trabalho de Goodman e Albuquerque, com base nas quais foi elaborada a tabela 12, revelam a grande participação das importações inter-regionais na economia nordestina, nesta fase da "indústria pesada". Em 1961 o valor das importações representavam cerca de 20% da produção dos diversos setores produtivos (indústria de transformação, extrativa mineral e agropecuária).

Este percentual amplia-se consideravelmente de 1961 para 1967, quando, neste último ano, alcança 32%. Isto significa que as importações inter-regionais representaram quase um terço do valor das mercadorias produzidas no Nordeste, em 1967. Mas é sobretudo quando se examina a importação de produtos industriais que é significativo este percentual: 43% da produção da indústria de transformação correspondeu à importação de produtos industrializados feitos pelo Nordeste das demais regiões brasileiras, em 1961. Tal percentual sobe para 72,7% em 1967. Neste último ano, conforme tabela 14 o valor das exportações de produtos industrializados da referida região para outras áreas do país correspondeu a apenas 13% da produção da indústria de transformação nordestina.

Os dados disponíveis permitem, também, que se conheça em 1967 (v. tabela 12) a relação entre o valor das importações industriais das demais regiões e o valor da produção, segundo os ramos industriais. No entanto, o que chama de fato a atenção é o percentual relativo a material de transporte (1374%), mecânica (352,7%) e material elétrico (490%). Vale ainda registrar que percentual significativo das importações do resto do país dá-se, também, em relação a bens de consumo não duráveis: têxtil e vestuário (68,7%), fumo (93,2%), bebidas (54,2%). O reduzido percentual na produção de alimentos deve-se ao fato de estar incluído neste ramo a produção de açúcar voltada, à época, em grande parte, para o comércio internacional.

O confronto do percentual referido das importações inter-regionais com o das exportações nordestinas de produtos industrializados para as demais regiões brasileiras revela a natureza muito particular das relações mantidas pelo Nordeste neste tipo de comércio, das quais decorre um déficit crônico que tende a se ampliar neste momento da implantação e consolidação da indústria pesada: o percentual de 72,7% para as importações inter-regionais de manufaturado contrasta com os 13,4% das exportações de produtos similares. Tudo se passa como se tratasse de um comércio de mão única, vigorando em, praticamente, um só sentido. Note-se que o crescimento das importações de manufaturas entre 1961 e 1967 deu-se a uma taxa acumulativa anual de 12,8%, sendo que no ramo material de transporte registrou-se uma taxa de 22%, no de material elétrico 17,7%, sendo também significativos as taxas de crescimento das importações de bens de consumo não-duráveis: têx-

til (14,9% ao ano), vestuário e calçado (16,8%), produtos alimentares (10,3%), bebidas (7,6%) e fumo 36,5%^(58). É evidente que taxas tão altas para a importação de bens de consumo não duráveis deve estar associado ao deslocamento da produção local pela produção industrial extra-regional, no mercado nordestino.

O que, de fato, resultou desse processo de articulação, nesse momento da implantação e consolidação da "indústria pesada" no Brasil, em relação ao Nordeste? Isto pode ser examinado: (i) da perspectiva da evolução dos saldos comerciais e (ii) do comportamento da indústria, segundo os seus ramos mais significativos. No que se refere ao primeiro aspecto, os gráficos 8 e 9 extraídos do texto de Goodman e Albuquerque^(59) revelam que a um crescimento sistemático (com exceção de 1962/63) das importações inter-regionais, correspondeu uma relativa estagnação de suas exportações para o resto do país, do que resultou um crescente déficit, nas relações Nordeste/resto do país, que, sobretudo na década de 60, se amplia consideravelmente: tal déficit que em 1947 representava 5,5% da renda interna, passa para 6,5% em 1960 e 23,2% em 1968^(60). Esse déficit expressivo reflete não só o intenso es-

(58) GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. de. Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. IPEA. Rio, 1974, p. 137. Estudo feito pela SUDENE estimando a participação da produção para consumo interno na demanda da região mostra que entre 1961 e 1967 tal relação cai de 52% para 43%, no total da indústria de transformação; no que se refere a têxtil e vestuário, de 68% para 33%; mobiliário, de 58% a 46%; fumo de 80% para 48% e produtos alimentares de 76% passa para 77%. O referido estudo assinala para a época (1961/67) um crescimento constante do coeficiente de importação de manufatura do "Centro-Sul do país" e a "constância, senão a queda pouco significativa, das exportações regionais de manufaturado". Além disso, apresenta a seguinte conclusão: "Esses elementos permitem inferir que a indústria regional sofreu impiedosa concorrência, em seu próprio mercado, da indústria extra-regional e em alguns casos, — como o da indústria têxtil (...) o da indústria de mobiliário, o da indústria de fumo ... — cedeu porções substanciais de seu mercado interno". SUDENE/DI - Diagnóstico e Programa de Industrialização. SUDENE. Recife, 1972, pp. 33 e 41.

(59) GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. Incentivos ..., op. cit., pp. 74 e 78.

(60) A estimativa de 1947 foi feita a partir das informações constantes do trabalho de GALVÃO, Olímpio de Arrouxelas. Integração ..., op. cit., p. 342 (tabela 5-10); e a de 1950 e 1968 com base em GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. de. Incentivos ..., op. cit., pp. 80 e 81.

Tabela 12 - Exportações e Importações Inter-regionais como Percentagem do Valor da Produção, Segundo Setores Produtivos e Ramos Industriais. 1961 e 1967.

Especificação	Importações		Exportações
	1961	1967	1967
Setores Produtivos			
Indústria de Transformação	43,6	72,7	13,4
Indústria Extrativa Mineral	0,1	0,8	9,3
Agricultura	2,1	1,0	5,8
Produtos pecuários*	1,2	1,8	2,0
Total dos Setores	20,3	32,5	-
Ramos Industriais			
Minerais não-metálicos	-	21,1	4,5
Metalúrgica	-	103,1	12,1
Mecânica	-	312,7	26,0
Material Elétrico	-	490,1	41,5
Material de Transporte	-	1374,1	26,6
Madeira	-	95,3	1,2
Mobiliário	-	112,0	0,8
Papel e Papelão	-	138,7	2,0
Borracha	-	142,3	2,8
Química	-	16,9	26,2
Produtos Farmacêuticos	-	2788,2	59,4
Perfumaria	-	120,7	0,5
Materiais Plásticos	-	412,8	3,9
Têxtil e Vestuário	-	68,7	17,7
Produtos Alimentares	-	19,4	4,9
Bebidas	-	54,2	6,8
Fumo	-	93,2	7,1
Editorial e Gráfico	-	43,4	1,8

FONTE: GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. Incentivos à Industrialização... op.cit. pág. 134, 142, 143.

(*) - Estão incluídos couros e peles e animais vivos.

forço de acumulação que passa a ser feito na região na década de 60, através da política e dos estímulos administrados pela SUDENE/BNB, como em razão dos resultados da competição inter-regional que desloca a produção nordestina do mercado regional e extra-regional. Vale registrar a citação de Goodman e Albuquerque:

"Na verdade, o conteúdo importado do resto do país na demanda regional elevou-se substancialmente, inclusive para bens de consumo imediato tradicionalmente produzido na região, como é o caso de produtos têxteis, calçados e vestuários. Sobre este último aspecto, observe-se que a demanda regional por têxteis evoluiu na direção de tecidos sintéticos, mistos ou de melhor qualidade, no que não foi acompanhado por modificação na oferta. O obsoleto parque têxtil regional, incapaz de competir com as indústrias mais capitalizadas do Centro-Sul, viu-se progressivamente afastado, inclusive dos mercados locais, e compelido a suprir tão-somente a sua demanda residual e menos dinâmica, formada por tecidos de qualidade inferior" (61).

A segunda repercussão, contida na citação anterior, sobre a estrutura econômica nordestina, diz respeito à evolução dos diversos grupos da indústria regional. A indústria de transformação do Nordeste, entre 1949 e 1959, expandiu-se a uma taxa anual

(61) GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. de. Incentivos ..., op. cit. p. 89. Ver, ainda a respeito o diagnóstico apresentado no texto SUDENE. Sumário do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil Regional. SUDENE. Recife, 1962, pp. 5 a 12. Esta questão será retomada posteriormente.

GRÁFICO 8

NORDESTE DO BRASIL

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES PARA
O EXTERIOR E PARA O RESTO DO PAÍS,
1957/59 E 1960 A 1968, A PREÇOS DE 1960

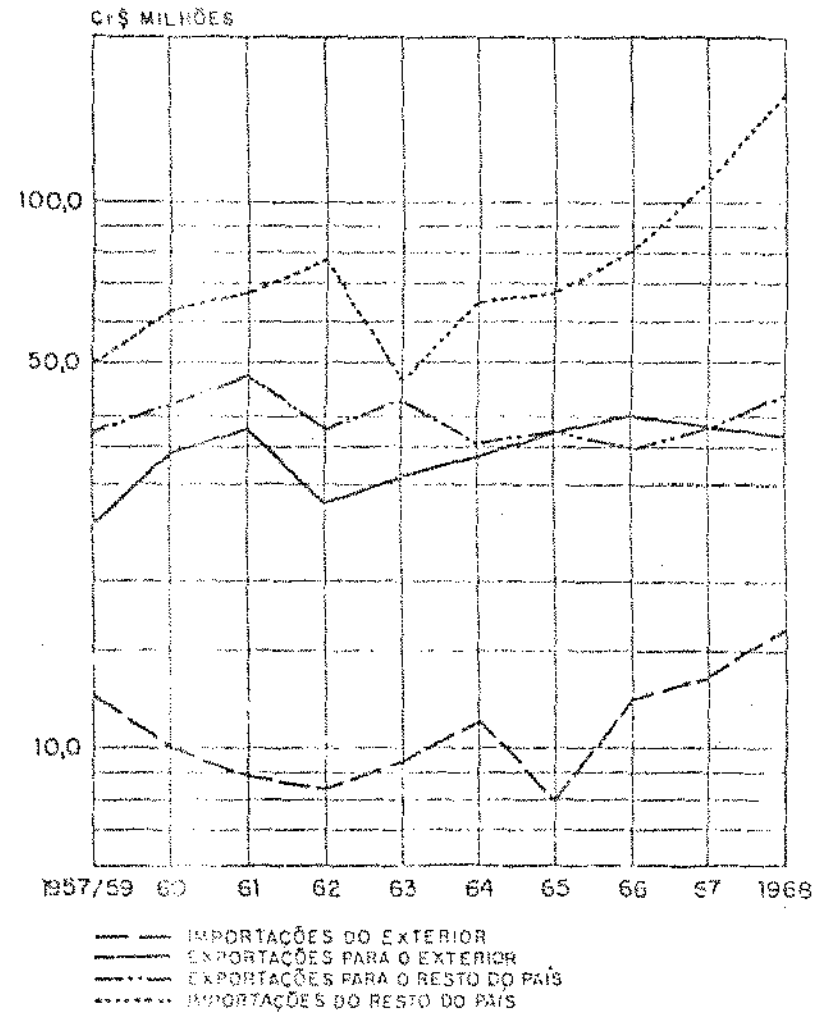
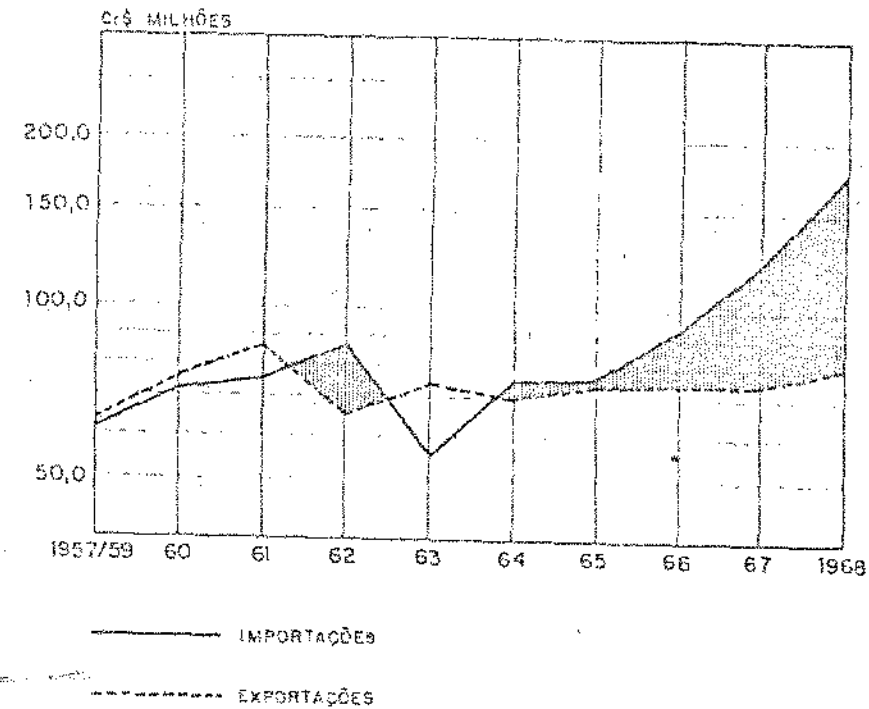


GRÁFICO 9

NORDESTE DO BRASIL

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES TOTAIS,
1957/59 E 1960 A 1968, A PREÇOS DE 1960



OBS: Gráficos Extraídos do Trabalho de GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. de. Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. IPEA/INPES, Rio, 1974 pp. 74 e 78. Fonte dos Dados Básicos. SUDENE-AT.

estimada entre 5% e 6%, e, entre este último ano e 1967, a 3,7%^(62). O impacto negativo ocorreu, notadamente, nos ramos tradicionais e que tinham a presença mais significativa na estrutura industrial da região: a têxtil, junto com vestuário e calçados, expandiu-se a uma taxa anual de 1,7% entre 1949/59 e de 1,5% entre 1959 e 1967, apresentando inclusive um declínio no nível de emprego no primeiro período; a de produtos alimentares e bebidas cresceu 2,9% (1949/59) e 3,2% (1959/67); couros e peles 6% e -5%. Um aparente paradoxo: os ramos que apresentavam um maior percentual na relação importação/produção, antes referida, foram os que mais cresceram. Este paradoxo desaparece se se considera:

- a) a reduzida base da qual se parte, na década de 50, na estimativa do crescimento dos ramos que se expandiram intensamente como metalúrgica/material elétrico e de transporte (6,1% em 1949/59 e 21,8% em 1959/67) e química (15,5% e 2,3%);
- b) o intenso esforço de formação de capital desenvolvido tanto pelas empresas privadas quanto pelo setor público, por conta da política de desenvolvimento regional então implantada, o que seguramente possibilitou que segmentos regionais das indústrias ocupassem certas faixas do mercado da região.

É a partir das constatações anteriores que devem ser postos em destaque aspectos importantes da evolução da economia regional nesta segunda sub-fase da "industrialização pesada". É justamente, como se verá, no momento de desaceleração (1961/67) da economia brasileira que, na perspectiva do Nordeste, fecha-se o ciclo de constituição do mercado interno brasileiro à base, unicamente, da intensificação das relações comerciais. Com o início das

(62) CANO, Wilson. Desequilíbrio ..., op. cit., p. 85. Estima em 6,3% o crescimento industrial do Nordeste entre 1949 e 1959; GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. de. Incentivo ..., op. cit., p. 123, estima este crescimento em 5%. Também é destes últimos autores, à mesma página a estimativa de 3,7% para 1959/67 e as estimativas para os ramos referidos acima. A escolha dos anos 1959/67 se deve ao fato de referir-se a um período no qual ainda não estavam bem presentes os reflexos da transferência do capital produtivo sobre os níveis de produção da indústria regional, no qual, portanto, ainda podem ser detectados alguns efeitos da "invasão da produção extra-regional sobre o mercado nordestino". A análise da fase da integração econômica será feita nos capítulos seguintes.

transferências do capital produtivo em busca de oportunidades de investimento no Nordeste e, simultaneamente, de aproveitamento dos estímulos oferecidos pela política de desenvolvimento regional, passa-se da etapa de articulação comercial para a de integração econômica que, não obstante reforçar e intensificar os fluxos comerciais, implica uma mudança qualitativa nas relações entre as regiões. Os indícios de "descentralização espacial" que os dados sobre a indústria passam a revelar já no início e no meado da década de 70, tem a ver muito mais com a transferência do capital produtivo com destino a espaços e setores restritos da "periferia", do que com uma acumulação das frações do capital regional "periférico" que reagiriam, assim, à concentração espacial que lhe fora imposta nas fases precedentes.

Assim, a análise dos fluxos do comércio inter-regional do período que corresponde ao "ciclo" de implantação da "indústria pesada" (1956/67) deve distinguir:

- a) os determinantes e os efeitos que estão associados à concentração industrial em São Paulo e à invasão dos mercados "periféricos", pelos bens originais dessa atividade;
- b) dos determinantes e efeitos vinculados à acumulação regional nordestina, que tem como protagonista, além do Estado, a empresa nacional ou estrangeira, anteriormente localizada no Sudeste, que passa a transferir parte do seu capital produtivo para a implantação de filiais nos espaços periféricos nordestinos.

Antes, no entanto de concluir essas considerações sobre a articulação comercial na fase da "indústria pesada" dois temas merecem destaque: um resumo dos elementos determinantes da "consolidação" da concentração econômica no Sudeste e do acirramento da competição inter-regional, de um lado, e, de outro, as considerações sobre a inflexão na concentração espacial que se seguiu ao momento inicial de implantação da indústria de base (1956/61). No que se refere aos elementos determinantes da consolidação espacial e do acirramento da competição inter-regional não se pode deixar de ressaltar, em primeiro lugar que a indústria pesada implantada é simultaneamente uma indústria concentrada — espacialmente e em termos de unidades de produção — e formada, em grande parte, de

segmentos produtivos dos quais resultaram a ampliação/modernização do sistema de transporte e, conseqüentemente, o rebaixamento dos seus custos. Disto resulta, sem dúvida, a redução das barreiras, que permitiam a permanência e desenvolvimento de atividades econômica de baixa produtividade e poucas condições de sobrevivência em outras situações^(63). Em segundo lugar, não se deve minimizar o fato de que a exigência de grandes frações de capitais para a implantação de empresas oligopolistas de grande porte, que passa a comandar o processo de industrialização, implicaram a não participação do capital das demais regiões e Estados (a exceção de São Paulo) nos compartimentos mais dinâmicos que se implantaram nesta fase. Em terceiro lugar, deve-se ressaltar, nesse momento da evolução da economia, o fato de que "graças à sua maior diversificação industrial previamente existente" a instalação, em São Paulo, dos segmentos industriais pesados implicou "efeitos de encaadeamento" bem maiores do que em outros espaços, com repercussões significativas sobre a concentração industrial nos estreitos limites do referido Estado^(64). A solidariedade dos blocos de investimentos, de que falam os analistas dessa fase da industrialização, ocorria notadamente em São Paulo. Agregue-se a isto o fato de que, a estratégia da empresa oligopólica, de trabalhar com uma capacidade ociosa planejada, trouxe repercussões a nível de empresa ou de regiões, que se traduziu em dificuldades, no futuro imediato, de "entrada" nos referidos segmentos produtivos.

(63) Joseph Barat em sua análise do transporte no Brasil assinala, a respeito da evolução do tráfego de carga no transporte rodoviário (medido em bilhões de ton/km), que ele passa de 29,8 em 1956 para 46,8 em 1961 e 82,0 em 1966, ou seja expande-se à taxa anual de 9,5% entre os dois anos iniciais e a 11,9% entre os dois últimos anos. A frota de caminhões que era de 240,9 mil em 1956; passe para 336 mil em 1961 e 445,8 mil em 1968. A extensão da rede rodoviária de 467,4 mil km em 1956, alcança 499,6 mil km em 1961 e 918,1 mil em 1966. BARAT, Joseph. A Evolução dos Transportes no Brasil. IBGE/IPEA. Rio, 1978, pp. 255, 258 e 260.

(64) CANO, Wilson. Desequilíbrios ..., op. cit., p. 104.

A exemplo do que se assinalou anteriormente, para outra fase da industrialização e da formação do mercado interno, não pode estar ausente, desta análise, considerações sobre o papel do Estado na fase da implantação da "indústria pesada" e dos reflexos de sua ação sobre a concentração da atividade econômica no Sudeste. Carlos Lessa, no seu trabalho de avaliação de política econômica brasileira, mostrou, numa brilhante síntese, a dimensão e o significado do "setor público" na economia nacional, nesse momento específico da montagem da indústria de base:

"O setor público no Brasil é o proprietário e empresário das atividades de transporte marítimo, fluvial e ferroviário, de produção e refino de petróleo e combustíveis atômicos. Controla a maior parcela do setor siderúrgico e caminha a passos largos para se constituir no principal produtor de energia elétrica. Intervém diretamente nas atividades dos principais setores de exportação, e comercializa parcela substancial da produção exportável, e é, ele mesmo, o principal produtor e exportador de minérios de ferro ... Produz álcalis e caminhões. Participa amplamente da formação interna de capital ... Orienta a composição das inversões privadas, intervém no mercado de capitais. Como se vê, o Estado brasileiro dispõe de variados e importantes poderes".

"Ocorreu, por assim dizer, uma "estatização formal" da economia, que implica na existência de um Estado importante produtor direto dos setores estratégicos da economia e controlador indireto de substanciais faixas de decisão privada. Foi visivelmente alterado o balanço de poder, agora inclinado a favor do setor público".

"Além da mudança qualitativa do papel do Estado existem outras mudanças implícitas na evolução processada sob o Plano de Metas ... A primeira reside na estreita solidariedade forjada entre a indústria brasileira de bens de capital e a política de investimento público. No

passado, o Governo representou para as suas produções um mercado equivalente ao fornecido pelo setor privado. Os elos que se estabeleceram dificilmente poderão ser rompidos e constituem, indiscutivelmente fator de relevo para a determinação do futuro comportamento da economia" (65).

Embora não se possa dizer que o Estado esteve ausente na economia nordestina até o início da década de 60, é possível afirmar-se que, sobretudo como produtor de bens e através de sua dinâmica demanda orientada para a produção de bens de capital, o Estado brasileiro teve um papel relevante na concentração espacial da atividade econômica, em detrimento das regiões "periféricas". Reconhecidamente, a SUDENE, no início de suas atividades, teve de se valer da criação e um grande número de sociedades de economia mista para a implantação de muito dos seus programas, dado não só o despreparo como a ausência de órgãos e entidades dotadas de capacidade operacional para atuar nas várias frentes que se estavam abrindo com a política de desenvolvimento regional. O que existia, no Nordeste, no início da década de 60, além dos tradicionais aparelho de Estado voltados para a administração central, para o sistema de arrecadação e para os serviços sociais tradicionais, era a Petrobrás, com refinação e extração de petróleo, a CHESF, o BNB, o IAA, a CEPLAC, o DNOCS, o DNER e seus homólogos estaduais, e a Comissão do Vale do São Francisco. À tônica assistencialista do setor público, assinalada pelo GTDN em seu conhecido relatório, pode-se acrescentar a transferência de recursos e a sustentação dos segmentos exportadores através de órgãos especificamente voltados para tais atividades, como as características principais do Estado no Nordeste, à época.

O outro tema diz respeito à evolução e ao fato, já mencionado anteriormente, de "diminuição do ritmo de concentração industrial em São Paulo". Neste particular vale ressaltar dois aspectos que são bem visíveis, após o primeiro momento de implantação da indústria de base que significou também o ponto alto da concentração industrial brasileira num só Estado. No que se refere

(65) LESSA, Carlos. Quinze Anos ..., op. cit., pp. 115 e 116.

especificamente à perda de posição de São Paulo, Wilson Cano resume bem a questão no seguinte parágrafo:

"O período 1959-1970 mostrará diminuição do ritmo de concentração industrial em São Paulo, vista a indústria de forma agregada. Seu peso no total da indústria nacional salta de 48,9% em 1949 para 55,6% em 1959, e em 1970 atingia 58,2%. Essa inflexão, entretanto, guarda mudanças qualitativas importantes, como se verá a nível de cada um dos Grupos. A principal é a de que São Paulo perde posição na maioria dos segmentos produtivos de bens intermediários e em todos os de bens de capital e de consumo durável, ganhando maior posição nos bens de consumo não-durável" (66).

Uma outra face dessa diminuição do ritmo de concentração industrial em São Paulo, na forma como ocorreu nos anos considerados, é constituída pelas transformações na estrutura da indústria não só no referido Estado mas nos demais espaços brasileiros. No que diz respeito ao Nordeste, a competição inter-regional e articulação da estrutura produtiva regional com a do resto do país, não só implicou uma redução significativa, entre 1949 e 1970, da indústria de bens de consumo não-durável, como uma crescente participação da indústria de bens intermediários, na qual pouco a pouco parece especializar-se o Nordeste. De fato, de uma cifra de 85,3% em 1949, a indústria de bens de consumo não-durável, nas estimativas de Wilson Cano, passa para 67,3% em 1959 e 59,2% em 1970. A de bens intermediários, de 14,2% em 1949, passa para 31,2% em 1959 e 34,9% em 1970. É este caminho que o Nordeste vai trilhar, como se verá, na nova etapa que se abre com a integração inter-regional que passe a ocorrer já no momento de desaceleração da economia brasileira na primeira metade da década de 60.

(66) CANO, Wilson. Desequilíbrios ..., op. cit., p. 107.

4. Considerações Adicionais

Ao longo desse processo de constituição de uma estrutura industrial na economia brasileira e de formação do seu mercado interno, a economia nordestina vê, paulatinamente, restringirem-se suas possibilidades de um desenvolvimento no qual as suas forças produtivas fossem capazes de definir seus próprios caminhos. De uma busca de complementariedade, na vigência da economia exportadora capitalista, ela assiste à intensificação de uma competição inter-regional com o gradativo afastamento dos seus produtos dos mercados sulinos e o deslocamento, nos seus próprios mercados, da produção regional voltada para o consumo interno, produtivo ou improdutivo.

Este processo intensifica-se e apresenta aspectos particulares nas fases posteriores de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no país, através do desenvolvimento industrial: a "industrialização restringida" entre 1930 e 1955, e a fase da "indústria pesada" com o seu momento de expansão (1956/61) e o de desaceleração (1962/67). No entanto, o que se deve registrar é que não somente os espaços "periféricos", inclusive o nordestino, apresentam crescimento — sempre menor que o do núcleo indústria e dinâmico da economia nacional — como sofrem transformações nas suas estruturas produtivas, condicionadas pelos efeitos inibidores, de estímulo, ou mesmo destruidores (aos quais se refere Wilson Cano) que passam a se manifestar, sobretudo este último, na fase mais avançada da indústria brasileira e do desenvolvimento do seu sistema de transporte, principalmente em relação às chamadas indústrias tradicionais. Tais transformações se manifestam, sobretudo, através de uma redução gradativa da participação da indústria de bens não-duráveis de consumo e da presença cada vez maior, nos espaços "periféricos", dos segmentos produtores de bens intermediários. No caso nordestino essas mudanças estão, seguramente, associadas tanto à própria demanda regional, como às exigências da economia brasileira e da sua indústria, notadamente após a implantação dos segmentos pesados.

No entanto, não se resume a tais aspectos — concentração industrial no Sudeste e em São Paulo e o surgimento da indústria de bens intermediários nas demais regiões — a evolução da divisão inter-regional de trabalho, na qual "é o crescimento indus-

trial da região Sudeste que se erige em árbitro e orientador" do processo^(67). Ela implica, senão no repasse "de tarefas agropecuárias" para alguns espaços "periféricos", pelo menos a transferência para determinadas áreas específicas (fronteira agrícola do Paraná, Maranhão e Centro-Oeste) de produtos primários com relação aos quais, nas áreas da agricultura mais capitalizadas, não existiam vantagens, da ótica do capital, para sua continuidade^(68). No entanto, no exame de tais aspectos não se pode perder de vista a diversificação e a relativa auto-suficiência da agricultura da região Sudeste, particularmente de São Paulo, o que se constitui elemento impeditivo não só de uma complementaridade inter-regional, como implica reflexos negativos sobre a estrutura produtiva de regiões que tem seus mercados supridos, em parte significativa, pela produção agropecuária de São Paulo ou do Sudeste. Além do mais, não há como deixar de considerar, nessa divisão de trabalho, as, ainda relevantes, atividades agrícolas ou agroindustriais vinculadas ao mercado externo que tem importância marcante na produção de algumas regiões como o Nordeste e o Sul do país.

Este processo de constituição do mercado interno e unificado no Brasil e de formação de uma complexa estrutura industrial, concentrada num espaço muito restrito, não ocorre linearmente. Ele se dá através do movimento do capital, com seus períodos de expansão e de declínio, nos quais, antes que um encadeamento harmônico de etapas que se completem e se atrelem no tempo, ocorrem ruptura e recriação — que seguem, por vezes, os momentos de destruição — de novos padrões tecnológicos ou novas formas de produzir e de articular os espaços regionais. Foi a crise do setor externo nordestino, na segunda metade do século XIX que levou a economia regional à busca de uma permanente articulação e complementaridade com os mercados mais dinâmicos do Sudeste. Foi, igualmente, a transformação e diversificação da economia cafeeira com

(67) OLIVEIRA, Francisco de & REISCHSTUL, Henri-Philippe. Mudanças na Divisão Inter-regional de Trabalho no Brasil. I. Estudos CEBRAP, nº 4, CEBRAP. São Paulo, abril/junho, 1973, p. 164.

(68) Para uma discussão da questão ver CANO, Wilson. Desequilíbrios ..., op. cit., pp. 217 a 235.

suas crises e o caráter cíclico de sua evolução, que deram lugar ao surgimento de uma estrutura industrial que, sistematicamente, passa a demandar os mercados regionais, relativamente isolados, como condição fundamental para realização dos seus produtos. Do mesmo modo, foi a grande crise de 1929 que redefiniu um novo padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, no qual, as frações do capital privado e as formas de ação do Estado passam a montar uma estrutura industrial que se vai consolidar na "indústria pesada" no final dos anos 50. Finalmente, foi, da perspectiva do Nordeste, no momento de desaceleração da primeira metade dos anos 60 (e nos anos iniciais da sua segunda metade) que são gestadas as condições para a "superação" de uma articulação entre as regiões, que vinha ocorrendo, fundamentalmente, com base na compra/venda de mercadorias. É neste momento que o capital produtivo, transferindo-se das regiões mais industrializadas para as áreas "periféricas", como a do Nordeste, começa a provocar alterações significativas na estrutura produtiva da referida região e nos seus processos de trabalho e a redefinir novo tipo de relação entre o Nordeste e o Sudeste. De fato, não se trata mais de uma articulação entre produtores e mercados consumidores de regiões distintas e individualizadas, mas da fase inicial de formação de um sistema hierarquizado de produção, integrado por frações do capital que estão presentes em quase todos os espaços nacionais. Com relação a este último aspecto, o termo "homogeneização" diz algo, mas não traduz, em sua totalidade, as mudanças qualitativas que passam a ocorrer.

Voltando à questão da individualização e diferenciação dos espaços regionais, do que se disse anteriormente pode-se concluir que o Nordeste, até a década de 60, guarda a sua individualidade como região, conforme definição de Francisco de Oliveira, desde que a sua reprodução de capital e as formas que o processo de acumulação assume são definidas e próprias das frações do capital regional, que nesta articulação, ainda predominantemente comercial, se constitui o protagonista principal na evolução da economia regional e nos seus "ajustamentos" no contexto nacional, de vinculação cada vez mais intensa dos espaços diferenciados. A modernização que ocorre, as adaptações de sua estrutura produtiva aos estímulos e bloqueios, advindos sobretudo da presença de uma complexa estrutura industrial no Sudeste, não contam com a penetração do capital produtivo extra-regional, salvo a presença de

um Estado Nacional que, através das suas diversas esferas administrativas, subsidiam ou criam outras condições para a reprodução ampliada do capital originário da própria região. Até os anos 60 o Estado que atua no Nordeste restringe seu diálogo, no que se refere à sua política econômica e social, às camadas dominantes das "classes" nordestinas, às oligarquias regionais, sobretudo as voltadas para a exportação.

Não se pode minimizar nesta etapa de articulação comercial o papel do capital mercantil não só como protagonista da vinculação entre produtores e mercados das distintas regiões e espaços diferenciados, mas como mantenedor de relações da produção "arcaicas", que, ao serem recriadas e reforçadas por sua ação específica, na apropriação do excedente, implicam a constituição de obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas ou à sua lenta transformação e modernização. O que ocorreu no Nordeste em relação ao lento desenvolvimento dos processos produtivos no algodão e na produção de açúcar representa uma ilustração deste papel particular do capital mercantil no desenvolvimento do capitalismo no Nordeste. Ao alto preço que o Nordeste tem pago pelo seu atraso em relação à industrialização do país, deve-se agregar o alto custo em que incorreu em razão do domínio exercido pelo capital mercantil no desenvolvimento de suas forças produtivas, que, sem dúvida, reforçou o desigual desenvolvimento do capitalismo no país.

Estes momentos de constituição do mercado interno de bens, através das distintas fases do processo de articulação inter-regional, são, também, momentos de formação do mercado nacional de trabalho. É nesta fase da história econômica do país que o Nordeste passa a se constituir um dos principais supridores da força de trabalho nos momentos de expansão da sua demanda nas mais diferentes regiões e sub-regiões brasileiras. O "reservatório de mão-de-obra" constituído não só em razão da natureza das atividades produtivas existentes na região — capazes de absorver grandes contingentes de mão-de-obra e de se ampliar, vegetativamente, mesmo no contexto de crise do segmento mais monetarizado da economia — mas da expansão e diversificação da economia regional no período que precedeu a crise da economia exportadora, começa, em vários momentos, a ser intensamente mobilizado para os surtos das economias regionais. Numa primeira fase, cujo intervalo de tempo pode ser situado entre as últimas décadas do século passado e a década

de 30 do século atual, a utilização do "reservatório nordestino de mão-de-obra" estava predominantemente ligado ao surgimento e desenvolvimento de algumas atividades primário-exportadoras, nas demais regiões brasileiras^(69). Assim ocorreu com a borracha no final do século XIX e primeiras décadas do século atual, quando demandaram a Amazônia, segundo estimativas de Celso Furtado, cerca de 500 mil nordestinos. Assim, também, ocorreu com o café, quando o migrante nacional, notadamente o nordestino, passa a substituir a mão-de-obra estrangeira, sobretudo no período compreendido entre as duas guerras mundiais: entre 1900 e 1920 o balanço migratório dos Estados nordestinos registram uma saída líquida de 205 mil pessoas, entre 1920 e 1940 cerca de 377 mil^(70). No período pós-30, nas fases da "industrialização restringida" e da "indústria pesada" é engendrada não só uma nova divisão de trabalho inter-regional, como ocorre a constituição e consolidação do setor industrial extremamente concentrada em espaços restritos, que se traduz, como se verificou, num desenvolvimento econômico e em processo de urbanização regionalmente desigual. Neste contexto, a redistribuição regional da força de trabalho no tocante ao Nordeste, que pode ser expressa numa relação percentual entre o saldo migratório (imigrante menos emigrante) e a população residente, passa de -4,3% em 1940, para -5,3% em 1950, -10% em 1960 e -12,5% em 1970^(71). A população nascida no Nordeste e residente em outras regiões, a partir de 1960, já representava 10% ou mais da população regional: seria o equivalente à população de um décimo Estado Nordeste vivo dispersa pelas demais regiões. É este processo emigratório que iria caracterizar, sobretudo no século atual, o Nordeste como "terra de arribação", na expressão de Ivan Targino^(72).

(69) Consultar tese de MOREIRA, Ivan Targino. Les Facteurs Determinants du Processus Migratoire dans le Nord-Est du Brésil au Cours de la Période 1950-1970. Université de Paris I. Paris, 1982, pp. 303 e 317.

(70) LOPES, Juarez Rubens Brandão & PATARRA, Neide Lopes. Aménagement du Peuplement au Brésil Suivant les Régions et entre Zones Rurales et Urbaines. In CICRED. La Population du Brésil. Paris, 1975, pp. 140 e 141.

(71) MOREIRA, Ivan Targino. Les Facteurs ..., op. cit., p. 315.

(72) MOREIRA, Ivan Targino. Nordeste: Terra de Arribação. PIMES. Recife, 1978.

CAPÍTULO III: A INTEGRAÇÃO REGIONAL E SEUS CONDICIONANTES

III. A INTEGRAÇÃO REGIONAL E SEUS CONDICIONANTES

O que se pretende, neste capítulo, é examinar as mudanças que ocorreram nas relações do Nordeste com as regiões mais industrializadas do país, no momento em que se passa para uma integração entre esses espaços diferenciados, com base na transferência do capital produtivo, cuja origem reside nas regiões economicamente mais avançadas, e cujo destino está constituído pelas áreas "periféricas". As respostas que aqui se pretende obter estão vinculadas às indagações sobre os condicionantes desse novo tipo de relação entre o Nordeste e as áreas mais industrializadas e as implicações prováveis dessa nova forma de integração. O exame procedido nesta parte do trabalho, abrange os anos 60, e tem como cenário a fase recessiva da economia da primeira metade da referida década, que ocorreu depois da montagem inicial da "indústria pesada", e o ciclo expansivo que tem seu início na segunda metade dos anos 60.

Antes de se entrar no estudo específico dos determinantes das mudanças qualitativas, anteriormente referidas, é conveniente fazer algumas digressões sumárias que permitam situar, num contexto mais abstrato, a questão que se pretende examinar.

Neste sentido, o que se procura desde logo, é deixar claro que, na idéia aqui adotada, não se aceita a concepção naturalista através da qual as "regiões" passam a ser definidas a partir da base física (fenômenos climáticos, aspectos geológicos, vegetação, produtos prevalentes, etc.), do que decorre, em geral, a tendência a escamotar as relações entre os homens e a enfatizar o determinismo das condições naturais, ou a situar o elemento humano como componente da paisagem⁽¹⁾. A concepção aqui adotada considera o espaço diferenciado ou a "região" como produzida pelos

(1) Examina o interessante e provocativo trabalho de SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. Simpósio Nacional de História. Curitiba, 1985 (mimeo), p. 5. Ver também MARTINS, Paulo Henrique N. Estado, Espaço e Região: Novos Elementos Teóricos. FCAP. Recife, 1985 (mimeo).

homens e, neste particular, concentra-se na explicitação dos processos sociais que criam e recriam tais espaços. Com isto, não se pretende negar a influência das condições naturais sobre o desenvolvimento econômico e social de determinada área, mas ressaltar que, num mesmo espaço podem ser produzidos sistemas e formas de organizações sociais os mais diversos.

Privilegiando a questão da produção do espaço, a concepção adotada leva em conta primordialmente a transformação deste, a partir da aplicação do trabalho humano e das relações que entre os homens se estabelecem no processo produtivo. Neste particular, o que interessa especificamente é, no caso do modo de produção capitalista, as relações entre as formas de acumulação do capital e o espaço no qual tal acumulação ocorre. É, neste sentido, que se recorre, como já se fez referência, aos achados de Francisco de Oliveira notadamente as relações aos elementos por ele privilegiados na definição de "região": a especificidade da reprodução do capital, as formas que o processo de acumulação assume, a estrutura de classes peculiar a essas formas e, também, as formas de luta de classes e do conflito social em geral^(2). Estas são, na expressão do referido autor, os aspectos nos quais se fundamenta o conceito por ele adotado de "região".

O que é importante ressaltar é que, na concepção aqui adotada, a "especificidade da reprodução do capital" ou as "formas que o processo de acumulação assume", não perdem seu caráter de diferenciação pelo fato de ocorrer uma articulação meramente comercial entre duas "regiões". Mesmo que, em decorrência desse tipo de articulação, as "regiões" específicas tenham que "ajustar" a sua estrutura produtiva aos estímulos, bloqueios ou à destruição que a competição inter-regional ou o processo de constituição de um mercado interno nacional possa provocar, elas ainda guardam seu caráter de área ou espaço diferenciado.

Tal especificidade começa a deixar de existir quando, em lugar de uma articulação fundamentada nos fluxos comerciais, passa-se para outro tipo de articulação econômica na qual o capital

(2) OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia ...*, op. cit., p. 27.

produtivo de uma "região", geralmente daquela mais industrializada ou que comanda a formação do mercado interno, emigra para outras regiões nas quais, ao penetrar na produção, redefine novas formas de reprodução do capital ou da força de trabalho. Em outras palavras, pensando no caso das regiões brasileiras, tanto no momento da acumulação determinada externamente, como no momento em que as "regiões" passam a realizar parte significativa da sua produção primária ou industrial no mercado interno — caso do Nordeste com o açúcar e o algodão a partir do final do século passado — quando então a acumulação passa a ser determinada internamente, ainda assim as "regiões" guardam a sua identidade, definida a partir da especificidade da sua reprodução do capital. Na concepção aqui adotada, isso deixa de existir no momento seguinte, quando o capital originário da área onde mais intensamente ocorreu o desenvolvimento da força produtiva, passa a estar presente, inserido no processo produtivo, nas demais "regiões". Anteriormente, no momento da articulação comercial entre as "regiões", ocorreu a inter-"regionalização" do espaço de circulação. Posteriormente, com a transferência do capital produtivo em busca de novas frentes de expansão, deu-se a inter-"regionalização" do espaço produtivo ^(3). É neste último caso que tem início a dissolução das especificidades da reprodução do capital e da forma particular que a acumulação assume.

Neste sentido vale a pena retomar a distinção, feita na introdução, dos momentos nos quais os espaços estão vinculados (i) predominantemente através do ciclo do capital-mercadoria ou, (ii) prevalentemente, por meio do ciclo do capital produtivo ^(4).

(3) As expressões usadas foram inspiradas nos termos usados por Benakouche quando trata da questão da internacionalização do ciclo do capital. Ver BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação ..., op. cit., p. 25.

(4) Esta questão do ciclo do capital é desenvolvido por Benakouche no contexto internacional e considerando cada ciclo — o do capital-mercadoria, do capital-dinheiro e do capital produtivo — em suas relações com as fases do capitalismo: a internacionalização do capital-mercadoria no momento do capitalismo concorrencial e a do capital-dinheiro e do capital produtivo já na fase do capitalismo monopolista. Ver BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação ..., op. cit. pp. 28 a 35.

No que se refere ao ciclo do capital-mercadoria deve-se chamar a atenção para o fato de que, embora não se possa deixar de reconhecer o papel transformador das relações mercantis em espaços diferenciados que ocorre nesta fase, e o fato de que a "instalação e generalização da mercadoria" estabelece as condições de expansão de outros momentos do ciclo do capital, é imprescindível que se tenha em mente que essa ação transformadora é restrita. De fato, "as mercadorias enquanto tais não propagam relações de produção". Ou seja, neste contexto, somente se difundem as relações mercantis^(5) e as transformações das condições de produção e das formas de acumulação são limitadas.

No tocante ao capital produtivo, vale ressaltar que através de sua emigração de uma para outra "região", o que antes, na fase do ciclo do capital-mercadoria, por exemplo, era uma somatória de economias distintas sofre uma transformação qualitativa constituindo-se um sistema econômico integrado e hierarquizado, sem as formas específicas e particulares da sua acumulação.

É conveniente, nesta altura, contrapor dois processos que estão intimamente relacionados com aquilo que foi anteriormente exposto: o da homogeneização e o da constituição do sistema econômico hierarquizado. No que se refere ao primeiro processo, a homogeneização é pensada, em geral, nos termos assinalados por Francisco de Oliveira, como um processo que se traduz numa tendência de dissolução das formas diferenciadas da reprodução do capital, "sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as "regiões" ...". A isto o autor agrega que a referida tendência quase nunca chega a concretizar-se "de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é, por definição, desigual e combinado ..."^(6).

Embora a concepção de homogeneização como um processo de indiferenciação de espaços ("regiões" ou nações) que possuíam antes formas individualizadas de reprodução do capital e de relações sociais de produção, permita um avanço na compreensão do processo

(5) BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação ...*, *op. cit.*, pp. 32 e 61.

(6) OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia ...*, *op. cit.*, p. 27.

de articulação/integração, ele não permite que se explicita a conformação daí resultante para os referidos espaços, que passam a se integrar via capital produtivo. Para isto é necessário lançar mão de alguns aspectos ressaltados por Benakouche, quando fala da constituição de um processo único de produção, já no estágio monopolista^(7). Em resumo, no ciclo do capital produtivo, quando a integração entre os espaços antes diferenciados se dá através desse capital, assiste-se não só um processo de homogeneização das formas de produção do capital, como tendência, mas a constituição de um sistema de produção integrado e hierarquizado, no contexto dos referidos espaços.

1. O Contexto Econômico das Mudanças

Concluídas as digressões anteriores, pretende-se, a seguir, tornar explícito o conjunto de condições consideradas as mais relevantes, responsáveis pelas mudanças qualitativas que passam a ocorrer através da integração do Nordeste com as áreas mais industrializadas do país, via capital produtivo. Com relação a tais fatores, por razões associadas a uma maior clareza de exposição, achou-se conveniente sua separação em duas ordens de condicionantes: os objetivos ou econômicos, e os políticos e institucionais ou subjetivos. Os primeiros, que serão mais desenvolvidos, dizendo respeito, mais diretamente, a aspectos da evolução da economia que levaram à "superação" da articulação meramente comercial, e que estão associados ao movimento do capital e ao desenvolvimento das forças produtivas a partir da indústria pesada, e sua projeção sobre as áreas "periféricas". Os condicionantes políticos e institucionais vinculam-se, fundamentalmente, à luta política que se desencadeou no final da década de 50 e início da década de 60, no contexto de uma crise econômica, política e crise do Estado, com repercussão sobre as formas de atuação deste último e sobre as formas de integração do Nordeste com as demais regiões.

Antes de iniciar a análise, propriamente dita, dos condicionantes objetivos — neste texto separados entre conjunturais

(7) BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação ...*, *op. cit.*, p. 15.

e estruturais — é conveniente esboçar, em suas linhas gerais, uma discussão desse momento da evolução econômica, no interior do qual o Nordeste transitou da articulação comercial para a integração econômica ou, para usar as expressões anteriormente referidas, da inter-regionalização do espaço de circulação para a inter-regionalização do espaço produtivo.

A compreensão do período 1962-67, classificado por alguns estudos realizados antes da década atual, como o mais longo período de semi-estagnação do pós-guerra^(8), deve ser feita comparando o comportamento de algumas de suas variáveis com os períodos que o antecederam ou seguiram. Nas tabelas 13 e 14 são apresentados alguns dados considerados relevantes, relacionados com o produto interno e com a produção real da indústria de transformação. No tocante ao produto interno total, a produção real da indústria, após um crescimento anual de 8,3% e 11,3%, respectivamente, entre os anos 1956/61, passam a ser registradas taxas anuais bem menores de 3,7% e 3,6%, para os anos 1961/67. No período que segue este último (1967/74), os níveis das taxas anuais de crescimento alcançam cifra equivalentes às da segunda metade da década de 50, tanto em relação ao produto interno, como para o industrial.

Com a desagregação analítica da produção industrial, segundo as categorias de uso, percebe-se com maior destaque, o impacto da desaceleração da economia sobre alguns segmentos produtivos, no período de semi-estagnação antes referido, particularmente no que se refere à indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis (v. tabela 14). A desaceleração que contrasta com o que ocorreu no período de montagem inicial da indústria pesada e com o que se segue na segunda metade dos anos 60, está sem dúvida associada ao término de um conjunto muito integrado — técnica e economicamente — de investimentos realizados na segunda metade

(8) São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento. O Exame de Políticas Econômicas Setoriais. São Paulo, 1979, p. 35.

dos anos 50^(9). Vale registrar que entre 1955 e 1962 o investimento fixo na indústria de transformação cresceu a uma taxa anual de 17,5%, declinando em 1962/67 para -2,3%, para recuperar-se entre 1967/69 para o nível de 17,7% ao ano, e, além disso, o índice do produto real da indústria de construção depois de um crescimento reduzido entre 1961/64 (em torno de 3%), cai significativamente, em relação a 1964, nos anos que se seguiram, até 1967^(10).

Tabela 13 - Brasil: Taxas Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto e da Produção Real da Indústria de Transformação - 1947/74.

Períodos	Produto Interno Bruto	Produção Real da Indústria
1947/52	7,0	9,8
1952/56	5,6	8,9
1956/61	8,3	11,3
1961/67	3,7	3,6
1967/74	10,0	12,5

FONTE: São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento. O Exame de Políticas Econômicas Setoriais. São Paulo, 1979, pp. 15 e 16. Segundo dados da FGV e IBGE.

(9) "Com efeito, entre 1956 e 1961 instalaram-se as indústrias automobilísticas, de construção naval, de material elétrico pesado e outros de bens de capital. Ao mesmo tempo ampliaram-se consideravelmente as indústrias básicas como: siderurgia, petróleo, não-ferrosos, celulose e papel, química pesada, etc." São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento. O Exame ..., op. cit., p. 17.

(10) São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento. O Exame ..., op. cit., pp. 21 e 30.

Tabela 14 - Brasil: Taxas de Crescimento Anual da Produção Industrial Segundo Categorias de Uso - 1949/73.

PERÍODOS	INDÚSTRIAS			INTERME- DIÁRIO	TOTAL
	Bens de Capital	Consumo Durável	Consumo não durável		
1949/55	11,0	17,1	6,7	11,8	8,8
1955/62	27,0	24,0	6,6	12,1	11,3
1962/67	- 2,6	4,1	0,0	6,3	2,2
1967/73	18,1	23,6	9,4	13,5	13,3

FONTE: São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento. O Exame ..., op. cit., p. 18. Segundo estimativa de vários autores.

Antes de examinar sumariamente os fatores determinantes da crise é conveniente ressaltar que, com a indústria pesada, a partir da segunda metade dos anos 50, ocorre o que alguns analistas denominam a relativa endogeneização da dinâmica cíclica da economia brasileira. Isto significa que a expansão da produção de bens de capital, ocorrida simultaneamente com parte significativa da produção de insumos básicos — aos quais estão associados investimentos muito elevados, dada a densidade de capital e a dimensão das escalas mínimas de produção — internalizou na economia brasileira os mecanismos cíclicos da expansão e desaceleração. O caráter relativo da endogeneização, está relacionado com o fato de parte substancial dos bens de capital da economia brasileira e de alguns insumos básicos continuavam a ser providos pelas importações^(11).

No que se refere aos determinantes da desaceleração da economia no período 1961/67, mesmo na perspectiva estritamente econômica — sem considerar as interpretações mais abrangentes que envolvem mais explicitamente aspectos da questão política e da luta de classes — são múltiplas as explicações. No entanto, são

(11) São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento. O Exame ..., op. cit. p. 19. O resumo que segue foi, em grande parte, extraído do referido estudo, pp. 32 a 35.

freqüentemente mencionados, no debate, pelo menos quatro pontos:

- a) a conclusão do conjunto integrado ou solidário de investimentos, ou "pacote" segundo algumas denominações, implantado no período 1956/60, capaz de gerar efeitos indutores no nível do setor industrial, mas sem uma capacidade, uma vez instalado, para realimentar a continuidade da expansão industrial^(12);
- b) o superdimensionamento da capacidade instalada, notadamente na indústria de bens de consumo duráveis e na de bens de capital, devido, em geral, à estratégia da grande empresa de assegurar faixas futuras de mercado, à política de utilização dos incentivos oferecidos, às perspectivas otimistas de alguns grupos econômicos^(13) e devido à própria conclusão do "pacote" de investimentos antes referido;
- c) a "exaustão" dos mecanismos de financiamento adotados no período anterior, fundamentados "no déficit fiscal, nas transferências de recursos do setor exportador, para a indústria e no crédito a juros reais negativos" (p. 34); isto se tornou perceptível quando a inflação se intensificou e perdeu a sua funcionalidade no dinamismo da economia;
- d) por último, vale fazer referência à política de estabilização que passa a ser adotada no combate à inflação e à qual estavam associados medidas ortodoxas de redução dos investimentos e no crédito.

Além desses aspectos, são também mencionados outros associados à demanda. Entre eles o fato de que no início do ciclo de expansão, entre as especificidades a serem consideradas, está aquela referente à existência de uma demanda inicial por importação, a qual "uma vez contida, é substituída por oferta interna". Com o

(12) Ver além do trabalho de TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital ..., op. cit., o estudo citado, da Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo (p. 32).

(13) Há referência à estimativa de que no início da década de 60 existiria na indústria automobilística uma capacidade ociosa que se elevara a 50%. São Paulo, Secretaria da Economia e Planejamento. O Exame ..., op. cit., p. 33.

desaparecimento deste componente da demanda, à medida que avança o processo de constituição da indústria pesada, tende a reduzir-se a intensidade de que, no início, era dotada a economia, notadamente nos setores recém instalados. Em resumo, tanto a conclusão do bloco solidário de investimentos quanto o "desaparecimento do componente de demanda centrada por importação" implicam uma redução no ritmo da formação de capital e de produção industrial no país^(14). No entanto vale registrar a observação adicional de Conceição Tavares:

"Mas esta desaceleração não levaria necessariamente à crise econômica se não existissem fortes problemas, tanto pelo lado do ajuste dinâmico da estrutura da demanda à capacidade produtiva recém instalada, como pelo lado da realização e financiamento de um potencial de acumulação que tinha incrementado fortemente ao fim da década".

"Os dois problemas são inerentes à estrutura de crescimento industrial brasileira, mas foram agravados, além disso, pela aceleração inflacionária em curso desde 1959"^(15).

O que se deve considerar em relação ao período 1961/67 é que nesse momento de semi-estagnação são preparadas ou gestadas no

(14) TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital ...*, *op. cit.*, pp. 139 e 146.

(15) TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital ...*, *op. cit.*, pp. 146 e 147. Para uma análise da crise ver o trabalho de Raimundo Moreira a partir da qual o referido autor faz a vinculação desse momento com a "eleição do Nordeste como área de investimento". Baseado em grande parte em trabalhos, anteriores ao referido acima, de Conceição Tavares e de Celso Furtado, Raimundo Moreira enfatiza a questão da demanda e do seu perfil seguindo uma interpretação subconsumista nas explicações da desaceleração, não obstante estejam presentes questões ligadas ao financiamento, a conclusão do bloco de investimentos e a intensificação do processo inflacionário. MOREIRA, Raimundo *Uma Política Regional de Industrialización: El Nordeste Brasileño*. Ediciones Siap-Planteos. Buenos Aires. 1976. pp. 66 a 79.

vas transformações na economia^(16), algumas com repercussões significativas, em termos regionais:

- a) em primeiro lugar intensifica-se a concentração de capitais e de mercados, sobretudo com as fusões em favor das empresas internacionais maiores e mais sólidas, economicamente, isto é, em grande parte um mecanismo através do qual a taxa de lucro e de expansão da grande empresa se mantém às custas das menores^(17);
- b) aumenta, igualmente, o grau de desnacionalização, uma vez que com a desaceleração passa-se a adotar, mais intensamente, uma estratégia de diferenciação do produto, possibilitando maior espaço para as empresas mais eficientes; e aumenta a margem de lucro diferencial das grandes; isto se dá sobretudo na indústria de bens não-duráveis de consumo;
- c) além disso, neste período de "agonia criadora" ocorre uma "radical transformação" no que se refere à função e ao caráter do setor produtivo estatal na economia: a exigência de uma clara estratégia de obtenção e manutenção de determinada taxa de lucro, implícita na associação do setor estatal com o capital privado em alguns empreendimentos; a relativa independência em relação aos recursos fiscais; competitividade que este segmento passa a fazer não só no mercado de produtos como no mercado de capitais^(18);
- d) finalmente, não se pode deixar de assinalar, ao lado da reforma financeira que criou as condições para a retomada da acumulação, a reforma fiscal, que ampliou e concentrou a disponibilidade de meios no aparelho

(16) Francisco de Oliveira chama esta fase de "agonia criadora", ver OLIVEIRA, Francisco de. A Economia de Dependência Imperfeita. Graal. Rio de Janeiro, 1977, p. 92.

(17) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação ..., op. cit., pp. 144 a 146.

(18) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da ..., op. cit., pp. 90 e 95.

estatal federal, e lhe permitiu não só desencadear uma política de incentivos de créditos fiscais — que "fazia retornar parte do excedente captado pelo Estado" — como consolidar e expandir as já existentes antes dessa fase recessiva^(19).

O que ocorre, então, em relação ao Nordeste, no referido período? Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que entre 1961 e 1967 a economia nordestina cresceu bem mais que a economia brasileira, conforme pode ser observada na tabela 15. Este comportamento está, sem nenhuma dúvida, associado aos resultados imediatos da política de desenvolvimento regional adotada a partir da criação da SUDENE no final da década de 50, notadamente no que se refere à estratégia de ampliação e coordenação dos investimentos públicos na região, visando sobretudo a formação do capital social básico, conforme está explícita nos I e II Planos Diretores, coordenados pela referida entidade. De fato, no período que vai de 1960 a 1966, os investimentos públicos — aí incluída a "formação de capital fixo" das autarquias, das sociedades de economia mista e da administração centralizada das três esferas governamentais — cresceu a uma taxa anual de 12%, tendo sido duplicado, praticamente, o nível dos investimentos feitos no último ano da série, em relação ao primeiro^(20). Vale lembrar ainda que, segundo estimativa de Goodman e Albuquerque, a relação entre tais investimentos e o produto interno do Nordeste passou de 7,1% e 7,5%, em 1960 e 1961, para 11,4% e 10% em 1966 e 1967, sendo que parte substancial dessa participação e do incremento verificado se deve aos investimentos realizados pela esfera federal: de 5,1% do produto interno bruto em 1960 passou para 7,1% em 1966^(21).

(19) "Essa forma extremamente nova de capital financeiro geral administrado pelo Estado é característica da fase monopolista do capital no Brasil ... Ao invés de uma acumulação financeira privada, o Tesouro Nacional funciona como o capital financeiro geral, como pressuposto do lucro privado. Essa inovação não pode sequer ser menosprezada, se se quer entender profundamente o caráter real da economia brasileira de hoje, as imbricações Estado-empresa numa etapa monopolista". OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da ...*, op. cit., p. 94.

(20) SUDENE/AT. *Formação de Capital Fixo do Setor Público no Nordeste*. In *Boletim Econômico*. SUDENE. vol. IV, nº 1, Recife, out/dez., 1968, p. 35.

(21) GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. *Incentivos ...*, op. cit., p. 36.

Tabela 15 - Índice e Variações Anuais do Produto Interno Bruto
Real do Brasil e Nordeste - 1961/67
(1960=100,0)

ANOS	BRASIL		NORDESTE	
	Índices	Variações Anuais (%)	Índices	Variações Anuais (%)
1961	110,3	10,3	104,2	4,2
1962	115,9	5,2	110,7	6,1
1963	117,7	1,6	116,0	4,6
1964	121,2	2,9	122,9	5,9
1965	124,5	2,7	126,2	2,6
1966	129,2	3,8	128,7	2,0
1967	135,4	4,8	143,1	11,2

FONTE: FGV/IBGE/DCS - Centro de Contas Nacionais (dados do Brasil) e SUDENE/CPR - Divisão de Contas Regionais (dados do Nordeste).

Outro elemento importante a ser considerado é o investimento industrial incentivado, resultante da estratégia regional de desenvolvimento posta em prática desde o início da década de 60. Neste particular, registre-se a situação contraditória vivida pela economia nordestina. De um lado, a "invasão" do mercado regional pela indústria do Sudeste/Sul, sobretudo a paulista, conforme se ressaltou anteriormente, com evidentes efeitos inibidores sobre a expansão da indústria regional e com repercussões positivas sobre a expansão de segmentos do terciário, sobretudo, do sistema financeiro^(22). De outro lado, a massa de recursos à disposição dos investidores e seu início de utilização, que implicava o começo de uma acumulação industrial inusitada na economia regional.

(22) "De outra parte, conquanto uma maior integração da região periférica com a dominante e industrialmente mais avançada tenha afetado adversamente o desempenho industrial da primeira, terá propiciado, ao menos no período em estudo, forte estímulo às atividades terciárias mais intimamente ligadas às transferências espaciais de mercadorias e serviços. Isto significa que o dinamismo recente do setor serviço do Nordeste será de caráter essencialmente reflexo. Teria sido induzido não por uma expansão do seu produto físico, mas pelo desenvolvimento de atividades produtivas verificadas nas regiões mais desenvolvidas e pela expansão de sua base de mercado". GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. Incentivos ..., op. cit., p. 21.

No que se refere a este último aspecto, a intensidade da "formação bruta de capital fixo" é perceptível a partir de 1965, quando, após a negociação e aprovação dos investimentos industriais desde o início da década e as mudanças e aperfeiçoamentos do mecanismo de incentivos denominado 34/18, tem início a implantação efetiva dos projetos.

Embora os aspectos relacionados com o papel que, nesta fase, desempenharam os investimentos na indústria regional e o mecanismo 34/18 devam ser tratados mais adiante, é importante assinalar que entre 1965, quando, efetivamente, inicia-se o programa de expansão industrial no Nordeste, e 1968, os investimentos realizados são duplicados, em termos anuais. Além disso, entre 1965 e 1966, ocorreu um crescimento de 14%, que é inferior ao do ano seguinte (28%) e aquele registrado entre 1967 e 1968. Hirschman, em um relatório que fez para a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, a respeito do sistema 34/18, ressalta que o montante dos investimentos aprovados até 1967 pela SUDENE/BNB, significaria, já à época, a duplicação do estoque de capital no Nordeste estimado para 1964^(23). Como se verá adiante, com mais vagar, o financiamento dos recursos dos incentivos, via Estado, tivera origem extra-regional, particularmente advindo de grupos econômicos de São Paulo e Rio: cerca de 59% dos investimentos realizados até 1977 e 55% do capital social integralizado até esse ano pertenciam a grupos privados do país, não nordestinos.

2. Os Condicionantes Econômicos

Em trabalho pioneiro, ao lado de outro desenvolvido por Antonio Barros de Castro e Francisco de Oliveira, no qual, pela primeira vez é aprofundada a crítica sobre a perspectiva "autônoma" das análises sobre a questão regional do Nordeste, Raimundo Moreira mostra o espraiamento do capital produtivo privado, nacional ou não, localizado nas regiões mais industrializadas, na

(23) HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento Industrial no Nordeste Brasileiro e o Mecanismo de Crédito Fiscal do Artigo 34/18. BNB. Fortaleza, 1969, p. 17. Tal estimativa é feita a partir de uma relação capital/produto, hipotética, de 2,5 e aplicada à renda gerada pelo setor industrial no Nordeste.

direção do Nordeste. Associa tal processo à conjuntura vivida pela economia brasileira, concluindo que, passado o momento de estagnação e iniciada a fase de recuperação conhecida como do "milagre brasileiro", haveria uma desaceleração do investimento industrial no Nordeste^(24).

Sua tese centra-se no entendimento de que a rentabilidade proporcionada pelos subsídios ao capital desempenhou um papel decisivo no aumento dos investimentos no Nordeste. No entanto, reconhece que não se pode considerar esta como "atuando linearmente" ao longo de todo um processo. Para ele, a evolução e o desenrolar de um processo como este não pode ser visto apenas da perspectiva da rentabilidade. As decisões, mesmo considerando os fortes estímulos a uma determinada região, são tomadas, segundo Moreira, levando em conta alternativas que vão surgindo no desenvolvimento do processo de acumulação, a nível das distintas regiões e setores produtivos da economia^(25).

É a partir desses elementos que Raimundo Moreira passa a considerar passível de crítica a generalização do conceito de "homogeneização" do espaço, "no sentido de que, no capitalismo, os capitais sempre tendem a buscar (sub)áreas periféricas ...". Sua conclusão mais relevante a respeito está contida na longa citação que segue:

"Não obstante o crescimento dos investimentos no Nordeste no primeiro momento esteja dado pela possibilidade de obtenção de altas taxas de lucro, vai-se perdendo o interesse pela região à medida que o sistema se vai reconcentrando no Centro-Sul, inclusive utilizando outros mecanismos fiscais através de um mercado financeiro em expansão. Porém toda esta tendência não mudou em termos absolutos a rentabilidade do Nordeste, onde os incentivos se mantiveram.

(24) MOREIRA, Raimundo. Una Política ..., op. cit., p. 16. Os trabalhos anteriormente referidos são: CASTRO, Antonio Barros de. O Desenvolvimento Recente do Nordeste. In Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira, v. II. Forense, Rio, 1971; OLIVEIRA, Francisco de. A Economia ..., op. cit.

(25) MOREIRA, Raimundo. Una Política ..., op. cit., pp. 86 e 87.

Então, fica a pergunta: por que se se mantiveram essas condições declinaram os investimentos no Nordeste? Somente esta constatação afastaria a hipótese da homogeneização do espaço, como marco explicativo para a evolução do processo no Nordeste. Isto significa que em termos de custo de oportunidade os investimentos espacialmente voltam para a região central do sistema nacional, por questões de maior rentabilidade, ou outros fatores que jogam no médio e longo prazo, como é o caso da perspectiva de maior poder de competitividade no mercado interno como no externo".

Segue, concluindo, o referido autor:

"Pareceria que a teoria da "homogeneização" do espaço, tal como se entende classicamente, estará sempre adstrita ao processo de "exportação de capitais" de uma a outra região, ou seria produto dele. Para que este processo se verifique seria condição necessária a existência de "excedente econômico" na região exportadora, determinada por um processo acelerado de acumulação de capital".

"Nas condições gerais da economia brasileira de crise e recessão, a taxa de acumulação estava sensivelmente deprimida devido às baixas de lucro e o baixo nível de produção. Como consequência, é de supor a existência de um débil nível de poupança" (26).

Tudo indica que Raimundo Moreira identifica integração regional, via capital produtivo, como um fenômeno de natureza conjuntural, com um horizonte limitado ao período depressivo, vivido pela economia brasileira; a partir daí nega a generalização do processo de homogeneização dos espaços brasileiros, valendo-se, inclusive do argumento de que tal processo estaria na dependência de

(26) MOREIRA, Raimundo. Uma Política ..., op. cit., pp. 88 e 89.

um "excedente econômico" ou de poupança que, na conjuntura vivida pelo país, era muito débil.

O que se pretende mostrar em seguida é que, de fato, há um momento conjuntural a partir do qual o capital produtivo, mais intensamente, via aparelho do Estado, se transfere para o Nordeste e transforma qualitativamente as relações dessa região com as áreas mais industrializadas do país; no entanto, o que não se pode negar, como se procurará demonstrar, é que este momento é seguido por uma fase estrutural com a qual há uma integração da estrutura produtiva do Nordeste com o núcleo mais industrializado da nação. Com isto passa a existir, como tendência, um processo de "homogeneização" do espaço nacional, sobretudo da perspectiva do Nordeste na sua relação com o Sudeste e, no limite, a constituição de espaço produtivo único e, hierarquizado ou a inter-regionalização do espaço produtivo. Um ponto relevante a ser considerado na discussão: a situação recessiva vivida pela economia brasileira nessa primeira metade da década de 60, estendendo-se, pelo menos até 1967, não pode ser caracterizado como uma fase na qual os grupos econômicos, sobretudo a grande empresa, que foi a protagonista principal da expansão do setor secundário na fase da "indústria pesada", não fossem possuidores de um potencial de acumulação. Segundo algumas interpretações, consideradas mais detidamente em páginas seguintes, não só existia tal potencial como foi inclusive a sua presença que atuou, entre outros, como fator depressivo em alguns momentos dessa fase de semi-estagnação.

É conveniente iniciar por uma descrição e exame dos estímulos fiscais e financeiros que passam a existir em relação ao Nordeste, desde o início da década de 60, quando, portanto, começa a se definir o caráter recessivo da fase que o país vai viver no início da referida década. Tais mecanismos caracterizavam-se, basicamente, pela possibilidade que davam às pessoas jurídicas, sobretudo, de deixar de recolher aos cofres públicos até 50% do seu imposto de renda, visando investir em projetos na área da SUDENE e reconhecidos, pelo referido órgão, como prioritários para o desenvolvimento regional. Além de tais recursos, os projetos contavam com distintas fontes adicionais, entre as quais os recursos próprios do grupo investidor e empréstimos oficiais. Inicialmente, foi implantado o sistema 34/18, um mercado de capitais "cativo"

— pois os recursos tinham uma aplicação específica — entre os depositantes e os aplicadores, para posteriormente ser constituído, a partir de 1974, o FINOR, fundo administrado pela SUDENE, com relação ao qual o depositante se constitui um cotista, e, de posse de documento comprobatório, pode utilizar sua cota na aquisição de ações de empresas beneficiárias, nos leilões especiais que são realizados nas bolsas de valores. Desde o seu início e inclusive nessa fase de desaceleração da economia, o sistema de incentivos passou por significativas modificações e aperfeiçoamento, entre os quais vale destacar a ampliação do limite de participação, até 75%, dos recursos do 34/18 nos investimentos e a redução da exigência mínima do capital próprio com relação ao do 34/18; além do facto de se eliminar a exigência de que o capital das empresas beneficiárias fosse, em sua totalidade, nacional^(27).

Convém lembrar que embora se constitua o incentivo mais importante, o mecanismo fiscal e financeiro referido era parte de um elenco muito mais amplo de estímulos que iam desde a isenção total ou parcial do imposto de renda para as empresas novas ou já existentes, a aval da SUDENE para obtenção de empréstimos nos bancos oficiais (BNE, BNDE), até isenções de parte dos impostos estaduais sobre circulação de mercadorias, concedidos por um prazo de até 5 anos a empresas que se localizassem em determinado Estado. Segundo estimativa de Raimundo Moreira através do uso desse somatório de estímulos, se a empresa fosse beneficiada com o máximo permitido, ela teria possibilidade de somente entrar, no total do investimento, com um pouco mais de 6% de recursos próprios^(28).

(27) Para exame detalhado da sistemática dos incentivos e sua avaliação consultar: GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. Incentivos ..., op. cit., capítulo VIII a XIII; HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento ..., op. cit.. MOREIRA, Raimundo. Una Política ..., op. cit., capítulo 5; MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização ..., op. cit., capítulo II. SUDENE. SUDENE. Vinte Anos. SUDENE. Recife, 1980, capítulo 2, ANTUNES, Antonio José de C. La Política de Industrialización del Nordeste Brasileño. In Ensayos sobre Planificación Regional del Desarrollo. Siglo Veintiuno Editores. México, 1974; GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Programa de Desenvolvimento Industrial do Nordeste. In UFPE/IPEA/SUDENE. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. SUDENE. 1984, vol. 3, pp. 2 a 86.

(28) "Isto possibilita que em termos reais alguns investigadores necessitem nada mais que 6,25% de seus fundos para levar a cabo projetos com recursos de 34/18, já que o depósito de ICM é antecipado pelos bancos estaduais de desenvolvimento sob a forma de empréstimos para cobertura do capital variável". MOREIRA, Raimundo. Una Política ..., op. cit., p. 102.

Agregue-se a isto a oferta de infra-estrutura econômica, geral e especificamente voltada para a atividade industrial, como os distritos ou áreas industriais implantadas em praticamente todos os Estados, o que implicava, em alguns casos, na acirrada disputa pela definição da localização dos empreendimentos, em verdadeiras doações de terrenos às empresas industriais, feitas pelos governos estaduais.

O significado maior desse sistema de incentivos, à época, foi o de se antecipar a uma nova forma de atuação que o Estado brasileiro iria adotar posteriormente, de modo generalizado, passada essa fase de desaceleração, e de se valer de um contexto recessivo no qual inclusive, como se verá, havia um potencial de acumulação em segmentos importantes da economia, notadamente da indústria. Um primeiro aspecto é o de que tal sistema de incentivos constitui, principalmente, uma redução, na perspectiva do empresário, do custo do capital. Não é necessário cálculo complicado para reconhecer — considerada a pequena participação do capital próprio no empreendimento, o acesso aos bancos oficiais e a empréstimos em melhores condições, o somatório de isenções e as vantagens adicionais oferecidas pelos governos estaduais — que os grupos empresariais que vieram a se instalar no Nordeste trabalhavam em condições muito favoráveis. Uma estimativa realizada pelo Banco Inter-americano de Reconstrução, em 1973, sobre a dimensão dos subsídios concedidos e seus reflexos sobre o empreendimento mostra, que "com as mesmas condições tecnológicas, variando unicamente o esquema de financiamento e os subsídios, uma indústria no Nordeste tem uma taxa de retorno (lucro líquido/recursos próprios) de 46,8%, contra 14% de uma empresa igual no Centro-Sul ..."(29)

(29) Citado por MOREIRA, Raimundo. *Uma Política, op. cit., p. 126.* À mesma página este autor assinala que o imposto sobre circulação de mercadorias para as firmas que se instalavam no Nordeste era de 17% sobre o valor agregado e existia uma isenção de 60%; no Centro-Sul era de 15% sem isenção; as taxas de juros pagas pelas firmas nordestinas era de 8% ao ano (BNB e BNDE) e de 10% para as de outra região; o imposto de renda era de 30% sobre os lucros líquidos, sendo que no caso nordestino havia uma redução de 50%.

No entanto há ainda que destacar além do aspecto concentrador dos incentivos — que facilitava a sua utilização em projetos próprios pela grande empresa, o que levava inclusive a uma "aglutinação" dos pequenos depositantes em torno dos projetos dos grupos maiores — a vinculação institucional, lembrada por Francisco de Oliveira, que era o meio através do qual se dava a transferência de empresa do Sudeste e Sul na direção do Nordeste. Tal vinculação se traduzia na articulação entre os agentes representados pelos depositantes e os aplicadores, que na maioria dos casos está constituído pelo mesmo grupo econômico o qual, atendendo as exigências do sistema de incentivos, capta os recursos que deveria recolher aos cofres públicos e, menos freqüentemente, o de outros depositantes menores que não tinham interesse ou não poderiam ter acesso direto a tais recursos para aplicar em projetos próprios.

No entanto é o caráter de antecipação do 34/18 a uma forma de atuação do Estado que se iria generalizar a partir da retomada do crescimento da economia, pós-1967, e a dimensão do "subsídio" concedido que possibilitava, sem dúvida, uma altíssima rentabilidade ao capital próprio que a empresa deveria alocar ao novo projeto. Este aspecto tem sido ressaltado pelas distintas análises feitas sobre a nova indústria nordestina e é confirmado em recente pesquisa pelos empresários que assinalaram os fatores determinantes na sua decisão de investir^(30). Em resumo não só foi instituído um mecanismo de transferência, como, através dos subsídios, foram criadas condições excepcionais para que elas ocorressem.

E com esse mecanismo que o Estado contribui para mudar as relações do Nordeste com as regiões mais industrializadas, passando a prevalecer uma nova forma de integração, baseada na transferência do capital produtivo. Dados utilizados em diferentes trabalhos revelam, através de várias dimensões, aspectos relevantes dessa integração:

*

(30) Consultar particularmente M/GALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização ..., op. cit., sobretudo capítulo II.

a) já na década de 60, em estudo sumário sobre a indústria nordestina, Hirschman destacava a concentração espacial existentes nos depósitos que deveriam ser feitos por aqueles que pretendiam usufruir dos incentivos: cerca de 55,6%, em 1965, eram constituídos de residentes em São Paulo e 22,8% no Rio; além disso, neste mesmo ano, os 107 maiores depositantes, de um total de 13.366, eram responsáveis por 41% do total de depósitos recolhidos em 1976, cerca de 78% dos depósitos eram de residentes no Sudeste e 13% no Nordeste^(31);

b) das 100 maiores empresas industriais brasileiras classificadas em 1971, cerca de 14 delas tinham, à época, projeto próprio implantado ou em implantação no Nordeste e estavam presente entre os 67 principais projetos aprovados para a área da SUDENE; além disso o exame que se fez, no ano referido, para se saber se as empresas mais importantes em cada ramo específico estão presentes na nova estrutura industrial do Nordeste, revelou que "dos 16 sub-setores que resumem a estrutura industrial do país, 11 estão se reproduzindo na estrutura industrial do Nordeste; além disso, são as empresas mais importantes dos sub-setores e dos ramos que estão, diretamente, implantando unidades de produção no Nordeste, e é lógico pensar que não o estão fazendo para concorrer com suas matrizes na região Sudeste ou em outras regiões do Brasil"^(32);

c) mais recentemente, a partir de pesquisa realizada sobre a nova indústria nordestina pela SUDENE/BNB, em 1977, sabe-se que pelo menos 1/3 das empresas que receberam os incentivos concedidos pela política de "desenvolvimento regional", pertencem a grupos eco-

(31) HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento ..., op. cit., pp. 10, 11 e 12. Ver também MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização ..., op. cit., p.55.

(32) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia ..., op. cit., pp. 63, 64 e 65.

nômicos que possuíam outras unidades de produção fora da região, sendo que de um total de 369 projetos, 169 localizavam-se no Sudeste, número igual em outras regiões brasileiras e 31 no exterior^(33);

- d) ademais, uma informação da maior relevância foi levantada pela referida pesquisa patrocinada pela SUDENE/BNB, a respeito da propriedade do capital das indústrias que, até 1977 se encontravam no Nordeste e haviam sido beneficiadas pelos incentivos fiscais e financeiros; em tais empresas (não considerada a parcela do 34/18 - FINOR, que, como se verificou, em grande parte é originário de São Paulo e Rio), do total do capital social, cerca de 36,6% pertence a grupo privado nordestino, 55,1% a grupos privados do resto do país (inclusive subsidiários de empresas do exterior) e o restante de grupos privados do exterior (2,1%) e do governo (6,2%); convém destacar que os grupos privados de São Paulo alcançam aproximadamente 30% do capital social, estando seus investimentos concentrados nas empresas de maior porte (v. tabela 16)^(34).

Deve-se ainda destacar que as indicações feitas anteriormente não traduzem, em sua plenitude, a emigração de capital que não somente não se restringiu ao setor industrial — abrangendo o sistema financeiro, o comércio de mercadoria e, mais recentemente, a agricultura e a agroindústria, via incentivos — nem tampouco, neste setor específico se limita à estratégia de implantação de projetos industriais próprios. Na verdade, o mecanismo de incentivos não só permite como foi utilizado pelos grupos econômicos em aplicações em projetos de terceiros, inclusive numa precoce formação de conglomerados^(35).

(33) ARAÚJO, Tânia Bacelar de. La Division Interregionale du Travail au Brésil et l'Exemple du Nord-Est. Université de Paris, 1979. pp. 234 e 236.

(34) MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização ..., op. cit., capítulo III.

(35) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia ..., op. cit., p. 69.

Tabela 16 - Nordeste: Origem do Controle do Capital Social da Nova Indústria - 1977¹

Origem do controle	%	Nº de empresas	Investimento Fixo	Capital Social
Grupos Privados do Nordeste		57,1	29,1	36,6
Do País ²		38,2	59,1	55,1
São Paulo		22,1	27,8	29,8
Demais Estados		16,1	31,3	25,3
Do Exterior ³		1,9	3,6	2,1
Governo		2,8	8,2	6,2

FONTE: Pesquisa Industrial SUDENE/BNB, apud MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização ..., op. cit., p. 108.

Notas: 1 - Sem considerar parcela do 34/18 - FINOR;

2 - Inclui subsidiárias de empresas do exterior;

3 - Exclusive subsidiárias.

Cabe agora a indagação: de onde vêm os argumentos que justificam falar-se de determinantes conjunturais nesse novo tipo de articulação do Nordeste com as regiões mais industrializadas?

Em primeiro lugar, a evolução dos próprios dados disponíveis sobre a formação bruta de capital fixo, sobre os investimentos induzidos pela política de industrialização e os desembolsos do 34/18 - FINOR sugerem um fluxo e refluxos dessas variáveis, sobretudo se tais informações consideravam o período que vai do momento inicial da política de expansão industrial do Nordeste até o início dos anos 70, que foram fundamentalmente as informações que estavam disponíveis no momento que Raimundo Moreira realizou seu citado trabalho. Na tabela 17 está suficientemente caracterizada uma desaceleração dos investimentos totais da indústria a partir de 1969 quando, de um crescimento de 33% ao ano no referido exercício, passa-se para 10,8% em 1970 e -1% no ano seguinte. No entanto, este fato se torna mais perceptível quando se passa para o exame dos investimentos induzidos pelo sistema de incentivos e para a evolução dos desembolsos do 34/18 - FINOR. No primeiro caso, o declínio inicia-se depois de 1968, quando ocorre

Tabela 17 - Nordeste: Formação de Capital da Indústria, Investimentos Induzidos pela Política de Industrialização e Desembolso 34/18 - FINOR - 1965/75
(Em Cr\$ milhões de 1974)

A n o s	Formação Bruta de Capital Fixo - Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação (A)		Estimativa de Investimento - Realizado, Induzido pela Política de Industrialização (B)		Desembolso ^{2/} do 34/18 - FINOR (C)		Relação B/A
	Cr\$ Milhões	Taxa Anual	Cr\$ Milhões	Taxa Anual	Cr\$ Milhões	Taxa Anual	
1965	1.025	-	776	-	59	-	64,4
1966	1.377	14,3	886	10,8	215	264,4	62,5
1967	1.763	28,0	1.374	59,8	707	228,8	77,9
1968	2.203	25,0	2.227	62,1	1.039	47,0	101,1
1969	2.937	33,3	2.304	3,5	1.298	24,9	78,4
1970	3.253	10,8	2.181	-5,3	1.617	24,6	67,0
1971	3.220	- 1,0	2.496	14,4	1.563	- 3,3	77,5
1972	4.329	34,4	2.433	-2,5	1.428	- 8,6	56,2
1973	4.776	10,3	2.421	-0,5	1.093	-23,5	50,7
1974	5.368	12,4	4.095	68,1	1.442	31,9	76,3

FONTES: 1/ SUDENE/CPR/Contas Regionais - para informações sobre formação bruta de capital no setor industrial.

2/ BNB/DEFIN - Para informações sobre desembolsos.

3/ Roberto C. de Albuquerque e Clóvis de V. Cavalcanti - "Desenvolvimento Regional no Brasil". IPEA/IPLAN - Brasília, 1976 - para estimativa sobre investimentos induzidos pela política de industrialização.

Nota: Tabela extraída do trabalho de GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Programa... op.cit., p. 36.

um crescimento explosivo de 62% do investimento induzido: passa-se para 3,5% em 1969 e -5,3% em 1970. Note-se que somente em 1974 é que se volta às taxas alcançadas nos anos iniciais. Com relação ao desembolso são bem mais expressivos os dados disponíveis na caracterização dessa desaceleração na mobilização de recursos para a acumulação industrial no Nordeste (v. tabela 17)^(36).

Em segundo lugar — constituindo-se inclusive uma das explicações para o que se examinou anteriormente — está a destinação, gradativa, dos recursos anteriormente orientados à indústria do Nordeste para outras regiões e outros setores produtivos, inclusive de âmbito nacional. Assim a partir de 1969, mas sobretudo nos anos iniciais da década de 70, com a criação dos denominados Programas Especiais (PROTERRA e PIN) ocorre uma redução, em termos absolutos, dos recursos que constituíam a opção pela SUDENE, de modo que somente em 1975 volta-se a alcançar o nível obtido em 1970 (v. tabela 18-A, B, C). Em termos percentuais, a participação da SUDENE/BNB que era de 100% em 1960, 93% em 1965, 76% em 1967, passa para 64% em 1968 e 55% em 1970. Começa a partir daí um declínio relativo que, entre 1972 e 1975, alcança apenas percentual em torno de 23% e 25%^(37).

Esta fragmentação dos incentivos abria possibilidades para que novas frentes de investimentos passassem a existir em outras áreas, com as mesmas vantagens antes reservada ao Nordeste. Acrescente-se, ainda, que novos estímulos são dados a outras atividades, notadamente em relação às exportações de manufaturas, que passam a privilegiar as áreas mais industrializadas e com

(36) Deve-se ressaltar na referida tabela a importância relativa dos investimentos induzidos pela política em termos comparativos com os investimentos totais efetuados na indústria extrativa mineral e de transformação no Nordeste.

(37) Ver tabelas 18-A, B, C. Consultar também GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Programa ..., op. cit., p. 22.

maior capacidade de colocação de seus produtos no comércio internacional^(38). Além desses fatos vale lembrar que a redução não somente relativa mas absoluta dos recursos utilizados como estímulo à indústria do Nordeste, deu lugar a que no mercado "cativo" de capitais, constituído a partir do 34/18, comesçassem a ser cobradas comissões muito altas para captação dos recursos, de vez que, se passou, neste particular, de uma fase de abundância para outra de escassez, o que, seguramente, inibiu alguns empreendimentos. É por esta razão que a partir de 1974 é instituído o sistema FINOR, em substituição ao denominado mecanismo 34/18.

Não se pode, evidentemente, deixar de considerar o facto de que com a retomada do crescimento da economia brasileira o Nordeste deixar de ter, para alguns grupos, a importância e a significação que tivera no momento anterior às reformas que possibilitaram o início do novo ciclo de expansão. No entanto, o que não parece aceitável é pensar-se na explicação da desaceleração dos investimentos industriais no período referido, na existência de um rígido limite ao deslocamento do capital produtivo em direção ao Nordeste, ou interpretar aquele movimento inicial de capitais, até 1967, como uma "mera diversificação espacial da produção das grandes empresas, em uma espécie de extensão regional de seus planos, como forma de aproveitar toda a gama de benefícios fiscais disponíveis"^(39).

O que os dados mostram, considerando-se um horizonte temporal maior, é que passado o momento do intenso interesse "conjuntural" dos grupos econômicos pela realização de investimentos industriais no Nordeste, e, ademais, superado o momento de fragmentação dos incentivos e de desaceleração dos investimentos industriais no Nordeste, o interesse na região persiste, ocorrendo na década de 70 um efetivo atrelamento da estrutura econômica do Nordeste, particularmente a industrial, com a economia das regiões mais industrializadas.

(38) Para um exame das repercussões regionais da política de estímulos às exportações ver GALVÃO, Olímpio de Arrouxelas. Efeitos Espaciais da Política de Comércio Exterior. In Desigualdades Regionais ..., op. cit., pp. 286 a 307.

(39) MOREIRA, Raimundo. Una Política ..., op. cit., p. 134.

Tabela 18-A - Demonstrativo dos Incentivos Fiscais Segundo Opções - Em Cr\$ Milhões

(Preços Médios Constantes/1980) ^{1/}

Fundos e Programas	1962		1963		1964		1965		1966		1967		1968	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
I - SUDENE	2.297	100,0	1.528	87,5	4.125	92,3	12.572	93,0	13.343	84,3	14.524	75,0	15.490	64,5
II - SUDAM	-	-	218	12,5	344	7,7	950	7,0	2.489	15,7	4.208	22,0	5.485	22,8
III - SUDEPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	371	2,0	1.462	6,1
IV - EMBRATUR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.197	5,0
V - IBDF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	399	1,6
VI - PIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VII - PROTERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIII - FUNRES (ES)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IX - EMBRAER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
X - MOBAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.197	100,0	1.746	100,0	4.469	100,0	13.522	100,0	15.832	100,0	19.103	100,0	24.033	100,0

FONTE: SUDENE; Centro de Informações Econômico-Fiscais (Ministério da Fazenda); Fundação IBGE

Notas: ^{1/} Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - Conjuntura Econômica - FGV

Tabela 18-B - Demonstrativo dos Incentivos Fiscais Segundo Opções - Em Cr\$ Milhões
(Preços Médios Constantes/1980) ^{1/}

Fundos e Programas	1969		1970		1971		1972		1973		1974		1975 ^{2/}	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
I - SUDENE	17.694	56,4	21.597	56,0	14.000	33,1	12.853	24,5	14.487	24,7	18.701	23,9	22.801	25,6
II - SUDAM	7.337	23,4	8.004	20,4	6.169	14,6	4.708	9,0	4.729	8,0	7.317	9,4	7.175	8,1
III - SUDEPE	3.923	12,5	5.382	13,7	2.674	6,3	1.548	3,0	1.343	2,3	981	1,2	879	1,0
IV - EMBRATUR	1.298	4,1	1.656	4,2	1.241	2,9	847	1,6	1.515	2,6	1.730	2,2	1.060	1,2
V - INDF	1.129	3,6	2.645	6,7	5.520	13,1	6.256	11,9	7.283	12,4	9.952	12,7	11.741	13,2
VI - FIN	-	-	-	-	12.702	30,0	15.736	30,0	17.608	30,0	23.869	30,4	25.541	28,7
VII - PROTERRA	-	-	-	-	-	-	10.491	20,0	11.748	20,0	15.825	20,2	17.021	19,1
VIII - FUNRES (ES)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	336	0,4
IX - EMBRAER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.421	1,6
X - MOBILAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	973	1,1
Total	31.381	100,0	30.284	100,0	42.306	100,0	52.430	100,0	56.712	100,0	78.385	100,0	88.948	100,0

FONTE: SUDENE; Centro de Informações Econômico-Fiscais (Ministério da Fazenda); Fundação IBGE

Notas: ^{1/} - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - Conjuntura Econômica - FGV

^{2/} - Recursos do FINOR, a partir de 1975 em substituição ao 34/18.

Tabela 18-C - Demonstrativo dos Incentivos Fiscais Segundo Opções - Em Cr\$ Milhões
(Preços Médio Constantes/1980) ^{1/}

Fundos e Programas	1976		1977		1978		1979		1980		Total	
	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%	Cr\$	%
I - SUDENE (FINOR) ^{2/}	17.841	19,7	17.374	20,1	16.794	18,8	14.997	18,5	13.499	19,1	266.516	29,9
II - SUDAM (FINAM) ^{2/}	5.961	6,6	6.053	7,0	6.598	7,4	6.404	7,9	5.808	8,3	89.986	10,1
III - SUDEPE (FISET) ^{2/}	621	0,7	506	0,6	144	0,5	320	0,4	271	0,4	20.724	3,3
IV - EMBRATUR (FISET) ^{2/}	1.232	1,4	765	0,9	712	0,8	803	1,0	744	1,0	14.790	1,7
V - IBDF (FISET) ^{2/}	18.706	20,6	13.603	15,7	16.805	18,8	15.405	19,0	12.971	18,4	122.425	13,7
VI - PIN	25.882	28,5	26.351	30,4	26.009	29,2	23.311	28,8	20.178	28,6	217.187	21,4
VII - PROTERRA	17.254	19,0	17.570	20,3	17.339	19,4	15.540	19,2	13.451	19,0	136.230	15,3
VIII - FUNRES (ES)	482	0,5	509	0,6	481	0,6	411	0,5	316	0,4	2.535	0,3
IX - EMBRAER	1.542	1,7	1.616	1,9	1.643	1,8	1.482	1,8	1.246	1,8	8.950	1,0
X - MOBRAL	1.145	1,3	2.197	2,5	2.429	2,7	2.380	2,9	2.113	3,0	11.237	1,3
Total	90.656	100,0	86.543	100,0	89.256	100,0	81.053	100,0	70.626	100,0	890.589	100,0

FONTE: SUDENE; Centro de Informações Econômico-Fiscais (Ministério da Fazenda); Fundação IBGE

Notas: ^{1/} Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - Conjuntura Econômica - FGV

^{2/} Recursos do FINOR, a partir de 1975 em substituição ao 34/18.

É conveniente lembrar que esta nova fase não conduz a um processo de "descentralização da indústria", o que, de modo algum, implica a negação do processo de homogeneização, que passa a se consolidar no momento mesmo da retomada, continuando o que ocorreu na fase "conjuntural" referida. A expansão da indústria nordestina tem continuidade, sem levar a uma atenuação das "desigualdades regionais", passando no entanto, por mudanças qualitativas importantes, devido ao fato de ocorrer, principalmente com base no capital produtivo extra-regional, a criação não só de uma nova estrutura no interior da região, como estabelecimento de um novo tipo de relação do Nordeste com o resto do país.

As informações disponíveis sobre a evolução da indústria e da manifestação de interesses dos grupos econômicos, a respeito dos incentivos e de investimento na região, mostram não só a continuidade mas a intensificação dos investimentos realizados, do produto gerado e dos investimentos aprovados, sobretudo em anos da década de 70. De fato, entre 1968 e 1973, anos do novo ciclo da expansão da economia brasileira, os investimentos fixos da indústria nordestina cresceram a 23% ao ano, ao tempo que o produto industrial expande-se a uma taxa de 9,1%, em termos anuais. Em relação aos investimentos, isto significa que eles quase triplicam nos anos considerados, confrontando-se o nível de 1968 com o de 1973 (v. tabela 19). No período seguinte, que vai de 1973 até 1978, quando então, a partir deste último ano define-se a desaceleração da economia industrial nordestina, a formação de capital fixo na indústria de transformação expande-se a 20,6% ao ano e o produto desse segmento industrial a uma taxa semelhante, também, a do período anterior: 8,9% ao ano.

Os dados da tabela 19 revelam a evolução das variações anuais dos investimentos e do produto industrial, mostrando que, com relação à primeira variável, a partir de 1972 ocorre uma nova fase expansiva na qual as taxas se não alcançam os níveis muito altos no final dos anos 60, passam a ocorrer a ritmo significativo até pelo menos 1977, quando a fase recessiva atual (1980/85) começa a manifestar-se. No que se refere ao produto da indústria de transformação, embora ele tenha duplicado de valor entre 1968 e 1977, as taxas anuais, em geral significativas, são no entanto muito irregulares, apresentando uma redução de ritmo entre 1970 e 1971, voltando a crescer intensamente entre 1972 e 1973 e

Tabela 19 - Indústria de Transformação do Nordeste: Formação Bruta de Capital Fixo e Produto - 1968/80
(1975 = 100,0)

A n o s	Formação Bruta de Capital		Produto	
	Índice	Variação Anual	Índice	Variação Anual
1968	23,0	42,8	58,2	12,4
1969	35,7	55,2	62,8	7,9
1970	42,1	17,9	66,5	5,9
1971	44,6	5,9	70,2	5,6
1972	58,9	32,1	79,8	13,8
1973	67,1	13,9	90,0	12,8
1974	77,3	11,5	94,0	4,4
1975	100,0	28,4	100,0	6,4
1976	143,0	43,0	105,0	5,0
1977	166,6	16,5	117,9	12,3
1978	171,4	2,9	137,6	16,7
1979	151,6	-11,6	163,3	18,7
1980	123,6	-18,5	176,1	7,8

FONTE: SUDENE - CPR - Divisão de Contas Regionais

entre 1977 e 1979.

Tão expressivas quanto essas informações macroeconômicas sobre o dinamismo da indústria nordestina, são as informações a respeito dos investimentos aprovados — que demonstram a intenção de investir dos grupos econômicos na região — e dos recursos previstos e liberados através do mecanismo 34/18 - FINOR. Na tabela 20 estão reunidas os dados principais a respeito da política regional de expansão industrial no período 1960/80. É principalmente em relação aos investimentos aprovados que são contestadas as afirmativas sobre o caráter meramente conjuntural do interesse dos grupos econômicos em investir no Nordeste. De fato, o montante dos investimentos que foram aprovados pela SUDENE/BNB a partir da década de 70, quando, de acordo com as hipóteses anteriormente comentadas, deveria ocorrer uma desaceleração dos investimentos ou desinteresse dos grupos investidores, são bem mais significativos do que aqueles registrados no período precedente, quando a política já estava em plena vigência e efetiva implantação. Tomando-se por base a média anual dos investimentos nos distintos períodos, observa-se que nos anos iniciais (1960/65) tal cifra alcançou Cr\$ 8,4 bilhões, a preços de 1980, e passou para Cr\$ 31,2 bilhões como média anual do período 1966/70. Nos dois lustres seguintes as cifras são bem maiores: Cr\$ 54,4 bilhões (1971/75) e Cr\$ 53,7 bilhões (1976/80). Note-se, no entanto, que os recursos aprovados a título de incentivos (34/18-FINOR) para os investimentos, permanece, praticamente, na década de 70, no nível registrado para a segunda metade da década de 60.

É neste último fato, assinalado que reside um aspecto importante: o da adequação da política de expansão industrial do Nordeste a nova situação de retomada do crescimento da economia brasileira — no seu núcleo central — e de fragmentação dos incentivos. Face à menor disponibilidade de recursos, ocorreu, como fator básico para a continuidade da política industrial, a mobilização de novas fontes de financiamento dos investimentos e uma maior seletividade dos mesmos, privilegiando-se as unidades de maior porte. Estes dois aspectos estão evidenciados na tabela 20. Em primeiro lugar, ressalte-se a gradativa redução do percentual dos recursos do 34/18 - FINOR no total dos investimentos aprovados: da média anual do período 1966/70 de, aproximadamente, 49% — tendo-se alcançado até 53,7% em 1968 e 1969 — passa-se

Tabela 20 - Nordeste: Projetos, Investimentos e Incentivos
Aprovados e Recursos Liberados no Período 1960/80
Cr\$ 1.000.000 de 1980

A n o s	Projetos Industriais Aprovados ^{1/}				Liberação de Recursos 34/18-FINOR _{2/}
	Novos Pro jetos Nº	Investimento Aprovado (A)	34/18-FINOR Aprovado (B)	B/A (%)	
1960	22	5.983,6	-	-	-
1961	20	5.963,3	-	-	-
1962	54	5.881,7	-	-	-
1963	59	7.926,0	1.595,5	20,1	20,1
1964	56	15.286,6	3.021,3	19,8	385,7
1965	59	9.375,3	2.192,8	23,4	588,4
<u>Média Anual 1960/65</u>	<u>45</u>	<u>8.402,8</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
1966	72	17.662,3	8.056,9	45,6	2.025,4
1967	243	45.379,4	20.332,7	44,8	6.173,5
1968	145	30.993,9	16.647,3	53,7	9.713,3
1969	91	28.086,7	15.082,7	53,7	12.322,8
1970	72	34.003,2	16.378,3	48,2	14.362,2
<u>Média Anual 1966/70</u>	<u>125</u>	<u>31.225,1</u>	<u>15.299,6</u>	<u>49,0</u>	<u>6.047,0</u>
1971	48	33.470,1	16.166,6	48,3	14.808,2
1972	44	25.905,7	13.203,2	51,0	12.035,4
1973	43	53.553,7	16.245,4	30,3	7.930,9
1974	46	106.095,2	24.964,5	23,5	11.403,2
1975	27	53.029,8	19.090,6	36,0	23.129,8
<u>Média Anual 1971/75</u>	<u>42</u>	<u>54.410,9</u>	<u>17.934,1</u>	<u>33,0</u>	<u>13.861,5</u>
1976	30	69.530,9	25.445,5	36,6	17.417,7
1977	29	53.985,0	17.442,9	32,3	20.671,2
1978	21	35.740,6	12.605,6	35,3	19.310,3
1979	22	28.594,8	11.001,3	38,5	22.516,1
1980	22	80.739,8	15.815,5	19,5	12.670,3
<u>Média Anual 1976/80</u>	<u>25</u>	<u>53.718,2</u>	<u>16.462,2</u>	<u>30,6</u>	<u>18.517,1</u>

FONTE: SUDENE. Posição dos Projetos Aprovados-Industriais.
SUDENE, Recife, 1981

Notas: 1/ Inclui projetos agroindustriais, de pouca significação no total

2/ Compreende, além dos projetos industriais e agroindustriais, o de pesca, turismo, telecomunicação e energia elétrica.

para 33% em 1971/75 e 30,6% no período 1976/80.

Enfim, nada indica que o interesse dos grupos econômicos, que a partir da segunda metade da década de 60 passa a investir no Nordeste, pode ser caracterizado como "uma mera diversificação espacial da produção das grandes empresas" como forma de aproveitamento conjuntural dos incentivos disponíveis, para o qual existiria um limite que seria "determinado", por um lado, porque o processo entra em uma etapa que exigia um grau muito maior de seletividade nos investimentos, determinando necessariamente um processo substitutivo de importações, e por outro porque o processo de inversão voltou a definir-se em favor do centro, como costuma acontecer naturalmente"^(40). Existem outras razões por trás desses movimentos de transferência do capital produtivo que colocaram por terra as previsões feitas a respeito.

Para um exame desses aspectos duas questões básicas devem ser consideradas: (i) que fontes de recursos foram mobilizadas para substituir as do mecanismo de incentivos voltados para o Nordeste? (ii) quais os determinantes dessa transferência de capital produtivo, cujo destino era uma área "periférica", que foram responsáveis por uma integração que ultrapassou o horizonte temporal do curto prazo?

As informações disponíveis, algumas já referidas anteriormente, revelam que a fragmentação dos incentivos fiscais e financeiros, anteriormente voltados para o Nordeste, em sua totalidade, não foi suficiente para provocar um refluxo dos investimentos e seu redirecionamento para as regiões mais industrializadas. A simples redução da importância relativa dos recursos dos incentivos fiscais no total dos investimentos, antes comentado, é suficiente para mostrar que houve uma adaptação da política às novas condições, com a mobilização de outras fontes. Entre estas podem ser destacados os recursos financeiros canalizados pelos bancos oficiais, notadamente o BNDES. De fato, estudo realizado pela equipe do PIMES, particularmente por Jorge Jatobá e John Redwood*, revela a partir do início da década de 70 uma maior

(40) MOREIRA, Raimundo. Una Política ..., op. cit., p. 138.

explicitação do BNDES, nos seus relatórios, de uma preocupação com a atenuação dos desequilíbrios regionais" considerado como "um dos objetivos da ação financiadora do Banco" que passa efetivamente a serem concretizadas não só a partir de mecanismos e instrumentos de uso diferenciado segundo regiões, mas de uma relativa descentralização na aprovação de recursos^(41).

No que se refere aos mecanismos e instrumentos de "diferenciação regional" vale ressaltar, entre outros, os juros diferenciados, tipos de aplicação, "del credere" diferenciado, expansão dos agentes e seu fortalecimento, além de assistência e treinamento empresarial^(42). Com relação à aprovação de operações financeiras, na tabela 21 são apresentadas informações relevantes, a respeito, destacando-se aquelas relacionadas com o BNDES e o Banco do Brasil. No que se refere ao conjunto das operações aprovadas pelo BNDES, tanto em relação às vinculadas a moeda nacional como a moeda estrangeira, observa-se a partir de 1969/70 uma maior participação do Nordeste no conjunto das operações aprovadas, refletindo uma descentralização espacial das suas aplicações que, não obstante, estão voltadas em sua parte mais substancial para o Sudeste e, particularmente, para São Paulo. O Fundo de Reaparelhamento Econômico, que constituía um dos mais importantes no financiamento em moeda nacional e está voltado para os grandes empreendimentos industriais, começa sua relativa descentralização espacial a partir de 1969 e continua num patamar mais alto nos anos seguintes, relativamente aos da segunda metade da década de 60. O FIPEME/POC — voltado para a pequena e média empresa — começa a voltar-se para o Nordeste a partir do início da década de 70, sem no entanto, salvo no ano de 1972, alcançar níveis muito superiores aos 10%. Quanto ao FINAME, mais voltado para o financiamento da indústria de bens de capital, não se pode afirmar que, nos anos considerados tenha existido uma descentralização espacial das aplicações aprovadas.

O estudo de Jatobá e Redwood destaca nessa maior participação da região nas aplicações aprovadas pelo BNDES o papel

(41) JATOBÁ, Jorge & REDWOOD III, John. Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Industrial. In Desigualdades Regionais ..., op. cit., v. 2, capítulo 1, seção 122.

(42) JATOBÁ, Jorge & REDWOOD III, John. Efeitos ..., op. cit., pp. 82 e 83

Tabela 21 - Participação do Nordeste na Distribuição das Operações Aprovadas no Sistema BNDES e do Banco do Brasil para todo País - (%)

Anos Especificação	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
<u>BNDES</u>												
Operações Gerais												
Aprovados em Moeda Nacional	3,9	-	6,5	7,3	17,8	12,9	9,8	13,5	20,6	14,5	16,6	20,0
Aprovados em Moeda Estrangeira	9,6	2,2	7,7	-	8,3	29,3	37,4	2,9	43,2	47,5	15,2	13,6
Fundos Específicos												
De Reaparelhamento Econômico	1,9	9,8	7,1	7,9	26,4	20,3	14,2	18,3	28,2	19,0		
FIPEME/POC e Repasse a Agentes Financeiros	-	4,0	-	7,4	3,4	10,3	12,5	26,6	13,2	8,1	11,3	
FINAME	6,1	9,3	10,3	9,7	7,8	6,1	5,9	8,9	13,2	4,7	10,6	13,8
<u>Banco do Brasil</u>												
Empréstimos Totais para Indústria	-	-	-	-	-	-	16,5	23,6	30,0	17,1	25,2	24,9
Empréstimo para Investimentos Industriais	-	-	-	-	-	-	15,1	49,3	42,3	46,1	39,0	40,6

FONTE: BNDE - Relatório de Atividades, diversos anos

Banco do Brasil S/A - Estatísticas de Créditos Concedidos 1971/1976

Ver JATOBA, Jorge & REDWOOD III. John. Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Industrial. In UFPE/IPEA/SUDENE. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. Volume 2. SUDENE. Recife, 1984. págs. 93 a 117.

desempenhado pela Bahia, como área para a qual estavam voltadas parte significativa dos financiamentos, notadamente aqueles em moeda estrangeiras. Os segmentos privilegiados no Nordeste, pela referida instituição financeira, foram a química e a petroquímica, metais não-ferrosos e fertilizantes.

Quanto aos recursos financeiros do Banco do Brasil deve-se acrescentar que houve a partir de 1972, em relação a 1971, um aumento de participação do Nordeste, sobretudo no que se refere ao financiamento para investimento na indústria. Vale registrar que neste período parte significativa dos recursos do referido banco estavam voltados para as indústrias tradicionais, notadamente a de produtos alimentares. Neste particular, no caso nordestino, foi privilegiado nos investimentos industriais o Estado de Pernambuco e, neste, a indústria açucareira.

Não se deve esquecer, no caso, as transformações mais gerais pelas quais passava o sistema financeiro nacional, através das reformas comandadas por Roberto Campos e Otávio Bulhões, que permitiram, inclusive, aos bancos instalados no país tomar empréstimos a bancos estrangeiros e repassá-los para os aplicadores internos que não tinham possibilidades de acesso às praças financeiras internacionais^(43). Agregue-se a isto o desenvolvimento acelerado do euromercado e o crescente apelo dos "governos revolucionários" pós-1964 à entrada no país do capital estrangeiro, de risco e empréstimo, sobretudo este último.

É importante assinalar, ainda, que o próprio Banco do Nordeste do Brasil (BNB) iniciou, à época, uma política mais agressiva de captação de recursos, inclusive externos nos moldes da Resolução 63, sobretudo a partir da criação de um departamento de operações internacionais. Nesta mobilização vale destacar os chamados recursos especiais (Proterra, Funagri, recursos adicionais da SEPLAN), os recursos internos (BNH, Caixa Econômica Federal e sobretudo BNDES através do Programa de Operações Conjuntas e do FINAME) e recursos externos (Banco Interamericano, Banco Mundial e bancos privados do exterior). Esta política, conforme registro de relatórios anuais, trouxe repercussões negati-

(43) TAVARES, Maria da Conceição & ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto para o Caos. Jorge Zahar Ed., Rio, 1985, pp. 19, 20 e 21.

vas para o Banco que passou a contar cada vez mais com recursos para repasses ou financiamentos fornecidos por outras instituições, que se traduziu no crescimento acelerado dos encargos financeiros, a ritmo bem mais intenso que os custos administrativos. Era justamente esta distorção que o I Plano Quinquenal do Banco, procurava, entre outras, corrigir; isto, no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento^(44).

É evidente que por trás dessa solução ao impasse que fora criado com a "pulverização" dos incentivos existiam fortes razões que possibilitaram a continuidade da expansão industrial do Nordeste, a taxas significativas, como se destacou anteriormente. Entre elas situam aqueles fatores de indução à localização da indústria do Nordeste, declarados pelos industriais em pesquisa realizada pela SUDENE/BNB já em 1977. Na tabela 22 estão assinalados os percentuais das respostas, segundo os fatores de localização sugeridos no questionário da referida pesquisa. Dois deles se destacam dos demais: (i) os incentivos fiscais como o principal elemento indutor da localização no Nordeste, pelas razões referidas, notadamente pelo significado do subsídio concedido e suas repercussões sobre a remuneração do capital próprio; (ii) e a disponibilidade de matéria-prima na região. Quanto aos incentivos, esse percentual mais alto, registrado na referida ta-

(44) BNB. Relatório, 1975. BNB. Fortaleza, 1976, p. 83. À mesma página é assinalado: "A menos que se venham criar, no futuro, fundos especiais administrados diretamente pelo BNB, para atender ao crédito rural, industrial e de infra-estrutura, a tendência dos custos financeiros será a de elevar sua participação nos dispêndios gerais do Banco para níveis superiores aos atuais 44% (contra 39% em 1974)". No I Plano Quinquenal do BNB, elaborado como subsídio ao II PND, é feita referência aos depósitos do 34/18 que chegaram a representar 64,7% dos recursos do Banco em 1966, e em 1973 somente alcançavam 26,7%. Isto, segundo o referido documento, significava que o Banco "deixou de ser ... uma instituição financeira federal que dispunha de recursos especiais de longo prazo e baixo custo ... para atuar mais como uma instituição repassadora de fundos específicos; à base de convênios com outros bancos nacionais como o BNH, o BNDE, a Caixa Econômica Federal e o próprio Banco Central". BNB. I Plano Quinquenal do BNB (1975/79). BNB. Fortaleza, 1974, pp. 6 e 7. A adaptação aos novos tempos, visando a continuidade da política regional exigiu mudanças importantes na composição das fontes e na transformação do modo de atuação das instituições, entre elas o BNB.

bela, é confirmado por levantamento adicional da pesquisa industrial que revela que 64,8% das empresas que representa 60% dos investimentos fixos, não se instalariam no Nordeste se não existissem os incentivos. Isso ressalta, ainda mais, a importância estratégica do esforço que foi desenvolvido na substituição das fontes de financiamentos do investimento e nas mudanças que tiveram que ser feitas nos incentivos, inclusive a criação do FINOR, para a continuidade do crescimento industrial do Nordeste e para a montagem da "nova indústria" regional. Observe-se na tabela 22 o peso maior dos incentivos (em confronto com o conjunto de empresas) com relação às empresas líderes e no tocante àquelas voltadas para a produção de bens intermediários e, principalmente, para a produção de bens duráveis e de capital.

No que se refere à disponibilidade de matéria-prima, que aparece na concepção dos empresários como o segundo indutor da localização no Nordeste, o que vale destacar é que sua presença é marcante, como era de se esperar, na indústria de bens não-duráveis de consumo, tradicionalmente existente no Nordeste, e no segmento de bens intermediários. Neste último caso, a análise segundo os ramos industriais revela que no tocante aos investimentos fixos, cerca de 55,8% da indústria de minerais não metálicos foram induzidos por este fator, 33,3% da borracha e 49,9% da química. Além disso, 63,6% dos investimentos da indústria extrativa mineral tiveram sua localização fortemente influenciada pelo referido fator.

No exame que se fez, anteriormente, do processo de articulação comercial ficou patente, desde a fase da "industrialização restringida" que a estrutura produtiva industrial do Nordeste passa a ser soldada em função dos requisitos da industrialização nacional e do seu desenvolvimento econômico geral, no sentido da produção de bens intermediários. Assim, foram constatadas taxas anuais significativas de crescimento desse segmento produtivo no decorrer dessa articulação, de acordo com estimativas feitas por Wilson Cano: 9,5% em 1939/49; 5,1% no período 1949/59 e 6,6% em 1959/70. Entre 1970 e 1975 o segmento de bens intermediários expandiu-se a 21% ao ano, no Nordeste⁽⁴⁵⁾. É

(45) Para o período 1939 a 1970 ver CANO, Wilson. Desequilíbrios ..., op. cit., p. 86. Para 1970/75 ver GUIMARÃES NETO, Leonardo. Notas sobre Emprego e Indústria no Nordeste. In Revista Econômica do Nordeste, nº 3, vol. 15, Fortaleza, julho/setembro de 1984.

Tabela 22 - Nordeste: Principais Fatores Locacionais Segundo Número de Empresas e Valor do Investimento Fixo - 1977 (Em %)

Fatores	Conjunto das empresas		Empresas Líderes		Segundo Destinação da Produção					
	Nº de Empre-sas	Investi-mento Fixo	Nº de Empre-sas	Investi-mento Fixo	Consumo Não Du-rável		Intermediário		Consumo Durável e Capital	
					Nº de Empresas	Invest. Fixo	Nº de Empresas	Invest. Fixo	Nº de Empresas	Invest. Fixo
Incentivos Fiscais	47,2	45,3	54,8	63,8	38,8	42,6	50,2	43,4	73,1	84,5
Matéria-Prima	21,8	36,8	19,1	25,2	26,4	26,8	20,5	42,1	1,5	0,6
Mercado	5,8	2,0	3,6	2,0	5,9	3,6	6,4	1,4	4,5	3,7
Mão-de-Obra	1,1	0,3	2,4	0,3	1,5	0,5	1,1	0,2	-	-
Empresário Nordes-tino	19,7	8,6	15,5	6,0	23,4	22,2	17,3	4,7	17,9	9,4
Outros	4,4	7,0	4,8	2,8	4,0	4,3	4,6	8,2	3,0	1,8

FONTE: Pesquisa Industrial SUDENE/BNB.

Notas: 1/ Ver MAGALHÃES, Antonio da Rocha. Industrialização ... op.cit. págs. 66, 71 e 72.

2/ Por empresas líderes entendam-se as quatro primeiras de cada gênero, segundo a importância das vendas.

óbvio que essa exigência e esse atrelamento econômico e técnico que passa a existir entre as estruturas produtivas regionais, e que continua à medida que prossegue o desenvolvimento das forças produtivas do país, com a industrialização avançada para padrões mais complexos, teria que ocorrer de modo compatível entre as regiões no sentido de que a região mais atrasada e os segmentos retardatários teriam de acompanhar a intensidade do processo e a modernização de atividades verificadas nos núcleos dinâmicos. É assim que já no início da década de 50 é implantada, através do Estado, uma unidade de refinação de petróleo que, no final da primeira metade da década já tem planos de duplicação^(46). É por esta razão que, posteriormente, na fase da indústria pesada, e após a retomada da economia no final da década de 60, começam a ser elaborados os planos e projetos dos polos e complexos industriais que vão dar uma característica marcante ao desenvolvimento industrial do Nordeste nos anos 70^(47).

Tal processo é análogo ao que assinalava Marx a respeito do desenvolvimento das forças produtivas com a maquinaria e a grande indústria: "O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona o seu revolucionamento nas outras.

(46) DRAIBE, Sônia. Rumos ..., op. cit., p. 185.

(47) "Depois de uma fase inicial de crescimento relativamente lento, tanto o consumo quanto a produção doméstica de produtos petroquímicos primários e finais passam a experimentar uma rápida e continuada aceleração no período 1965/75. No curso desses anos, o consumo de matérias-primas petroquímicas cresce a altas taxas anuais (17,2% para as olefinas, 12,7% para as aromáticas); nas suas formas finais de consumo, os termoplásticos crescem a 19,2%, as fibras a 20,8% e os elastômeros a 10,8% (taxas anuais) durante o mesmo período. No final do período (1975) as importações brasileiras de produtos petroquímicos e a despeito do aumento da produção doméstica, representavam cerca de 400 milhões de dólares. Foi a previsão dessa demanda ... que constitui a motivação inicial básica para que fosse programado o que viria a ser denominada na terminologia inicial como o II Polo Petroquímico do país ...". MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. A Problemática dos "Polos de Desenvolvimento" e a Experiência de Camacari. CNRS, Paris, 1981 (mimeo), p. 42.

Isto é válido primeiro para os ramos das indústrias que estão isolados pela divisão social do trabalho, de forma que cada um deles produz uma mercadoria autônoma, mas que, mesmo assim, se entrelaçam como fase de um processo global" (48). De fato, articulando-se através do desenvolvimento da atividade econômica a partir dos seus próprios meios, a indústria localizada no Nordeste, notadamente a de bens intermediários, teve que se "atualizar" em relação à fase da industrialização vivida pelo país, inicialmente por intermédio de recursos governamentais, posteriormente com a transferência do capital produtivo extra-regional no qual a presença do Estado se fez não só através dos investimentos diretos como dos fortes e generosos subsídios concedidos ao capital privado. Esse conjunto de razões não podem ser deixadas de lado quando se pretende entender a continuidade da expansão industrial pós-crise 1961/67 e os fatores estruturais que passam a prevalecer em seguida aos motivos meramente conjunturais assinados por Raimundo Moreira. A complementaridade que passa a existir entre o Nordeste e as regiões mais industrializadas deve ser entendida não só em termos da característica física dos bens ou insumos que passam a ser produzidos regionalmente para atender uma demanda extra-regional, mas tal complementaridade envolve adequação de processo produtivos às exigências da demanda nacional, além de níveis de produtividade, escalas de produção, ou quantidades produzidas e preços compatíveis com os requisitos do mercado nacional. É em decorrência de tais requisitos que a transferência do capital produtivo, na direção do Nordeste, se fez necessário e, ademais, que um dos aspectos da "homogeneização" se manifesta. Um dos trabalhos que primeiro ressaltou a complementaridade e dependência significativa da indústria do Nordeste em relação à do Sudeste foi de Tânia Bacelar. Nele, a partir dos dados da pesquisa da SUDENE/BNB, é ressaltada a função que a região passa a adotar a partir da década de 70 de produtora de insumos industriais (49).

(48) MARX, Karl. O Capital ..., op. cit., v. 1, tomo 2, p. 15.

(49) ARAÚJO, Tânia Bacelar de. La Division ..., op. cit., pp. 233 e 243. Ver também ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste: Intenção e Resultados. In Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. Anais Fórum Nordeste. Recife, 1981.

Com relação aos demais fatores locacionais explicitados no questionário da pesquisa — inclusive o de mão-de-obra barata e da conquista do mercado nordestino — é bem menor a importância relativa, salvo para o item referente ao fato de o investimento no Nordeste decorrer da razão da residência do grupo econômico na região: 19,7% do número de empresas e 8,6% do investimento fixo.

Estão ausentes do questionário vários determinantes da localização da atividade econômica inclusive, segundo ressaltava Antonio Rocha Magalhães^(50), aqueles fatores associados à economia de aglomeração. Além do mais, deve-se levar em conta não só que se trata de um questionário com opções de respostas já definidas, como de razões declaradas de empresários que não necessariamente abarcam a complexidade dos processos que estão por trás de sua decisão de investir.

Na análise que fez a respeito do papel do 34/18 na integração regional, na qual reconhece, embora sem aprofundar, uma razão conjuntural e estrutural^(51), Francisco de Oliveira ao assinalar a pré-condição para a "penetração monopolista" nas margens do sistema, representada tal pré-condição pela elevação da taxa de lucro possibilitada pelos incentivos, destaca uma razão maior desse movimento constituída não só pela exploração de recursos naturais da região — constante da declaração dos empresários, sob a denominação genérica de matéria-prima — como a "preservação e consolidação de posições no mercado nacional" (sublinhado por F. de Oliveira). Com isto o que ele pretende assinalar é que, valendo-se das vantagens existentes, inclusive a possibilidade de obter taxas de lucro mais altas na "periferia", o capital monopolista e oligopolista põe em prática sua conhecida estratégia de avançar na frente da demanda e de trabalhar com uma margem de capacidade ociosa planejada, investindo numa área específica e no contexto de um mercado integrado nacionalmente. Não se trata pois de um esforço no sentido de conquista de um mercado regional — o que é coerente com a resposta dada ao questionário de pesquisa da SUDENE/BNB — mas de, fixando a sua base numa área que criava condições excepcionais de rentabilidade, garantir po-

(50) MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Industrialização ...*, *op. cit.*, p. 65.

(51) OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia ...*, *op. cit.*, pp. 72 a 75.

sições monopolista ou oligopolista já conquistadas anteriormente.

Na discussão da continuidade, ou não, do processo de integração inter-regional ou da "homogeneização" dos espaços nacionais, uma questão, referida tanto por Raimundo Moreira como por Francisco de Oliveira, diz respeito à existência de potencial de acumulação na economia no momento de desaceleração (1961/67), negada por Moreira e confirmada por Oliveira^(52). A análise feita por Conceição Tavares é bem esclarecedora a este respeito. Em primeiro lugar, ao ressaltar a heterogeneidade da estrutura produtiva e o caráter oligopólico que passa a intensificar-se a partir de então, revela, a referida economista, não só a presença de um comportamento diferenciado das unidades produtivas, mas a capacidade de manutenção ou de aumento das taxas de lucros, de algumas delas, mesmo num contexto de declínio e desaceleração da economia. Assim, chama a atenção para a indústria de bens de consumo não duráveis quando a desaceleração vai alcançar as empresas de forma diferenciada, levando a uma concentração do capital e do mercado, e a uma estratégia de diferenciação do produto que privilegia a posição da grande unidade produtiva, sobretudo estrangeira^(53).

No entanto, o que é conveniente ressaltar é que, segundo Conceição Tavares, a presença de grande potencial de acumulação não se limita a segmentos específicos da indústria, mas constitui um outro lado das dificuldades pelas quais passava a economia brasileira, vinculadas, fundamentalmente, ao efeito desacelerador — associado à conclusão do conjunto de investimentos e do atendimento da faixa de demanda contida pelas importações — e à desproporção, numa perspectiva dinâmica, entre "a estrutura da

(52) MOREIRA, Raimundo. Una Política ..., op. cit., p. 85 e OLIVEIRA, Francisco. A Economia ..., op. cit., p. 60.

(53) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital ..., op. cit., p. 144.

demanda e a capacidade de produção sub-utilizada"(54).

Na explicação que dá do aumento do potencial de acumulação das empresas Conceição Tavares assinala, também, o fato de que ocorreu um significativo aumento da produtividade econômica, tanto em razão da "atualização" dos rendimentos de escala, como pelo aumento das economias externas e de aglomeração; além disso, tal aumento de produtividade não se transfere nem aos preços nem aos salários e, em relação a estes últimos, dá-se um gradativo afastamento em relação à produtividade. Esse aumento da margem bruta de lucro, passa de fato a se constituir um problema no momento em que se dá a estabilização da taxa de acumulação monopolista. De fato, como assinala a referida economista, o incremento da diferenciação entre a evolução dos lucros e dos salários que, naturalmente, deveria conduzir a um aumento dos investimentos produtivos, levam ao aumento dos lucros retidos nas unidades produtivas e às "aplicações patrimoniais dentro ou fora da indústria". Isto significa dizer que "se incrementa o potencial de acumulação mas esteriliza, uma vez que não aumenta a taxa real de investimento da indústria, nem se consegue pela via fiscal ou financeira, reorientar os excedentes para setores deficitários como o próprio Setor Público"(55).

A apresentação dessas referências, um tanto fragmentárias, retiradas da análise complexa e articulada de Conceição Tavares, tem a finalidade de mostrar que na fase da desaceleração os segmentos produtivos, que tinham uma significativa influência nos rumos da economia brasileira, viram aumentar suas margens brutas de lucro e suas poupanças internas, as quais, inclusive

(54) "Mas o problema da realização em termos dinâmicos pode ser encarado, ainda de um outro ângulo, que se refere ao fato de que, em meados da década (refere-se à de 60), o potencial da acumulação, isto é, as margens de lucro bruto global ou o "grau de monopólio" havia aumentado consideravelmente para o conjunto da indústria. Esta tendência juntamente com o aumento das margens de capacidade ociosa, para as grandes empresas que se expandem na frente da demanda, significa ainda maiores problemas de longo prazo. Não bastaria a manutenção da taxa real de acumulação e de crescimento, senão que esta deveria acelerar-se, para não produzir problema de insuficiência dinâmica da demanda global". TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital* ..., *op. cit.*, p. 165.

(55) TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital* ..., *op. cit.*, pp. 160, 167 e 168.

sem aplicação nos setores onde foram gerados, passam a desempenhar efeitos depressivos sobre a acumulação de capital produtivo. O cenário é completamente distinto daquele que apresentava a situação da economia brasileira como deprimida, com baixa taxa de lucro e a existência de um "débil nível de poupança". Tudo indica que não só estavam criadas, conjunturalmente, condições para a emigração inter-setorial ou inter-regional de capitais, mas tinha sido montada uma estrutura oligopólica dotada de mecanismos capazes de gerar aumentos substanciais de produtividade, que não são transferidos para os preços e salários (numa economia não competitiva em preços mas situada num contexto de mercado de trabalho fortemente competitivo) e, por isto mesmo com uma tendência intrínseca à sobreacumulação, por parte das grandes empresas, bem mais graves do que verificado nas "economias maduras" (56).

É neste contexto de desaceleração e de montagem dessa estrutura oligopólica com tendência a sobreacumulação que surgem e são aperfeiçoados os mecanismos de estímulos fiscais e financeiros vinculados à política de desenvolvimento regional. A explicação para a continuidade da expansão industrial do Nordeste, à base do aporte significativo do capital produtivo extra-regional, via capital produtivo, reside, pois no que se poderia chamar de duas pré-condições e dois conjuntos de determinantes do processo de transferência do capital produtivo. Entre as pré-condições destacam-se: (i) a maior rentabilidade do capital próprio que viesse a ser investido na indústria do Nordeste, face aos incentivos que o Estado, em suas diversas esferas, oferecia ao investidor; (ii) a presença, no país, de uma estrutura produtiva, montada na década de 50, na qual predominavam a concentração do capital e relações oligopólicas, com tendência à sobreacumulação ou alto potencial de acumulação. Entre os chamados determinantes do processo de transferência podem ser mencionados:

- a) a tentativa de preservação e de garantia das posições oligopolistas e monopolistas no mercado nacional; e
- b) a exploração de recursos naturais existentes no Nordeste na produção de bens intermediários que passam a ser exigidos pela economia nacional, notadamente a industrial.

(56) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital ..., op. cit., pp. 166 e 167.

Nem as alterações ocorridas na conjuntura da economia nacional e regional, nem as alterações verificadas nos instrumentos de política, mudaram o rumo e o sentido do processo de integração que passa a prevalecer, à base da emigração do capital produtivo.

Não obstante tratar-se de pontos que vão ser considerados posteriormente, é conveniente chamar a atenção para o fato de que essas pré-condições e determinantes aos quais está relacionada a emigração de capitais produtivos na direção do Nordeste, dizem respeito a um novo ciclo de expansão da economia brasileira, conhecido como "milagre econômico" e a sua sobrevida, garantida em grande parte pelo Estado que investe pesadamente, apesar dos sinais, a nível nacional e internacional, de entrada da economia brasileira e dos países centrais, no novo ciclo recessivo. Os condicionantes estruturais constituem manifestações do atrelamento que, no "milagre" e no "pós-milagre", passa a existir entre a economia nordestina e a estrutura industrial das regiões mais desenvolvidas.

3. Os Condicionantes Políticos e Institucionais

É evidente que o completo entendimento desse processo de integração, que se está discutindo, não se limita aos condicionantes econômicos, ligados à acumulação de capital e às exigências estritamente econômicas desse processo. Sua compreensão exige que se faça o exame das condições políticas e institucionais, mais diretamente associadas aos desdobramentos da luta de classe, aos movimentos políticos, à crise do Estado em suas relações com a produção e a apropriação da mais-valia e com os movimentos ascendentes e descendentes da economia.

Embora uma análise das condições ditas subjetivas desse complexo processo de integração inter-regional escape aos objetivos do presente estudo, não se pode deixar de mencionar alguns pontos que possam completar, mesmo sumariamente, o exame procedido anteriormente, ou ampliar a visão esquemática da análise meramente econômica dessa integração.

A explicitação dos referidos pontos deve iniciar-se pelos fatos que estão associados à emergência da questão regional e sua tradução em propostas de política econômica e social, no con-

texto de uma estrutura de poder e de um Estado que a partir de 1930 define uma tendência muito clara de centralização do processo decisório, no qual as oligarquias regionais — notadamente aquelas das regiões ou espaços que paulatinamente se definem como periféricos, no processo de articulação e integração inter-regional — passam a ser alijadas do poder. Isto se deu através da quebra da "autonomia" estadual que amparava o poder oligárquico, e na direção do movimento de constituição e consolidação de uma forma mais avançada do Estado Nacional, capitalista e burguês^(57). Os interesses básicos prevaletentes eram os dos grupos mais representativos da burguesia em ascensão, circumscrita aos limites da região que começava a, efetivamente, comandar a expansão da economia, a formação de uma estrutura econômica urbana e a constituição do mercado interno nacional.

É na década de 50 que a questão regional se faz mais presente, através das mais distintas manifestações que vão (i) desde a criação de entidades públicas que pouco a pouco vão incorporando, à questão regional, novas dimensões tanto na compreensão das raízes da sua problemática, como no encaminhamento de soluções, anteriormente restritas ao combate simplório às secas; (ii) até a mobilização de segmentos diferenciados da sociedade civil que passaram a discutir e propor medidas concretas para o desenvolvimento regional ou para a "salvação do Nordeste": Igreja, sindicatos dos trabalhadores rurais, grupos empresariais da região ou não, políticos e técnicos ligados ao aparelho do Estado. No entanto, o que se deve considerar é que a emergência da questão regional para o nível da discussão política é parte de um movimento reivindicativo muito mais amplo que passa a ter sua manifestação mais evidente, já no início dos anos 60, nas propostas das reformas de base, que tentam incorporar ao "nacional-desenvolvimentismo" reinante, e em início de crise, questões associadas ao problema agrário, financeiro, educacional, do controle do capital estrangeiro, da distribuição de renda^(58).

(57) DRAIBE, Sônia. Rumos ..., op. cit., p. 60.

(58) CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 3º. Difel, São Paulo, 1981, pp. 128, 129, 189, 190.

Tal movimento, com raízes fincadas nas lutas que têm uma longa história na política brasileira, surge quando as articulações políticas dão uma tônica populista ao governo instalado, como o de Vargas na primeira metade dos anos 50. Desaparece quando as alianças substituem as reformas e a questão social pela marcha da produção e o desenvolvimentismo, e, finalmente, ressurgem quando se esgota o "modelo" econômico com seu suporte político, entra em crise o Estado e se busca uma redefinição do quadro político com a substituição das bandeiras do desenvolvimentismo (59).

A "ambigüidade" da proposta de desenvolvimento regional, consubstanciada no documento "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste" decorre, numa primeira instância, da tentativa de incorporar, em seus pressupostos e objetivos, as duas formulações mais consistentes, à época, e que se traduziam em propostas dos grupos políticos que pretendiam alterar o estado de coisas, seja pela modernização ou industrialização da região, seja por alterações profundas na organização social e política. De um lado existia a vertente do desenvolvimento sustentado na industrialização, na modernização e ampliação da infra-estrutura, bem como na modernização da agricultura; do outro lado a vertente das reformas que pretendia a ampliação da intervenção do Estado na economia, através do planejamento e do crescimento do setor produtivo estatal, e na alteração das relações de produção sobretudo no campo através da reforma agrária. A proposta de política de desenvolvimento regional que nasceu com a SUDENE é simultaneamente: (i) desenvolvimentista e industrializante, e (ii) reformista quando propõe alterações na organização produtiva das áreas e vales úmidos e a colonização dirigida nas frentes pioneiras. No entanto vale ressaltar que seu reformismo incorpora uma concepção muito difundida das reformas, sobretudo a agrária, consideradas como pré-condições para o desenvolvimento econômico e a modernização da atividade produtiva ou principalmente o desenvolvimento industrial, na visão do GTDN. Não se está distorcendo o que é exposto no relatório do referido grupo de trabalho, assinalar a existência de uma hierarquia bem definida entre

(59) Para indicações sobre a crise do Estado após a implantação da "indústria pesada", ver DRAIBE, Sônia. Rumos ..., op. cit., pp. 256 a 258.

os quatro grandes objetivos da sua formulação^(60). De fato, enquanto o objetivo de organização da economia do semi-árido e o da constituição de um centro autônomo de produção manufatureira se constituem os objetivos-fim, o de reformulação da economia das áreas úmidas e da colonização dirigida das áreas pioneiras são objetivos-meio, imprescindíveis à realização dos anteriores, principalmente em função da oferta de alimentos para os centros urbanos e da geração de empregos produtivos necessários sobretudo à população excedente do semi-árido, que deveria passar por profundas transformações nos seus processos de trabalho, inclusive com a substituição da produção tradicional de alimentos.

Mas a "ambigüidade" da proposta do GTDN, em última instância, está associada à heterogeneidade das forças que estavam presentes na luta política e que, entre os anos finais da década de 50 e o final da primeira metade da década de 60, não conseguiram constituir um bloco hegemônico capaz de redefinir uma proposta coerente e exeqüível de estratégia econômica e social, capaz de atender as múltiplas demandas sociais e políticas para o conjunto da sociedade. Neste conjunto de forças, na sua expressão no Nordeste, destacam-se a Igreja e seu engajamento sobretudo no tocante à reforma agrária; as oligarquias regionais e sua virulenta reação às reformas e mesmo à modernização da economia regional; os grupos econômicos que se vinculavam à exigência de um tratamento diferencial para a região e, sustentando a bandeira da industrialização, criticavam a ação centralizadora da União; as ligas camponesas com suas reivindicações por terras, melhores condições de vida e de trabalho, às quais eram atribuídas uma dimensão revolucionárias que repercutia inclusive internacionalmen-

(60) Entre os objetivos básicos da proposta do GTDN destacam-se: "a) intensificação dos investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de produção manufatureira; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vista a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada; c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistentes ao impacto das secas; e d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida" GTDN. Uma Política de Desenvolvimento ..., op. cit., p. 14

te; os empresários do Sudeste particularmente de São Paulo, cujo interesse centrava na potencialidade da região, na consolidação do mercado interno, no temor de uma desagregação social e nacional; e, finalmente, o governo americano e a Aliança para o Progresso, pelo temor de repetição da experiência cubana, na América Latina através de emergência de grupos revolucionários no meio rural do Nordeste^(61).

Neste espectro heterogêneo de forças políticas, a estratégia regional que toma corpo se constitui uma espécie de terceira via, situada entre duas propostas antagônicas: (i) a conservadora, de manutenção do status-quo e do privilégio das oligarquias regionais, com uma atuação tradicional do Estado através do aumento dos seus gastos e o desenvolvimento de programas assistenciais ou voltados para o reforço dos proprietários rurais e (ii) a reformista, centrada na solução da questão agrária, já descrita. Nos termos da análise de Aspásia Camargo, a proposta da SUDENE se constitui uma "solução moderada" — no contexto de uma politização e radicalização da questão agrária — que cristalizava e reforçava disposições reformistas, também moderadas, e resultantes de uma mobilização que deu lugar à chamada Operação Nordeste, que vem a se constituir a 31ª meta da administração de Juscelino. Na referida análise não passam despercebidos alguns pontos essenciais dessa estratégia de desenvolvimento regional:

- a) de um lado a transfiguração da questão agrária, que "pareceria ter sido amortecida", na questão regional que a torna "digerível pelo sistema institucional e uma ampla gama de forças políticas"^(62);

(61) Ver, a respeito desse conjunto heterogêneo de forças políticas, CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão ..., op. cit., pp. 160 a 168. Ver também COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. Edit. Perspectiva, 2ª edição, São Paulo, 1978, pp. 81 a 110. Em trabalho elaborado em 1964 Octávio Ianni ressaltava já a diversidade do conjunto de grupos e classes que se interrelacionavam no momento de definição da política regional de desenvolvimento e da criação da SUDENE: IANNI, Octávio. As Ligas Camponesas e a Criação da SUDENE. In Origens Agrárias do Estado Brasileiro. Brasiliense. São Paulo, 1984, pp. 209, 219 e 220. Consultar ainda HIRSCHMAN, Albert. Política Econômica ..., op. cit., pp. 97 a 111.

(62) CAMARGO, Aspásia Alcântara. A Questão ..., op. cit., p. 166.

b) de outro lado, não obstante a política regional de desenvolvimento, a ser implantada através da SUDENE, represente, no plano político, um "avanço dos moderados", não se deve descartar que no plano ideológico tem lugar o aparecimento de uma ampla frente de debate" que se generaliza, tornando diversos segmentos da sociedade mais sensíveis a uma mobilização camponesa crescente" (63).

Na percepção acurada de Aspásia Camargo, com a proposta de desenvolvimento regional e com a SUDENE surge, na visão coletiva do país, os focos de miséria "até então mascarados pela miopia coletiva do país e pelo tradicionalismo ideológico" que ou reduzia o inconformismo das classes subalternas a uma questão política ou identificava suas causas à ignorância, ao atraso ou indolência que no longo prazo, mediante políticas sociais de saúde, educação, dotação de infra-estrutura econômica e difusão tecnológica, inclusive na agricultura, seriam efetivamente superadas. Duas citações extraídas do texto da referida autora resumem o papel da SUDENE e o contexto no qual se insere:

"A nova conjuntura reorienta a percepção social, e a sociedade modernizante do Centro-Sul assume a parcela de responsabilidade que lhe cabe na convivência com as desigualdades que comprometem uma auto-imagem otimista, contagiada pela crença da afirmação nacional. O Nordeste, e, dentro dele, o campesinato passam a compor uma "situação de emergência" que pode e deve ser corrigida pelos governos e pelos homens sob pena de pôr, em risco a ordem democrática, a estabilidade política arduamente conquistada, e, até mesmo, como sugere Celso Furtado, a integridade física do território nacional. E não apenas a opinião pública brasileira a ser sensibilizada por estes problemas. Também nos Estados Unidos, que se preparavam para reformular os rumos da sua política exterior, até então condicionadas pe

(63) CAMARGO, Aspásia Alcântara. / Questão ..., op. cit., p. 167.

la Guerra Fria, a Imprensa e os meios de comunicação trataram de denunciar a situação existente, abrindo caminho à cooperação e a ajuda externa que sustaria incontrolláveis ímpetus de mudanças nos rastros de Cuba".

"Uma nova mentalidade emerge à cena política com a tomada de consciência que se delineia no final do período juscelinista, favorável a amplas reformas de estruturas ..."

"A discussão política em termos do projeto SUDENE, muito contribuiu para consolidar, em termos do centro, amplas áreas de consenso reformista" (64).

No entanto, este, sem dúvida, generoso projeto, vai ter trajetória muito complexa e sinuosa, e passar por vários "filtros" antes de se ajustar ao bloco hegemônico que no final de contas o encampa, como de seu interesse, e define sua viabilidade. Um primeiro ajustamento está afeto à luta travada no interior dos próprios grupos que estavam unidos quando da elaboração do projeto e da criação do órgão que se responsabilizaria por sua implantação: a SUDENE. A luta interna no seu próprio Conselho Deliberativo, quando da tentativa de concretização do projeto de liberação de terras da Zona da Mata para a produção de alimentos, revelou a cisão entre o grupo reformista componente do corpo técnico do órgão e os governadores que constituíam o Conselho Deliberativo da SUDENE, mesmo aqueles defensores de uma política modernizante e que tiveram papel relevante na criação da SUDENE. Acrescente-se a isto os reflexos da luta anterior verificado no próprio Congresso Nacional, quando o projeto da lei do I Plano Diretor sofreu um longo atraso antes de ser aprovado, em razão do bloqueio dos segmentos conservadores da própria região. Estes e outros acontecimentos e pressões levam a SUDENE, antes mesmo do movimento militar de 1964, a procurar os caminhos de menor resistência que viriam a caracterizar seus primeiros planos diretores, centrados, sobretudo, no que se refere à sua efetiva implantação, nos investimentos de infra-estrutura econômica — básica-

(64) CAMARGO, Aspásia Alcântara. A Questão ..., op. cit., p. 167. (O grifo é meu).

mente transporte e energia elétrica — e na viabilidade da política de industrialização. As críticas dos segmentos reformistas e radicais estiveram presentes, à época, e tenderam a se acentuar à medida que se definia o impasse nas administrações que sucederam a Juscelino, com a radicalização das posições políticas^(65). A verdade é que face a situação que seguiu, de impasse e radicalização, o projeto SUDENE perde, em grande parte, sua tônica reformista, mesmo antes do rude golpe que viria a sofrer pós-64.

Uma terceira fase de ajustamento da política regional ocorre após o movimento militar de 1964. Na esteira do ímpeto reformista declarado de Castelo Branco nos seus primeiros anos de governo — que chega inclusive a aprovar o Estatuto da Terra —, é retomado, no âmbito da SUDENE, o propósito de racionalização da agroindústria do açúcar, através de um programa sob a responsabilidade de um grupo específico: o GERAN. Este, no entanto, sem meios efetivos para levar adiante seus propósitos e não obstante as tentativas de negociação com os usineiros, vê-se completamente esvaziado após a tentativa de seu fortalecimento através da lei do IV Plano Diretor, último plano regional a ser aprovado no Congresso Nacional, em 1968. A crise no interior do regime militar — que implicou no alijamento do poder da corrente política liderada por Albuquerque Lima e Euler Bentes, respectivamente Ministro do Interior e Superintendente da SUDENE — significou, no âmbito nacional, inclusive com a edição do AI-5, a "marcha acelerada no rumo do autoritarismo declarado"^(66) e, no Nordeste, a liquidação do planejamento regional — com os planos regionais transformados em meras colaborações para capítulos ou sub-capítulos específicos dos PDNs elaborados nos gabinetes de uma tecnocracia em ascensão e que começava a se constituir um poder subsidiário ao poder militar, extremamente retrógrado que se

(65) Já em 1961 Francisco Julião faz suas críticas à orientação que então tomavam os projetos de reforma agrária, citando nominalmente as medidas paliativas adotadas em São Paulo, com a revisão agrária de Carvalho Pinto, com os projetos pilotos de Cid Sampaio, em Pernambuco, ao lado das propostas da SUDENE, cujo plano, segundo o então líder das ligas camponesas, não encarava seriamente a questão agrária, "coisa que até a CEPAL havia feito". Ver CAMARGO, Aspásia Alcântara. A Questão ..., op. cit., p. 193.

(66) TAVARES, Maria da Conceição & ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto ..., op. cit., p. 25.

instalara com Médici — e de toda tônica reformista do projeto SUDENE. O desmantelamento dos movimentos sociais, inclusive com a morte de inúmeros líderes dos sindicatos e associações rurais dos trabalhadores, ao lado da retomada do crescimento da economia com o "milagre" econômico e seu poder de cooptação junto aos segmentos da classe média, inclusive da região, definem o caráter conservador dos programas regionais que passa a se concentrar em três linhas básicas:

- a) o subsídio e o repasse de recursos para os projetos industriais, que absorvem o montante maior dos recursos, além dos projetos agropecuários e de turismo;
- b) a implantação e a modernização da infra-estrutura econômica de transporte, energia e comunicação, com uma participação direta cada vez menor do órgão regional, à medida que se fortalecem, com a centralização dos recursos, os órgãos setoriais;
- c) a coordenação e transferência de recursos para projetos especiais (Polonordeste, Proterra, Projeto Sertanejo, etc.) que constituíam a tradução regional dos projetos de impacto que caracterizaram a administração e a prática do "anti-planejamento" dos governos de Médici e Geisel^(67).

Enfim, o que se deve ressaltar no exame sumário das condições subjetivas de implantação da política regional é que, de um amplo projeto caracterizado por diretrizes que abrangiam uma gama variada de programas, a proposta original vai sofrendo ajustamentos sucessivos, condicionados pelas alianças políticas que se vão formando na sua trajetória, e que, no final, implicam a tradução, a nível regional, do modelo nacional, excludente, voltado para o favorecimento do capital produtivo industrial e do grande proprietário rural. Nessa trajetória desponta um dispositivo de política econômica que forja sua viabilidade política nas diversas alianças, e que vai desempenhar papel relevante no processo de integração inter-regional no país e a partir da segunda metade da década de 60 conforme se assinalou. O sistema

(67) No fundo, mais recentemente, a partir da década de 70, são os itens a e c que caracterizam o conteúdo que, finalmente tomou o projeto SUDENE. Ver SUDENE. SUDENE. Vinte Anos ..., op. cit..

34/18 - FINOR, no seu longo caminho que vai desde a criação (1960), até o aperfeiçoamento (1960/65), crise e fragmentação (1968/75), reformulação (1975 em diante, como o FINOR) e busca de novas fontes de financiamento, não só se constitui, na experiência brasileira, um dos programas regionais de mais longa duração, como a correia transportadora, para usar uma expressão de Francisco de Oliveira, que levará o capital produtivo do Sudeste/Sul para o Nordeste, o qual desempenhará pelo menos parte da "nobre" missão que os industriais de São Paulo, qual modernos cruzados, se atribuem em relação aos "infiéis" residentes na região nordestina (68).

Ao mesmo tempo que o programa de expansão industrial do Nordeste, consubstanciado no sistema 34/18 - FINOR, vai viabilizando a emigração de capitais na direção da região, os grupos econômicos que se beneficiam neste processo vão, por sua vez, tornando viável e dando conformação ao projeto SUDENE, limitando, a partir da segunda metade da década de 60, às linhas básicas antes referidas. Isto evidentemente supõe um complexo entrelaçamento das condições objetivas e subjetivas, que não pode ser aqui desenvolvido, restando, no âmbito do presente trabalho apenas sua descrição e o destaque dos pontos considerados de maior relevância em cada uma delas. É desse entrelaçamento e da integração do Nordeste à economia nacional que vão resultar o dinamismo e transformações profundas na economia regional nas décadas de 60 e 70, acentuando a heterogeneidade interna do aparelho produtivo e do mercado de trabalho. São esses aspectos que constituem o objeto de exame do capítulo que segue.

(68) "O que nos leva ao Nordeste é o espírito de bandeirar, colocando à disposição dos irmãos nordestinos o patrimônio de São Paulo, suas manifestações tecnológicas, educacionais e espirituais". FIESP-CIESP. São Paulo e a Economia Nordestina. Serviços de Publicações. In Coleção o "Pensamento da Indústria" nº 7, 1957, p. 12. Segundo citação de CORN, Amélia. Crise Regional ..., op. cit., p. 101. Vale notar que a exigência dos novos tempos substitui as indulgências plenárias atribuídas aos cruzados, que lhes facilitaria a entrada do paraíso, pela garantia de uma acumulação, a nível muito atrativo de rentabilidade do capital próprio.

**CAPÍTULO IV: INTEGRAÇÃO REGIONAL: AS TRANSFORMAÇÕES E OS IMPACTOS
SOBRE O NORDESTE**

IV. INTEGRAÇÃO REGIONAL: AS TRANSFORMAÇÕES E OS IMPACTOS SOBRE O NORDESTE

Como se assinalou em capítulos anteriores, é com a integração entre as regiões através da exportação de capitais produtivos na direção da "periferia" que as transformações nas áreas menos desenvolvidas ocorrem mais aceleradamente e com maior profundidade. Ampliaram-se com este processo os limites do potencial de acumulação da própria região; limites que antes restringia a formação de capital e a incorporação do progresso técnico. Além disso, estão embutidos, em tese, nessa transferência de capital, originário das regiões mais industrializadas, novos processos produtivos, novas relações de trabalho e um novo tipo de articulação e de relações entre as regiões e entre as diversas frações do capital no interior da área que o recebe. Não se deve esquecer que a entrada de capital produtivo pode significar, também, para a região receptora, um acirramento da competição, sobretudo a nível regional, mas também no âmbito do país, desde que se leve em conta que parte importante das unidades de produção estava voltada para o mercado nacional.

É relevante considerar na análise da intensidade e profundidade dessas transformações, o fato de que, no caso brasileiro pós-1950, está-se vivendo um período de intensa oligopolização da economia brasileira, o que potencializa tais transformações, uma vez que se trata, na maioria dos casos, de transferência, na direção do Nordeste, de grandes frações de capital ou de grandes empresas — relativamente ao mercado regional e nacional — não só capazes de ocupar, de uma só vez, significativos espaços no mercado regional e brasileiro, como de serem capazes de absorver os mais avançados processos produtivos, notadamente os de maior intensidade de capital. Tratava-se, portanto, em termos simplificados, da emergência — numa economia regional na qual predominavam a pequena e média unidade de produção e segmentos tradicionais — de grandes unidades de produção, portadores de modernos processos de trabalho.

Retomando a questão do limite imposto pelo próprio potencial de acumulação da região "periférica" à intensidade das transformações, o que se deve assinalar é que, na fase da inte-

gração econômica via capital produtivo, tais limites são significativamente ampliados. As mudanças que passam a ocorrer têm sua intensidade e profundidade ditadas, agora, pelos interesses do capital extra-regional e não pelas reduzidas possibilidades do capital local. Isto está bem presente em uma análise recente de Celso Furtado, a respeito do Nordeste, quando indaga, com certa perplexidade, a respeito do modo como o Nordeste pôde modernizar-se com a intensidade ocorrida nas últimas décadas. Entre outras observações de sua resposta cabe registrar a que segue:

"Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização — e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno face às exigências de tecnologia moderna — no Nordeste são contornadas graças à integração industrial como o Centro-Sul" (1).

Quanto às novas relações de que é portador o capital produtivo, o exame não deve limitar-se aos processos de produção ou às relações de trabalho que são alteradas a partir de sua presença na região. Na verdade mudam significativamente as relações que as unidades produtivas estabelecem, umas com as outras internamente, sobretudo com a entrada em cena da grande empresa; mudam as relações comerciais e suas formas. No que refere ao primeiro caso, Palloix, em trabalho do início da década de 70 chamava a atenção para o fato de que, por conta da estandardização, do processo produtivo a nível internacional e nacional, rompia-se a ligação entre os ramos industriais específicos e a "rede industrial regional". Neste particular, os processos produtivos conduziam "as relações inter-industriais para a escala nacional e internacional", através de "novas relações qualitativas de trocas exteriores". As indústrias ou ramos considerados, tradicionalmente, como "motoras" já não exercem essa função dada as características assinaladas do seu processo produtivo (2). No caso nordestino, embora esse tema mereça um exame mais detido,

(1) FURTADO, Celso. O Brasil Pós-"Milagre". Paz e Terra. Rio. 1981, p.122.

(2) PALLOIX, Christien. As Firms Multinacionais... op. cit., pp. 71, 72 e 73.

ocorreu algo semelhante ao assinalado por Palloix, no tocante à nova indústria têxtil que, após o intenso processo de modernização ocorrido na década de 60 e 70, passa a orientar parte do seu consumo de matérias-primas e insumos para a oferta proveniente de outras áreas. Além disso, no seu conjunto, a "nova indústria" nordestina estabelece de fato uma "rede de relações" que passa a privilegiar as ligações com fornecedores extra-regionais de insumos, vinculando-se, por vezes, muito mais com atividades econômicas de fora da região do que com a estrutura produtiva nordestina. Este ponto será retomado posteriormente^(3).

No entanto, além desses aspectos, é importante lembrar que as formas que passam a existir de relações de compra e venda no comércio inter-regional são distintas daquelas prevalecentes nas fases anteriores à integração econômica, quando empresas localizadas em regiões distintas buscavam mercados extra-regionais. Os dados da pesquisa industrial patrocinada pela SUDENE e Banco do Nordeste não só mostraram — como se fez referência e se retomará adiante — a forte vinculação da "nova indústria" com o comércio extra-regional, como o fato de parte relevante do seu capital social ter origem fora do Nordeste. Além disso, mais importante ainda, é o fato, também registrado pela referida pesquisa, de um significativo percentual de empresas industriais, aqui instaladas a partir dos incentivos, possuírem unidades fabris do grupo no mesmo ramo. De fato 38% das empresas que respondiam por 51% do emprego na "nova indústria" — o que implica os de maior porte — afirmaram estar na referida condição, destacando-se, entre elas, aquelas voltadas para a produção de matéria plástica (42,9% do número de empresa do gênero), química (44,7%), papel e papelão (48%), material de transporte (50%), material elétrico e de comunicações (43%), mecânica (47,4%) e produtos minerais não metálicos (48,4%). Registre-se ainda que o exame dessa vinculação, relacionada com as empresas líderes — assim definidas considerando-se as quatro maiores de cada gênero —, revelam não só que

(3) Angela Kageyama faz referência a desestruturação da produção nordestina de fibra provocada pela implementação das novas indústrias têxteis, que adotavam técnicas poupadoras de algodão, notadamente o de fibra longa, citando a tese de Marie do Livramento M. Clementino (O Maquinista de Algodão no Rio Grande do Norte e o Capital Comercial. Campinas. IFCH/UNICAMP - Dissertação de Mestrado - 1985). Ver KAGEYAMA, Angela A. Modernização... op. cit., pp.53,59

elas possuam congêneres atuando no mesmo ramo no país, como o fato de que estas últimas localizavam-se basicamente em São Paulo, Minas e Rio^(4).

Ora, o significado desta situação reside no fato de que as vendas extra-regionais para tais empresas devem obedecer muito mais a uma estratégia global que defina espaços específicos, no mercado nacional, para cada unidade integrante do grupo econômico, do que com uma competição inter-regional de empresas localizadas fora do Nordeste ou dentro dos seus limites. O mesmo se pode dizer de grupos econômicos com empresas complementares ou outro caso, registrado também pela pesquisa, de grupos econômicos associados para a implantação de determinada unidade produtiva no Nordeste. Enfim, através da integração inter-regional via capital produtivo, o mercado nacional se transforma, ou tenderá a se transformar, num enorme tabuleiro de xadrez no qual os grupos econômicos maiores, que são os jogadores, definem a posição das peças em ambos os lados, com estratégias e táticas que muito pouco têm a ver com luta ou competição entre regiões ou espaços diferenciados. Está-se muito mais próximo, nestes casos, da constituição de um sistema produtivo integrado e hierarquizado ou de uma inter-regionalização do espaço produtivo, de que de um sistema formado por espaços regionais diferenciados, apenas articulados comercialmente através da competição entre unidades produtivas regionais.

A integração econômica inter-regional, via capital produtivo, e as transformações que ocorrem como resultado desse processo, ao tempo em que modificam a estrutura produtiva regional e as relações com as economias das áreas mais industrializadas, repercutem profundamente na estrutura social, nas relações de produção e de emprego, e na evolução demográfica da região. Nesta fase, vieram à luz do dia "as malformações maiores de nosso desenvolvimento"^(5), ao lado da gritante heterogeneidade da estrutura social nordestina.

(4) MAGALHÃES, Antônio Rocha. Industrialização... op. cit., p. 134.

(5) "O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo. Aí se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento". FURTADO, Celso. O Brasil Pós-"Milagre". ... op. cit., p.119.

Esse conjunto de aspectos constituem manifestações de complexos processos que passam a se desenvolver no Nordeste a partir da década de 60 e que implicam em criação e destruição de atividades econômicas; em modernização de atividades tradicionais e reforço e recriação de "arcaicas" relações de produção; em difusão do assalariamento em algumas atividades e o aproveitamento do trabalhador autônomo, do trabalho familiar em outras atividades; em "formalização" de alguns setores com a simultânea "informalização" de outros. Vão ser aqui examinados alguns desses processos que, se considera, servem como ilustração do impacto e das transformações pelas quais passou o Nordeste nas duas últimas décadas de integração econômica, antes de desaguar na crise dos anos 80.

1. O Contexto da Integração

De acordo com o que se assinalou anteriormente, essas duas décadas de integração econômica do Nordeste com as demais regiões brasileiras foram marcadas por um intenso crescimento econômico e por profundas transformações na estrutura produtiva. No que se refere ao crescimento, o que se deve acrescentar, ao que se assinalou anteriormente, é que a economia regional acompanhou, de perto, o também intenso crescimento da economia brasileira, e realizou um esforço de formação de capital, bem maior, em termos relativos, que o desenvolvido a nível nacional.

Entre 1960 e 1980 o produto interno do Nordeste expandiu-se à taxa anual de 7,1%, próxima à do país que foi de 7,3%. Tal crescimento tornou-se bem mais intenso na década de 70, quando então a expansão regional foi superior à do país em seu conjunto: entre 1970/79 o produto interno nordestino cresceu a uma taxa anual de 10,1% e o do país a 8,7%^(6).

Uma caracterização sumária desse crescimento deve levar em conta sobretudo que essa expansão econômica foi determinada sobretudo pelo comportamento das atividades urbanas notadamente

(6) GUIMARÃES NETO, Leonardo. Evolução Recente da Economia do Nordeste: Produto e Formação de Capital. In SUDENE. Aspectos Gerais da Economia e da Sociedade do Nordeste. Recife. 1984. Anexo Estatístico, tabela 2. As estimativas tiveram por base os cálculos da FGV/IBGE para as contas nacionais e SUDENE/CPR-Divisão de Contas Regionais, para os dados sobre o Nordeste.

da atividade industrial e de alguns segmentos modernos de setor terciário. As atividades agropecuárias não somente apresentaram menor expansão como, sujeitas que são aos fenômenos climáticos, tiveram comportamento muito irregular, sobretudo na ocorrência das secas. Entre 1965/80 a agropecuária expandiu-se a 4,1% ao ano, a indústria de transformação a 9,6% e a economia, em seu conjunto, a 8,4% ao ano^(7).

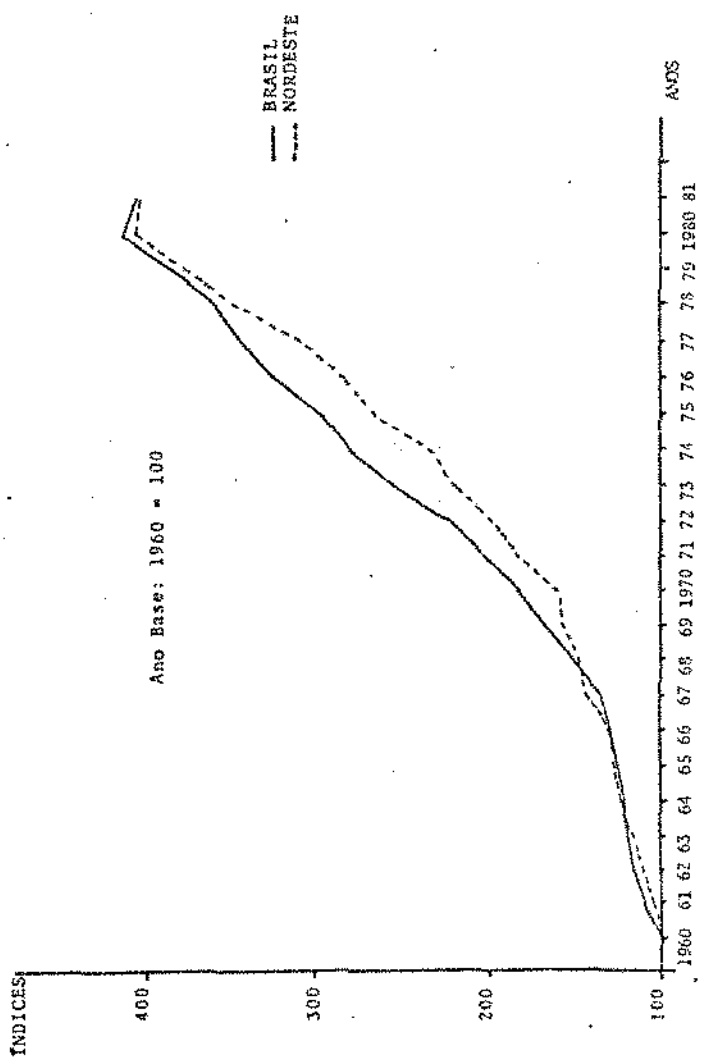
É interessante registrar, conforme pode ser visualizado no gráfico 10, que de 1960 a 1981 a configuração do crescimento da economia nordestina é a mesma da economia nacional: ambas crescem e se desaceleram em períodos idênticos. A única distinção a este respeito reside no fato de que nos momentos de expansão, a economia brasileira alcança taxas anuais maiores e nas fases de desaceleração as taxas apresentadas pela economia nacional são, em média, menores que as registradas para a economia regional. Em outras palavras a economia brasileira, comparativamente à nordestina, expande-se e desacelera-se mais intensamente. É provável que a inexistência ou pouca significação dos segmentos produtivos mais vulneráveis aos movimentos cíclicos, como o de bens de capital, na economia regional explique este comportamento mais "contido" da economia regional. No entanto, o que se deve registrar é que a partir do maior atrelamento e interpenetração da economia das áreas mais industrializadas, com relação a uma economia "periférica" como a do Nordeste, dado o nível de complementariedade que passa a existir a partir da década de 60, a evolução de uma e de outra tende a ser análoga, definida, evidentemente, pela região "central" onde se iniciam os ciclos expansivos e depressivos^(8).

O que chama a atenção de quem analisa a evolução da região é o intenso e inusitado esforço de acumulação ocorrido a partir de 1965 na economia nordestina. Medido tal esforço através da formação bruta de capital fixo e feita a comparação com o Bra-

(7) Entre 1975 e 1980 a agropecuária no Nordeste representava 21% do produto interno bruto, a indústria cerca de 26,6% e o conjunto dos serviços o restante (52,4%). Ver GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Evolução... op. cit.*, tabela 7.

(8) Entre 1961 e 1967 a economia brasileira expandiu seu produto a 3,4% ao ano, a nordestina a 5,4%; no período 1967/76, a primeira cresceu a 10,2% ao ano e a regional a 7,6%; já nos anos 1976/80, a economia brasileira expandiu-se a 6,2% e a nordestina a 9,3%.

GRÁFICO 10
ÍNDICES DO PRODUTO REAL DO BRASIL E NORDESTE - 1960-81



FONTE - FGV/IBRZ/DCS (dados do Brasil) e SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais (dados do Nordeste).

sil fica evidente a intensidade relativa dessa acumulação de capital, conforme gráficos 11 e 12. As informações da tabela 23 estabelecem a comparação entre o crescimento do produto e dos investimentos fixos no Nordeste, que permitem, também, auferir a intensidade da acumulação de capital. Note-se que nos 15 anos considerados, enquanto a economia em seu conjunto expandiu-se a 8,4% ao ano, em termos de produto interno bruto, os investimentos fixos expandiam-se a um ritmo de 13,6%. No que se refere à indústria de transformação que foi, nesta fase, o segmento prioritário, o crescimento do produto de 9,6% deu-se simultaneamente com uma expansão dos investimentos a uma taxa anual de 21,4%. Vale registrar, também, o que ocorreu na agropecuária, setor no qual a expansão dos investimentos tiveram uma resposta muito tímida em termos de crescimento do produto^(9).

Tabela 23 - Taxas de Crescimento de Produto Interno Bruto e do Investimento Bruto Fixo do Nordeste, Segundo Setores Produtivos - 1965/1980.

Setores	Taxa Anual (1)		
	Produto Inter no Bruto (A)	Invest.Bruto Fixo (B)	Relação B/A
Agropecuária	4,1	15,4	3,8
Indústria Total	9,6	16,2	1,7
Indústria de Transformação	9,6	21,4	2,2
Total	8,4	13,6	1,6

FONTE: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais.

(1) Na estimativa das taxas considerou-se a média dos anos 1965, 1966 e 1967 (centrado em 1966) em confronto com os valores encontrados em 1978, 1979 e 1980 (centrada em 1979). Ver SUDENE. Aspectos Gerais da Economia e da Sociedade do Nordeste. SUDENE. Recife, 1984, p.64.

(9) Note-se que no caso da agricultura podem existir problemas metodológicos associados ao fato de parte relevante das informações serem coletadas junto à rede bancária. Neste particular, os recursos emprestados aos agricultores podem, em parte ter outra destinação, além do investimento no setor. Os casos dos desvios e uso especulativo dos recursos destinados a investimentos revelam uma prática disseminada desses procedimentos no Nordeste e no resto do país.

GRÁFICO 11

VARIAÇÕES ANUAIS DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO REAL DO BRASIL E NORDESTE - 1965-80

Ano Base: 1965 = 100

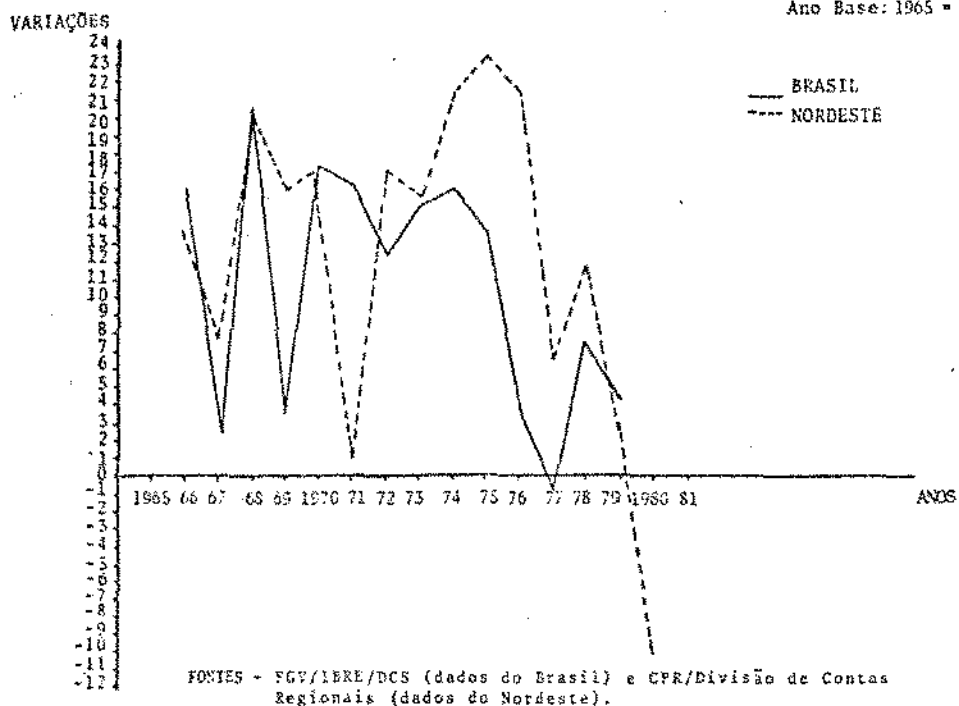
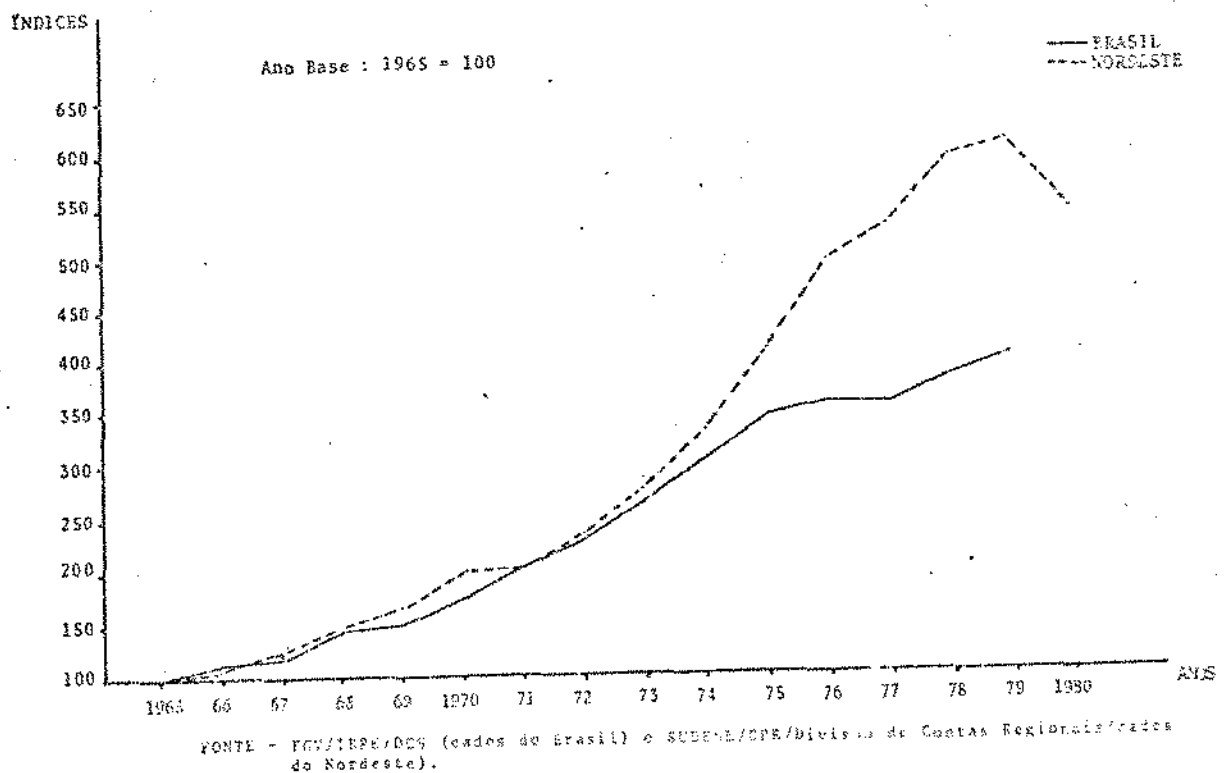


GRÁFICO 12

ÍNDICES DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO REAL DO BRASIL E NORDESTE - 1965-80

Ano Base : 1965 = 100



A relação entre o investimento bruto fixo e o produto interno bruto do Nordeste, em termos percentuais, que dá uma idéia do esforço de formação de capital na região, revela que esse coeficiente já significativo nos anos 1965/69 (24,3%) vem progressivamente aumentando: em 1970/74 já alcançou 28,3% e em 1975/79 já supera a marca de 32%. No que se refere ao Brasil, nos anos 1970/74, a média alcançada foi de 28,4% bem próxima à constatada para o período 1975/79 que foi de 28,9%. Em termos de crescimento real dos investimentos, enquanto nos anos compreendidos entre 1965 e 1979, o Nordeste expandiu-se a 13,8% ao ano, o país o fez a taxa também significativa, no entanto menor que a nordestina: 10,4% ao ano.

Que condições objetivas possibilitaram esse dinamismo da economia nordestina? Uma resposta adequada a esta pergunta envolve considerações a respeito de pelo menos três etapas vividas pela região nas duas últimas décadas. A primeira que vai de 1960 a 1967, já examinada anteriormente em seus traços gerais, aponta para o fato de que o Nordeste passa a ser contemplado com um conjunto de medidas associadas à política mais geral de desenvolvimento regional, entre os quais merecem destaque a de investimento público, não só em relação ao montante que passa a ser investido na região, como pela maior racionalidade dos gastos através de uma coordenação de sua aplicação exercida pela SUDENE. Além disso, inicia-se nesses anos não só uma fase de maior disponibilidade de recursos à disposição dos investidores privados, via mecanismos de incentivos fiscais e financeiros criados com a política regional de desenvolvimento, como a efetiva aplicação e uso de tais recursos no setor industrial, tanto na ampliação da capacidade produtiva como na modernização dos processos de trabalho das indústrias já existentes.

Na fase seguinte, correspondente ao período do denominado "milagre" econômico, o Nordeste, agora atrelado economicamente às áreas mais industrializadas do país, passa a acompanhar o dinamismo do restante da economia brasileira, que sustenta de 1967 a 1973 em crescimento superior a 11% ao ano. Nessa fase, através da reforma fiscal e financeira ocorrida em 1966, da "verdade tarifária" e do início de atividades do UNH⁽¹⁰⁾, tem conti-

(10) Para exame dos "fatores de recuperação" a partir de 1967 ver TAVARES, Maria da Conceição. Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira. Rio. 1978. (Mimeo). pp.83, 84 e 85.

nuidade o dinamismo dos investimentos no Nordeste, particularmente os investimentos públicos — que entre 1967 e 1973, expandem-se a 13% ao ano — e os investimentos na construção civil e na indústria de material de construção. Além disso, com o prosseguimento do ciclo expansivo a partir da "indústria pesada" tem continuidade, também a "desconcentração" espacial da indústria de bens intermediários, com o estímulo à produção de insumos básicos nas áreas periféricas, notadamente o Nordeste, com relação à petróleo e à petroquímica. No entanto, o prosseguimento da expansão econômica a partir da indústria de bens duráveis, do investimento público e da construção possibilita o surgimento de efeitos dinâmicos que aumentam os níveis de emprego e a massa global de salários, mesmo no contexto de políticas ortodoxas e autoritárias de salário. Isto repercute no terciário, no comércio e nas atividades industriais produtora de bens não duráveis de consumo.

Em terceiro lugar, o que se deve ressaltar é que a sobrevida do milagre econômico, gestada pela política do "grande salto para a frente da era Geisel" (11), foi mais prolongada no Nordeste do que na economia brasileira em seu conjunto. As informações apresentadas na tabela 24 comprovam a afirmação anterior.

Tabela 24 - Variações Anuais do Produto Interno Bruto e da Formação Bruta de Capital Fixo no Nordeste e no Brasil - 1973/80

Anos	Brasil		Nordeste			
	Produ-to	Investi-mento	Produ-to	Investimento		
				Total	Público	Privado
1973	14,0	15,3	10,7	15,8	26,1	1,1
1974	9,5	16,3	4,5	21,5	24,2	20,0
1975	5,6	13,9	10,5	23,8	12,0	33,3
1976	9,7	3,4	10,9	21,6	18,7	24,2
1977	5,4	- 0,7	10,9	6,7	15,2	1,5
1978	4,8	7,7	11,3	11,9	17,2	6,1
1979	6,8	4,2	8,8	2,7	1,5	3,4
1980	7,9	-	6,4	-10,0	-11,2	- 7,8

FONTE: FGV/IBRE/DCS e SUDENE/CPR-Divisão de Contas Regionais

(11) TAVARES, Maria da Conceição & ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto... op. cit., p.42.

De fato, no período imediatamente posterior ao "milagre econômico", o Nordeste foi, em alguns aspectos, contemplado favoravelmente pela política econômica do II PND que, inspirada no sonho megalomaniaco da construção da "grande potência", possuía entre seus objetivos estratégicos o de "ampliar a base do sistema industrial" e "aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho" (12).

Em termos operacionais, tais objetivos se reforçavam mutuamente, pois tinham na sua base a intensificação da industrialização, estavam voltados em grande parte para a produção de bens intermediários, fundamentalmente vinculados a expansão dos ramos de minério de ferro, bauxita, aço, alumínio, celulose de papel e petroquímica; atividades, como assinalava Furtado, que apresentavam a "dupla vocação de reforçar a base do sistema industrial e de criar excedentes exportáveis". Acrescente-se ainda, em termos operacionais, o avanço na produção de bens de equipamentos, e a ampliação dos serviços de infra-estrutura econômica notadamente nos setores de transporte, energia e comunicações (13).

O Nordeste foi duplamente favorecido com esta política: com o avanço na produção de bens intermediários e através da expansão dos investimentos públicos. Isto significa dizer que, antes que a crise alcançasse em cheio os mais importantes setores da economia, e que a administração Geisel paralisasse, praticamente, os "centros de comando" da economia brasileira, com a perda de autonomia da política cambial — associada à necessidade de sobrevalorização do cruzeiro, a fim de reduzir o custo financeiro dos

(12) FURTADO, Celso. O Brasil... op. cit., p. 46.

(13) FURTADO, Celso. O Brasil... op. cit., pp.47 e 48. Conceição Tavares e J. Carlos de Assis apresentam o seguinte resumo do referido plano: "O eixo central de orientação do plano de batalha eram as ambiciosas metas econômicas do II PNB. Pretendia-se nada menos do que, de forma simultânea, concluir o ciclo de instalação da indústria pesada, acabar de internar a indústria de bens de capital e completar o parque industrial de insumos básicos e de bens intermediários; e expandir os serviços de infra-estrutura econômica a cargo das empresas e autarquias estatias, sobretudo nos setores de energia, transportes e telecomunicações". TAVARES, Maria da Conceição & ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto... op. cit., p. 43.

compromissos externos —, da política fiscal — decorrente da prática generalizada de subsídios, sobretudo em relação às exportações, que levaram ao déficit fiscal e à emissão de obrigações com correção monetária — e da política de controle da criação de liquidez — em razão das operações dos especuladores que obtinham recursos anteriores e os utilizavam dentro do país sem controle governamental^(14); a região pode contar com a mobilização de parcela significativa de recursos para investir. No que se refere aos bens intermediários, é suficiente lembrar, no momento, a montagem das fases iniciais do polo petroquímico, na Bahia, e o fato de que, entre 1970 e 1975, o valor da transformação industrial (VTI) dos bens intermediários expandiu-se à taxa anual de 21%, e entre 1975/80, a 16,6% ao ano. Com relação aos investimentos públicos, a tabela 24 revela o papel compensatório dos investimentos realizados pelo governo que, até 1978 cresceram aceleradamente, contrapondo-se à desaceleração dos investimentos privados que tem início em 1977.

O que os estudos mais recentes sobre o desempenho da economia nordestina nas décadas de 60 e 70 têm mostrado é que ele implicou, simultaneamente, a criação de importantes segmentos produtivos na economia regional, notadamente uma "nova indústria", e a modernização de ramos industriais e outras atividades econômicas de grande peso, com repercussões significativas, muito delas negativas, sobre o nível de emprego, sobre os processos de trabalho e, como se tem ressaltado, sobre as relações de Nordeste com as demais regiões brasileiras.

No que se refere à criação de novos segmentos produtivos, a ilustração melhor do que ocorreu nos referidos decênios é dada pela "nova indústria". Representando menos de 2% do número de estabelecimentos industriais, as unidades produtivas da "nova indústria" regional alcançam cerca de 53% das vendas rea-

(14) "Em síntese: em 1979, no momento da segunda elevação dos preços do petróleo, a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semi-paralisia: quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial. As forças que os imobilizavam eram as mesmas que arrastavam o país ao crescente endividamento externo, forçando-o a aceitar taxas de juros e prazos de amortização cada vez mais onerosos". FURTADO, Celso. O Brasil... op. cit., p.51.

lizadas, 49% do emprego e 43% do valor agregado bruto do setor^(15), além de seus investimentos constituírem, como se assinalou no capítulo anterior, mais de 60% do investimento industrial (ver tabela 17). Com esta participação, constituído pelas unidades de produção de maior porte e possuidor dos processos produtivos mais modernos, na região, foi este segmento recém implantado que definiu a evolução do setor industrial no período 1960/80.

Na tabela 25 estão as informações consideradas mais importantes para uma visão de conjunto da indústria nordestina na década de 60 e 70. Os pontos principais que merecem destaque são os seguintes:

- a) em primeiro lugar as alterações na estrutura da produção industrial, quando a indústria nordestina, em pouco mais de três décadas, deixa de ser uma atividade, prevalentemente, produtora de bens de consumo não duráveis para voltar-se cada vez para a produção de bens intermediários; isto está associado não só à demanda, às exigências e ao estímulo decorrente da industrialização do país e da "indústria pesada" implantada a partir da década de 50, como à competição a que estiveram submetidas as indústrias tradicionais do Nordeste — entre elas a de bens não duráveis — com o fechamento de muitas unidades de produção que não puderam resistir ao impacto decorrente da maior integração inter-regional;
- b) em segundo lugar, vale ressaltar o dinamismo^(16) da atividade industrial ao qual estão associados ganhos significativos de produtividade em todos os grupos de indústria, tomando-se como referência a década de 60; há de fato um salto qualitativo, neste particular, do período 1960/70 para o de 1970/75, com um

(15) Conforme MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Industrialização... op. cit.*, p.278. A comparação feita por Magalhães considera os dados da pesquisa da SUDENE/BNB realizada em 1977, com as informações levantadas pelo IBGE para o censo industrial de 1975.

(16) O valor da transformação industrial do Nordeste entre 1960 e 1980 aumentou, em termos reais, cerca de 8,3 vezes. Os investimentos fixos, da indústria de transformação cresceram entre 1965 e 1980 cerca de 12,7 vezes. O emprego na indústria, como se vê, cresceu 2,7 vezes, entre 1960 e 1980.

arrefecimento nos anos 1975/80; note-se que a própria indústria de bens de consumo não duráveis, que se confunde com a denominada indústria tradicional, não só se expandiu aceleradamente — 9,5% ao ano entre 1960 e 1980 — como aumentou a produtividade a 8% ao ano entre 1970/75 e 7,3% entre 1975/80; este segmento, no conjunto do período, só perdeu em ganhos de produtividade para o pequeno segmento de bens duráveis e de capital da indústria regional;

- c) embora a indústria nordestina não tenha desempenhado a função estratégica, no contexto regional, que lhe havia sido atribuída pelos planejadores regionais no final da década de 50, a de contribuir efetivamente para a absorção do desemprego e subemprego que se acumulava no meio urbano^(17), não deixa de ser significativo o fato de que aumentando sua produtividade ao ritmo de quase 6% ao ano, nas duas décadas aqui referidas (1960/80), ocorreu neste período o crescimento do emprego a uma taxa de 4,6% o que significa que se passou de um contingente de 232,8 mil em 1960 para 574,3 mil em 1980, segundo os censos industriais; cabe registrar que no total do acréscimo de pessoas ocupadas na indústria entre 1960 e 1980, que foi de aproximadamente 350,5 mil, cerca de 59% deu-se fora do segmento tradicional representado pela produção de bens não duráveis de consumo.
- d) os ganhos de produtividade da indústria regional, como era de se esperar, não foram apropriados pelos trabalhadores, mesmo considerando-se a comparação entre produtividade e o salário médio e não aquela com o salário de base; de fato, enquanto que no período 1960/70, ocorreu uma maior aproximação entre as referidas grandezas econômicas, o distanciamento passa a ser maior nos períodos seguintes, com a produtividade crescendo a ritmo maior em relação aos salários, notadamente entre os anos 1970/75; vale

(17) Ver confronto entre as intenções e os resultados da política de industrialização no que se refere ao emprego em GUIMARÃES NETO, Leonardo. Notas sobre Emprego e Indústria no Nordeste. In Revista Econômica do Nordeste. BNB. Fortaleza, nº3, vol.15, julho/dezembro de 1984.

Tabela 25 - Nordeste: Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), Crescimento Anual do Pessoal Ocupado, da Produtividade e do VTI, Segundo Sub-setores e Grupos da Indústria - 1 9 6 0 / 1 9 8 0

Especificação	Participação no VTI					Crescimento do VTI (%)				Crescimento do Pessoal Ocupado (%)				Crescimento da Produtividade (%)				Crescimento dos Salários			
	1950	1960	1970	1975	1980	1960 1970	1970 1975	1975 1980	1960 1980	1960 1970	1970 1975	1975 1980	1960 1980	1960 1970	1970 1975	1975 1980	1960 1980	1960 1970	1970 1975	1975 1980	1960 1980
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-5,9	23,1	2,1	2,2	-1,5	1,9	1,9	0,1	-4,5	20,9	0,3	2,1	-3,6	17,9	1,6	2,4
Transformação	100	100	100	100	100	6,4	19,2	14,3	11,2	2,2	8,8	6,8	4,8	4,1	9,5	7,0	6,1	3,8	5,7	4,8	4,5
Não duráveis	83	66	57	47	47	5,0	15,6	13,7	9,8	0,6	6,9	5,9	3,3	4,4	8,1	7,3	5,9	3,4	4,8	4,2	3,6
Intermediários	16	31	35	42	44	7,5	21,0	16,6	12,7	4,4	9,4	9,8	6,8	3,0	10,5	6,2	5,5	5,2	3,1	5,1	4,7
Duráveis e de Capital	1	3	8	11	9	15,5	31,9	7,9	17,3	9,5	17,2	3,1	9,4	6,8	12,5	4,6	7,1	3,2	12,7	10,5	7,1
Total Geral	-	-	-	-	-	5,5	19,3	13,9	10,6	4,9	8,5	6,7	4,6	3,5	9,9	6,7	5,8	3,2	6,2	4,6	4,2

FONTE: IBGE. Censos Industriais de 1960, 1970, 1975 e 1980. Os valores do Censo de 1960, referem-se a 1959.

notar que este distanciamento produtividade / salários é mais perceptível nas atividades produtoras de bens de consumo não duráveis, que face à competição maior teve de encerrar os trabalhos das unidades menos eficientes ou promover a modernização de outras; no entanto, o que está por trás da evolução distinta do salário e da produtividade são razões bem mais complexas que vão desde a política autoritária de arrocho salarial associada à prática repressiva de desmantelamento das organizações sindicais, à época, até a grande oferta de mão-de-obra menos qualificada, na região, ao baixo nível de organização sindical do trabalhador urbano.

Além dos aspectos anteriormente assinalados, as informações da tabela 25 revelam que foi sobretudo na década de 70 que a indústria expandiu-se mais aceleradamente, em particular na primeira metade da referida década, quando o conjunto do setor alcançou uma taxa de crescimento de 19,3% ao ano e a indústria de bens intermediários, com o início da operação do polo petroquímico da Bahia, apresentou taxa anual acima de 20%. É também nesta primeira metade da década de 70 que as taxas de crescimento da produtividade superam ou se aproximam, em quase todos os segmentos, da marca de 10% ao ano. Estes dados, mais uma vez, contestam a hipótese de que, uma vez iniciado novo ciclo expansivo, a acumulação voltaria a ocorrer no Sudeste, em detrimento das regiões "periféricas", inclusive o Nordeste.

A modernização, não só da indústria regional como de outras atividades urbanas e mesmo da agropecuária, é um tema que não tem merecido o destaque na análise sobre o processo de integração econômica do Nordeste. No que se refere à indústria, além do aspecto já ressaltado de introdução de novas atividades, como a de bens intermediários na estrutura produtiva regional, é conveniente destacar o peso que, na nova indústria, têm os projetos que possuem como objetivo o reequipamento e a ampliação da capacidade instalada nas unidades existentes. Através do exame da distribuição dos investimentos previstos nos projetos industriais constata-se^(18) que se entre 1962 e 1970 (até abril) cerca de 20,3% dos investimentos estavam associados a projetos de reequi-

(18) GUIMARÃES NETO, Leonardo & SONZA, Aldemir do Vale. A op. cit., p.27.

pamento e ampliação, na década seguinte — 1970 (a partir de maio) e 1979 — esta cifra alcançou pouco mais da metade dos investimentos previstos. Esta modernização inicialmente concentrada, na década de 60, na têxtil, na indústria do fumo, couro e peles, perfumes/sabões/velas e na extrativa mineral, amplia-se significativamente na década de 70, aprofundando-se nos segmentos tradicionais e difundindo-se pelos setores "dinâmicos": minerais não metálicos, metalúrgicos, mecânica, material de transporte, entre outros. O caso da têxtil, que será examinado mais detidamente, revela que se na década de 60 cerca de 53% dos investimentos previstos estavam voltados para reequipamento e ampliação, na década seguinte eles alcançavam 71%. A indústria de minerais não metálicos passa, neste particular, de 34,4% para 76%, a metalúrgica de 2,7% para aproximadamente 74%, e a de material de transporte e material elétrico que, praticamente, não apresentaram projeto de ampliação e reequipamento na primeira década referida, registram a cifra de, respectivamente, 28,1% e 90% na década de 70. Por trás desse esforço de reequipamento e ampliação, simultaneamente com o de surgimento de novas atividades de transformação, está não só a preocupação em tornar competitivos e capazes de sobreviver à acirrada concorrência inter-regional, ramos tradicionais da região, como consolidar a posição dos novos segmentos, utilizando-se dos generosos incentivos concedidos pelo Estado. O resultado, já assinalado, foi, sem dúvida, o grande aumento de produtividade, registrado sobretudo nos anos da década de 70. A tabela 26 mostra a disseminação desse esforço de reequipamento e ampliação das unidades de produção tanto na indústria de bens intermediários como na de bens duráveis e de capital.

Deve-se lembrar a respeito da modernização, que ela não se resume, no Nordeste, principalmente a partir da segunda metade dos anos 60, à atividade industrial. Não só a fusão dos bancos que significou o quase desaparecimento do sistema bancário de origem regional, a partir das reformas adotadas, como a introdução, nessas unidades de prestação de serviços, de novos processos de trabalho, inclusive a partir da intensa utilização do processamento eletrônico de dados, constituem exemplos de modernização de segmentos de atividades urbanas de grande peso. Também modernizou-se, inclusive com a utilização da informática, o tradicional setor público da região, aí compreendidos os órgãos da esfera federal, estadual e municipal, notadamente das

capitais de Estado. A difusão das autarquias, empresas estatais e fundações nos diversos sistemas prestadores de serviços, ilustra bem o que ocorreu num segmento tradicionalmente empregador. Os sistemas mais abrangidos por esse processo foram: o de arrecadação, o de água e esgoto, o de produção e distribuição de energia elétrica, o de telecomunicações e até o sistema de planejamento através dos institutos e fundações. Não se deve omitir a modernização ocorrida no comércio de mercadorias que, sem dúvida, está associada com a modernização e ampliação do sistema de transporte e comunicação, e com o esforço de racionalização das atividades desenvolvidas pelo Estado com a implantação de centrais de abastecimento em todas as capitais e em alguns municípios de porte médio e com a instalação dos mercados do produtor^(19). Além dessas mudanças no comércio, outras, também importantes, ocorrem no âmbito da atividade privada: o surgimento e difusão dos estabelecimentos de auto-serviços que provocaram impacto considerável sobre o comércio varejista tradicional, inclusive as feiras livres. Se no início dos anos 60 existiam cerca de 35 unidades de auto-serviços no Nordeste, em 1975 o censo comercial registrava 436 e em 1980 cerca de 1.406. Segundo pesquisa realizada pela SUDENE e PIMES, já em 1973, o abastecimento alimentar do grande Recife feito através dos supermercados alcançava 31% do total, o de Aracaju 36%, e o de algumas cidades menores como Parnaíba (PI) e Feira de Santana (BA), cerca de 26% e 20,2%, respectivamente^(20).

A modernização da rede e dos meios de transportes afetou, sem dúvida, as funções anteriormente desempenhadas pelos centros urbanos, notadamente os do interior do Nordeste, e que tinham papel relevante na distribuição, através de centros comerciais atacadistas, de mercadorias para o meio rural e para os núcleos urbanos menores: "Essa função comercial atacadista, vinculada sobretudo a centros urbanos de porte médio do interior dos Estados (Caruaru, Campina Grande, Garanhuns...) foi redefinida na medida que os compradores puderam ter mais fácil acesso aos centros urbanos de primeira grandeza na Região, certamente

(19) SUDENE. SUDENE Vinte Anos... op. cit., p. 81.

(20) Citado em JATOBÁ, Jorge (org.) Emprego no Nordeste 1950-1980. SUDENE. Editora Massangana. Recife. 1983. p.228.

as capitais de Estado ou as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador"(21).

Mais adiante, no trabalho citado, à mesma página, é destacado um outro aspecto, dessa articulação inter-regional e da modernização:

"No entanto parece não se limitarem a isto as transformações ocorridas. Em termos de integração inter-regional a vinculação cada vez maior do mercado regional nordestino com o mercado e os centros de produção do Sul/Sudeste, redefiniam as práticas comerciais de várias maneiras. Não só através, provavelmente, de implantação de representações ou departamentos comerciais das próprias unidades de produção, como através de uma vinculação mais direta dos centros consumidores com os produtores, dada a modernização do sistema de transporte e comunicação, que implicou a eliminação do comércio atacadista, que no fundo representa a criação de "estoques estratégicos". Tais estoques deixam de ter significação quando a compra/venda de mercadorias ocorre com maior fluidez e regularidade, ou quando o sistema de comunicação e transporte aproxima mais a produção do consumo".

Voltando à "nova indústria" do Nordeste, que, sem dúvida nenhuma, revela, com maior nitidez, os traços fundamentais das transformações que ocorreram nas duas últimas décadas, o destaque de alguns aspectos permitem compreender a natureza da recente evolução da região. De acordo com o que mostra a tabela 27, não se pode negar a grande prioridade que, na política industrial, foi atribuída à produção de insumos, no sentido de definir uma complementaridade do Nordeste no contexto nacional. Dos investimentos totais realizados até 1977, cerca de 60% estavam voltados

(21) GUIMARÃES NETO, Leonardo. Evolução e Situação do Emprego nas Atividades do Comércio de Mercadorias. In JATOBÁ, Jorge (org.) Emprego no Nordeste... op. cit., p.241.

Tabela 26 - Nordeste: Distribuição dos Investimentos Previstos nos Projetos Industriais Segundo Grupos de Indústria (Cr\$ 1.000 de 1969)

Especificação	1 9 6 2 / 1 9 7 0 (Até Abril Inclusive)						1 9 7 0 (A partir de Maio) / 1 9 7 9					
	T o t a l		Projetos Novos		Projetos de Modernização		T o t a l		Projetos Novos		Projetos de Modernização	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Extrativa Mineral	178.979,0	100,0	62.827,7	35,1	116.151,3	64,9	146.039,0	100,0	72.888,0	49,9	73.151,0	50,1
Transformação	5.370.436,8	100,0	4.357.761,0	81,1	1.012.792,8	18,9	17.588.389,0	100,0	7.905.708,0	45,0	9.682.681,0	55,0
Bens de C.Não Duráveis	1.550.706,6	100,0	969.947,4	62,2	585.759,2	37,8	4.812.523,0	100,0	1.658.785,0	34,5	3.153.738,0	65,5
Bens Intermediários	3.227.913,2	100,0	2.837.992,1	87,9	389.921,1	12,1	11.659.861,0	100,0	5.781.684,0	49,6	5.876.177,0	50,4
Bens de Capital e de Consumo Duráveis	591.817,0	100,0	554.821,5	93,7	36.995,5	6,3	1.116.005,0	100,0	465.239,0	41,7	650.766,0	58,3
T o t a l	5.549.415,8	100,0	4.420.588,7	79,7	1.128.854,1	20,3	17.734.428,0	100,00	7.978.596,0	45,0	9.755.832,0	55,0

FONTE: GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. Incentivos ... op.cit. e SUDENE/DIN.

Obs: Tabela elaborada a partir dos dados constantes do trabalho: GUIMARÃES NETO, Leonardo & SOUZA, Alde-
mir do Vale. A Dinâmica... op.cit. p. 27.

para a produção de bens intermediários, sendo que aproximadamente 30% dos investimentos fixos dirigiram-se para a química. Além disso, esse segmento de bens intermediários que, entre os demais, é o que tem o menor controle de capitais originários da própria região, está significativamente voltado para o comércio extra-regional. Registre-se também que, ainda em 1977, ano ao qual se referem os dados da pesquisa industrial da SUDENE e Banco do Nordeste, cerca de 60% dos insumos necessários para a citada indústria era proveniente de outras regiões ou do exterior. Neste particular, possuíam altos coeficientes de importação a indústria metalúrgica, a de borracha e a de matéria plástica. A química, mais articulada que os gêneros industriais anteriores à base de recursos naturais da região, importava no referido ano o equivalente a 55% dos insumos necessários, cifra esta que diminuiu, provavelmente, com a consolidação do polo petroquímico na segunda metade da década de 70.

Ao grupo constituído pela indústria de bens de consumo não duráveis, que no início da década de 60, como se constatou, representava mais de 60% do VTI, coube aproximadamente 32% dos investimentos fixos, percentual bem próximo daquela da química. Neste segmento de bens não duráveis de consumo, embora as frações do capital de origem nordestina tivessem, no conjunto, maior domínio sobre o capital social (52,3%), era já perceptível, pelos dados da pesquisa, a presença de capitais extra-regionais em atividades que tradicionalmente eram empresariadas por grupos econômicos nordestinos. Na indústria de mobiliário o controle do capital, de origem regional, representava somente 36,7%, percentual próximo a dos grupos paulistas; no gênero perfumaria, sabões e velas era menor ainda o percentual do Nordeste (23,1%); o que se repetia em relação às bebidas (32,3%). Note-se que, mesmo em relação à indústria têxtil, a maior parte do controle do capital social pertence a grupos de fora do Nordeste: 29,7% de grupos paulistas e 23,8% de outros Estados brasileiros não nordestinos. Neste grupo de indústrias, o que chama a atenção é o significativo coeficiente de exportação (cerca de 80%, de acordo com a última coluna da tabela 27), que é explicado principalmente pela orientação, para o mercado extra-regional, da produção têxtil (79%), da indústria do fumo (89%), das atividades de vestuário e calçados (62,5%) e de produtos alimentares (61%). A articulação desta produção de bens não duráveis de consumo com a base de recursos naturais e de maté-

Tabela 27 - Nova Indústria do Nordeste: Investimento, Controle do Capital Social, Origem dos Equipamentos e Insumos, Destinos das Vendas e Coeficiente de Importações e Exportações, Segundo Gêneros e Grupos de Indústria - 1 9 7 7

Gênero Industrial	Investimento Fino (%)	Controle do Capital Social 1/					Origem do Equipamento 2/			Origem Regional dos Insumos 3/				Destino das Vendas 3/				Coeficiente de Importação e Exportação 2/	
		Nordeste	São Paulo	Resto do País	Exterior	Governo	Nordeste	Resto do País	Exterior	Nordeste	São Paulo	Resto do País	Exterior	Nordeste	São Paulo	Resto do País	Exterior	Importação	Exportação
Bens de Consumo Não-Duráveis	31,8	52,3	26,0	20,3	0,2	1,2	6,6	49,5	43,9	68,7	17,4	10,9	3,0	38,7	19,9	17,2	24,2	31,3	80,1
Mobiliário	0,6	36,7	32,3	31,1	-	-	4,5	60,4	35,1	25,6	43,4	24,4	6,6	89,2	3,8	6,2	0,8	74,4	10,8
Farmacêutico e Veterinária	0,2	75,8	16,8	-	-	7,4	9,5	56,6	33,8	43,7	43,6	11,6	1,1	45,6	7,6	11,9	34,9	56,3	54,4
Perfumaria Sabões e Velas	0,2	23,1	67,8	9,1	-	-	39,7	59,0	11,3	8,7	82,1	7,5	0,7	57,8	37,7	4,5	-	91,3	42,2
Têxtil	14,8	46,5	29,7	23,8	-	-	1,9	44,6	53,5	75,7	15,9	6,0	2,4	20,6	41,8	26,0	11,6	24,3	79,4
Vest. Calçados, Artefatos e Tecidos	3,3	57,0	21,8	21,2	-	-	1,4	49,8	48,8	23,4	53,0	22,1	1,5	37,5	24,7	36,2	1,6	76,6	62,5
Produtos Alimentares	9,8	67,7	14,7	13,7	0,5	4,1	20,8	51,9	27,3	78,8	9,0	11,0	1,3	38,9	8,0	9,8	43,5	21,1	61,1
Bebidas	2,4	32,3	42,8	23,7	1,3	-	0,8	71,8	27,4	31,8	9,4	20,7	38,1	93,1	0,1	5,0	-	68,2	6,9
Fumo	0,1	52,6	-	47,4	-	-	20,6	79,4	0,0	98,5	0,0	1,5	0,0	11,0	-	24,0	84,0	11,2	82,0
Editorial e Gráfica	0,4	58,7	41,3	-	-	-	0,0	19,2	80,8	15,1	45,6	16,3	1,0	58,5	17,5	18,0	-	81,8	41,5
Bens Intermediários	60,5	21,8	26,6	36,5	4,2	10,9	3,1	60,7	36,2	40,0	16,4	21,8	21,8	48,2	27,7	18,0	6,1	60,0	72,3
Minerais Não-Metálicos	7,0	34,1	32,6	31,4	1,8	-	4,0	52,9	43,1	64,4	7,4	26,3	1,9	75,8	6,1	15,4	2,7	35,5	24,2
Metallúrgica	15,7	14,5	34,9	31,8	0,2	18,5	4,2	64,1	31,7	28,6	15,4	38,5	12,5	49,3	27,3	22,8	9,6	71,4	59,4
Madeira	1,1	58,2	34,9	6,9	-	-	3,2	20,4	76,5	45,2	15,3	13,4	25,1	26,5	28,8	37,9	4,8	53,8	71,5
Papel e Papelão	3,5	28,5	18,1	23,1	-	30,4	2,7	75,5	21,8	62,6	13,0	20,4	3,8	64,7	12,4	22,7	0,2	37,4	35,3
Borracha	1,1	58,8	8,3	-	-	33,0	4,9	46,2	48,9	19,0	6,4	7,7	66,9	17,4	71,8	10,6	0,2	81,0	82,6
Couros, Peles, Similares	1,2	90,4	-	9,7	-	-	6,9	47,1	46,0	77,3	9,0	13,2	0,5	8,6	23,5	33,7	34,2	22,7	91,4
Química	29,5	13,7	24,2	46,0	8,0	8,2	2,4	61,3	36,3	44,6	15,6	7,6	32,2	92,0	39,1	13,1	5,6	55,4	58,6
Matéria Plástica	1,4	45,9	13,7	37,4	-	-	2,8	67,4	29,8	17,1	62,1	7,1	13,7	60,9	13,1	26,0	-	82,9	39,1
Bens de Consumo Duráveis e de Capital	7,7	27,0	44,8	19,1	2,6	6,4	11,7	49,8	38,5	15,6	46,3	15,1	23,0	33,1	35,7	20,2	11,0	84,4	64,3
Mecânica	1,7	32,9	36,3	30,9	-	-	4,2	53,1	42,7	20,8	42,2	33,9	3,1	44,8	28,8	26,3	0,1	79,2	55,2
Material Elétrico e	3,9	19,0	57,3	10,2	-	13,4	13,2	47,2	39,6	10,7	41,9	11,0	35,4	24,9	40,3	18,2	16,6	89,3	75,1
Material de Transporte	0,7	40,8	39,6	4,2	15,4	-	25,4	54,4	20,2	20,2	73,5	6,2	0,1	64,7	21,3	8,0	-	79,8	35,3
Diversos	0,3	30,3	4,7	49,3	15,6	-	8,0	47,4	44,6	52,6	26,2	14,8	6,4	21,9	14,5	60,1	3,5	47,4	78,1
Indústria Extrativa Mineral	1,1	1,8	43,1	17,2	34,0	-	10,4	81,6	8,0	37,0	36,2	24,3	2,5	7,0	38,1	43,0	11,9	63,0	93,0
T o t a l	100,0	29,1	27,8	31,3	3,6	8,2	4,2	58,2	37,6	52,5	18,9	16,0	12,6	42,1	25,1	18,3	14,5	47,5	57,9

FONTE: Pesquisa Industrial da SUDENE e BNB - 1978.

Obs: Dados extraídos de MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização ... op.cit. pp. 110, 139, 145, 150 e 161;

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. La Division ... op.cit., p.227.

Notas: 1/ O percentual refere-se à participação no investimento, segundo o controle do capital social e diz respeito a cada linha da tabela.

2/ O coeficiente de importações relaciona o valor dos insumos importados com os insumos totais, em termos percentuais; O coeficiente de exportações relaciona as exportações (para o resto do país e exterior do Brasil) com a produção total.

3/ O percentual refere-se a cada linha da tabela.

rias primas regionais é bem maior que a de outros grupos industriais — 68,7% contra 40% e 15,6% dos demais —, o que é devido, em grande parte, a indústria têxtil (75,7%), fumo (98,5%) e produtos alimentares (78,9%).

Finalmente, o grupo de bens de consumo duráveis e de capital, de menor peso relativo em termos de investimentos fixos realizados (7,7%), que é constituído, fundamentalmente, de capitais de grupos estabelecidos em São Paulo (44,8% dos investimentos controlados por grupos do referido Estado), não só não tem ligações significativas com os fornecedores regionais de matérias primas, como estão predominantemente voltados para mercados de São Paulo (35,7%), do resto do país (20,2%) e exterior (11%).

Do que se assinalou anteriormente, fica evidenciada a forte articulação da "nova indústria" nordestina com o mercado e o aparelho produtivo das demais regiões brasileiras, do que decorre uma menor difusão dos efeitos dinamizadores deste segmento sobre a própria economia regional, sobretudo no que se refere à geração de renda e ao emprego. Seja em razão do fato de que os equipamentos necessários à "nova indústria" vem, em sua quase totalidade, do resto do país (58,2%) ou do exterior (37,6%), ou da significativa dependência de insumos extra-regionais (18,9% de São Paulo, 16% do resto do país e 12,6% do exterior), ou, ainda, em decorrência do fato de que parte importante da produção intermediária em lugar de ser processada no Nordeste é vendida para mercados situados fora do Nordeste, ficando nesta região apenas 48,2% do total das vendas. Os gêneros industriais considerados como capazes de possibilitar o surgimento de novas atividades industriais — as "indústrias germinativas" — como metalúrgica, mecânica e material de transporte, ou não tiveram prioridade na destinação dos investimentos (caso de material de transporte e da mecânica, com participação de 0,7% e 1,7%, respectivamente) ou não se articulam com a economia regional, na aquisição de insumos, e com o mercado nordestino, na realização da produção (22).

(22) * "É conveniente ressaltar, ainda a respeito do processo de integração e articulação do Nordeste com as regiões mais adiantadas do País e a respeito dos "vazamentos" que estão no bojo desse processo, que outros aspectos, além da formação de capital e consumo produtivo da atividade industrial, devem ser considerados. De fato, a debilidade dos efeitos dinâmicos e os vazamentos no caso regional se explicam não só do lado da acumulação (gastos na formação de capital fixo, sobretudo) e do consumo produtivo (aquisição de insumos), como do lado dos gastos e consumo improdutivo (demanda de bens de consumo de assalaria- (Nota continua na pág. seguinte).

É evidente, pois, o contraste entre o que resultou do conjunto de condições econômicas, políticas e institucionais que possibilitaram a montagem da "nova indústria" e a "proposta no projeto de industrialização do GTDN para o Nordeste, que ... pretendia incentivar na região a criação de um parque autônomo, fundado numa indústria de base, de forte poder germinativo, de elevada capacidade dinamizadora interna, fortemente ligada à base de recursos da região nordestina" (23)

Surgida e consolidada no período posterior à efetiva implantação da indústria pesada no Brasil — que estava voltada para o mercado nacional e tinha como protagonista a grande empresa oligopolista — a "nova indústria" nordestina estava fadada a (i) confinar-se em alguns segmentos produtivos articulados e funcionais ao novo padrão de industrialização nacional, nascido no final da década de 50; (ii) a surgir simultaneamente com a "atualização" de segmentos tradicionais, o que implicava em esforço de modernização dos processos de trabalho, de reequipamento, ampliação e realocação de indústrias (24); (iii) a consolidar-se de modo estreitamente vinculado à indústria e ao aparelho produtivo das regiões mais industrializadas, quer pela compra de insumos, quer pela venda do produtor e, principalmente, pelo controle extra-regional do capital social. Neste sentido, a adjetivação comu-

(Continuação da nota nº 22, da pág. anterior).

dos ou de capitalistas). O alto coeficiente de importação inter-regional que alcança a cifra de 27% e o déficit no balanço comercial do Nordeste com o restante do País que representa 15% do PIB regional, diz bem da dimensão dos efeitos dinâmicos que, a partir dos diversos aspectos referidos, não se internalizam na região". GUIMARÃES NETO, Leonardo. Notas sobre Emprego... op. cit., pp.544 e 545.

(23) ARAUJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste... op. cit., p.298.

(24) Complementando informações anteriores sobre a importância relativa dos investimentos fixos em modernização e em implantação de projetos industriais, deve-se fazer referência ao resultado apresentado pela pesquisa industrial da SUDENE e BNB, realizada em 1978, segundo o qual do total dos investimentos computados para 634 empresas, cerca de 44% referiam-se a projetos de modernização, ampliação e realocação. Ver MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização e Desenvolvimento Regional: a Nova Indústria. Anexo Estatístico. USP. São Paulo. 1982 (mimeo). tabela II.6.

mente usada a respeito da estrutura produtiva em montagem no Nordeste, traduz o conjunto de aspectos que os levantamentos e análise têm destacado: a dependência e a complementaridade da "nova indústria"; o caráter modernizante, parcial e seletivo do crescimento ocorrido nas décadas referidas, sobretudo no tocante à economia urbana da região^(25)

Finalmente, para fixar melhor o papel dos distintos protagonistas na implantação da "nova indústria" é conveniente chamar a atenção para os dados da tabela 28 que mostram para as diversas frações do capital — privado do Nordeste, de São Paulo e de outros Estados, bem como aquele controlado pelo Governo — a orientação seguida na alocação do seu capital social segundo os grupos de indústria. O que se percebe num exame sumário dos dados, é o grande peso que o capital social originário dos grupos nordestinos apresenta na indústria de bens de consumo não duráveis (cerca de 46,7% do total do seu capital social), fundamentalmente concentrado na têxtil e indústria alimentar. Já a função do capital privado de São Paulo, mais disseminado pelos diversos grupos de indústrias, apresenta uma inclinação maior para os bens intermediários para o qual destina quase metade de seu capital. Bem maiores são os percentuais que o capital originário de outros Estados brasileiros (a exceção dos nordestinos e do Estado de São Paulo), do exterior e aquele controlado pelo Governo destinam ao segmento de bens intermediários: 73,9%, 71,8% e 91,9%, respectivamente. As empresas estatais, neste particular, reforçam através dos seus investimentos na química, na metalúrgica e na indústria de borracha, a orientação geral das demais frações do capital privado no sentido de definir a função de produtora de insumos industriais que a "nova indústria" parece assumir na região.

Chama-se a atenção para o fato de que, no interior da indústria de bens intermediários, enquanto os grupos econômicos nordestinos se orientam, predominantemente, para minerais não metálicos, é para a química que se voltam os grupos paulistas, os dos demais Estados brasileiros, os internacionais e as próprias

(25) ARAUJO, Tânia Bacelar de. Industrialização do Nordeste... op. cit., p.297. e GUIMARÃES NETO, Leonardo. Emprego em Pernambuco: Notas sobre a Experiência Recente (1960-1982). In Revista Pernambucana de Desenvolvimento. CONDEPE. Recife, v. 10. nº1. jan/jun. 1983.

Tabela 28 - "Nova Indústria" do Nordeste: Composição do Capital por Gêneros e Grupos de Indústria - 1 9 7 7

Grupo e Gênero de Indústria	Origem do Capital Social (% do total da coluna)					
	Privado do Nordeste	Privado de São Paulo	Privado do Resto do País	Privado do Exterior	Governo	Total
<u>Bens de Consumo não Duráveis</u>	<u>46,7</u>	<u>29,1</u>	<u>17,9</u>	<u>12,4</u>	<u>4,6</u>	<u>19,1</u>
Mobiliário	0,9	0,8	0,6	0,0	0,0	0,7
Farmaceuticos e Veterinários	0,6	0,6	0,1	0,0	0,3	0,4
Perfumarias, sabões e velas	0,5	1,0	0,3	0,0	0,0	0,5
Têxtil	19,2	10,5	8,2	10,0	1,1	11,9
Vestuários, Calçados	6,7	4,4	1,9	0,1	0,3	4,5
Produtos Alimentares	16,9	7,6	4,1	2,0	2,9	8,8
Bebidas	1,5	4,0	2,5	0,3	0,0	2,0
Fumo	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1
Editorial e Gráfica	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2
<u>Bens Intermediários</u>	<u>48,4</u>	<u>49,4</u>	<u>73,9</u>	<u>71,8</u>	<u>91,9</u>	<u>60,0</u>
Minerais Não Metálicos	16,4	13,2	12,0	0,3	0,2	11,7
Metalúrgica	10,4	12,7	13,7	4,2	19,9	12,1
Madeira	0,7	1,6	0,8	0,0	0,0	1,0
Papel e Papelão	3,6	1,4	2,8	0,4	5,0	2,5
Borracha	1,8	1,5	0,9	0,0	10,7	2,3
Couros, Peles e Similares	2,1	0,1	0,4	0,5	0,2	1,0
Química	11,7	17,7	37,2	66,4	55,7	27,0
Matéria Plástica	1,7	1,2	6,1	0,0	0,2	2,3
<u>Bens de Consumo Duráveis e Capital</u>	<u>4,7</u>	<u>18,7</u>	<u>6,6</u>	<u>7,2</u>	<u>2,4</u>	<u>9,5</u>
Mecânica	2,3	2,6	2,7	2,5	0,6	2,8
Material Elétrico e Comércio	1,6	14,5	2,9	0,8	1,3	5,5
Material de Transporte	0,5	1,7	0,4	0,0	0,4	0,7
Diversos	0,3	0,4	0,6	3,9	0,0	0,5
<u>Indústria Extrativa Mineral</u>	<u>0,2</u>	<u>2,6</u>	<u>1,6</u>	<u>8,6</u>	<u>1,1</u>	<u>1,4</u>

.230.

FONTE: Pesquisa Industrial - SUDENE/BNB - 1978.

Obs: Dados apresentados por MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização e Desenvolvimento... op.cit. Anexo Estatístico (mimeo). p. 28.

estatais. No que se refere à indústria de bens de consumo duráveis e de capital, é ao capital privado de São Paulo que se deve parte relevante dos investimentos aí realizados.

Em síntese o que tais informações revelam é que as alterações mais substanciais, na estrutura industrial da região e na redefinição do papel da indústria localizado no Nordeste, devem ter sido provocadas principalmente pelo capital extra-regional, aí incluído as frações sob controle do Estado.

2. O Processo de Modernização da Indústria: O Exemplo da Têxtil.

O que se pretende expor, em seguida, é um resumo do processo de modernização da indústria tradicional, que ocorreu simultaneamente com a criação da "nova indústria", através do exame da têxtil, em particular^(26).

A política de modernização da têxtil, como as demais políticas voltadas para os segmentos denominados tradicionais da indústria nordestina, constituía parte integrante da política de industrialização, que fundamentalmente estava voltada para a criação de um centro dinâmico de produção manufatureira no Nordeste. Este centro constituía a proposição estratégica que visava a superação da economia primário-exportadora, cuja dinâmica era dada, fundamentalmente pela exportação de açúcar, algodão e cacau. O reconhecimento do atraso relativo da região e da impossibilidade de sua superação via setor exportador, deram a estratégia de desenvolvimento regional do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) sua tônica industrializante.

A política de modernização estabelecida inicialmente, que compreendia cerca de seis dezenas de estabelecimentos com aproximadamente 3,17 mil operários, foi resumidamente apresentada num documento da SUDENE intitulado "Sumário do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil Regional", que considerava entre seus objetivos:

(26) O que vai ser apresentado a seguir constitui um resumo e atualização de trabalho anterior do autor. Ver GUIMARÃES NETO, Leonardo. A Política de Modernização das Indústrias Tradicionais e as Repercussões sobre o Emprego: o caso da Indústria Têxtil. In JATOBÁ, Jorge (org.). Emprego no Nordeste... op. cit., pp.406 a 436.

- a) estudo detalhado dos problemas que afetam a sobrevivência da indústria, entre seu conjunto;
- b) programa de treinamento de administradores;
- c) programa de treinamento de mestres e contramestres têxteis;
- d) programas de reequipamentos^(27).

Quanto a este último item, que, sem dúvida era o ponto central do programa, o que se pretendia era a substituição de parte significativa dos equipamentos existentes, notadamente filatórios e teares.

Alguns estudos de avaliação e acompanhamento da política implantada assinalam o desenvolvimento do programa em duas fases bem características: (i) a primeira centrada no esforço de reequipamento das empresas, estabelecendo como restrição a manutenção dos mesmo níveis de produção, admitindo-se muito poucas exceções; além disso a execução da política esteve vinculada a uma estrutura própria e a fontes específicas de financiamento, com grande peso de financiamento de fontes externas, notadamente BID; (ii) uma segunda fase, na qual é relaxada a restrição anterior de manutenção dos níveis de produção, admite-se não só a implantação de novas indústrias têxteis algodoeiras, mas a diversificação da produção no interior do referido gênero. Vale ressaltar que a partir dessa segunda fase o financiamento está vinculado aos mecanismos de incentivos na época denominado 34/18 e posteriormente FINOR. A primeira fase compreende, grosso modo, os anos 1960/65 e a segunda o período posterior a 1965.

Embora não houvesse da parte dos responsáveis pela elaboração da política de reequipamento e modernização da têxtil, nenhuma análise mais detida sobre as prováveis repercussões do programa sobre o nível de ocupação, no exame feito no início dos trabalhos, não se deixou de reconhecer o papel relevante desse gênero industrial a respeito da utilização da força de trabalho, tanto diretamente nas próprias fábricas (mais de três dezenas de milhares de pessoas) como indiretamente, notadamente na agricul-

(27) SUDENE. Sumário do Programa de Reequipamento de Indústria Têxtil Regional. SUDENE. Recife, 1962. pp. 16 e 18.

tura regional, na qual se estimava a geração de cerca de 62,2 mil empregos. Somando-se estas duas parcelas com o emprego estimado no terciário, apresentou-se um cálculo de um pouco mais de cem mil trabalhadores dependentes de tal atividade^(28).

Os resultados, em termos de projetos apresentados e aprovados, na primeira fase foi bem menor do que o esperado. De um total de 61 empresas que deveriam ser incluídas no programa, entre 1960 e 1965, somente foram apresentadas 33 e aprovadas 27. Além dos problemas financeiros e administrativos existentes em tais empresas, o desestímulo que representava o fato de que os empresários teriam que arcar com os riscos derivados das variações cambiais em relação aos empréstimos feitos, constituíram os elementos mais relevantes no reduzido nível de participação das empresas. Na segunda fase, até pelo menos 1978, o número de empresas têxteis aprovadas no Nordeste alcança 85, das quais 56 funcionando normalmente, 13 em implantação, 8 paralisadas ou não iniciadas e 8 funcionando com problemas, segundo pesquisa industrial da SUDENE/BNB, já referida.

É conveniente ressaltar, antes do exame das repercussões do programa, alguns aspectos da situação em que se encontrava a indústria têxtil no final da década de 50 a início da efetiva implantação da modernização dessa atividade.

Os estudos feitos, constantes do Sumário do Programa de Reequipamento e do diagnóstico de I Plano Diretor, são unânimes em ressaltar o processo de articulação regional como um dos componentes mais relevantes das dificuldades da indústria têxtil regional na década de cinquenta. A expansão do sistema de transporte, notadamente o rodoviário, e a modernização da navegação costeira, possibilitaram uma redução dos custos nos transportes de mercadorias e a neutralização de uma das vantagens mais relevantes que possuíam as empresas têxteis nordestinas voltadas para o seu próprio mercado. Em pesquisa realizada nos fins dos anos 60, com o intuito de avaliar a repercussão do programa dez anos depois de sua implantação, esta questão da articulação é assim resumida^(29):

(28) SUDENE. Sumário... op. cit., pp. 4 e 5.

(29) SUDENE. Pesquisa sobre a Indústria Têxtil no Nordeste. SUDENE. Recife, 1917. pp. 22 e 23.

"A ausência de integração entre os vários sub-sistemas componentes do conjunto econômico nacional criou barreira natural de proteção à indústria de produtos têxteis no Nordeste, considerada sólida em seus limites de mercado de fatores e de consumo".

"Essa situação, no entanto, sofreu mudança, na medida em que se processaram as transformações estruturais na economia brasileira, via substituição de importações. Aquele processo se efetivou, como é conhecido, apresentando características locacionais bem definidas. Vale dizer, houve uma concentração de investimentos de caráter substitutivo no Centro-Sul, onde havia condições favoráveis.

"O passo seguinte foi dado quando da criação dos requisitos necessários à integração da economia nacional. A abertura de rodovias e o reaparelhamento dos transportes marítimos possibilitaram o acirramento da concorrência entre as empresas das várias regiões, colocando à mostra a debilidade de nossas indústrias.

"Desapareceram, dessa forma, algumas vantagens locacionais que beneficiaram o Nordeste e lhe permitiram manter-se com funcionamento, a custos elevados, sem que aflorassem crise de maiores conseqüências. A par disso, a estrutura de produção se tornou rígida em função do condicionamento de mercado, cuja faixa de atendimento é pouco dinâmica e de rentabilidade inferior. A conjugação desses fatores resultou na decadência da indústria têxtil regional, refletida, inclusive no fechamento de algumas fábricas e na maior sensibilidade às crises conjunturais por que atravessa a economia mundial".

O primeiro diagnóstico realizado, já referido, concentra-se em cinco questões principais: o mercado, o obsoletismo do equipamento, a mão-de-obra, os problemas financeiros. Tal estudo deixa claro que existe uma inter-relação significativa entre os referidos problemas.

Quanto ao mercado, chama-se a atenção para aquilo que o estudo identifica como "desajuste" entre a oferta e a demanda regionais, que se traduzia no fato de a produção regional estar concentrada em tecidos grossos, de mercados mais dispersos e de menor elasticidade renda, o que significa não só custos maiores de comercialização mas, igualmente, a vinculação a uma fatia menos dinâmica do mercado de tecidos. Por outro lado, esta rigidez da oferta implicava na perda gradativa de faixas do próprio mercado regional de tecidos. Não resta dúvida que este fato está associado ao processo de articulação, antes referido, e a um maior poder de competição da indústria das demais regiões brasileiras, notadamente do Sudeste, que levava a indústria regional do Nordeste a permanecer nos "espaços" deixados pela indústria mais moderna e de maior poder de competição.

Reconhecia-se que tal rigidez da oferta estava sem dúvida estreitamente vinculada ao obsoletismo do equipamento, que constituía no fundo a questão central do diagnóstico realizado. Segundo o estudo, a maioria do equipamento existente estava em uso há mais de 30 anos. Isto por si representaria não somente altos custos de manutenção e operação das máquinas como dificuldades crescentes, face inclusive ao processo de articulação inter-regional, para competir com indústrias mais modernas e de mais alta produtividade (30).

Com relação à mão-de-obra, constatou-se não somente a neutralização de uma das vantagens auferidas pelos empresários nordestinos têxteis, menor custo da força de trabalho, em razão do crescimento relativo maior do custo da alimentação e do salário de base na região; mas, igualmente, um "excesso" de mão-de-obra empregada, motivado principalmente pelo obsoletismo do equi-

(30) Segundo a SUDENE, dos 642 mil fusos em operação, em 1958, aproximadamente 348 possuíam mais de 30 anos. Quanto aos teares, dos 22,5 mil, cerca de 18,3 mil estavam também em uso a mais de três décadas. SUDENE. Pesquisa sobre... op. cit., p. 46.

pamento.

No que se refere ao último dos problemas assinalados, o de financiamento, o que ressalta é que, ao tempo do diagnóstico, as empresas encontravam-se com dificuldades crescentes de recursos não só para fazer frente a um esforço de reequipamento e modernização, como em relação à própria disponibilidade de capital de giro, inclusive devido ao fato de haverem desviado para outras aplicações, parte das disponibilidades obtidas em períodos menos críticos.

Nesse contexto de dificuldades, a participação da indústria têxtil nordestina em relação ao total do país apresentava declínio significativo, em vários dos indicadores considerados: pessoal ocupado, salários, valor bruto de produção do valor agregado bruto (tabela 29). Isto, sem fazer referência as condições que propiciavam o avanço da indústria no Sudeste.

Tabela 29- Nordeste: Participação da Indústria Têxtil Regional na Indústria Têxtil do País - 1939/1959

Discriminação	A n o s (%)		
	1939	1949	1959
Pessoal Ocupado	26,6	23,9	17,9
Salários	16,4	14,9	11,2
V.Bruto da Produção	17,4	17,2	16,3
V. Agregado Bruto	17,7	16,4	13,9

FONTE: IBGE transcrito da SUDENE. Indústria Têxtil no Nordeste-SUDENE. Recife, 1978. p.6.

Um ponto que deve ser lembrado é o de que na década de 50 os processos de trabalho na indústria têxtil sofrem modificações da maior relevância, em vários sentidos. O que significa dizer que o programa de reequipamento e modernização da têxtil nordestina vai dispor, em tese, sobretudo a partir da segunda metade da década de 60, de um conjunto de alternativas tecnológicas que não estavam disponíveis nos programas de reequipamentos de algumas regiões brasileiras, que antecederam à nordestina.

Luigi Spreafico, em estudo sobre a tecnologia associada à indústria têxtil e de vestuário ressalta, do fim da década de 50 em diante, não só o advento das fibras sintéticas como a aceleração na simplificação dos processos de produção de fios e a automação de operações especificamente voltadas para a fabricação de tecidos. Foram ainda introduzidos controles que permitiram aumentar consideravelmente a velocidade de operação de máquinas, "a ponto de, em alguns casos, triplicar ou quadruplicar a produção". O referido autor assinala que a Feira de Hannover, no final de 1963, se constituiu num marco na história da evolução da tecnologia da produção de tecidos, pelo grande número de soluções encontradas simultaneamente tanto na fiação como na tecelagem e operações afins^(31).

Estudo mais recente, patrocinado pelo SENAI e CNRH/IPLAN, a respeito dos efeitos do progresso técnico sobre a ocupação na indústria têxtil, analisando as alterações ocorridas no processo produtivo, tanto em relação ao transporte no interior da fábrica, quanto às operações de transformação e aos produtos intermediários resultantes da atividade produtiva, assinala, enfaticamente, a redução de tarefas e de produtos nas tecnologias adotadas na década de 1950, 1960, 1970 e 1980. A análise feita ressalta que, confrontando as tecnologias vigentes na presente década com a de 60, observa-se uma redução de 30% no número de operações, 33% no número de produtos (semi-elaborados) e 37% nas operações de transporte^(32).

(31) Ver SPREAFICO, Luigi. Transferência de Tecnologia na Indústria Têxtil e de Vestuário. IPE. São Paulo. 1970. pp. 9 e 10. Entre os grandes marcos que a partir da primeira metade da década de 60 ficaram estabelecidos, Spreafico assinala os seguintes: (a) a consolidação dos sistemas semi-contínuos na fiação de algodão; (b) a introdução das primeiras máquinas de fiar "open end"; (c) a afirmação do tear sem lançadeira como economicamente viável; (d) a automação dos sistemas contínuos de acabamento; (e) o aparecimento de novas fibras sintéticas, a sua notável redução de preços e novas técnicas de mistura com fibras naturais; (f) o aperfeiçoamento mecânico e a automação das máquinas de malharia para a utilização de fios sintéticos, dando a este ramo da indústria têxtil uma expansão inesperada; (g) o aperfeiçoamento das técnicas de fabricação dos tecidos aglomerados ("non Woven"); (h) a automação dos controles de produtividade das máquinas e da programação da produção através de computadores; (i) o aparecimento de novas técnicas de texturização dos fios sintéticos.

(32) SENAI/CETIQT. Efeitos dos Avanços Tecnológicos sobre o Emprego na Indústria Têxtil. CRH/INPLAN. s.l. (mimeo) 1980. pp.34 e 36.

As repercussões dessa redução de tarefas e do avanço tecnológico, em geral, que significa, além disso, mudanças qualitativas nos equipamentos e na relação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, podem ser mais facilmente entendidas se se considerar três aspectos relevantes. Primeiro, no confronto entre as fábricas-modelo referente às décadas consideradas no estudo do SENAI-CETIQT, observam-se alterações significativas tanto no total de pessoas empregadas — da fábrica-modelo de 1950 para a de 1980 o número de pessoas empregadas passa de 668 para 276 — como na distribuição do emprego pelas diversas seções da unidade de produção: diminui significativamente o número de pessoas ligadas à fiação (243 em 1950 e 41 em 1980) e à tecelagem (289 para 101), aumentando o pessoal de manutenção e mantendo-se praticamente, o de administração. Em segundo lugar nas categorias tradicionalmente mais numerosas de trabalhadores — fiandeiros e tecelões — e mais alcançados pelas transformações, ocorre também um aumento das tarefas mais simples (locomoção simples, manipulação simples e discriminação) e redução daquelas mais complexas (locomoção carregada, manipulação sincronizada, resolução de problemas). Em terceiro lugar e resultando do aspecto assinalado anteriormente, diminui o número de horas necessárias para a formação integral do fiandeiro em 1/3 e o do tecelão pela metade, entre 1950 e 1980, repetindo-se, neste particular, o processo geral de "desvalorização da força de trabalho" destacado por Marx e vários estudiosos para fases mais recentes do desenvolvimento capitalista, entre eles Braverman^(33).

É evidente que as inovações ocorridas no Nordeste através do programa de modernização não significaram a incorporação de todos esses avanços antes referidos, no entanto não se deve minimizar o impacto das mudanças ocorridas na velha indústria têxtil regional. De fato, já em 1969 as mudanças prevalentemente as sociadas à primeira fase da política de modernização, se faziam notar através de alguns dados referentes aos equipamentos existentes nas unidades de produção, objeto do programa. Na tabela 30

(33) MARX, Karl. O Capital... op. cit., particularmente Livro Primeiro, tomo 2, capítulo XIII. Maquinaria e Grande Indústria. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX. Zahar. Rio. 1977. Os dados referentes à têxtil foram retirados do trabalho do SENAI-CETIQT. Efeitos de Avanços... op. cit., pp.40 e 46.

observa-se uma mudança radical na idade dos equipamentos instalados entre 1959 e 1969, notadamente nos fusos e teares.

Tabela 30 - Nordeste: Idade dos Principais Equipamentos na Indústria Têxtil - 1959 e 1969

Discriminação	Fusos (%)		Teares (%)	
	1959	1969	1959	1969
Mais de 30 anos	54	19	81	32
Menos de 30 anos	46	81	19	68
Total	100	100	100	100

FONTE: SUDENE. Pesquisa sobre a Indústria Têxtil do Nordeste...
op. cit. p.46.

Mas é sobretudo pelo exame da evolução dos equipamentos no decorrer das décadas, partindo do final dos anos 50, que se tem uma noção inicial melhor do processo de modernização. Uma visão geral a respeito de alguns dos equipamentos da têxtil (fusos e teares) revela com clareza, dois processos bem distintos ocorridos na implantação do programa e que de certo modo correspondem às duas fases da política anteriormente referida: a de modernização que se poderia chamar "substitutiva", vigente até o início da segunda metade dos anos 60 e a modernização com ampliação da capacidade produtiva que certamente começa a ter seus reflexos na década de 70. Note-se, através da tabela 31, que houve uma redução significativa entre 1959 e 1969 no número de fusos e teares — passando estes a representar, em 1969, apenas 49% do total de 1959 — associada a uma substituição dos equipamentos velhos por novos, o que por si representou uma profunda modificação nos processos de trabalho adotados. Nos anos subseqüentes, já na década de 70, a ampliação da capacidade produtiva e a renovação do gênero têxtil na região se traduz sobretudo na ampliação dos fusos que em 1978 ultrapassam, em termos numéricos, o ano inicial do programa. Considerando-se a capacidade produtiva instalada da indústria em operação, a aprovada e em implantação é de se esperar para breve a quase duplicação dos fusos na têxtil nordestina, embora o mesmo não ocorra em relação aos teares.

Tabela 31 - Nordeste: Evolução dos Equipamentos Principais da Indústria Têxtil 1959/78

Especificação	E m o p e r a ç ã o				Em operação, aprovados e em implantação
	1959	1969	1972	1978	
Fusos (em mil)	642,3	433,1	602,8	792,9	1.171,1
Teares (em mil)	22,5	11,0	10,9	12,1	14,2
Fusos (1959=100)	100	67	94	123	182
Teares (1959=100)	100	49	48	54	63

FONTE: SUDENE. Sumário do Programa... op. cit., SUDENE. Pesquisa sobre... op. cit. SUDENE. Indústria Têxtil... op. cit.

É claro que tais indicações não traduzem todas as alterações ocorridas na indústria têxtil da região. Com a substituição e ampliação da capacidade instalada são introduzidos novos processos produtivos, novos produtos e ocorre uma vinculação distinta desse gênero industrial com relação à base da matéria-prima regional. Além do mais, aumenta consideravelmente a produtividade industrial, quer se considere a mão-de-obra, quer se considere a utilização de alguns equipamentos. A este respeito, estimativas feitas, ainda em 1969, pela SUDENE revelam o salto qualitativo dado pela têxtil nordestina. O texto da SUDENE mostra, tanto para a fiação como para a tecelagem, a produtividade estimada para o Brasil (1961), para as novas e as tradicionais fábricas no Nordeste (em 1969), em relação ao padrão latino-americano^(34).

Vale aqui ressaltar que as fábricas novas superam tanto em fiação quanto em tecelagem, quer para os equipamentos ou para a mão-de-obra, o padrão latino-americano considerado na análise. É surpreendente, segundo as informações da pesquisa, o avanço obtido em termos de produtividade dos equipamentos da tecelagem: de um nível provável — se se considerar que o nível das tradicionais em 1969 era representativo do nível médio das fábricas têxteis no começo dos anos 60 — da têxtil nordestina correspondente a apenas 66% do padrão latino-americano, passa-se para uma cifra correspondente a 3,5 vezes maior que o referido padrão. Embora menos surpreendente em termos de valores absolutos, e, em relação ao padrão adotado, a produtividade da mão-de-obra na fiação que, nas indústrias tradicionais, corresponde a 36% do padrão latino-americano, para as fábricas em implantação, à época, o nível latino-americano é ultrapassado em 26%. Apesar do significado que as cifras citadas têm em relação ao referido padrão e como indicador da modernização efetivada no Nordeste, o confronto com o padrão da Europa Ocidental e dos Estados Unidos revelam o espaço que poderia ainda ser ocupado pela indústria nordestina na busca de novos padrões tecnológicos na têxtil.

A respeito da questão anterior é importante o registro de algumas conclusões da pesquisa da SUDENE quando avaliou, em 1969, os resultados do programa de modernização:

(34) SUDENE. Pesquisa sobre... op. cit., pp. 49 a 58.

"Em outras palavras, a tecnologia que está sendo acolhida pelas fábricas nordestinas pode ser considerada avançada em termos da capacidade produtiva das máquinas, porém não tem ainda o grau de automação (aplicada à substituição do trabalho humano) que a possa colocar ao nível dos países mais avançados em produtividade da mão-de-obra" (35).

Um ponto que deve aqui ser lembrado diz respeito ao fato de que no interior dessas transformações ocorridas, nas quais o processo de articulação das regiões brasileiras com a constituição de um mercado nacional mais solidário e a ação deliberada do Estado via órgãos regionais do tipo SUDENE e BNB, reduz-se, proporcionalmente, a vinculação do gênero industrial com a base de matérias-primas regionais e ocorre simultaneamente uma "desregionalização" da indústria têxtil, na região, da perspectiva da propriedade do capital. A respeito desse último fato, é conveniente lembrar que, segundo pesquisas da SUDENE/BNB sobre a indústria incentivada até 1978 no Nordeste, cerca de 53% dos investimentos fixos estavam sob o controle do capital social extra-regional.

Outro ponto relevante diz respeito à redução relativa da integração da indústria têxtil em relação à produção regional de matérias-primas ou insumos necessários à produção têxtil. Com base nos pareceres industriais, estudo da SUDENE mostra uma participação de tecidos mistos (poliéster e algodão) que representaria (julho de 1975) cerca de 6,5% do valor da produção das empresas aprovadas pela SUDENE, além de 11,8% representado pela produção de fios mistos. Por outro lado, da indústria em operação em 1978, além do consumo de 88 mil toneladas de algodão, levantamentos da SUDENE registram consumo de aproximadamente 9 mil toneladas de poliéster, em sua quase totalidade concentrado no consumo produtivo das indústrias de Pernambuco. As previsões do consumo total da indústria em operação e das empresas aprovadas até agosto de 1978 era de 15,2 mil toneladas, agora com uma participação mais relevante, além de Pernambuco, nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Tudo isto é também confirmado pelo

(35) SUDENE. Pesquisa sobre a Indústria Têxtil... op. cit. p.57.

estudo feito sob o patrocínio da SUDENE e do BNB que revelou que do total de insumos adquiridos pela têxtil nordestina, cerca de 24% em termos de valor provêm de fornecedores extra-regionais^(36). Ocorre como que um fenômeno de redução, provável, dos vínculos anteriores que a indústria regional mantinha com atividades produtoras da região, através de processos que alguns autores sugerem estar ligados à standardização e normalização (ou normatização)^(37).

Não pode ser negado o significado das transformações ocorridas no período na indústria têxtil tradicional do Nordeste. Elas são perceptíveis não somente a partir da diversificação da produção, da melhoria do padrão de qualidade dos produtos como dos padrões administrativos, hoje adotados, além disso, juntamente com tais transformações ocorreu e vem ocorrendo uma participação maior de grupos nacionais de fora da região e de empresas multinacionais. Por conta de tudo isto, pouco resta do que era a tradicional indústria têxtil nordestina, antes de 1950.

Havia uma certa dose de verdade na afirmativa dos executores da política econômica quando assinalvam que no contexto do sistema, no processo de integração que ocorria, a redução de mão-de-obra utilizada era o preço pago para evitar o desaparecimento de toda atividade que, a partir da década de cinqüenta, se expõe à concorrência e à consolidação do mercado nacional de bens e do mercado de trabalho. Pode-se, no entanto questionar, evidentemente, o alto custo que a modernização implicou, o modo

(36) Ver SUDENE, Indústria Têxtil no Nordeste... op. cit., pp.17 e 18. Re-ver dados da pesquisa industrial de 1978 feita pela SUDENE e BNB, constantes da tabela 27.

(37) "A tradicional rede industrial regional (...) é afetada pelos processos de standardização ou de normalização, ligados ao predomínio de processos tecnológicos mundiais, processos que tendem a conduzir as relações industriais para a escala nacional e internacional (novas relações qualitativas de trocas exteriores)... De fato numerosas indústrias, tradicionalmente consideradas como "motoras" já não exercem uma tal função em consequência das novas características do processo de internacionalização... PALIOLA, Christian. As Fimmas... op. cit., pp. 72 e 73. Remete-se aqui, mais uma vez, para as conclusões da dissertação de mestrado de Maria do Livramento Clementino, referidas por Angela Kageyama, quando é destacado o fato de que a nova indústria têxtil, ao partir para a absorção de fibras sintéticas e algodão de fibra curta, reduz sua demanda do algodão de fibra longa e desequilibra as relações de produção do tradicional sistema gado-algodão, de alguns Estados da região. Ver CLEMENTINO, Maria do Livramento M. O Maquinista... op. cit., e KAGEYAMA, Angela A. Modernização... op. cit., pp. 58 e 59.

como foi procedida, em relação ao trabalhador têxtil da região, sem nenhuma medida compensatória para a mão-de-obra dispensada.

Na análise do impacto da modernização sobre a absorção de mão-de-obra na indústria têxtil nordestina existem divergências muito significativas entre os levantamentos da SUDENE e os do BNB, tanto os censos econômicos, como levantamentos anuais e os próprios censos demográficos^(38). No que se refere aos levantamentos da SUDENE, feitos através da pesquisa de 1959 e de 1969, o que os dados apontam é uma redução de aproximadamente 2.000 pessoas empregadas, apenas, dado que, no universo das unidades de produção pesquisadas a liberação de cerca de 9,3 mil empregados entre 1959 e 1969 — 6,7 em razão da modernização e 2,6 mil pelo fechamento de empresas — teria sido compensada pela admissão de 7,3 mil, em razão da ampliação das empresas e implantação de novas unidades de produção^(39).

A análise feita pela SUDENE restringe-se ao universo das empresas que se constituem objeto de intervenção das entidades governamentais, via incentivos oferecidos. No entanto, vale observar que ora se restringiam as empresas existentes em 1959 (cerca de 60 com pouco mais de 30 mil trabalhadores), ora incluíam novas empresas implantadas no decorrer do período, além de fábricas que reabriram e tiveram ampliadas a sua capacidade. Neste nível restrito, conclui-se que o impacto da modernização teria sido, no período, menor que o esperado, situando-se em níveis "razoáveis"^(40).

Entre as circunstâncias favoráveis são assinaladas a abertura de fábricas e a instalação de novas, além da ocorrência de casos de reequipamento com ampliação da capacidade produtiva.

Contrariamente a esta constatação, os levantamentos do IBGE, em distintas ocasiões e através de diferentes procedimentos

(38) Ver a respeito SCHMITZ, Hubert. Divergências nas Estatísticas sobre Emprego na Indústria Têxtil do Nordeste — Uma Análise de Levantamentos da SUDENE e do IBGE. Brasília, 1979. (mimeo).

(39) Consultar SUDENE. Pesquisa sobre... op. cit., p. 38.

(40) SUDENE. Pesquisa sobre... op. cit., p.41.

revelam um impacto considerável sobre os níveis de emprego. No caso específico do censo industrial, o total de pessoas ocupadas na têxtil passa de 80,7 mil em 1949 para 58,6 mil em 1959, 38,4 mil em 1970 e 44,7 mil e 56,5 mil em 1975 e 1980, respectivamente. Já o censo demográfico revela que o total de pessoas vinculadas às ocupações especificamente têxteis (cardadores e penteadores, tecelões, fiandeiros, estampadores, acabadores de pano, e outros), na região passou de um contingente de 60,9 mil em 1950, para 24,1 mil em 1970 e 48,1 mil em 1980. Tendência semelhante é detectada por Schmitz, em trabalho citado, para outros levantamentos do IBGE: o registro industrial e a produção industrial^(41).

O que os dados levantados pelo IBGE, para o período 1950/80, revelam é a ocorrência de três momentos bem distintos da evolução da têxtil regional que, grosso modo podem ser assim caracterizada:

- a) uma primeira fase correspondente a década de 50, na qual a competição inter-regional levou a uma redução do nível de atividade e do emprego do setor têxtil nordestino, que teve efetivamente ameaçada a sua sobrevivência;
- b) um segundo momento, já referido, de implantação do programa de modernização que, de acordo com a sua concepção inicial, deveria enfatizar o reequipamento e a racionalização do processo produtivo sem dar lugar à ampliação da capacidade instalada; grosso modo esta fase corresponde aos anos 60, notadamente sua primeira metade;
- c) uma terceira fase que combinava o aprofundamento da modernização das unidades produtivas tradicionais com a ampliação da capacidade produtiva, inclusive com o estímulo à implantação de novas indústrias têxteis; seu início pode ser fixado na segunda metade dos anos 60.

Os dados das tabelas 32 e 33 permitem que se tenha uma idéia das repercussões da competição e das políticas sobre a atividade têxtil no Nordeste, notadamente em relação ao emprego, níveis de produção e produtividade e salários. Assinale-se, de

(41) SCHMITZ, Hubert. Divergências... op. cit., p. 15.

Tabela 32 - Brasil e Nordeste: Produtividade e Salário Médio na Indústria Têxtil
1950 / 1980

Especificação	Valores Absolutos (Cr\$1.000 de 1975)					Taxas Anuais de Crescimento					
	1950	1960	1970	1975	1980	$\frac{1950}{1960}$	$\frac{1960}{1970}$	$\frac{1970}{1975}$	$\frac{1975}{1980}$	$\frac{1950}{1980}$	$\frac{1960}{1980}$
Nordeste											
Valor da Transformação											
Industrial/Pessoa Ocupada	7,9	12,4	10,6	52,7	108,8	4,6	4,7	20,7	15,6	8,8	10,9
Salário/Pessoa Ocupada	3,8	4,9	7,0	8,7	9,0	2,6	3,3	4,4	0,7	2,8	2,9
Brasil											
Valor da Transformação											
Industrial/Pessoa Ocupada	11,5	16,0	28,9	56,4	106,7	3,4	5,4	14,3	13,6	7,5	9,5
Salário/Pessoa Ocupada	6,5	7,8	10,5	12,0	13,5	1,8	2,7	2,7	2,2	2,4	2,6

FONTE: IBGE - Censo Industrial - 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980.

Notas: O VTI foi corrigido pelo índice de preços da FGV (coluna 23); os salários pelo deflator implícito do VTI do total da indústria, obtido a partir de diversos índices de preços setoriais da FGV. Os valores registrados no censo industrial de 1950 referem-se a 1949; os do censo de 1960 a 1959.

Tabela 33 - Nordeste: Evolução do Emprego na Indústria Têxtil
1950 / 1980

Especificação	Fonte dos Dados	Pessoas Ocupadas (1.000)					Taxas de Crescimento Anual					
		1950 (1)	1960 (1)	1970	1975	1980	1950 1960	1960 1970	1970 1980	1970 1975	1975 1980	1950 1970
Pessoas Ocupadas	Censo Industrial	81,2	58,6	38,4	46,5	58,6	-3,2	-3,8	4,3	3,9	4,7	-3,5
Ocupações Específicas da Indústria Têxtil	Censo Demográfico	61,0		24,2		48,6			7,2			-4,5
a) Cardadores e penteadores		1,9		0,5		2,1			15,4			-6,5
b) maçaroqueiros, bombinadores e espuladores		5,9		1,8		3,0			5,2			-5,8
c) fiandeiros		13,9		5,6		8,8			4,6			-4,4
d) urdideiros e remetedores		1,6		0,6		0,8			2,9			-4,8
e) cordeeiros		0,7		0,8		2,7			12,9			0,7
f) tecelões		34,4		13,3		26,8			7,3			-4,6
g) alvejadores e tintureiros têxteis		1,2		0,4		0,7			5,7			-5,3
h) estampadores têxteis		0,3		0,2		0,6			11,6			-2,0
i) acabadores de pano		1,1		1,0		3,1			12,0			-0,5

FONTE: IBGE - Censo Industrial 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980 e Censo Demográfico 1950, 1970 e 1980.

(1) As informações sobre pessoas empregadas do censo industrial de 1950 referem-se a 1949, e a do censo industrial de 1960, a 1959.

início, que a problemática anteriormente resumida para os anos 50 se expressam, particularmente, no declínio do emprego entre 1949 e 1959, segundo o censo industrial. Neste período o VTI quase estagnou crescendo a uma taxa de 1,2% ao ano. A combinação deste fato com o declínio absoluto do emprego inclusive com o fechamento de empresas de menor capacidade de competição, deu lugar a um crescimento da produtividade em torno de 4,6% ao ano. Na década seguinte não foi melhor a "performance" vista a partir dos indicadores tradicionais: o VTI expandiu-se a apenas 0,7% ao ano, o emprego declinou a uma taxa anual de 3,8% e a produtividade expandiu-se a 4,7% ao ano. No entanto este comportamento dos anos 60 em muitos aspectos semelhante ao que se observou para a década anterior tem, entre suas motivações, a efetiva implantação do programa de modernização que se traduziu, como se ressaltou, na substituição do equipamento obsoleto de grande parte do parque têxtil regional, num contexto de contenção dos níveis de produção e da capacidade instalada. Essa década significou, sem dúvida, a fase preparatória para o salto significativo que iria ocorrer nos anos 70. No entanto a conjugação da crise e impasse dos anos 50 com a substituição radical dos velhos equipamentos na década de 60 implicou a destruição de mais da metade dos empregos existentes neste gênero industrial. Entre 1950 e 1970, durante 20 anos, portanto, a ocupação na indústria têxtil nordestina decresceu a uma taxa de 3,5% ao ano, segundo os censos industriais, e 4,5% segundo os censos demográficos. A categoria dos tecelões, a mais significativa, passa de 34,4 mil em 1950 para apenas 13,3 mil em 1970 (tabela 33).

O período 1970/80 significou não só o aprofundamento da modernização com a continuidade da política de reequipamento da indústria têxtil, como o aumento significativo da capacidade produtiva, inclusive com a "desregionalização" desse gênero industrial. O VTI expandiu-se a 20,7% na primeira metade da década de 70 e 15,6% na sua segunda metade (tabela 32). O ano de 1980 vai encontrar a têxtil nordestina com nível de produtividade maior que a têxtil brasileira (ver valores absolutos da tabela 32). Não obstante este incremento significativo da produtividade, os níveis de emprego aumentaram na década de 70, alcançando, no seu final, o contingente do início da década de 60, bem abaixo, portanto daquele registrado em 1950.

O custo social dessa transformação incidiram, em grande parte, sobre o trabalhador têxtil. Em primeiro lugar pela demissão em massa ocorrida tanto no período crítico dos anos 50 como na fase inicial da modernização. Além disso, pela completa ausência de políticas compensatórias nos momentos críticos da desocupação. Em segundo lugar pela apropriação dos ganhos de produtividade pelo capital, com um repasse pouco significativo sobre o salário médio, o que não necessariamente significa que o salário de base do operário possa ter participado dos aumentos de produtividade ocorrido, dado o contexto social e político do período em análise.

A respeito dos ganhos de produtividade ocorridos e de sua apropriação é suficiente afirmar-se, de acordo com as informações constantes da tabela 32, que ao aumento de 13,8 vezes do VTI por pessoa ocupada correspondeu, no Nordeste, um aumento, entre 1950 e 1980 de 2,4 vezes o salário médio da mão-de-obra na têxtil. No período em que ocorreu a modernização (1960/80), o crescimento da produtividade foi de 10,9% ao ano, enquanto que o salário médio expandiu-se a 2,9% ao ano. O caso nordestino, neste particular, parece ser exemplar: em 1980 a produtividade da têxtil nordestina, era superior à da têxtil brasileira no entanto o salário médio, no Nordeste, nesta data, era, um terço menor que o registrado para o Brasil.

Várias são razões que podem explicar este fato: (i) em primeiro lugar, a maior parte do período de implantação do programa de modernização dá-se num contexto de um regime autoritário no qual prevaleceu uma política de arrocho salarial e foram instituídos mecanismos que liquidaram algumas garantias de estabilidade do emprego e facilitaram significativamente a prática da demissão e da rotatividade da mão-de-obra, como foi o instituto do FGTS; (ii) a modernização coincidiu também com uma fase de desmobilização das lutas sindicais, o que permitiu um maior poder de barganha da classe patronal, num contexto regional de sindicatos pouco representativos; (iii) o "exército de reserva", engrossado pelos trabalhadores das atividades têxteis expulsos a partir da modernização ou fechamento de fábricas de tecidos e fiação, constituiu, no mercado de trabalho, um elemento adicional de rebaixamento dos salários, sobretudo numa atuação na qual as organizações dos trabalhadores não podiam desempenhar papel ati-

vo na modificação das tendências desfavoráveis no mercado de trabalho.

Alguns registros da época ressaltam aspectos adicionais a respeito do impacto da modernização sobre o trabalhador têxtil. Documentos da ACO (Ação Católica Operária) denominado "Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça", comemorando o 1º de maio de 1967, assinala além das pressões patronais sobre os trabalhadores para que optem pelo Fundo de Garantia, a prática disseminada de sub-remuneração, inclusive com pagamento aos trabalhadores abaixo do salário mínimo em muitas fábricas têxteis; o aumento significativo da rotatividade; pressões dos patrões no sentido de uma maior intensificação do trabalho, inclusive com o aumento do número de máquinas sob o controle e responsabilidade do trabalhador têxtil; a morosidade e incompetência da Justiça do Trabalho para dar solução aos casos que envolvem desrespeito à estabilidade, ao salário, ao regime de trabalho^(42).

Em um importante estudo sobre a indústria têxtil nordestina e particularmente a de Pernambuco, Sydia Maranhão analisa as mudanças no processo de trabalho, inclusive a partir de depoimentos de trabalhadores que assistiram à modernização. São destacados, no estudo, ao lado de aspectos associados à política de seleção no interior do processo produtivo a intensificação do

(42) "A grande meta da reforma sugerida pela SUDENE é a de dar à indústria têxtil nordestina capacidade competitiva com outros centros de produção do país, para que possa sobreviver como atividade econômica... Em nome do progresso e do desenvolvimento estão sendo jogados na miséria alguns milhares de trabalhadores, sem que se tomem quaisquer decisões paralelas, visando a oferta de novos empregos para esses homens sacrificados... Na companhia Paulista de Tecidos de Pernambuco (mais de dois mil operários em duas fábricas) foram demitidos, entre 9 de janeiro e 2 de fevereiro do corrente ano, 300 (trezentos) operários estáveis, entre os quais cinco membros da diretoria do respectivo Sindicato, num desrespeito duplo à lei de estabilidade... O fato de todos os demitidos serem operários com mais de dez anos de casa, caracteriza o objetivo da decisão da empresa: eliminar dos seus quadros os operários estáveis... Em Paulista, houve um sindicato para defender os direitos de operários com estabilidade adquirida. Mas que dizer de outros casos semelhantes, em todo Nordeste onde os trabalhadores ficam jogados à própria fragilidade indefesa? Que poderão fazer, por exemplo, os 700 operários demitidos, de uma só vez, de uma fábrica do Recife, se não possuem estabilidade e estão, portanto, sem meios de lutar na Justiça pela sua reintegração no trabalho?" Ação Católica Operária. Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça. ACO. Recife, 1967, pp. 43, 44, 45.

regime de trabalho. No que se refere aos primeiros aspectos, a citada economista resalta, referindo-se a uma unidade de produção por ela analisada:

"Passa-se a ter uma política de seleção no interior do processo produtivo, onde alguns trabalhadores vão ser remanejados, ora para baixo ora acima na escala hierárquica, mas, privilegiando sempre a manutenção dos operários mais adaptáveis às mudanças; portanto os mais novos, os mais hábeis e os mais disciplinados"(43).

Nesta política seletiva privilegia-se o uso da força de trabalho mais jovem, com menor capacidade de liderança e de resistência. Daí a afirmativa da referida autora: "verificam-se assim os dois atos exigidos para uma modernização: o sucateamento das máquinas e de parte dos homens"(44).

O que o referido estudo de caso mostrou é que foram também alteradas as relações trabalhador-máquina, intensificando o "processo de consumo da força de trabalho", com a ampliação da área de vigilância operária e a redução do conteúdo da tarefa individual, o que é coerente com aspectos também assinalados pelo estudo patrocinado pelo SENAI e IPLAN, antes referido(45).

É evidente que as mudanças ocorridas não se esgotam nos seus aspectos estritamente econômicos; ademais, num contexto autoritário no qual ela ocorreu, novas formas de exploração são somadas àquelas que a modernização, em si mesma, propiciava. Sydia Maranhão destaca sobretudo as relacionadas com o horário de trabalho (substituição dos turnos "partidos" por turno contínuo) e as horas de refeição (na eliminação ou redução e a disseminação da prática de "comer trabalhando")(46).

(43) MARANHÃO, Sydia Maria Queiroz de Albuquerque. Tecnologia e Trabalho: Um Estudo de Caso na Indústria Têxtil de Pernambuco (1950-1980). Recife, 1983. (mimeo). pp. 221 e 222.

(44) MARANHÃO, Sydia Maria Queiroz de Albuquerque. Tecnologia e Trabalho... op. cit., p. 224.

(45) MARANHÃO, Sydia Maria Queiroz de Albuquerque. Tecnologia e Trabalho ... op. cit., pp. 224, 225 e 235.

(46) MARANHÃO, Sydia Maria Queiroz de Albuquerque. Tecnologia e Trabalho ... op. cit., pp. 235, 237 a 247.

O uso de novas máquinas e a modernização por se tratarem, de um lado, de um uso capitalista de máquinas e de uma modernização também capitalista, são portadores de relações sociais que devem conduzir a um processo de valorização do capital, que podem produzir resultados que pouco têm a ver, no que se refere aos trabalhadores e pessoas diretamente envolvidos, com o desenvolvimento econômico-social ou com o bem estar, conceitos que estão sempre associados com o progresso técnico e com a inovação, considerando abstratamente, sem levar em conta as relações sociais e as relações de dominação que estão implícitas.

Para um melhor entendimento dessa modernização da têxtil, que pode ser considerada "radical" do ponto de vista da intensidade do processo no qual ocorreu e da profundidade das mudanças de que foi portadora, devem ser apresentadas algumas informações adicionais sobre outro tipo de modernização, a ocorrida na indústria do açúcar, à qual, comparativamente com a da têxtil, pode ser qualificado de "conservadora". Este confronto é importante pelo fato de permitir ilustrar que as transformações dessa ordem — que estão associadas a um processo maior de homogeneização — são desiguais pois traduzem formas também desiguais de penetração do capital em determinadas atividades, e de aprofundamento das relações capitalistas de produção.

Vários estudos sobre a evolução da economia açucareira do Nordeste, no século atual, lembram aspectos relevantes do contexto no qual se dá sua modernização, destacando, entre outros os seguintes pontos:

- a) a presença marcante do Estado não só através de mobilização de recursos visando o estímulo direto à acumulação privada, mas sua atuação mais abrangente através de um sistema de planejamento que define objetivos não só no âmbito da produção e da comercialização, como normas de comportamento para os distintos segmentos sociais envolvidos;
- b) a tônica conciliatória que estava presente na ação governamental que, simultaneamente a isto buscava a modernização do parque açucareiro; esta tentativa de harmonização de interesses dizia respeito não só aos produtores situados no Nordeste ou no Sudeste, e à luta por fatias do mercado que se acirrou a par da crise de 1929/30; como estava bem presente nas

tentativas de reduzir as tensões entre os fornecedores de cana e os usineiros, na luta pela apropriação do excedente; é neste contexto que se evidencia o papel condicionador, na modernização, da propriedade fundiária e de seus representantes^(47).

As tensões entre usineiros e fornecedores, que no fundo estão ligadas ao processo de submissão da agricultura ao capital industrial, conforme ressalta Nazareth Wanderley, vão ter sem dúvida influência na intensidade do processo de modernização e no avanço do capitalismo na agroindústria canavieira. Neste embate a referida autora registra, ao lado de (i) um primeiro momento da luta pela apropriação da mais-valia que se concentra na fixação de preços da matéria prima, anteriormente à crise de 1929/30, (ii) uma segunda fase, já com o IAA, quando o objetivo dos usineiros se desloca para medidas tendentes à expulsão, da atividade produtiva, dos fornecedores que trabalham suas terras, sob o argumento de irregularidade no fornecimento e de necessidade premente de modernização da agricultura^(48).

É a partir de então que o IAA, assinalando razões de natureza social na sua política de apoio à indústria do açúcar, depois de um longo período de negociação elabora textos legais definidores da política açucareira que estabelecem limites mínimos para a contribuição dos fornecedores no total da cana consumida em cada usina, além de definições outras relativas a pre-

(47) Para uma análise do sistema de planejamento dessa atividade ver SZMRECSÁNYI, Tamás. O Planejamento... op. cit., cap. III e IV. Uma análise das formas de ação do Estado e dos aspectos conciliatórios de sua atuação é apresentada por WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Capital e Propriedade... op. cit., cap. IV e VI. Ver ainda MELO, Mario Lacerda de. O Açúcar... op. cit., e MARTINS, Paulo Henrique N. Planejamento e Acumulação na Agricultura Açucareira de Pernambuco. Recife. s/data. (mimeo). 2ª Parte.

(48) WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Capital e Propriedade ... op. cit., pp. 73, 75, 76, 77. À página 78 é encontrada a seguinte citação de um Secretário de Estado de Pernambuco nos anos 30: "Com os laços atuais de união entre agricultor e industrial é impossível qualquer racionalização da lavoura canavieira nas terras arrendadas.. É Preciso, portanto, que não se asfixiem fábricas de açúcar, colocando-se a mercê de administrações agrícolas as mais discordantes para o provimento de sua matéria-prima".

ços, rendimento industrial e pureza da matéria prima. Acrescentem-se, ainda normas relativas ao contrato de arrendamento visando proteger os fornecedores não proprietários^(49).

A "problemática das relações entre o capital industrial e a propriedade fundiária" volta a se manifestar mais adiante, na década de 60, associada, agora, à descapitalização da economia açucareira e ao movimento camponês, concentrado na Zona da Mata. Neste contexto é que surgem as propostas mais abrangentes de racionalização da atividade, através da SUDENE e posteriormente GERAN, que no fundo visavam, através de estímulos financeiros, elevar o rendimento agrícola e liberar, com isto, faixas de terras que seriam utilizadas na diversificação da atividade econômica. O que vale ressaltar é que, progressivamente, com o também gradativo esvaziamento das propostas reformistas mais gerais, nos governos militares, as exigências referentes à liberação de terras "vão sendo relegadas e em 1970 a Resolução nº 71, de 21 de dezembro, praticamente dissocia os objetivos de modernização, do programa de redistribuição fundiária"^(50). Nos avanços e recuos de suas propostas, sem conseguir nunca concretizar aquelas que seguiam uma linha mais reformista, o GERAN é extinto no início dos anos 70.

Não somente alheio à orientação de cunho reformista da SUDENE e do GERAN, mas por vezes se contrapondo às exigências que os referidos órgãos tentam estabelecer na concessão dos financiamentos às usinas — como nas discussões ocorridas na montagem do IV Plano Diretor da SUDENE — o IAA continua no seu caminho tradicional reforçando algumas de suas propostas, inclusive na linha conciliatória visando reduzir as tensões entre os usineiros das distintas regiões na sua disputa pelo mercado^(51). Neste sentido atribui aos produtores nordestinos a cota do mercado preferencial americano que antes pertencera a Cuba; reforça o apoio e as facilidades de financiamento e de reembolso dos empréstimos;

(49) WANDERLEY, Maria de Nazareth N. Capital e Prosperidade ... op. cit., p.80.

(50) Idem, ibidem, p.109.

(51) MELO, Mario Lacerda de. O Açúcar... op. cit., p.268.

fixa os preços do produto final e da cana em função dos custos da atividade nordestina.

Esta última passa a ter um desdobramento em anos posteriores, que está associado a um conjunto de medidas complementares que são adotadas e à reação que a eles se seguiram^(52). Tal desdobramento diz respeito a alterações introduzidas a partir de 1965 que consistiam, fundamentalmente, na divisão do mercado nacional em duas grandes regiões (Norte/Nordeste e Centro/Sul), com o abastecimento atribuído aos produtores regionais e a fixação de cotas mensais de comercialização para cada usina; o estabelecimento de preços diferenciados para cada região, onerando o consumidor nordestino que passa a pagar mais caro pelo açúcar. Deve-se finalmente registrar, como outro momento dos desdobramentos antes referidos, a decisão tomada, já no início da década de 70, de reunificação dos preços, com o estabelecimento de subsídios para os produtores do Norte/Nordeste, na perspectiva futura de sua redução na segunda metade da referida década. Simultaneamente foram postos em prática medidas e mecanismos que propiciavam a fusão, realocização e renovação de equipamentos. Tal orientação voltada para a concentração e modernização é extensiva aos fornecedores.

De fato, somente a partir da década de 70 é que toma corpo um conjunto de medidas que irão promover alterações mais significativas nos processos de produção da economia açucareira. A este respeito assinala Teresa Sales:

"A intervenção do poder estatal no setor açucareiro pode ser dividido em dois períodos, demarcados pela posição ocupada pelo Nordeste. O primeiro período... vai da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) até

(52) "Considerando-se que os custos de produção do Nordeste eram superiores aos do Centro-Sul e haviam-se elevado com as exigências da legislação trabalhista, a fixação de um preço único nacional resultaria necessariamente num sobrelucro para os produtos sulistas. O IAA passa a exigir deste últimos uma taxa, cujo montante global seria, mais uma vez, revertido às usinas nordestinas. Particularmente esta última medida provoca reações negativas dos produtores sulistas que, sentindo-se diretamente prejudicados, recusam-se ao pagamento da taxa estipulada ou exigem que ela seja aplicada em sua própria região". WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Capital e Prosperidade... op. cit., p.113.

o início dos anos 70, quando foi promulgado o Decreto-Lei nº 1185 de 27/08/1977; e o segundo período vai daí aos nossos dias, tendo nesse decreto-lei o seu marco divisório simbólico, por ter sido então quando se estabelece a paridade de preços do açúcar para as duas regiões açucareiras... marcando assim o final da política até então administrada pelo IAA de protecionistas à indústria açucareira nordestina" (53)

As propostas de racionalização que se seguiram, que abrem possibilidade de realocização, fusão e concentração da produção, tiveram garantida, pelo menos no início, sua viabilidade em razão, sobretudo da grande massa de recursos que a conjuntura favorável do comércio exterior, no início da década de 70, colocou nas mãos de IAA.

Com as notas anteriores, que se referem, sumariamente, a algumas preocupações básicas da política de apoio a agroindústria do açúcar e à sua modernização, pretende-se chamar a atenção para dois pontos. Um primeiro, refere-se ao papel que o Estado, através principalmente do IAA, teve, em grande parte de sua atuação, na reprodução de determinada estrutura produtiva e relações sociais que, inexoravelmente, face ao processo de articulação comercial e integração econômica inter-regional, estaria fadada a desaparecer ou, a exemplo do que ocorreu com a têxtil, a passar por mudanças radicais. Atuando com uma espécie de estufa — sobretudo da fase anterior à década de 70, mas também, ainda, na referida década através de alguns subsídios que implicam um tratamento "preferencial" para a produção nordestina — o Estado brasileiro possibilitou, através da criação de condições "artificiais" a conservação de atividades produtivas, relações de produção e segmentos sociais que não poderiam sobreviver noutro contexto. Isto ocorre com um custo muito grande para a produção nordestina (não evidentemente para o usineiro nordestino) que perde gradativamente a hegemonia na produção do açúcar. O que é impor-

(53) SALES, Teresa. Agreste, Agrestes: Transformações Recentes na Agricultura Nordestina. Paz e Terra. Rio. 1982. p.20.

tante ressaltar e que a política que possibilitava a manutenção das relações sociais de produção no Nordeste e de uma estrutura produtiva sem grandes alterações, no Sudeste, e particularmente em São Paulo, dava lugar a expansão acelerada e a transformações na indústria do açúcar. (54).

O segundo ponto decorre do anterior. O Estado que em seu conjunto se constituiu na correia transportadora na transferência do capital produtivo de outras regiões para o Nordeste, e um dos principais protagonistas do denominado processo de homogeneização, no caso específico do segmento agroindustrial do açúcar no Nordeste, passa a se constituir numa barreira ao curso natural desse processo. É interessante ressaltar que não só foram contidos as transformações na agroindústria do açúcar, como permaneceu "regional", sem se deixar invadir por capitais não nordestinos, este amplo setor da atividade produtiva na região. É evidente que este último aspecto está também condicionado pela pouca motivação econômica das frações dos capitais extra-regionais na atividade açucareira no Nordeste, quando existem outras alternativas de investimento, nesta área, em outras regiões.

3. A Criação de Uma Nova Atividade: o Exemplo de Camaçari

O surgimento e a consolidação do Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, está associado, em termos econômicos, a uma estratégia mais global de substituição de importações e ao reconhecimento, na década de 60, sobretudo na sua segunda metade, de uma aceleração inusitada da demanda de petroquímicos primários e finais. Registre-se apenas que, já no final do "milagre", não obstante o crescimento da produção doméstica, as importações brasileiras de produtos petroquímicos, representavam 400 milhões de dólares (55).

(54) OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia... op. cit.*, pp. 59 a 62.

(55) MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. *A Problemática... op. cit.*, p. 42. Perroni faz a seguinte afirmativa a respeito: "As estatísticas de consumo brasileiro das primeiras categorias de produtos petroquímicos acusam taxas de crescimento bastante significativas na última década. Nas formas finais de consumo os termoplásticos cresceram em média 19,2% a.a., as fibras 20,8% e os elatômeros 10,8%, enquanto as matérias primas petroquímicas experimentaram as seguintes taxas de crescimento: olefinas 17,2% e aromáticos 12,7%." PERRONI, Otto Vicente. *Alguns Aspectos Relativos à Transferência de Tecnologia e ao Fortalecimento da Engenharia Nacional no Setor Petroquímico no Brasil*. Rio. 1976. (mimeo). p.2.

A resposta da economia brasileira a esta questão, sob a forma de implantação do II Polo Petroquímico na Bahia, teve que ser obtida a partir de uma longa e complexa negociação na qual estavam envolvidos interesses de grupo privados nacionais e multinacionais, a burocracia estatal, centrada na Petrobrás, e no BNDE, ao lado de interesses regionais localizados em São Paulo — defendendo a alternativa de ampliação do I Polo Petroquímico localizado nesse Estado — e o localizados no Estado da Bahia que tiveram prevalência, definindo a implantação em Camaçari^(56). O processo de implantação envolveu não só estudos técnicos de aspectos econômicos e tecnológicos do complexo, como os realizados pelo Bureau d'Etudes Industrielles e de Cooperation de l' Institut Français du Pétrole (BEICIP), de 1971 a 1973, como a montagem do Plano Diretor de Camaçari (1974), sob a responsabilidade do Governo da Bahia, bem como o Programa de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Camaçari (1975), de responsabilidade do governo municipal. Tais documentos de trabalho representaram não só uma definição inicial dos parâmetros econômicos e técnicos — caso dos estudos do BEICIP — mas uma definição mais ampla de política e estratégia regional de desenvolvimento industrial, fundamentada na idéia de polo de desenvolvimento — Plano Diretor de Camaçari —, ao lado de uma preocupação, a nível local, com as repercussões sociais da implantação das unidades de produção que constituiriam o II Polo Petroquímico — caso do Programa de Desenvolvimento Social^(57).

Estavam presentes nas intenções dos planejadores não só os objetivos de descentralização espacial da indústria brasileira, na direção do Nordeste e particularmente da Bahia, como todo um conjunto de propósitos muito caros ao planejamento regional, notadamente de um crescimento auto-sustentado para a economia regional. No resumo feito por Aldemir do Vale e Tarcisio Patrício é ressaltado o seguinte:

(56) Ver a respeito desse momento de negociação e dos seus principais atores o capítulo III de MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. *A Problemática...* op. cit., pp. 73 a 85.

(57) Ver análise dos referidos textos feita por Luciano Martins e Hervé Théry na parte referente ao planejamento. MARTINS, Luciano e THÉRY, Hervé. *A Problemática...* op. cit., pp. 90 a 124.

"A proposta contém justificativas, em geral, de duas ordens. Em primeiro lugar, sugere-se que a implantação do Complexo Petroquímico, enquanto uma medida de desconcentração espacial da atividade econômica, atende a um imperativo não apenas de natureza econômica mas também social e política. Em segundo lugar, retomam-se os objetivos de auto-sustentação tão amplamente difundidos pelos documentos da SUDENE nas justificativas do próprio programa de industrialização do Nordeste. Sobressaem-se sob esse aspecto a necessidade de se promover uma maior articulação ao nível inter-industrial da indústria regional e um mais amplo aproveitamento de matérias primas regionais" (58).

Além disso, embora se reconhecesse o custo extremamente alto de cada emprego criado, as considerações gerais do Plano Diretor apresentavam estimativas otimistas de criação de novos empregos, notadamente os indiretos em setores os mais diversos, o que era também acompanhado de previsão das transformações significativas para a estrutura e dinamismo da economia estadual, que passaria a contar com uma atividade motriz, capaz de "assegurar as condições para um crescimento auto-sustentado" (59).

Independentemente do otimismo bem presente nos responsáveis pela elaboração de estratégias de desenvolvimento industrial, no Nordeste, o fato concreto a se considerar é que a década de 70 assiste a um avanço considerável na expansão industrial da Bahia, com a implantação do Polo de Camaçari iniciado em 1972. Entrando em operação já em 1978, o referido Polo contava no final da década, com cerca de 40 empresas em operação ou implantação,

(58) SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. O Complexo Petroquímico de Camaçari e o Emprego Urbano. In CME/PIMES/UFPE. A Ação do Setor Público e o Mercado de Trabalho no Nordeste. Recife. 1983. (mimeo). pp. 13 e 14.

(59) Resumo apresentado por MARTINS, Luciano e THIÉRY, Hervé. A Problemática... op. cit., pp. 101 e 102.

ocupando, aproximadamente, 20 mil pessoas.

É evidente que se tratava não só de mais um conjunto de unidades de produção industrial, que se somaria ao existente no Distrito Industrial de Aratu, mas de uma expansão industrial sob novas bases e que trazia no seu bojo a redefinição das relações que a economia regional, particularmente a baiana, passava a ter com o resto da economia brasileira, principalmente a sua indústria pesada, concentrada em São Paulo. O Complexo Petroquímico de Camaçari altera substancialmente a estrutura da indústria baiana e reforça o papel desse Estado na produção de insumos estratégicos. De fato, se em 1950, a indústria de bens intermediários representava tão somente 19% do VTI da Bahia, em 1975 ela já se situava em torno de 63% e, presentemente, próximo a 70%. O significado desse fato exige que se desça a um exame mais particularizado do Polo de Camaçari.

Antes, porem, é necessário que se tenha uma noção mais precisa dos resultados e dos esforços desenvolvidos na implantação do II Polo. Desde logo vale lembrar que à economia baiana foram destinados no período 1963-81 cerca de 35% dos recursos que a SUDENE/BNB reservou à indústria nordestina; além disso, aproximadamente 28% do total de recursos teve como destino a indústria química concentrada no Estado da Bahia: "as informações são, portanto, inequívocas em atestar que a economia baiana foi realmente a maior receptora de recursos, dentro dela, a atividade produtora de petroquímicos"^(60). Estimativas da FIEB revelam, ademais, que no total dos investimentos da indústria de transformação do Estado, cerca de 43% estava compreendido pelos investimentos na química e 38% mais especificamente na petroquímica.

No entanto, o que se deve levar em conta é que o esforço de implantação da "nova indústria", em geral, ou do Complexo Petroquímico, em particular, demandou do setor público um esforço adicional muito grande de investimento, cuja significação pode ser captada a partir de estimativas de algumas variáveis macroeconômicas. A participação do Estado da Bahia na formação bruta de capital fixo do setor público no Nordeste, segundo esti-

(60) SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. O Complexo...
op. cit., p.22.

mativas da SUDENE, no período de implantação do II Polo, alcançou 39% em 1974, 48% em 1975 e 46% em 1979. Entre o primeiro e o último ano da série os investimentos públicos expandiram-se a uma taxa anual de 14%^(61).

A implantação do II Polo representou, sem dúvida, uma operação muito complexa, envolvendo as mais diversas fontes de recursos e distintos órgãos da administração pública. Aldemir do Vale e Tarcísio Patrício fazem referência não só a empréstimos do BNDE, como aos incentivos fiscais do CDI, SUDENE, Governo Estadual, Prefeitura de Camaçari, Petrobrás, etc.

Sem contar os empreendimentos apenas aprovados ou em estudos, que totalizam cerca de 22 projetos, as unidades em operação e implantação, em 1982, perfaziam um total de 45, representavam investimentos da ordem de 4,5 bilhões de dólares e ocupavam um contingente de pouco mais de 20 mil pessoas. Agregue-se a isto que a relação investimento/emprego para a indústria em operação alcançava 214,5 mil dólares contra 243,7 das unidades em implantação. O que estava muito acima dos 38 mil dólares para a relação média encontrada para a "nova indústria" do Nordeste.

Não resta dúvida que ao lado da consolidação que se verificou, na Bahia, no Distrito Industrial de Aratu, é a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari que se deve também o intenso crescimento da indústria de transformação baiana, estimada em 20,6% , ao ano pelo CONDER, entre 1970 e 1978.

Um primeiro ponto a ser considerado, num exame mais particularizado do Polo, diz respeito às relações inter-industriais que ele mantém no contexto da economia regional. A análise desses aspectos ressaltam o reforço que a expansão recente da petroquímica baiana trouxe na complementaridade entre a economia nordestina e a do Sudeste. Na verdade, com o propósito de aproveitar a matéria prima local e de dar continuidade à "vocaçao" da economia baiana na produção de bens intermediários, estava presente uma estratégia mais geral de suprimento de "certos insumos básicos a operação de setores... da indústria de São Paulo, num

(61) SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. O Complexo...
op. cit., p. 26.

contexto de continuidade do "programa" de substituição de importação a nível nacional" (62). Os dados da tabela 34 revelam algumas das relações básicas do Complexo com a economia regional e o resto do país. Ao mostrar a integração "para trás", com a base de recursos naturais e de matéria prima regional ou local, a tabela revela o reduzido grau de integração a partir da venda de produto, no nível estadual, sugerindo o alto grau de articulação desse segmento produtivo com o restante da economia nacional. Na verdade, 2/3 da produção destina-se ao resto do país e exterior, basicamente ao Sudeste e, em particular, a São Paulo. Isto tem a ver com a reduzida importância da indústria de transformação petroquímica, na estrutura do Complexo, que comporta, em tese, ao lado do segmento dos produtos básicos, de intermediários e produtos finais, as chamadas aplicações. De fato, segundo estimativa de Souza e Araújo, o total de investimentos do segmento de transformação de produtos da petroquímica corresponde a apenas 3% dos investimentos do Polo, estando constituída, em sua maioria, de pequenas e médias empresas, concentradas no ramo de termoplásticos. É este caráter ainda "incompleto" do Complexo, concentrado nos produtos básicos e intermediários da petroquímica, que define a nova indústria baiana como "supridora de insumos básicos" para a indústria nacional.

A ausência das chamadas atividades "satélites", de utilização dos produtos básicos (gás de síntese, aromáticos e olefinas), bem como dos produtos intermediários (amônia, metanol, uréia, melamina, estireno, caprolactama; óxido de eteno, acrilonitrila, MVC, MVA, óxido de propeno), segmentos que foram contemplados pelos idealizadores do II Polo, constitui a explicação para o reduzido efeito, sobre o emprego e renda, derivado das relações "para a frente", no contexto do Complexo Petroquímico de Camaçari.

Um segundo ponto a ser considerado, também destacado no estudo de Aldemir do Vale e Tarcisio Patrício, diz respeito ao fato de que, embora nas suas relações "para trás" exista um grau de integração significativo no Complexo de Camaçari, a natureza da atividade petroquímica leva a que somente os hidrocarbonetos,

(62) SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcisio Patrício de. O Complexo... op. cit., p. 47.

Tabela 34 - Complexo Petroquímico de Camaçari: Estimativa da Origem das Matérias Primas e Destino da Produção

(%)

A N O S	Origem das Matérias-Primas			Destino da Produção		
	Local	Outros Estados	Exterior	Estado	Outros Estados	Exterior
1979	76,3	12,1	11,6	31,6	65,1	3,3
1980	79,5	17,3	3,2	32,2	60,0	7,8
1981	81,3	14,6	4,1	33,7	61,3	5,0
1982	81,4	14,2	4,4	33,7	61,9	4,4

FONTE: Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. Tabela extraída do texto de SOUZA, Aldeir do Vale & ARAÚJO, Tarcisio Patricio de. O Complexo... op. cit., p.48.

associados ao refino do petróleo, e o gás natural constituem a demanda das unidades da indústria petroquímica^(63).

Enfim, está-se diante de um complexo de indústrias, de um ramo específico, no qual a ausência, a nível regional, do segmento transformador de petroquímicos, de um lado, e o baixo coeficiente de demanda de produtos fora os da indústria do petróleo, de outro, limitam suas repercussões em termos de renda e emprego. Além disso, não obstante o esforço planejado, desenvolvido no sentido de possibilitar o máximo de articulações possíveis com a mobilização dos mais variados agentes, deve-se reconhecer as limitações que a constituição de um polo de desenvolvimento, nos termos pensados pelos planejadores, teria necessariamente que encontrar no contexto da economia baiana ou nordestina, sem os requisitos que pudessem "maximizar os efeitos econômicos de um polo industrial"^(64). Necessariamente surgiriam "filtrações" decorrentes da articulação "para fora" que o Complexo teria que manter na destinação do produto, na demanda de serviços técnicos e especializados, na aquisição de equipamento.

Uma visão do conjunto da "nova indústria" baiana, centrada no Complexo Petroquímico de Camaçari e no Distrito Industrial de Aratu revela uma curiosa relação segundo a qual a indústria petroquímica articula-se fortemente "para trás" (à montante) através da demanda de uns poucos produtos, com a indústria regional, e à jusante ("para frente") com a indústria do Sudeste, através de uma gama variada de produtos. Ocorre que o segmento extra-regional que utiliza matéria-prima oriunda da petroquímica localizada na Bahia, passa, numa segunda instância, a se constituir supridor de parte significativa da indústria de transfor-

(63) SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício de . O Complexo... op. cit., p.34. À mesma página estão as seguintes considerações desses autores"... quanto a efeitos para trás, no entanto, é baixo o coeficiente de demanda a outros produtos que não os hidrocarbonetos resultantes do refino do petróleo e o gás natural. Ou seja, independentemente de se entrar no exame mais detido das atuais ligações para frente, do Complexo de Camaçari, a nível regional as próprias características da indústria principal já a limitam de desempenhar, pelo menos em termos imediatos, o papel que dá base ao surgimento de um Polo".

(64) SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. O Complexo... op. cit., p.35.

mação, notadamente a do Distrito de Aratu. Está-se pois, diante de uma "lógica econômica" que define uma divisão inter-regional de trabalho na qual a implantação de um polo, a nível de uma região, constitui uma tarefa seguramente problemática.

O aprofundamento de algumas dessas questões e a análise das repercussões do Complexo Petroquímico de Camaçari podem ser desenvolvidos, nos termos sugeridos por Luciano Martins e Hervé Théry, em trabalho citado, levando em conta a ótica nacional, estadual (regional) ou municipal.

Da ótica nacional, sem nenhuma dúvida os resultados obtidos foram positivos. De um lado, houve um aumento significativo da produção física de petroquímicos — a produção doméstica de eteno, por exemplo, cresceu 900% no período 1970/76 — e de outro, ocorreu uma economia líquida de divisas a partir de Camaçari, da ordem de 280 milhões de dólares em 1979 e que, segundo estimativa do BNDE, já alcançaria 470 milhões em 1984^(65). Não se pode deixar de lado, a partir dos investimentos públicos e privado, necessários à implantação do Complexo, a intensa demanda sobre a indústria de bens de capital, sobre a construção civil e a engenharia pesada.

A própria experiência advinda da constituição das empresas e da administração do Complexo Petroquímico, através do tripé que envolve frações do capital nacional, multinacional e estatal, é, sem dúvida, fundamental para o avanço da industrialização brasileira, em novas articulações, a exemplo do III Polo em implantação no Sul.

No que se refere à ótica regional ou estadual, há que registrar o avanço na industrialização do Estado e da região, as transformações na sua estrutura industrial, já considerados anteriormente, além disso tem sido referido freqüentemente o considerável aumento das receitas fiscais do Estado e a contribuição para o aumento do emprego e da massa de salário pagos na economia baiana. A respeito desse último aspecto, o que se deve considerar é que o Complexo Petroquímico criou um mercado específico de trabalho no contexto da economia estadual, com níveis

(65) MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. A Problemática... op. cit., p.43.

de salários consideravelmente altos para os padrões locais, com uma mão-de-obra que foge, em termos de qualificação aos padrões vigentes na Bahia. De fato, a partir das informações da RAIS, do Ministério do Trabalho sobre distintas atividades no Estado da Bahia, fica patente, na indústria química o pequeno percentual de trabalhadores situados nas faixas de mais baixos salários — até 3 salários mínimos cerca de 16%, contra 63% na indústria de transformação baiana e 71,5% no total das atividades urbanas "formais" em 1980 — e sua concentração nas faixas que se situam acima de 5 salários mínimos^(66).

Ainda na ótica regional, ficou evidenciado que são bem limitados os efeitos dinamizadores do Complexo Petroquímico sobre a atividade econômica do Estado e da região, notadamente no que se refere à geração indireta de renda e emprego. Em trabalho já citado, Aldemir do Vale e Tarcisio Patricio desenvolvem esforços no sentido de calcular o referido impacto do Complexo sobre o emprego, cujo resumo é apresentado na tabela 35. Note-se que o emprego indireto permanente representa pouco mais do total do emprego direto. No que se refere às repercussões no próprio Estado, de acordo com a análise feita pelos autores, é de se esperar que ela seja significativa em relação ao emprego indireto gerado na produção de matérias-primas (item 2 da tabela) e na prestação de serviços (item 3), sendo, pelas razões antes assinaladas, bem menores na indústria de transformação e no segmento transformador de petroquímicos. A esses empregos indiretos permanentes gerados fora do Estado, o estudo faz referência ao emprego temporário, tanto na produção nacional de equipamentos — que no período 1976 /78 oscilou entre um mínimo de 15 mil e um máximo de 21,5, concentrado no Sudeste, — como na montagem da infra-estrutura e na implantação das unidades produtivas do complexo que alcançou 25 mil, estes concentrados nos canteiros de obras em Camaçari.

Não se poderia esperar, após a montagem no interior da economia nacional de um parque industrial pesado e complexo, concentrado fora do Nordeste e da Bahia, que as aspirações dos planejadores regionais, relacionados com a constituição de uma estrutura produtiva auto-sustentado ou mesmo de um polo de desen-

(66) SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcisio Patricio de. O Complexo ... op. cit., pp. 63 a 83.

Tabela 35 - Complexo Petroquímico de Camaçari: Emprego Permanente Direto e Indireto - 1 9 8 5

E s p e c i f i c a ç ã o	Número de Pessoas Empregadas
1 Emprego Direto	20.682
2 Emprego Indireto na Produção de Matérias Primas	1.250
3 Emprego Indireto na Produção de Serviços	4.180
4 Emprego Indireto na Indústria de Transformação e Extração Mineral	9.940
5 Emprego Indireto na Indústria de Transformações de Petroquímicos	6.750
6 Total	42.802

FONTE: Estimativa de SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcisio Patrício de.
O Complexo... op. cit., p.97.

volvimento altamente integrado, viessem a ser concretizadas. A respeito do Complexo de Camaçari, é-se tentado a pensar que foram alcançados os "limites do possível", no contexto atual.

Resta agora um exame sumário das repercussões, considerando-se a ótica local. Neste caso as considerações que devem ser feitas envolvem questões relacionadas tanto com a concepção de "polo", quanto as relacionadas com a gestão do plano diretor e do programa que deveria levar em conta as repercussões do Complexo Petroquímico a nível local. A respeito do primeiro aspecto, o que está presente no estudo de Martins e Théry são os equívocos derivados da noção de "polo de desenvolvimento" sobretudo aqueles oriundos da confusão entre a concepção de "espaço econômico" e "espaço geográfico" que deu lugar a expectativas associadas às repercussões do Complexo, que se deveriam concentrar em grande parte, no espaço geográfico de Camaçari^(67). Concretamente, as projeções feitas apontavam no sentido de que se localizariam em Camaçari parte relevante do emprego e da população vinculada ao Complexo. Assim, no que se refere ao complexo básico estimava-se, em 1975, que 64% do total de empresas tenderia a fixar-se nos aglomerados urbanos de Camaçari e Dias D'Ávila, e 36% em Salvador e outras localidades. A situação em 1980 revelou que apenas 6,2% dos empregos no referido complexo se localizaram em Camaçari e Dias D'Ávila. É evidente que não se trata apenas de erros associado à concepção de polos, mas diz respeito a outro ponto analisado, relacionado com a certeza de que a partir do complexo básico deveria surgir um "parque petroquímico de transformação". Com base nestes pressupostos e nas repercussões sobre o restante da atividade econômica (empresa não petroquímicas, construção civil, serviços, etc) estimou-se em pouco mais

(67) "Ora, quando se transpõe a problemática do polo do espaço econômico abstrato em que foi [pensado] para um espaço geográfico concreto, e em situação de subdesenvolvimento, nem todas essas condições dadas como existentes de fato existem — ou podem facilmente ser criadas. Não apenas isso. Quando se lida com um espaço econômico abstrato, não cabe levar em consideração quais os limites do espaço físico no âmbito do qual se espera que sejam distribuídos os benefícios gerados pelo polo — ou, quando muito, fica implícito que se pensa num "espaço nacional. Assim não constitui objeto de preocupação como se distribuem pelo espaço físico as diferentes estruturas de produção que caracterizam a atividade do polo, ou qual a distância que pode separar os centros de produção dos mercados intermediários e finais". MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. A Problemática... op. cit., p. 17.

de 200 mil pessoas residentes, em 1980, no Município de Camaçari. Isto representou o dobro do contingente registrado em levantamentos feitos em 1979^(68). No entanto os pressupostos e projeções tiveram implicações práticas, notadamente as relacionadas com a implantação de infra-estrutura, desapropriações e a construção de conjuntos habitacionais que envolveram gastos públicos e implicaram o endividamento do governo municipal de Camaçari.

Registre-se, no entanto que o impacto da construção do Complexo deu lugar ao imediato surgimento de favelas, junto aos canteiros de obras, dado o poder de atração sobre a população da sub-região. Isto levou à execução de planos de emergência que agravou ainda mais a situação financeira do município^(69).

Uma das conclusões mais importantes do trabalho de Lucia no Martins e Hervé Théry é feita nestes termos:

"A não-fixação em Camaçari da mão-de-obra detentora de maior poder aquisitivo produziu efeitos em cadeia sobre o desenvolvimento econômico e social tanto da cidade quanto do município. Assim, a implantação do complexo petroquímico se, de um lado, determinou a desorganização das estruturas social e urbana até então existente em Camaçari, de outro, não produziu a reorganização dessas mesmas estruturas nos termos inicialmente previstos".

Mais adiante continuam os referidos autores:

"Verifica-se, portanto, que os equívocos introduzidos no planejamento a partir das expectativas criadas em torno da noção de "polo", aliados aos problemas surgidos ao nível da

(68) MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. A Problemática ... op. cit., pp. 135 e 136.

(69) "Quando estava em meio à execução desse programa [refere-se também a investimentos em educação e sistema viário] de investimentos, uma súbita mudança operada pelo Governo Estadual nos critérios de distribuição das alíquotas do ICM... fez com que a arrecadação desse imposto pela Prefeitura de Camaçari, em 1979, caísse dos 174 milhões previstos para 94 milhões de cruzeiros. Em consequência, toda política de investimento já iniciada... foi subitamente ameaçada, disso resultando a paralização de alguns programas... "MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. A Problemática... op. cit., p. 164.

execução do plano, em parte dada a coexistência de "lógicas" diferentes e contraditórias, próprias aos diferentes e múltiplos atores envolvidos na gestão da experiência de Camaçari, criaram uma problemática de difícil resolução"

"Os dois perfis que traçamos, o do extrato social empregado no complexo mas que mora em Salvador e o do extrato que mora em Camaçari mas se liga apenas marginalmente a ele, sugerem a existência de duas populações que não se integram nem social nem fisicamente... E esse simples fato talvez seja aquele que melhor retrata a distância que hoje separa as expectativas de desenvolvimento gerados com a implantação do "polo" das realidades que em torno dele se criaram" (70).

E evidente que existem equívocos, no entanto o que não se pode é minimizar os determinantes mais gerais que, seguramente, condicionaram a implantação do Complexo Petroquímico e lhe negaram a "definição" como "polo", nos termos pensados pelos teóricos. Seu caráter incompleto e as dificuldades existentes nas tentativas de avançar no sentido de sua maior integração, são ditas, também, pela presença de uma estrutura industrial complexa, na economia brasileira, e pela existência de segmentos da indústria, inclusive transformadoras de petroquímicos, que se localizam fora da fronteira nordestina, seguramente em São Paulo. Na esteira de uma política voltada para a substituição de importações, o Complexo Petroquímico de Camaçari substitui as importações necessárias para a operação de segmentos que, antes, demandava do exterior, os produtos nos quais se especializou. A sua parte que não está na Bahia nem no Nordeste já, antes, estava presente na economia brasileira, pelo menos em parte significativa.

(70) MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. A Problemática... op. cit., pp.163, 164 e 165. Para uma análise do impacto econômico e social da implantação do Complexo Petroquímico sobre Salvador, ver de BRANDÃO, Maria de Azevedo. A Regionalização da Grande Indústria do Brasil: Recife e Salvador na Década de 70. In Revista de Economia Política Vol.5, nº4, out/dez. 1985. pp. 86 a 98.

CAPÍTULO V: INTEGRAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO

V. INTEGRAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO

Já se assinalou anteriormente que, com a integração econômica do Nordeste ao resto da economia brasileira, são superados os limites que poderiam reduzir a intensidade e a profundidade do "ajustamento" da estrutura produtiva do Nordeste, face às suas relações com as áreas mais industrializadas. Isto significa dizer que através dessa nova forma de integração, que se expressa pela transferência do capital produtivo, pôde o Nordeste se adequar à exigência das regiões mais industrializadas com as quais se vincula mais intensamente, e modernizar parte de sua economia, sem obedecer os limites ditados pelas frações regionais do capital ou pela sua capacidade de acumulação.

No capítulo anterior foram examinados alguns desses aspectos. O surgimento da "nova indústria" que não mais está voltada para o consumo regional, notadamente de bens de consumo não duráveis, mas que tem nas regiões mais industrializadas parte importante do seu mercado, constituído, cada vez mais, de bens intermediários, foi um dos pontos referidos. Além disso, o fato de tratar-se de um segmento produtivo cuja propriedade do capital é em sua maior parte, de grupos de fora da região e, ademais, de depender significativamente de fornecedores extra-regionais de matérias-primas, ilustra bem as novas relações que passam a existir entre o Nordeste e o resto do país.

Mas é importante destacar que as mudanças ocorridas não se limitaram ao surgimento de novos segmentos produtivos no Nordeste. Estreitamente vinculado ao processo de articulação comercial e à integração econômica, a região assistiu a um processo de modernização que embora privilegiasse alguns setores tradicionais da indústria de transformação, não se limitou a eles, alcançando outros segmentos da economia urbana entre os quais o comércio, a intermediação financeira, o sistema de transporte e comunicação e a própria atividade governamental. No caso específico da indústria de transformação, particularmente na têxtil, a onda de modernização ocorrida foi também portadora de um processo de "desregionalização" deste ramo industrial, pela presença que passou a existir de grupos econômicos não nordestinos no comando de importantes unidades de produção.

Não obstante as intenções dos planejadores regionais, com suas propostas de montagem de uma estrutura produtiva integrada, a partir de indústrias germinativas ou da constituição de polos baseados no aproveitamento integral da disponibilidade de recursos naturais da região, o que resultou depois de duas décadas de montagem da "nova indústria" foi a constituição de uma estrutura produtiva que, seguramente, se integra muito mais com a economia — sobretudo a industrial — do resto do país, do que entre si e com outros setores produtivos do Nordeste. Montada tardiamente, depois que no interior da economia nacional já havia sido implantada a indústria de base, e tendo como principais protagonistas grupos econômicos de fora da região, a "nova indústria" se orientou, prevalentemente, para a busca de uma complementaridade com o parque industrial nacional e muito menos para a constituição de um "centro autônomo de produção manufatureira", como se pretendia no início da década de 60.

A articulação comercial inter-regional e as novas relações que passam a existir entre o Nordeste e o resto do país, através do capital produtivo, implicavam, também, a exigência de processos produtivos modernos e atuais, do ponto de vista tecnológico. Assim, salvo em relação à indústria açucareira, na qual o controle do Estado por grupos econômicos regionais possibilitou o controle, também, do ritmo da modernização desse segmento da produção regional, a nova atividade econômica do Nordeste ou foi implantada a partir de novos padrões ou, quando já existente, teve que se modernizar. É evidente que desse processo está excluída uma variada gama de unidades produtoras de bens e serviços, de pequeno porte ou de tipo familiar, que se vinculam a mercados específicos e que, por vezes estão ao abrigo da concorrência da unidade produtiva de grande porte.

Estes aspectos ressaltados nos dois últimos parágrafos têm implicações importantes em relação ao mercado de trabalho da região, sobretudo no que se refere à capacidade da economia em absorver parte os excedentes da força de trabalho existentes na região.

A seguir pretende-se examinar alguns aspectos considerados relevantes do mercado de trabalho do Nordeste, associados ao processo de integração econômica inter-regional. Na parte final do capítulo, de modo muito sumário, são apresentados alguns traços

relacionados com as formas de atuação, do Estado no processo de integração e nas relações de trabalho, nas últimas décadas.

Duas questões importantes serão ressaltadas neste capítulo, depois de algumas seções mais descritivas sobre o mercado de trabalho: (i) uma primeira relacionada com o crescimento e a relativa incapacidade da economia para absorver parte significativa do excedente de mão-de-obra na região; e (ii) a relação entre este excedente e a determinação dos níveis de remuneração.

1. Integração e Emprego

Nesta parte serão abordados alguns temas relacionados com o emprego e relações de trabalhos, associados aos processos de articulação e integração desenvolvidos anteriormente. Entre eles serão tratados aspectos relacionados com o dinamismo e as transformações no mercado de trabalho, examinada a questão da heterogeneidade e, finalmente feitas considerações sobre condições de trabalho, salário e produtividade.

1.1. Descrição da dinâmica do emprego e das transformações no mercado de trabalho

A análise do emprego, notadamente o urbano, que será examinado mais detidamente, deve iniciar-se pelo reconhecimento de que os setores mais importantes da economia regional se expandiram significativamente, nas três últimas décadas, até, pelo menos, o final dos anos 70. As informações apresentadas anteriormente não deixam margem a dúvida sobre a expansão ocorrida no produto e investimentos na região, notadamente no que se refere aos segmentos urbanos da economia.

Este dinamismo da economia foi acompanhado por uma expansão do emprego urbano que passou de um contingente de 2,1 milhões de pessoas em 1960 para um contingente de 5,5 milhões em 1980 nas atividades predominantemente urbanas (população economicamente ativa da indústria e das atividades terciárias, de acordo com a definição do censo demográfico)^(1). O que é conveniente assinalar é que a participação da PEA (população economicamente ativa) predominantemente urbana no total do Nordeste passou de

(1) Existem problemas metodológicos que dificultam a comparação do censo demográfico de 1980 com os anteriores. Deste modo os dados apresentados têm como finalidade mostrar, grossu modo, uma ordem de grandeza na evolução ocorrida.

30,4% em 1960 para 36,7% em 1970 e aproximadamente 50% em 1980.

Uma informação significativa na análise da evolução do emprego urbano é aquela que ressalta, no crescimento absoluto da PEA total, as atividades rurais e urbanas que têm contribuído mais intensamente para a absorção da mão-de-obra nas atividades econômicas. A tabela 36 permite a explicitação, em primeiro lugar, do fato de que se na primeira década considerada (1950/60), do total do incremento líquido do emprego (ver definição na referida tabela), cerca da metade (51,8%) foi absorvido na agropecuária; na década seguinte (1960/70), apenas 27,8% do aumento verificado conseguiu engajar-se no denominado setor primário. Na última década intercensitária (1970/80), os setores urbanos foram responsáveis pela absorção de aproximadamente 86% do aumento ocorrido na PEA entre os dois levantamentos censitários. Vale aqui ressaltar o papel cada vez maior que as atividades industriais (indústrias de transformação + serviços industriais de utilidade pública + construção civil) tiveram na absorção da mão-de-obra: representando 6% da absorção total na primeira década, chegaram, no último decênio, a um percentual de mais de 30%. O fato de, nos últimos 20 anos considerados, o segmento produtivo urbano ter sido responsável pela absorção de mais de 80% do aumento na PEA torna explícito o papel que, no período, a economia urbana vem desempenhando no mercado de trabalho regional (ver gráficos 13 e 14).

Este crescimento do emprego urbano necessita, no entanto, ser qualificado. Em primeiro lugar, o que se deve considerar é que, historicamente, a economia regional não se tem mostrado capaz de absorver a força de trabalho que, ano a ano, se apresenta na atividade produtiva, em busca de uma ocupação. São sinais evidentes deste fato os significativos fluxos emigratórios, com origem no Nordeste e que se destinam às demais regiões brasileiras, e as altas taxas de subemprego existentes, inclusive nas cidades.

No que se refere aos fluxos emigratórios, vale registrar que estudos recentes revelam que se na década de 60 saíram do Nordeste cerca de 1,3 milhões de pessoas na direção de outras regiões, na década seguinte a emigração compreendeu cerca de dois milhões de nordestinos. Um ponto que deve ser considerado é que nas duas décadas referidas a economia regional teve um crescimen-

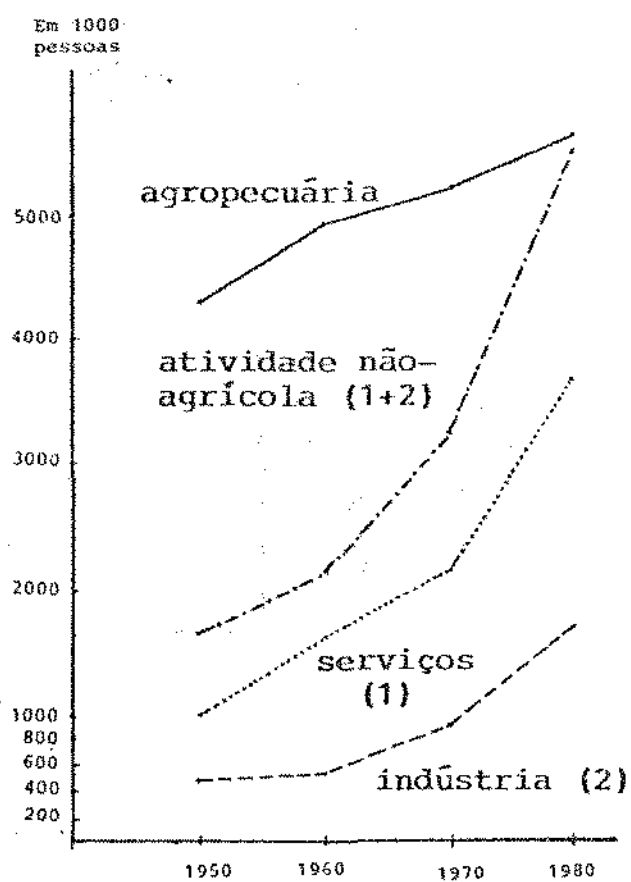
Tabela 36 - Nordeste: Incremento Líquido (*) da População Economicamente Ativa entre 1950 e 1980, Segundo Atividades Econômicas

Atividades Econômicas	Incremento Líquido da População Economicamente Ativa							
	1950/60		1960/70		1970/80		1960/80	
	Em 1000 Pessoas	%	Em 1000 Pessoas	%	Em 1000 Pessoas	%	Em 1000 Pessoas	%
1. AGROPECUÁRIA	<u>721</u>	<u>51,8</u>	<u>350</u>	<u>27,8</u>	<u>410</u>	<u>14,6</u>	<u>760</u>	<u>18,7</u>
2. ATIV. PREDOMINANTEMENTE URBANAS	672	48,2	909	72,2	2.401	85,4	3.310	81,3
2.1 Indústria	84	6,0	349	27,7	878	31,2	1.227	30,1
2.2 Terciário	588	42,2	560	44,5	1.523	54,2	2.083	51,2
3. TOTAL	<u>1.393</u>	<u>100,0</u>	<u>1.259</u>	<u>100,0</u>	<u>2.811</u>	<u>100,0</u>	<u>4.070</u>	<u>100,0</u>

FONTE: IBGE: Censo Demográfico de 1950, 1960 e 1970
SUDENE: Indicadores Sociais do Nordeste (1970/80)

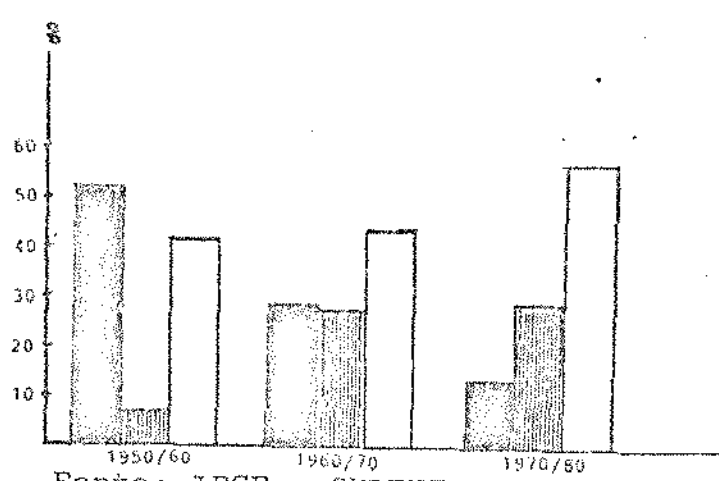
(*) Por incremento líquido da população economicamente ativa entende-se a diferença entre os contingentes registrados pelos Censos.

Gráfico 13 - Nordeste: População Economicamente Ativa Segundo Setores - 1950 / 1980



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980

Gráfico 14 - Nordeste: Participação dos Setores no Aumento da População Economicamente Ativa Verificada no Período 1950 / 1980



Fonte: IBGE e SUDENE

- Agricultura
- Indústria
- Serviços

to significativo: 5% entre 1960 e 1970 e 10% entre 1970 e 1980. Além disso, os dados do censo demográfico permitem assinalar que, na última década, saíram dos quadros rurais 4,3 milhões de pessoas, dos quais cerca da metade, apenas, foi absorvida no meio urbano nordestino^(2).

Embora a questão do desemprego e subemprego deva ser analisada mais detidamente adiante, o que se deve considerar é que, além dos fluxos migratórios, uma evidência da incapacidade da economia regional e da economia urbana nordestina, na absorção produtiva da força de trabalho é dada pelas altas taxas de subemprego que, historicamente, caracterizam o mercado de trabalho nas cidades. Taxas de 20% a 30% do desemprego e subemprego urbanos, conjuntamente, têm sido estimadas em diversos trabalhos, como se verá, tanto nos períodos de menor crescimento da economia, como naqueles de maior dinamismo. Tais informações serão examinadas detidamente no item sobre heterogeneidade e subemprego.

Resumidamente podem ser assinaladas entre algumas das transformações significativas da estrutura produtiva regional, sobretudo no meio urbano os seguintes: (i) o aumento significativo da importância econômica das atividades urbanas, que de 70%, no início da década de 60, alcança na segunda metade da década de 70 cerca de 80% do produto; (ii) o setor secundário representando 20% do produto no início da série de anos considerado (1960/80), passa para 27% no final da década; grande parte deste aumento relativo é devido à indústria de transformação; (iii) as atividades financeiras expandiram-se consideravelmente, tanto estimuladas pelas necessidades internas da região, como pelo processo de integração regional do país, que exigia um sistema bancário e financeiro adequado à expansão, na região, de bens produzidos fora do Nordeste^(3); (iv) no interior de alguns setores, como da indústria de transformação, ocorrem mudanças importantes na sua

(2) Ver MOURA, Hélio A. Nordeste: Migrações Interiores e Desequilíbrios Regionais. In Revista Pernambucana de Desenvolvimento. CONDEPE, Recife, V. 9, nº 2, jul/dez., 1982, pp.191-217. Outras informações do artigo revelam que se em 1950 a relação entre os naturais ausentes e presentes no Nordeste era de 5,7% em 1960 passa para 10,8%, em 1970 era 13,4%, para em 1980 alcançar 17,3%.

(3) SUDENE. Produto e Formação Bruta de Capital no Nordeste do Brasil - 1965-81. Recife, SUDENE/CPR, 1983, pp. 171-187.

estrutura produtiva; a ponto de o segmento produtivo perder os traços marcantes que o caracterizavam anteriormente, como já se assinalou; (v) ao lado disto é conveniente lembrar o processo de modernização, que não se limitou à indústria.

São evidentes as repercussões dessas transformações do aparelho produtivo da região sobre o emprego e o mercado de trabalho. Algumas dessas alterações podem ser detectadas através de dados secundários disponíveis. No exame que segue foram privilegiados dois aspectos: (i) a evolução do emprego urbano, segundo os segmentos produtivos mais importantes; (ii) a análise da população economicamente ativa a partir da posição dos trabalhadores na ocupação (empregados, autônomos, empregadores, etc.), segundo os setores produtivos.

A tabela 37 apresenta um conjunto de informações sobre a evolução do emprego, segundo os grandes setores de atividades, no período de 1950 a 1980. Os traços mais marcantes extraídos de tais informações sobre a evolução recente são os seguintes:

- a) um aumento de participação da PEA ligada às atividades industriais, sobretudo quando se considera como base o ano de 1960;
- b) um bem mais significativo aumento relativo do emprego, ligado aos serviços de consumo coletivo, que inclui, ao lado das atividades sociais (educação, saúde, previdência, etc.) a administração pública centralizada.

Um traço comum que existiu entre esses segmentos produtivos e que, sem dúvida, influenciou significativamente na sua expansão foi a presença, direta ou indireta, do Estado. De fato, no que se refere à atividade industrial, tanto a indústria de transformação regional — através dos estímulos fiscais e financeiros — como a construção civil, a partir das obras públicas e da ação do Sistema Financeiro da Habitação bem como o de saneamento, tiveram seus dinamismos explicados através dos programas e dos estímulos governamentais. Quanto ao outro segmento — serviços de consumo coletivo — não se pode negar que o dinamismo do emprego, neste particular, está associado ao gasto público, à expansão dos programas sociais e ao crescimento da máquina administrativa do Estado na região. Note-se que, de acordo com a tabela referida,

Tabela 37 —Nordeste: População Economicamente Ativa (PEA) Vinculada às Atividades Não-Agrícolas
1950 - 1980

Atividades Predominantemente Urbanas	População Economicamente Ativa								Aumento da PEA no período intercensitário							
	1950		1960		1970		1980		1950/60		1960/70		1970/80		1960/80	
	Em 1000 pessoas	%	Em 1000 pessoas	%	Em 1000 pessoas	%	Em 1000 pessoas	%	Em 1000 pessoas	%	Em 1000 pessoas	%	Em 1000 pessoas	%	Em 1000 pessoas	%
Atividades Industriais	432	29,8	516	24,3	865	28,6	1.743	32,1	84	12,5	349	38,4	878	35,6	1.227	37,1
Transformação	295	20,3	-	-	450	14,9	935	17,2	-	-	-	-	485	20,2	-	-
Construção Civil	123	8,5	-	-	362	11,9	660	12,1	-	-	-	-	298	12,4	-	-
Outras Atividades Industriais	14	1,0	-	-	53	1,8	148	2,8	-	-	-	-	95	4,0	-	-
Serviços de Produção	383	26,4	536	25,2	740	24,4	1.198	22,0	153	22,8	204	22,4	458	19,1	562	20,0
Comércio de Mercadorias	248	17,1	340	16,0	514	17,0	876	16,1	92	13,7	174	19,1	362	15,1	536	16,2
Transporte, Comun. e Armazenagem	135	9,3	196	9,2	226	7,4	322	5,9	61	9,1	30	3,3	96	4,0	126	3,8
Serviços de Consumo Coletivo	177	12,2	261	12,3	319	17,1	995	18,3	84	12,5	258	28,4	476	19,2	734	22,2
Atividades Sociais	81	5,6	128	6,0	295	9,7	635	11,7	47	7,0	167	18,4	340	14,2	507	15,3
Adm. Pública	96	6,6	133	6,3	224	7,4	360	6,6	37	5,5	91	10,0	136	5,6	227	6,9
Serviços de Consumo Individual	459	31,6	810	38,2	908	29,9	1.497	27,6	351	52,2	98	10,8	589	24,5	687	20,8
Prestação de Serviços	423	29,2	687	32,4	725	23,9	1.307	24,1	264	39,3	38	4,2	582	24,2	620	16,7
Outras Atividades	36	2,4	123	5,8	183	6,0	190	3,5	87	12,9	60	6,6	7	0,3	67	2,1
TOTAL	1.451	100,0	2.123	100,0	3.032	100,0	5.433	100,0	672	100,0	909	100,0	2.461	100,0	3.310	100,0

FONTE: IBGE: Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970 e 1980.

entre 1950 e 1980 o emprego industrial foi multiplicado por 4 enquanto que aquele vinculado aos serviços coletivos expandiu-se 5,6 vezes.

Os denominados serviços de produção — comércio, transporte e comunicação, etc. — que se expandiram no mesmo ritmo do conjunto do emprego nas atividades predominantemente urbanas, sofreram, sobretudo nos transportes, modificações importantes, que se refletiram na sua capacidade de absorção da mão-de-obra: o fechamento de ramais ferroviários e a substituição de uma modalidade de transporte por outra. De fato, o sistema de transporte rodoviário, em razão de sua versatilidade e dos estímulos que foram dados e da presença a partir do final da década de 50 da indústria automobilística, reduziu a importância relativa dos transportes ferroviário e marítimo e eliminou outros meios de transporte complementares a estes, com repercussões sobre o nível de emprego.

Do comportamento diferente dos setores, decorre uma participação diferenciada na absorção dos acréscimos da força de trabalho registrados nos períodos intercensitários. Note-se que a indústria, que somente absorveu 12,5% do incremento da população economicamente ativa ocorrido na década de 50, passa a ser responsável por 38% e por 36,6% nas duas décadas seguintes. Também é desta ordem a expansão da capacidade de absorção do aumento da PEA urbana nos serviços coletivos: sobretudo na década de 60 este conjunto de serviços foi responsável pelo engajamento de quase 30% do aumento da PEA. Na década seguinte (1970/80), os serviços coletivos reduziram, em favor dos serviços de consumo individual, sua posição relativa.

Deve-se acrescentar às observações anteriores o fato de que algumas transformações importantes não são detectadas a partir do nível agregado de informações da tabela 37. As alterações ocorridas no emprego industrial, sobretudo na indústria de transformação formal, quando a indústria tradicional voltada, em grande parte, para a produção de bens de consumo não duráveis perde sua posição relativa em favor dos demais grupos (bens intermediários de consumo duráveis e de capital) que de 18% em 1950, passam a representar, em 1980 quase metade do pessoal ocupado no total do emprego industrial (ver tabela 38).

Tabela 38 - Nordeste: Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa e de Transformações - 1950 - 1980

Especificação	Pessoal ocupado (%)			
	1950	1960	1970	1980
Total	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>
Extrativa mineral	<u>4,4</u>	<u>7,0</u>	<u>4,8</u>	<u>2,7</u>
Transformação	<u>95,6</u>	<u>93,0</u>	<u>95,2</u>	<u>97,3</u>
Intermediários	16,6	22,6	29,3	35,2
Não duráveis	77,5	66,1	57,0	50,9
Duráveis e de Capital	1,5	4,3	8,9	11,2

FONTE: IBGE - Censos Industriais, 1950, 1960, 1970 e 1980

Não resta dúvida que estas mudanças se concentraram nos centros urbanos maiores, notadamente nas três regiões metropolitanas (Fortaleza, Recife e Salvador) e nos centros urbanos capitais de Estado. Foi sobretudo nas cidades que comandam a rede urbana nordestina, que se expandiram as indústrias, que se modernizaram as unidades produtivas tradicionais, que o sistema bancário passou por uma grande concentração e adotou novos processos de trabalho, que surgiram unidades comerciais maiores, que o aparelho governamental passou pelas transformações antes referidas.

Uma outra dimensão das transformações ocorridas refere-se às relações de trabalho que podem ser detectadas a partir das informações censitárias relativas à posição na ocupação: empregados, empregadores, autônomos e não-remunerados.

Na tabela 39 são apresentadas algumas informações relevantes sobre as atividades produtivas urbanas, com destaque para as relações de trabalho que são estabelecidas no interior de cada setor e para sua evolução no período 1950/80. Vale, desde logo, assinalar o avanço do assalariamento da população ocupada, a partir do peso, cada vez maior, que os empregados passam a ter no

Tabela 39 - Nordeste: População Economicamente Ativa, Não-Agrícola,
Segundo Setores e Posições na Ocupação

Especificação	População Economicamente Ativa (%)		
	1950	1970	1980
Indústria	100,0	100,0	100,0
Empregados	67,0	75,2	75,2
Autônomos	24,9	23,0	22,2
Empregadores	2,3	1,1	1,4
Não remunerados	5,8	0,7	0,9
Comércio de Mercadorias	100,0	100,0	100,0
Empregados	33,9	37,9	45,5
Autônomos	52,8	58,9	49,6
Empregadores	10,0	2,3	3,4
Não remunerados	3,3	0,9	1,5
Prestação de Serviços	100,0	100,0	100,0
Empregados	54,7	61,6	62,1
Autônomos	41,1	37,5	35,6
Empregadores	2,1	0,5	1,4
Não remunerados	2,1	0,4	0,9
Transporte e Comunicação	100,0	100,0	100,0
Empregados	80,7	77,5	64,4
Autônomos	16,8	21,6	34,1
Empregadores	1,9	0,5	0,9
Não remunerados	0,6	0,4	0,4
Atividades Sociais	100,0	100,0	100,0
Empregados	87,0	94,7	95,1
Autônomos	5,7	3,8	3,6
Empregadores	0,2	0,1	0,6
Não remunerados	7,1	2,2	0,7
Administração Pública	100,0	100,0	100,0
Empregados	100,0	100,0	100,0 (*)
Outras Atividades	100,0	100,0	100,0
Empregados	60,9	53,5	76,5
Autônomos	36,2	16,3	20,3
Empregadores	2,0	0,2	1,4
Não remunerados	0,9	20,9	1,8
Total Ativ. Não Agrícola	100,0	100,0	100,0
Empregados	62,6	58,0	76,0
Autônomos	30,0	28,2	20,9
Empregadores	3,2	0,9	1,5
Não remunerados	3,6	2,9	0,9

FONTE: Censo Demográfico de 1950, 1970 e 1980

NOTA: Não foram incluídos os sem declaração.

(*) Curiosamente o Censo de 1980 registra "conta própria" como relação estabelecida na Administração Pública (0,32%).

total da PEA das atividades urbanas. Representando 62,6% em 1950, este percentual passa para cerca de 70% em 1980. Esse avanço das relações de assalariamento da força de trabalho dá-se, em detrimento das demais relações de emprego estabelecidas nas atividades produtivas: reduzem-se as participações relativas dos autônomos, dos empregadores e da PEA não remunerada que, em geral, está constituída por mão-de-obra familiar que exerce sua atividade produtiva ajudando o chefe de família sem receber rendimento. Em resumo, ocorre nas três décadas, com o avanço das relações do trabalho assalariado, uma redução do espaço relativo do autônomo (ou trabalhador por conta própria) e da unidade familiar que tem por base a exploração do trabalho não-remunerado. Além disso, a redução relativa do número de empregadores sugere o aumento da dimensão da unidade produtiva que tem por base o trabalho assalariado⁽⁴⁾. Como se verá mais adiante, quando do exame da questão da heterogeneidade, esse assalariamento necessita ser melhor analisado e qualificado, em razão de traços muito específicos que apresenta no Nordeste.

Registre-se que é distinta a evolução do assalariamento da força de trabalho em relação a cada um dos setores produtivos, não obstante o fato de que, em todos eles, a exceção do setor de transportes e comunicações, ter-se observado o aumento do peso relativo da categoria dos empregados (ver tabela 39). No comércio de mercadorias, apesar do aumento da participação do trabalhador assalariado, o peso maior ainda é o dos autônomos, o que por si só revela o alto grau de "informalização" das atividades comerciais na região. As relações de assalariamento tiveram um avanço mais significativo nas atividades sociais (95%), na indústria (75,5%) e em "outras atividades" (76,5%, sem contar, evidentemente, a administração pública onde, dada a sua própria natureza de atividade governamental, ocorre o predomínio absoluto da relação de trabalho pago através de salários.

O recuo ocorrido no trabalho assalariado, em termos percentuais, no setor de transporte e comunicações é devido, em

(4) Em 1950 a relação empregados / empregadores era de 19, em 1970 era de 70 e em 1980 de 66. Um exame da questão do assalariamento da força de trabalho é feito por OLIVEIRA, Luiz Antonio de. Nordeste: Fecundidade e Dinâmica Recente da Força de Trabalho - Documento Preliminar, Rio. 1984. (mimeo).

grande parte, a alterações ocorridas no sistema de transporte, quando, nos últimos 30 anos, dá-se a substituição, como já se fez referência, de grande parte do sistema ferroviário e marítimo pelo sistema rodoviário. O fato de este último sistema possibilitar o desenvolvimento da empresa individual ou do autônomo, proprietário do seu próprio veículo, tanto no transporte de carga como no de passageiro, explica o aumento do peso relativo do trabalhador por conta própria que de 16,8% em 1950 passa para 34,1% em 1980, contrariando a tendência geral de expansão da relação de assalariamento da força de trabalho no Nordeste urbano.

Vale aqui lembrar que os percentuais que revelam o aumento relativo do trabalho assalariado na região são bem menores que aqueles constatados para o Sudeste, onde o processo já avançou de modo bem mais acentuado. De fato, considerando-se as atividades não-agrícolas, os empregados em 1980 alcançaram a marca de 82%, maior que os 70% do Nordeste. Nas atividades industriais chegaram, na referida data, a representar aproximadamente 89%, contrapondo-se aos 75% registrados na região.

1.2. A heterogeneidade e a sub-ocupação no mercado de trabalho urbano

Este mercado de trabalho, que no período em exame apresentou-se dinâmico e que foi submetido a transformações importantes, caracteriza-se pelo fato de comportar relações muito heterogêneas de trabalho e emprego^(5). Isto constituiu, antes de mais nada, uma indicação de que, não obstante os avanços ocorridos no sentido de implantação de setores modernos na estrutura produtiva da economia do Nordeste, de modernização de atividades tradicionais e de assalariamento da força de trabalho, o capital não foi capaz — ou não teve o interesse — até o momento, de avançar mais significativamente no sentido de tornar mais homogêneas as relações de trabalho no meio urbano da região, menos

(5) A heterogeneidade aqui considerada abrange o que geralmente está compreendido pela denominação de "segmentação" e "marginalização". Ver TAVARES, Maria da Conceição. Problemas... *op. cit.*, p. 22. É também com esta abrangência que Paulo Baltar trata a questão na sua tese de doutoramento: BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Salários e Preços: Esboço de uma Abordagem Teórica. UNICAMP. Campinas. 1985. (mimeo). pp. 228 a 257 e 286 a 298.

ainda no meio rural. Em parte, isto decorre da incapacidade relativa das atividades de cunho nitidamente capitalista de absorver parte relevante da população economicamente ativa, que se apresenta no mercado de trabalho urbano, o que leva os excedentes populacionais relativos, assim produzidos pelo sistema, a buscarem em atividades não institucionalizadas ou "informais" suas condições de sobrevivência. Ou, de outro lado, esta heterogeneidade está associada ao modo particular como o avanço capitalista dá-se na economia urbana do Nordeste, principalmente sob a influência do capital mercantil, através da reprodução de relações sociais as mais distintas, que, no entanto, são funcionais e necessárias à acumulação de algumas frações do capital, na região. Além disso, essa heterogeneidade está relacionada com a presença de uma nova estrutura produtiva, constituída por unidade de produção, pública ou privada, de grande porte e de processos produtivos modernos para os padrões regionais.

Uma caracterização muito esquemática desse mercado de trabalho urbano deveria considerar (i) a população que trabalha vinculado ao conjunto de atividades não organizada formalmente, que no Nordeste abrangeria mais de um terço da PEA; esse seria o contingente não submetido à exploração capitalista em mercado de trabalho organizado, não obstante outras formas de exploração capitalista pudessem estar presentes; (ii) o contingente relacionado com o mercado geral e organizado — em termos capitalistas — de trabalho para o qual se voltam as unidades de produção formais; (iii) e, finalmente, um mercado específico, compreendido sobretudo pelo mercado interno das grandes organizações privadas e empresas estatais, bem como aquele associado à segmentos mais "modernos" do aparelho do Estado. Este último mercado, de reduzida dimensão no Nordeste urbano, faz-se cada vez mais presente a partir do processo de integração econômica, não só pela presença da grande empresa, como pelo peso cada vez maior do Estado no apoio ao processo de integração, como na modernização dos serviços tradicionais.

Vale lembrar que esta partição é muito esquemática sobretudo quando se leva em conta que existe uma intensa mobilidade do trabalhador, principalmente o não especializado, do primeiro para o segundo mercado e em sentido contrário, graças à enorme rotatividade da mão-de-obra. O que segue é uma tentativa de examinar algumas características dos referidos mercados.

São vários os aspectos e os indicadores da heterogeneidade que caracteriza o mercado de trabalho urbano da região. Entre eles, vale ressaltar, desde logo, aquele ligado ao grande peso que, ainda hoje, têm os trabalhadores por conta própria e aqueles que não recebem remuneração, não obstante o avanço do assalariamento anteriormente descrito. Neste particular, as informações antes apresentadas são suficientes para mostrar que, apesar da importância cada vez maior do empregado assalariado, cerca de 28% da PEA ainda estava constituída por autônomos e trabalhadores não remunerados. Ademais, como foi mostrado na tabela 39, algumas atividades como o comércio de mercadorias, prestação de serviços, transporte e comunicações apresentaram, no último censo demográfico (1980), percentuais bem maiores de autônomos que o da média dos setores urbanos: respectivamente 49,6%, 35,6% e 34,1%. O caso do comércio de mercadorias deve ser destacado, tendo em vista que o número de trabalhadores autônomos nesta atividade é maior que aquele contingente submetido a relações de assalariamento, na qualidade de empregado. Não se pode negar que tais informações revelam o fato de que as atividades comerciais se constituem, no Nordeste, um grande bolsão de trabalhadores "informais", não obstante o fato de o setor "informal" nordestino caracterizar-se, em confronto com o de outras regiões mais industrializadas, pela sua disseminação em praticamente todos os setores produtivos localizados no meio urbano⁽⁶⁾. Esta comparação será retomada posteriormente.

Outros indicadores da heterogeneidade do mercado de trabalho urbano estão associados às informações sobre vinculação do trabalhador ao sistema previdenciário, ou a níveis de remuneração aquém do salário mínimo estabelecido por lei. Nestes casos, as informações disponíveis revelam que, no que se refere ao sistema de cobertura da previdência, não obstante os avanços regis-

(6) Estimativas feitas com base no censo de 1970 mostraram que em São Paulo os segmentos "informais" estariam concentrados na construção civil e nos serviços de consumo individual (particularmente nos serviços domésticos remunerados e de confecção e reparos). No Nordeste haveria uma disseminação em praticamente toda estrutura produtiva. Ver GUIMARÃES NETO, Leonardo. Heterogeneidade do Mercado de Trabalho Urbano: o Caso do Nordeste. BNB/ETENE. Fortaleza. 1978. (mimeo). pp.16 e 28.

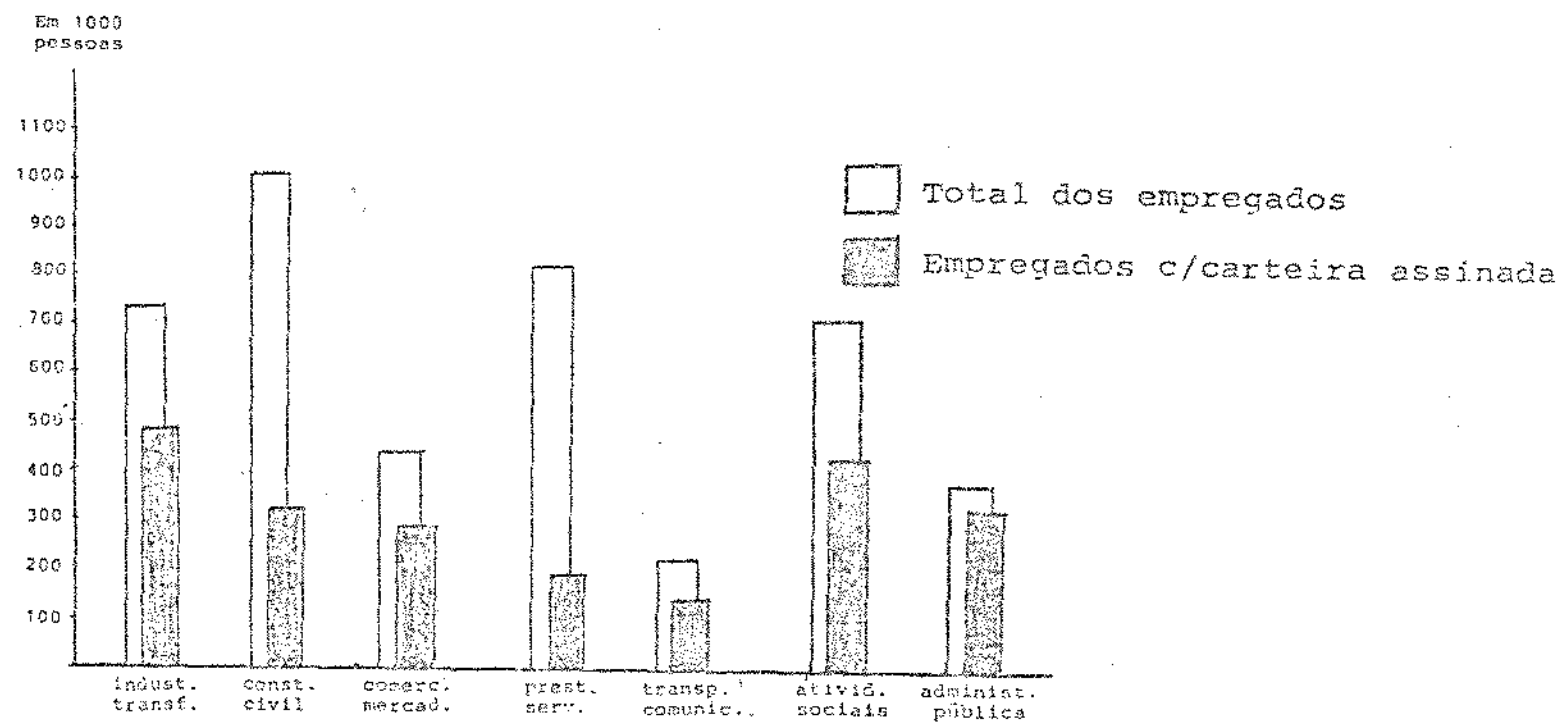
trados, sobretudo na década de 70, ela contempla apenas uma parcela dos trabalhadores urbanos da região. Isto tem um significado muito grande, pois, ao mostrar a heterogeneidade prevalecente no mercado de trabalho, revela que o avanço ocorrido nas relações mais capitalistas de trabalho através do assalariamento da mão-de-obra deve ser qualificado, se se pretende entender, no Nordeste, o seu real alcance.

Na verdade, as informações disponíveis mostram que, embora entre 1970 e 1980 o número de contribuintes da previdência social tenha quase que triplicado (foi, mais exatamente, multiplicado por 2,9)^(7), a PNAD de 1981 registra que do total de pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas, apenas metade (49,5%) se constituíam contribuintes do sistema previdenciário. No que se refere especificamente ao empregado em atividades urbanas, isto é, ao trabalhador assalariado, categoria que, com maior razão, deveria ter sua situação institucionalizada de acordo com a obrigatoriedade da lei, apenas 51% do total, em 1981, possuía carteira assinada pelo empregador. Isto significa que pouco menos da metade poderia, pela ausência do registro oficial de sua situação de trabalhador, ser classificado como "informal", se este fosse o critério de definição adotado. O Gráfico 15 mostra este aspecto do mercado de trabalho urbano para os setores de atividade mais importantes. Chama-se a atenção para a construção civil e para a prestação de serviços, atividades nas quais é muito pouco significativo o percentual de trabalhadores assalariados com a situação ocupacional oficialmente registrada. Merece mais uma vez destaque a situação do comércio: além de ter a maior parte das pessoas ocupadas classificadas como autônomos, aquelas definidas como empregados têm uma grande parcela do seu total utilizada no processo produtivo sem carteira assinada e, seguramente, sem a cobertura do sistema previdenciário.

É importante ter a atenção voltada para o fato de que o assalariamento no Nordeste, mesmo o urbano, não pode ser confundido com processos ocorridos em outras situações hoje consideradas clássicas. O trabalhador assalariado não só não tem, em percentual significativo, cobertura do sistema de previdência ou nível de remuneração estabelecido legalmente, como recebe, por

(7) SUDENE. Indicadores Sociais do Nordeste (1970-80). SUDENE, Recife, 1983.

Gráfico 15 - Nordeste: Empregados em Atividades Não-Agrícolas -
Total e com Carteiras Assinadas - 1981



Fonte: IBCE - PNAD, 1981

vezes remuneração sob outras formas além do dinheiro. Com relação a este último aspecto na Região Metropolitana do Recife, 27% dos empregados recebiam, em 1978, remuneração em dinheiro e/ou outra forma, segundo a PNAD. Assim, o assalariamento no Nordeste está "infiltrado" de relações "informais" de trabalho.

O critério de rendimento, que constitui um aspecto que será melhor explorado quando do exame das condições de remuneração do trabalhador, revela também a importância que, neste mercado, têm as relações não-institucionalizadas. É suficiente considerar as informações mais recentes, reveladoras do fato de que não obstante o dinamismo da economia e o desenvolvimento que nos últimos anos tiveram as relações sociais de produção mais "modernas" e mais especificamente capitalistas, o peso relativo da população ocupada, que se situa aquém do nível mínimo de rendimento estabelecido por lei, é ainda muito significativo. No Nordeste urbano, de acordo com informações do censo demográfico de 1980^(8), da população economicamente ativa engajada em atividades secundárias e terciárias, cerca de 21% recebiam rendimentos que apenas alcançavam o nível de 1/2 salário mínimo, ou menos. Se se considera o nível de até um salário mínimo — já aí incluindo uma parte da PEA que obteve o mínimo estabelecido por lei — alcança-se a marca de 47% da PEA vinculadas às atividades urbanas. Para efeito de comparação acrescenta-se que no Sudeste estes percentuais eram, em 1980, 6% e 18% respectivamente.

Esta heterogeneidade pode, também, ser percebida a partir de critérios que dizem respeito não somente às características da população ocupada, mas a aspectos da unidade produtiva na qual a mão-de-obra está engajada. Assim, a tabela 40 revela o percentual da força de trabalho vinculada à atividade "formal" — definida assim a partir da unidade de produção incluída na coleta de dados de natureza administrativa, como a RAIS, que se limita às empresas ou entidades produtoras de bens e serviços com nível mínimo de institucionalização, que lhes permite ser incluída num cadastro — e a força de trabalho levantada a nível do domicílio, que inclui, portanto, o mercado "formal" e o "informal".

(8) SUDENE. Indicadores Sociais... op. cit.

Tabela 40 - Nordeste: Participação da Mão-de-Obra das Atividades Produtivas "Formais" (*) no Total da Mão-de-Obra de Determinados Setores Produtivos - 1982

Atividades Produtivas Selecionadas	%
Indústria de Transformação	42
Indústria da Construção	21
Comércio de Mercadorias	25
Transporte e Comunicações	36

FONTE: IBGE-PNAD - 1982 - Ministério do Trabalho - RAIS - 1982

(*) Considerou-se como "formal" a unidade produtiva que integrou o levantamento da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS (Decreto nº 76.900 de 23.12.75), realizado pelo Ministério do Trabalho.

Não obstante possam existir problemas de comparabilidade, decorrentes da cobertura do levantamento e das classificações adotadas pela RAIS, os percentuais são muito expressivos para todos os setores de atividades — notadamente para a construção civil e comércio de mercadorias — ao mostrar a dimensão do contingente de pessoas ocupadas em instituições que escapam aos levantamentos administrativos obrigatórios, legalmente estabelecidos^(9).

Repetindo aqui o exercício comumente feito, que consiste em confrontar lados do censo demográfico, que registra o total das pessoas ocupadas, com os censos econômicos ou outros levantamentos tipo o da RAIS, do Ministério do Trabalho, registrou-se, em 1980, para a Região Metropolitana do Recife, a seguinte caracterização do seu mercado de trabalho: (i) cerca de 37% da população urbana ocupada estaria vinculada a atividades "in-

(9) Os formulários da RAIS abrangem todos os empregadores definidos pela CLT, todas as pessoas jurídicas de direito privado, empresas individuais; filiais, agências e sucursais de qualquer pessoa jurídica domiciliada no interior; autônomos e profissionais liberais que mantiverem empregados, órgãos da administração direta e indireta; condomínios e sociedades civis.

formais"; (ii) o percentual é bem maior para a indústria de transformação, quando 41% estaria vinculada a atividade de transformação não-institucionalizadas, (iii) maior ainda é o percentual encontrado nas atividades de serviços pessoais, aproximadamente 63%. Observe-se que o percentual encontrado para o total das pessoas ocupadas por este procedimento está bem próximo daquele registrado pela PNAD, para 1978, para o contingente de pessoas ocupadas que não tinham vínculos com o sistema de previdência: 38%. Referidos a uma região metropolitana onde, no conjunto da economia nordestina, mais deveriam (ao lado de Salvador) ter avançado as relações capitalistas de produção, estes percentuais constituem indicações da complexidade das relações que devem existir no mercado de trabalho, no Nordeste. Tais percentuais, vale registrar, foram sensivelmente alterados na primeira metade da década face à crise^(10).

Também Salvador não está imune a esses aspectos da heterogeneidade registrados para a Região Metropolitana do Recife. Alguns estudos recentes sobre a capital baiana e sobre a Região Metropolitana de Salvador ressaltam as contradições entre o surgimento e consolidação de novas atividades e empreendimentos e a presença marcante de relações de trabalho nas quais aparecem ora o trabalhador autônomo, ora aquele sem cobertura previdenciária, ora os empregados com baixo nível de remuneração^(11).

(10) BUARQUE, Sergio C. (coordenador). Setor Informal e Crise Econômica . FCA/ILDES. Recife. 1985. pp. 29 a 41.

(11) "Os sinais de mudanças não escondem as contradições do processo. Na cidade de Salvador, entre 1970 e 1977, aumentou a participação dos trabalhadores por conta própria no secundário, nos serviços de transportes e mesmo nas atividades sociais. Em 1977, da população urbana da região, mais de um terço dos assalariados não tinham cobertura da legislação trabalhista. Estes e os trabalhadores por conta própria, biscateiros e outros em condições similares correspondiam a cerca da metade da população que se declarava trabalhando" BRANDÃO, Maria de Azevedo. A Regionalização... op. cit., p.87. Ver SOUZA, Guaracy A. & FARIA, Vilmar (organiz.) Bahia de Todos os Pobres. Vozes/CEBRAP. Petrópolis. 1980. Consultar também OLIVEIRA, Francisco de. Classe e Identidade de Classe em Salvador: à Procura do Elo Perdido. Texto preparado para UNESCO em 1983. (mimeo). s/local.

Antes de passar para as considerações sobre o mercado de trabalho específico, vinculado à unidade de produção de grande porte, é conveniente ressaltar alguns aspectos do mercado de trabalho "informal" no Nordeste, em confronto com o de São Paulo. Através da comparação entre os censos demográficos e econômicos, para 1970, o que se observa é que a diferença entre o nível de "informalização" reside não só na dimensão bem maior do segmento não organizado no Nordeste — 44,3% contra 29,8% de São Paulo — como pelo fato de tal "informalização" na região estar disseminada pelas atividades industriais, inclusive a indústria extrativa mineral e de transformação, contrariamente ao registrado para São Paulo. De fato, enquanto nas atividades terciárias as diferenças não são tão marcantes, no total da indústria no Nordeste (extrativa mineral, transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) o informal alcança 55,7% e em São Paulo cerca de 23,1%. Na extrativa mineral e transformação os percentuais para a região e para o referido Estado são 44,5% e 13,3%, respectivamente.

A indústria paulista, contrariamente à nordestina, no referido ano, consegue ocupar a quase totalidade dos espaços — que no Nordeste é deixado para a atividade de transformação do segmento "informal" —, avançando significativamente no mercado de trabalho desse segmento produtivo. Ainda em 1982, na comparação dos dados da PNAD, referente ao total da ocupação na indústria, com os da RAIS do Ministério do Trabalho relativos à ocupação industrial "formal" (ver tabela 40), percebe-se que a indústria de transformação do Nordeste não avançou no sentido de ocupar "formalmente" a mão-de-obra dedicada a atividade de transformação: cerca da metade do emprego poderia ser desenvolvido a partir de relações não-institucionalizadas.

Um ponto adicional e importante dessa heterogeneidade do mercado de trabalho foi levantado por Francisco de Oliveira, quando assinalou o caráter "inacabado" das classes sociais na re-

gião e a grande rotatividade à qual isto está associado^(12).

Uma faceta da questão das complexas e heterogêneas relações de trabalho no Nordeste urbano é a manifesta sub-utilização da mão-de-obra, concebida a partir dos mais diversos critérios de definição do subemprego urbano. As taxas de subemprego e de desemprego estimadas em diversos trabalhos se aproximam, em geral da marca de 20% a 30% da força de trabalho. Vale aqui lembrar a estimativa do GTDN para 1956, que calculou o subemprego e desemprego urbano em 27% da força de trabalho não agrícola; ou a de estudos do BNB/ETENE, que estimou, de 1968 a 1970, a referida taxa no intervalo entre 26,6% e 22,3%; além da estimativa da SUDENE, entre 31% e 27% no intervalo entre 1968/70. Estimativas para 1972 em trabalhos patrocinados pelo BNB/ETENE estão bem próximos daqueles anteriormente elaborados para a SUDENE: 29,4%. Mais recentemente, os dados do censo de 1980, não deixam dúvidas quanto ao nível alto do subemprego, ao estimar que na população economicamente ativa vinculada à atividade^(13) 21% possui rendimento que apenas alcançava 1/2 do salário mínimo.

(12) OLIVEIRA, Francisco de. Ano 70: As Hostes Errantes. In Novos Estudos CEBRAP, vol.1, nº1, dez-1981, São Paulo. Assinala o autor: "O processo de expansão capitalista no Nordeste tem as características gerais do "modelo" brasileiro e as marcas peculiares que este processo imprimiu a uma região que não havia dissolvido suas formas de relações pré-capitalistas (p.21)... as classes sociais dominadas são uma espécie de classes "inacabadas": sua submissão real e formal ao capital, dado o enorme contingente de reserva, é sempre intermitente, interrompida periodicamente. O posseiro e o meeiro não se proletarizam senão parcialmente, o operário da cidade não é sempre operário: amanhã pode estar fazendo um biscate ou vendendo roupa feita e sapato de plástico no comércio... As classes sociais dominadas são "movimentos", "massas", "menos que classes" (p.22).

(13) GTDN. Uma Política de Desenvolvimento... op. cit., BNB. Perspectivas do Desenvolvimento do Nordeste até 1980; Crescimento Demográfico e Emprego. BNB/ETENE. Fortaleza, 1971. PELLERIN, George. Oferta e Demanda de Mão-de-Obra no Nordeste. SUDEN, 1972. (mimeo). GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Emprego Urbano no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente, 1950/70, Recife. BNB/ETENE/GEDUR, 1976. SUDENE. Indicadores Sociais... op. cit., GOODMAN, David & ALBUQUERQUE, Roberto C. Industrialização... op. cit., OBRIEN, F.S. & SALM. Claudio L. Desemprego e Subemprego no Brasil. Revista Brasileira de Economia. FGV. Rio 24 (4), out/dez. 1970. JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento Regional e Emprego: o Mercado de Trabalho no Curto Prazo. Brasília. 1981. GUIMARÃES NETO, Leonardo & SOUZA. Aldemir do Vale. A Dinâmica ... op. cit.

Além dessa face associada à "marginalização" e "informalização" do mercado de trabalho existe outro lado da heterogeneidade, que é constituído pela presença cada vez maior, na estrutura produtiva, e no mercado de trabalho, de unidades de produção de grande porte, pertencente à esfera governamental ou a frações do capital privado. A "nova indústria" com seus mil estabelecimentos ocupando quase metade das pessoas empregadas na atividade de transformação, constitui, em grande parte, uma ilustração dessa outra face da heterogeneidade. O mesmo se pode afirmar a respeito de empresas estatais de produção e distribuição de energia, de telecomunicações, de produção de serviços coletivos urbanos ou mesmo de entidades (autarquias e fundações) inseridas na administração central. Cabe ainda mencionar as organizações que constituem o complexo sistema financeiro que se estende hoje por todas as regiões do país, além dos segmentos mais modernos do comércio e de prestação de serviços (pesquisa, processamento de dados, consultorias, ensino, etc). Em muitas dessas unidades constituem práticas disseminadas não só a formalização das relações de trabalho, como a demanda de uma mão-de-obra qualificada e, por vezes, o interesse na sua permanência, face, sobretudo, os custos de reposição.

Nestes casos, o estabelecimento dos níveis de remuneração e de relações de trabalho se distinguem, nitidamente, dos aspectos que, neste particular, são encontrados, em relação a mão-de-obra não qualificada e, evidentemente, o grande excedente de população que se "informaliza" permanentemente ou fica transitando entre um e outro segmento produtivo.

O estudo de Aldemir do Vale e Tarcísio Patrício a respeito do emprego e das relações de trabalho, no Complexo Petroquímico de Camaçari, revelou alguns pontos que ilustram bem a questão que está sendo examinada. Embora os autores do referido trabalho evitem, por carência de informações, aplicar ao caso os instrumentos de análise relacionado com mercado interno de trabalho, não deixam de assinalar, a partir dos dados disponíveis diferenças marcantes a respeito da ocupação. Neste particular, as informações apontam para níveis de remuneração substancialmente maiores para os que se vinculam ao Complexo Petroquímico, maiores exigências quanto à escolaridade e experiência de trabalho e meno-

res taxas de rotatividade^(14).

Examinando também o caso baiano, mais especificamente aspectos do mercado de trabalho de Salvador, Francisco de Oliveira ao considerar o papel estratégico, na determinação do perfil de renda, exercido pelas pressões do excedente relativo da população, não deixa de reconhecer a influência, neste particular, daquilo que ele denomina a "estrutura oligopólica". Vale transcrever suas considerações a respeito da questão:

"... Mas convem não subestimar a influência que a estrutura oligopólica no interior das grandes organizações burocráticas públicas e privadas joga na determinação de salários das faixas mais elevadas: a PETROBRÁS, por exemplo, tanto no que se refere ao operariado propriamente dito, quanto no que se refere às funções administrativas e de gerência, e de outro lado, a presença de executivos, gerentes, pessoal técnico e de vendas nas grandes empresas vindas do Centro-Sul e do Exterior. Mesmo em instituições como a universidade, os salários são determinados, não por qualquer coisa que se pareça com oferta e procura, mas pela elevada centralização estatal em curso no Brasil, revestindo a forma de salários consertados de forma corporativistas; corporativismo que se faz não a partir da pressão de uma base de trabalhadores, mas como resultado da unificação à escala nacional da produção de certos bens e serviços pela empresa e instituições de caráter nacional, públicas e privadas"^(15).

Trata-se pois de um segmento produtor de bens e serviços, público ou privado, formado por organizações de grande porte, que, embora não tenham um peso relativo grande, no contexto da população ocupada, provocou transformações no mercado de trabalho urbano e aumentou, sensivelmente, sua complexidade, inclusive aquela relacionada com os determinantes dos níveis de remuneração da mão-de-obra. Este último tema será objeto de análise na próxima seção deste capítulo.

(14) Ver SOUZA, Aldemir do Vale, & ARAÚJO, Tarcísio Patricio de. O Complexo... op. cit., pp. 62 a 83.

(15) OLIVEIRA, Francisco de. Classe e Identidade de Classe... op. cit., pp. 36 e 37.

Cabe aqui a indagação: como conciliar o processo de homogeneização com a questão que se está examinando, de heterogeneidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho? Em primeiro lugar, deve-se considerar que o referencial do processo de homogeneização é o conjunto das regiões e diz respeito às formas de acumulação cada vez mais indiferenciadas que passam a existir no avanço das relações capitalistas de produção, sobretudo a partir do momento em que ocorre uma integração inter-regional, via capital produtivo. Na questão da heterogeneidade do mercado de trabalho toma-se o Nordeste como referencial e constata-se que no interior do processo de homogeneização dos espaços brasileiros, assiste-se, na região, a uma diferenciação desse mercado de trabalho, que reflete as formas que a expansão da indústria brasileira, sobretudo, assume no Nordeste e as transformações às quais esta economia regional é submetida. Isto foi percebido por Maria Brandão, em trabalho recente, quando assinalou, examinando a situação privilegiada da Bahia para este tipo de análise, o seguinte:

"Ainda que o processo decisório envolvido não desconheça persistentes pressões de origem local, o fundamental dessa nova fase de industrialização fora do Sudeste é a sua absoluta autonomia em relação aos processos de acumulação e à distribuição de renda, vigentes até o momento na região recipiente, inclusive face aos próprios empreendimentos da industrialização recente. Isto é, não há qualquer relação necessária entre as atividades dos novos complexos e sequer as mais modernas indústrias recém-instalada na mesma área. Assim, somam-se muitas vezes descontinuidades não só entre as atividades de produção dos novos conjuntos e a economia tradicional da região, como também entre essas e as atividades geradas pela "política de desenvolvimento regional". Na Bahia, a industrialização induzida nos anos 60 pelos incentivos governamentais é quase inteiramente estranha às atividades anteriores do estado. Mas a petroquímica também tem pouco a ver com as indústrias

novas" (16).

Em segunda instância, em lugar de constituir um paradoxo, a heterogeneidade da estrutura produtiva regional e do seu mercado de trabalho é parte e é expressão do processo de homogeneização, que, ao alcançar a região, muda suas formas de acumulação e permite a convivência do novo com o velho e tradicional.

A este respeito, Maria Brandão em artigo citado faz, enfaticamente, o contraste entre as formas que tomou, no Nordeste, o processo de "articulação/desarticulação" ou o de "homogeneização/desigualização", de um lado, com o modelo pretendido de crescimento equilibrado (atividades complementares e integrados regionalmente) que acabou por não existir "em nenhuma parte da periferia". Ela ressalta, no final, que o que existiu foi a "industrialização de chofre, especializada, oligopolizada..." (17).

É a convivência dessa "indústria de chofre e oligopolizada" — somada à presença de novas formas de atuação do Estado na economia regional e com a modernização de vários segmentos produtivos — com o "reservatório" de mão-de-obra que define um mercado de trabalho que comporte uma grande complexidade de relações e de formas de determinação dos níveis de emprego e dos rendimentos do trabalhador.

Fechando essa parte do capítulo devem ser feitas algumas considerações a respeito das razões pelos quais, apesar do intenso crescimento registrado nas últimas décadas, a economia nordestina não foi capaz de traduzir, essa expansão e as mudanças que ocorreram, numa diminuição do excedente relativo de população ou em processos mais evidentes de "formalização" do seu mercado de trabalho. O que a intensificação dos fluxos emigratórios, a presença e a permanência das altas taxas de subemprego e a importância relativa dos segmentos informais de trabalho sugerem é que a capacidade de absorção dos setores "formais" diminuiu, relativamente, à população potencialmente disponível para

(16) BRANDÃO, Maria de Azevedo. A Regionalização...

(17) BRANDÃO, Maria de Azevedo. A Regionalização... op. cit., p.82.

o engajamento em atividades produtivas.

A compreensão dessa questão, que não é só nordestina, pois repete-se nas experiências dos países com processos de industrialização retardatária, passa inicialmente pela herança que a estrutura econômica, que nas últimas décadas se dinamizou e iniciou um processo de modernização, vai encontrar no início dos anos 60. Neste particular o que se deve levar em conta é que o grande "reservatório", já presente no limiar da articulação comercial, foi paulativamente sendo alimentado nesse percurso, tanto pelo capital mercantil na sua ação junto às atividades rurais e urbanas, como pela inserção que, nas brechas do sistema, a população excedente consegue realizar, através de suas múltiplas estratégias de sobrevivência. Isto significa dizer que a integração econômica vai ocorrer, a partir da década de 60, com a presença de um imenso "reservatório" de população potencialmente disponível, na região, e que os fluxos migratórios não conseguiram diminuir na primeira metade do século atual.

Não obstante a presença desses contingentes, o sentido da mudança e da evolução da economia regional a partir dos anos 60 não foi de modo a reduzir os excedentes relativos de população. Em primeiro lugar em razão das características da evolução do setor primário. Ao lado do crescimento lento, deve-se assinalar a sua extrema vulnerabilidade e, sobretudo as transformações ligadas à "modernização conservadora" da atividade agrícola e à substituição de atividades mais empregadoras por atividades que necessitam de menores contingentes de força de trabalho. Tais processos, analisados em vários trabalhos recentes, ao reduzirem a capacidade de retenção da população no campo remetem para os centros urbanos regionais e para outras partes do país o excedente relativo que a agropecuária não consegue absorver produtivamente. A reprodução do latifúndio e sua expansão e consolidação nas áreas pioneiras, fechando por "dentro" e por "fora" a fronteira agrícola, também contribuiu para fazer mais presente tal excedente

na economia regional (18). Vale aqui lembrar que a intensificação do processo emigratório — 4,3 milhões deixaram a zona rural na década de 70 — e o fato de que, não obstante representar 50% da mão-de-obra regional, as atividades agropecuárias somente conseguiram incorporar entre 1970 e 1980 cerca de 15% do aumento da PEA, aspectos já mencionados, ilustram bem o significado dos referidos processos sobre o mercado de trabalho rural.

No tocante à economia urbana, é importante assinalar que a expansão econômica corresponde uma articulação e integração, cada vez maior, da economia nordestina com as áreas mais industrializadas do país, conforme foi apresentado nos capítulos anteriores, do que decorre a intensificação da competição inter-regional e exigências de processos de trabalhos semelhantes aos vigentes nos centros mais adiantados, tanto nas atividades em implantação como naquelas já existentes. A modernização das atividades tradicionais, como o caso da têxtil, outros e segmentos da indústria de transformação e da economia urbana, decorre deste fato. Neste particular, deve-se levar em conta os dois aspectos da modernização associada à integração econômica. De um lado ela implica a "atualização" dos processos produtivos da economia na região face as novas relações que passam a existir, inclusive tendo em vista a intensificação da concorrência e as exigências da complementaridade. De outro lado, uma vez integrada, a região passa a conviver, permanentemente, com os processos de modernização e inovação que, em geral, partem do "centro" e termina alcançando as regiões "periféricas".

Além disso, outro elemento a ser considerado na reduzida absorção da força de trabalho na região consiste na inte-

(18) Ver CABRAL, Pedro E. O Sistema Canavieiro: Um Estudo de suas Transformações Recentes. CME. Recife. 1982 (mimeo). CARNEIRO, Ricardo. Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste. Boletim Análise. IEPE. Recife. 1981. LACERDA DE MELO, Mário. Proletarização e Emigração nas Regiões Canavieiras e Agrestinas de Pernambuco. UFPE. Recife. 1976. (mimeo). JATORÁ, Jorge (organiz.) Emprego no Nordeste ... op. cit., SALES, Teresa. Agreste... op. cit., ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra... op. cit., SILVA, Marlise Maria da & LIMA, Diva M. de Andrade. Sertão Norte... op. cit., LACERDA DE MELO, Mário. Os Agrestes... op. cit., WANDERLEY, Maria Nazaré B. A Dinâmica de Economia Agrária e a Absorção da Mão-de-obra no Nordeste. SUDENE. Recife. 1982. (mimeo). SILVA, José Graziano da A Modernização Dolorosa. Zahar. Rio. 1981. OSÓRIO, Carlos. Migrações Recentes e Desigualdade Regional. ABEP. Campos de Jordão. 1973. (mimeo).

gração da economia nordestina, que passa a desenvolver vínculos mais estreitos com a economia do Sul/Sudeste do que entre os setores produtivos localizados na própria região. Disso resultam "vazamentos" que transferem para outras regiões, os efeitos dinâmicos sobre a renda e o emprego que, potencialmente, poderiam repercutir positivamente no Nordeste. Se isto é válido, como se assinalou, para o Complexo Petroquímico da Camaçari, inspirado na teoria dos polos de desenvolvimento e implantado a partir de um esforço deliberado de integração das unidades de produção, que dizer do conjunto da "nova indústria", que não teve na sua retaguarda nenhuma política efetiva de industrialização e contou, como Camaçari, entre seus principais protagonistas, com os grupos econômicos de fora da região^(19).

Em resumo, no exame dessa questão não podem ser esquecidos, pelo menos, três pontos: (i) a herança que as fases históricas anteriores deixaram, no que se refere ao grande excedente estrutural de população; (ii) as transformações ocorridas na estrutura produtiva pretérita, às quais estão associadas a modernização dos processos produtivos tradicionais, com redução da capacidade de absorção da força de trabalho; e (iii) as relações de dependência ou complementaridade existentes com as demais economias. A respeito desta última questão, não esquecer que no caso nordestino não se trata de um processo de industrialização, no sentido de montagem de uma estrutura com seus vários departamentos, integrados entre si, mas de uma "regionalização da grande indústria", em grande parte especializada em alguns segmentos que se integram bem mais com o resto da economia brasileira. Não pode também ser minimizada a intensidade da implantação de novos segmentos produtivos, o que exerce influência na desestruturação dos tradicionais mercados de trabalho.

1.3. Condições de trabalho, salários e produtividade

As considerações que seguem prendem-se aos níveis e distribuição dos rendimentos do trabalhador nas atividades urbanas

(19) JATOBÁ, Jorge (organiz.) Emprego no Nordeste... op.cit. ver também CARVALHO, Inaia Moreira de & HAGUETTE, Tereza Maria Frota (organizadoras). Trabalho e Condições de Vida... op. cit., SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. O Complexo... op. cit. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. La Division... op. cit., GUIMARÃES NETO, Leonardo. Notas sobre Emprego... op. cit.

do Nordeste, ao confronto entre esses aspectos e os níveis de produtividade. Além disso, na parte final da seção, procura-se abrir a discussão para a relação entre o excedente estrutural de população e os níveis de rendimento ou de salário vigentes na economia da região.

O que caracteriza o rendimento do trabalho no Nordeste, inclusive no meio urbano é a sub-remuneração da população que trabalha. Esta prática alcança a maior parte das atividades produtivas e diz respeito tanto aos setores "informais", quanto às atividades e empresas produtivas formalizadas.

Com relação à prática generalizada da sub-remuneração da força de trabalho regional as informações tanto dos censos demográficos como dos PNADS, vêm, repetidamente, confirmando este aspecto. Na tabela 41 são apresentadas, para 1981, informações relativas às classes de rendimento obtidas pela mão-de-obra nordestina, vinculadas às atividades urbanas. Vale, desde logo, ressaltar que, no conjunto das atividades urbanas, somente 25% da população ocupada — portanto 1/4 dos 6,8 milhões ou seja 1,7 milhões — consegue ultrapassar a marca dos dois salários mínimos, um nível seguramente limitado para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família.

Convém observar, a partir dos referidos dados, que em alguns ramos de atividade, como indústria de transformação, construção civil, prestação de serviços, atividades sociais e para o conjunto das atividades urbanas, o número de pessoas ocupadas que somente alcançaram até 1/2 salário mínimo, representa mais de 20% do total. No caso da prestação de serviços, computando-se as pessoas que trabalham e não recebem rendimento com as que apenas recebem até 1/2 salário mínimo, alcança-se a marca de 52,9%; na indústria da construção 38,6%; e na indústria de transformação pouco mais de 1/4 do total.

Esses altos percentuais de sub-remuneração da mão-de-obra urbana do Nordeste tornam-se menores naquelas atividades nas quais, reconhecidamente, constata-se um peso importante do emprego oferecido por entidades públicas: administração pública e outras atividades industriais — geralmente empresas estatais vinculadas a saneamento básico e produção e distribuição de energia elétrica e outros serviços urbanos.

TABELA 41 - Nordeste: Classes de Rendimentos das Pessoas Ocupadas em Atividades Predominantemente Urbanas - 1981

Ramos de Atividades	Classes de Rendimentos (%)						Total
	Sem Rendimento	Até 1/2 Salário Mínimo	Mais de 1/2 a 1 Salário Mínimo	Mais de 1 a 2 Salários Mínimos	Mais de 2 Salários Mínimos	Sem Declaração	
Indústria de Transformação	3,3	23,9	19,7	28,6	24,3	0,2	100,0
Indústria de Construção	0,7	37,9	19,6	26,8	14,8	0,2	100,0
Outras Atividades Industriais	0,8	14,3	19,5	22,4	42,7	0,3	100,0
Comércio de Mercadorias	6,6	12,5	21,7	29,6	29,4	0,4	100,0
Prestação de Serviços	3,3	49,6	21,5	15,9	9,4	0,3	100,0
Serviços Auxiliar da Atividade Econômica	0,2	8,3	16,3	24,9	50,0	0,3	100,0
Transporte e Comunicação	1,4	7,0	14,6	29,3	47,6	0,1	100,0
Atividades Sociais	0,5	20,6	20,6	29,1	29,0	0,2	100,0
Administração Pública	0,0	7,0	15,2	29,9	47,6	0,3	100,0
Outras Atividades	0,4	7,5	12,9	19,6	59,2	0,4	100,0
TOTAL	2,6	26,8	19,7	25,4	25,3	0,2	100,0

FONTE: IBGE - PNAD - 1981

É evidente que parte importante dessa prática disseminada da sub-remuneração está também associada à disseminação das atividades "informais" que, no Nordeste urbano, contrariamente ao que ocorre no Sudeste^(20), não se limita ao comércio, mais alcança a indústria de transformação, a construção civil, a prestação de serviços, o comércio de mercadorias, como já se fez referência. No entanto, não se pode deixar de assinalar que, também nas atividades mais formalizadas, sobretudo tratando-se de mão-de-obra não qualificada, os níveis de rendimento são geralmente muito baixos. As informações disponíveis, representativas do que se poderia denominar de "setor formal" (ver tabela 42), mostram um grande percentual, no Nordeste urbano, da população ocupada com remuneração que apenas alcança um salário mínimo e que tem, como rendimento médio, o equivalente a 0,77 do referido salário. De fato, no caso do Nordeste urbano "formal" 31,7% dos empregos situavam-se na faixa de até um salário mínimo, passando para 66%, o contingente de empregados cujo nível de remuneração ia até a marca de 2 salários mínimos. É importante comparar este percentual com os de outras regiões e de São Paulo, apresentados na referida tabela. Tal comparação torna bem explícitas as condições peculiares do mercado de trabalho nordestino, no qual, mesmo no caso das atividades "formais", os padrões de remuneração do trabalho apresentam-se muito baixos para os trabalhadores situados na base de pirâmide. Quando se leva em conta o poder de compra do salário mínimo e o grande percentual de pessoas ocupadas nas atividades formais, situadas nesta faixa, fica evidente que a sub-remuneração, no Nordeste urbano, não é apanágio do "setor informal".

Algumas restrições, geralmente válidas, podem ser feitas aos dados da tabela anterior: o fato de referir-se ao conjunto das atividades e de ter como ponto de referência, na classificação dos grupos de renda, o maior salário mínimo do país. Isto tenderia a introduzir distorções nas comparações feitas. Por esta razão procurou-se, na tabela 43, estabelecer a comparação do Nordeste com o Brasil e São Paulo, considerando-se, na divisão dos grupos de renda, os salários mínimos regionais e levando em conta atividades nas quais não fossem muito distintos os níveis de produtividade e os processos de trabalho.

(20) JATOBÁ, Jorge (organiz.). Emprego no Nordeste... op. cit., pp.291-319.

TABELA 42 - Distribuição Acumulada do Emprego e da Remuneração por Faixa de Remuneração, segundo Regiões ou Estados no Setor "Formal" Urbano (1) - 1980

Regiões ou Estados		Faixas de Remuneração (em salários mínimos) (%)					Índice de Gini
		Até 1 S. M.	De 1 a 2 S. M.	De 2 a 3 S. M.	De 3 a 4 S. M.	Mais de 4 S. M.	
Nordeste	Emprego	31,7	66,1	78,4	84,7	100,0	0,528
	Remuneração	8,7	26,8	38,1	46,3	100,0	
São Paulo	Emprego	5,2	38,7	60,0	72,6	100,0	0,470
	Remuneração	1,0	13,6	26,8	37,8	100,0	
Rio	Emprego	6,8	44,6	63,1	74,9	100,0	0,502
	Remuneração	1,4	15,3	27,0	37,4	100,0	
Sul	Emprego	9,9	58,2	76,7	84,7	100,0	0,441
	Remuneração	2,7	27,7	43,8	53,7	100,0	
Brasil	Emprego	11,5	49,8	68,1	78,1	100,0	0,491
	Remuneração	2,5	18,6	31,6	41,7	100,0	

FONTE: Ministério do Trabalho-RAIS

(1) Entende-se, neste caso, que o levantamento da RAIS cobriria parte relevante das atividades formalizadas ou institucionalizadas. Como a cobertura desse levantamento é muito limitada no que se refere às atividades rurais, pode-se admitir que tais informações são representativas da situação do meio urbano.

TABELA 43 - Brasil, Nordeste e São Paulo: Número de Empregos Ocupados Segundo Classe de Salário e Atividade Econômica - 1976

ESPECIFICAÇÃO	CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL						
	MENOS DE 0,5 DE S.M.	DE 0,5 A MENOS DE 1 S.M.	1 S.M.	MAIS DE 1 A MENOS DE 1,5 S.M.	DE 1,5 A MENOS DE 2 S.M.	DE 2 A MENOS DE 5 S.M.	DE 5 A MAIS
Têxtil: Brasil	0,5	5,5	16,4	45,8	64,9	92,8	100,0
Nordeste	0,7	5,5	33,7	61,3	73,9	93,9	100,0
São Paulo	0,5	5,1	8,6	32,6	54,4	91,5	100,0
Madeira: Brasil	1,2	7,1	32,1	65,8	79,3	95,7	100,0
Nordeste	2,3	11,5	45,1	71,7	83,1	96,7	100,0
São Paulo	0,7	4,4	18,9	42,4	62,6	92,5	100,0
Mobiliário: Brasil	1,0	5,1	21,6	47,6	64,1	94,1	100,0
Nordeste	0,9	5,2	37,0	66,0	79,9	95,5	100,0
São Paulo	0,6	5,1	18,3	44,6	64,6	92,0	100,0
Construção Civil: Brasil	0,6	2,9	9,7	36,3	55,4	90,7	100,0
Nordeste	1,1	5,6	21,4	45,9	63,0	90,8	100,0
São Paulo	0,5	2,2	4,8	27,9	42,2	89,3	100,0
Comércio: Brasil	1,1	5,1	29,1	55,8	70,2	92,5	100,0
Nordeste	1,2	6,8	36,2	63,5	75,8	93,7	100,0
São Paulo	0,9	4,2	20,1	46,6	63,5	90,8	100,0

FONTE: Ministério do Trabalho - Anuário do Trabalho 1976.

Observação: Os percentuais referem-se a frequência acumulada.

A referida tabela confirma as diferenças marcantes entre os níveis salariais pagos no Nordeste, comparativamente com a média brasileira e São Paulo. No caso da têxtil, que, como se fez referência, apresentava em 1980 uma produtividade maior que a média do país, o Nordeste apresentava em 1976 cerca de 33,7% dos trabalhadores remunerados até o nível de um salário mínimo, contra 8,6% em São Paulo e 16,4% no total do país. Diferenças similares são encontradas nos demais gêneros, inclusive na construção civil e no comércio nos quais os processos de trabalho não as explicam totalmente. Enfim é necessário, na análise das determinações dos níveis de remuneração descer não só ao exame das unidades de produção, do seu processo de trabalho, mas considerar aspectos das economias regionais, nas quais podem ser encontrados elementos explicativos ligados ao contexto mais geral no qual estão inseridas empresas ou unidades de produção similares. Esta questão será retomada posteriormente.

No que se refere às condições de trabalho, dada a abrangência do tema e as dificuldades de, no nível de agregação maior, levar adiante uma análise adequada da questão, foram selecionados alguns aspectos para os quais existiam maior disponibilidade de informações. Neste sentido, não foram tratadas questões referentes aos métodos de controle exercidos na atividade econômica, a intensidade do regime de trabalho e às condições ambientais da unidade produtiva na qual é desenvolvido o esforço produtivo. No entanto, tendo em vista que levantamentos disponíveis, principalmente da RAIS, permitem o exame de aspectos importantes vinculados à rotatividade da força de trabalho, este tema foi considerado mais detidamente.

No que se refere à rotatividade, aspecto sem dúvida revelador da instabilidade de emprego vigente no país e na região, o que se deve, inicialmente assinalar é que a taxa de desligamento — que estabelece a relação entre o número de desligamentos e o emprego médio no ano considerado, ou seja entre o número de dispensas ocorrido e o de vínculos empregatícios registrados, como média, no decorrer do ano — é muito significativa em 1980, segundo dados da RAIS. Na verdade, tanto no Brasil como no Nordeste, durante o ano de 1980, o correspondente a aproximadamente metade do contingente médio empregado foi dispensado de alguma atividade exercida durante o ano. A taxa de desligamento do país foi de 0,52 e a registrada para o Nordeste de 0,44. Isto significa que o equivalente a 44% de um pouco mais de 2 milhões de pessoas no Nordeste foi desligada da atividade exercida. Esse contingente, de acordo com as informações da RAIS, apresentou no Nordeste um tempo médio de permanência no estabelecimento de aproximadamente um ano e cinco meses. Mesmo em relação àqueles que não foram dispensados, a permanência média no estabelecimento é reduzida, no geral: 5 anos e 2 meses.

Ainda associado à dispensa de trabalhadores, deve-se ressaltar que, no caso nordestino, entre as causas das rescisões de contrato de trabalho aparece, como de maior relevância, as de iniciativa do empregador, sem justa causa, que representa, em 1980, cerca de 71,6% do total. Note-se que este percentual é maior que o registrado em qualquer das outras regiões definidas pela PNAD: Rio (62,8%), São Paulo (52,6%), Sul (42,5%), Minas e Espírito Santo (67,5%), Distrito Federal (61%) e Norte e Centro-Oeste (53,8%).

Dispondo de um mecanismo que lhes permite a dispensa de trabalhadores, sem custos significativos para suas empresas, os empregadores passaram a utilizar o instituto do FGTS como instrumento fundamental na dispensa de trabalhadores, inclusive na manutenção, via rotatividade, de níveis salariais baixos. Ao lado disto, essa rotatividade pode estar ainda associada à intensidade das transformações ocorridas — modernização e criação de novas atividades — que desestruturaram mercados de trabalho tradicionais, inclusive como condição para o atendimento da demanda dos novos segmentos produtivos.

Tais informações revelam que, para a compreensão do mercado de trabalho urbano do Nordeste, é necessário, além do exame do grau de utilização da força de trabalho e dos níveis de remuneração, uma análise que incorpore, à discussão, as condições sob as quais o trabalhador desempenha sua atividade produtiva. A questão da instabilidade e da rotatividade é, entre outros, um dos aspectos importantes neste particular, inclusive com sérias implicações na própria organização do trabalhador e no desenvolvimento de sua consciência de classe. Os mecanismos que possibilitaram esta significativa rotatividade do trabalho, sem dúvida nenhuma, se constituem um dos responsáveis pelo caráter "inacabado" do trabalhador urbano nordestino, enquanto membro de uma classe, na expressão de Francisco de Oliveira, já citada.

O exame da evolução do salário na economia regional, sobretudo aquele fixado por determinação legal, permite que se explicita não só o modo como, nas últimas décadas, vêm evoluindo as condições de remuneração da força de trabalho, mas torna evidente as formas de atuação do Estado no mercado de trabalho, no domínio específico de sua política salarial.

No que se refere ao salário mínimo fixado por lei, existem discussões a respeito de seu papel na determinação dos níveis efetivos de rendimento do trabalho. A hipótese aqui adotada é a de que, não obstante os problemas de cobertura existentes, já referidos quando se mostrou a alta percentagem das pessoas com rendimento abaixo do mínimo legal, o salário mínimo no Nordeste urbano se constitui num marco de referência adotado, tanto no setor

formal como em atividades "informais" no pagamento da remuneração do trabalhador^(21).

O gráfico 16 revela a configuração do salário mínimo estabelecido por lei, de 1960 e 1984, considerando seu poder aquisitivo real durante o período. A constatação imediata que se pode fazer é a de uma redução significativa do poder de compra do maior salário mínimo regional, desde os primeiros anos da década de 60, mas num padrão bem definido de declínio a partir de 1965. O contrário ocorreu com o menor salário mínimo. Este apresentou, sobretudo a partir de 1963, uma tendência bem definida de crescimento no seu poder de compra. Na verdade, a uniformização do salário mínimo regional foi obtida através do achatamento dos salários mais altos, relativos às áreas mais urbanizadas da região, e o aumento gradativo do poder de compra do menor salário mínimo estabelecido para as sub-regiões menos desenvolvidas do Nordeste.

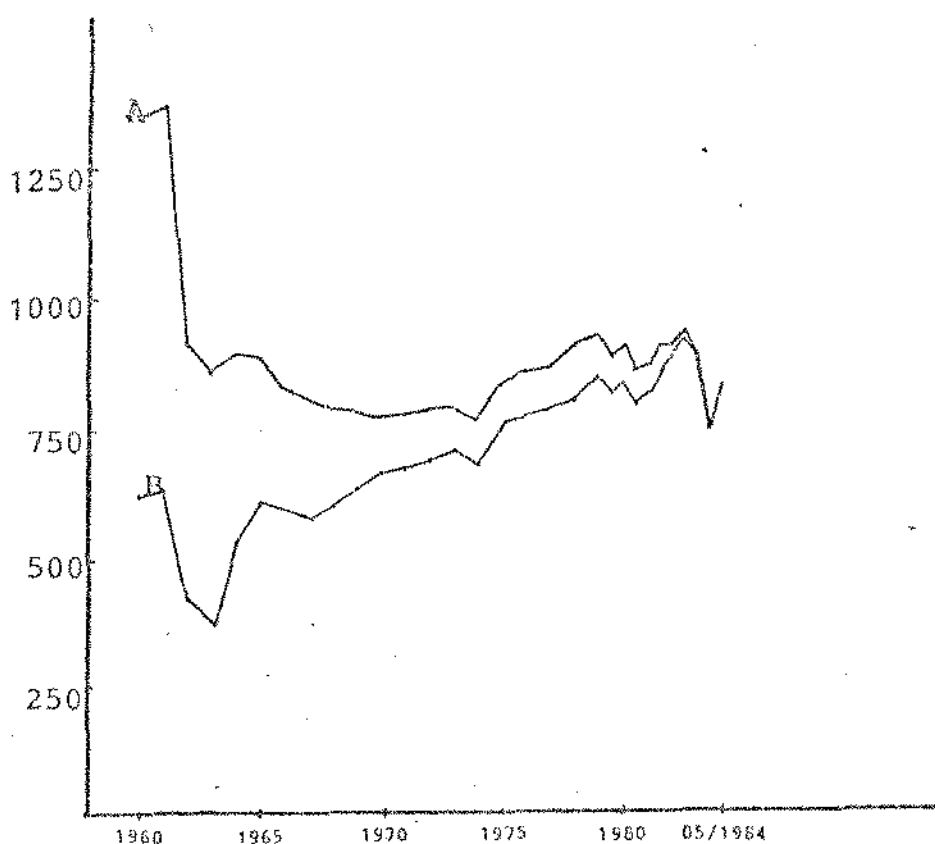
Num exame mais detido de cada um destes salários mínimos e sua configuração, revela que, no tocante ao maior salário mínimo regional, em confronto com a média dos dois primeiros anos da série considerada, o nível do salário entre 1965/75 tem, em média, seu poder de compra 35% menor que a média 1960/61. Note-se, além disto, que a partir do grande declínio registrado em 1962, o valor mais alto alcançado até 1984, que corresponde ao do reajuste de novembro de 1982, era 30% menor do que aquele registrado como média dos anos 1960/61. Isto significou portanto um achatamento salarial dos que ganham salário mínimo e residem nas áreas abrangidas por este salário e, além disso, numa redução do poder de compra daqueles que tiveram este salário mínimo como determinante dos seus níveis de renda. Note-se que a configuração

(21) Para uma discussão sobre o salário mínimo como base de fixação de salário, em geral, ver: SOUZA, Paulo Renato & BALTAR, Paulo Eduardo. Salário Mínimo e Taxa de Salário no Brasil. In Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 9, nº 3, dez/1979, Rio. MACEDO, Roberto B. M. e GARCIA, Manuel E. Salário Mínimo e Taxa de Salário no Brasil-Comentário. In Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 10, nº 3, dez/1980, IPEA, Rio. No mesmo número há uma réplica dos primeiros autores. Ver também MACEDO, Roberto. Salário Mínimo e Pobreza no Nordeste. Revista Econômica do Nordeste, vol. 13, nº 2, abr./jun. 1982 - BNB. Fortaleza.

apresentada pelo maior salário mínimo regional é semelhante aquela do maior salário mínimo do Rio de Janeiro, de acordo com dados apresentados no trabalho de Paulo Renato e Paulo Baltar^(22).

No que se refere ao menor salário mínimo da região, o confronto entre a média dos dois anos iniciais (1960/61) e o ponto mais alto obtido (novembro de 1982), significou um crescimento de 46%. A homogeneização dos salários na região dá-se então através de um processo que significou um crescimento dos salários para os Estados de Maranhão, Piauí e um achatamento que alcançou sobretudo os centros urbanos de maior dimensão localizados em Pernambuco e Bahia.

GRÁFICO 16 - Nordeste: Evolução do Maior (A) e do Menor (B) Salário Mínimo Regional em Termos Reais - (1960/1984).



FONTE: IBGE - Anuários Estatísticos
FGV - Conjuntura Econômica

(22) SOUZA, Paulo Renato & BALTAR, Paulo Eduardo. Salário Mínimo ..., op. cit..

Para que se tenha uma idéia da evolução diferenciada do salário mínimo, são apresentados na tabela 44 os dados referentes à relação entre os salários mínimos das capitais dos Estados nordestinos e o salário mínimo do Rio de Janeiro. Vale registrar a diferença de comportamento entre a evolução apresentada pelo salário mínimo do Recife, Salvador (e de certo modo Fortaleza) e o de São Luís e Terezina. Nestes dois últimos casos ocorrem, de fato, uma tendência bem definida de crescimento do poder de compra do salário mínimo. Deve-se no entanto considerar a base da qual se partiu: em 1960, por exemplo, o salário mínimo estabelecido para Terezina representava 42% do mesmo salário válido para o Rio e pouco mais da metade daquele estabelecido para Recife e Salvador.

Das informações analisadas, ficam evidente dois tipos de ação do Estado no que se refere à questão salarial. De um lado, uma política de redução do poder de compra do trabalhador das áreas de maior grau de urbanização, tanto a nível regional como nacional, e uma uniformização do salário mínimo que implique na elevação do poder de compra das pessoas ocupadas das áreas com menor grau de urbanização que têm o salário mínimo como marco de referência na fixação do seu nível de remuneração. De outro lado, há uma grande omissão do Estado na aplicação da lei que determina a adoção de um salário mínimo, a ponto de parte significativa da população ocupada situar-se, em termos de remuneração, em faixas abaixo de um salário mínimo ou não ter institucionalizada (sem carteira assinada ou sem cobertura previdenciária) a sua situação de empregado (ver gráfico 15 e tabelas 41 e 42).

É conveniente ressaltar qual tem sido a relação entre a evolução dos salários e da produtividade por trabalhador na economia da região. Tal confronto pode dar uma idéia do sentido da remuneração obtida pelo trabalhador e do resultado do seu trabalho em termos de produto gerado na atividade econômica. Isto é da maior importância quando se considera que, no período de referência, a economia urbana da região cresceu a taxas consideravelmente altas. Infelizmente não se dispõe de informações, que permitam a análise da produtividade e salário na maioria das atividades urbanas, razão pela qual o exame a seguir é feito em relação ao produto das atividades urbanas por pessoa ocupada no meio urbano e em relação à atividade industrial.

No que se refere ao conjunto das atividades urbanas faz-se, no gráfico 17, uma comparação entre a evolução do salário mínimo regional (o maior e o menor) e o produto interno bruto por pessoal ocupado nas atividades predominantemente urbanas. Os dados mostram que, mesmo na melhor das hipóteses, em termos de evolução dos salários — que foi a do menor salário mínimo cujo poder de compra real cresceu entre 1960 e 1980, 34% —, ocorreu uma significativa perda de posição relativa, uma vez que o produto por pessoa ocupada expandiu-se quase 100% (99,4%) entre os anos extremos da série. Com relação ao maior salário mínimo regional, estabelecido para as áreas de maior grau de urbanização da região, o que os dados registram para a evolução entre 1960/80 foi um declínio de 32,6%. Essas informações mostram que nas duas décadas consideradas, quando a economia regional cresceu aceleradamente, sobretudo no tocante às atividades urbanas, ao crescimento da produtividade por pessoa ocupada correspondeu um crescimento bem menor — equivalente a aproximadamente 1/3 da expansão do produto por pessoa ocupada — para os que recebiam o menor salário mínimo regional (ou tinham este como marco de referência das suas remunerações), ou, o que é pior, um decréscimo do poder de compra do maior salário mínimo regional. Em outras palavras, os ganhos de produtividade do sistema urbano não foram apropriados, em sua maior parte, pelos trabalhadores cujo nível salarial segue a evolução real do salário mínimo estabelecido por lei. Para parte importante deles, à sua maior capacidade de produzir, correspondeu um decréscimo dos seus ganhos reais.

As informações disponíveis para a atividade industrial do Nordeste confirmam a tendência assinalada anteriormente para o conjunto da economia urbana no período 1960/80. Conforme se verificou no capítulo anterior, a partir dos dados apresentados na tabela 25, em todos os intervalos inter-censitários — 1960/70, 1970/75 e 1975/80 — o crescimento da produtividade foi sempre maior do que o dos salários médios. As diferenças se tornam maiores à medida que avança a acumulação industrial. Assim, se entre 1960 e 1970 o crescimento da produtividade foi de 3,5% o do salário médio foi de 3,2%, entre 1970 e 1975, as referidas taxas foram de 9,9% e 6,2%. Já entre 1975 e 1980, as taxas se reduzem, mas as diferenças entre elas mantêm-se significativas: 6,7% e 4,6%.

Deve-se levar, ainda, em conta, no confronto feito ante-

TABELA 44 - Relação entre os Salários Mínimos de Capitais do Nordeste e do Rio de Janeiro.
1960 - 1984

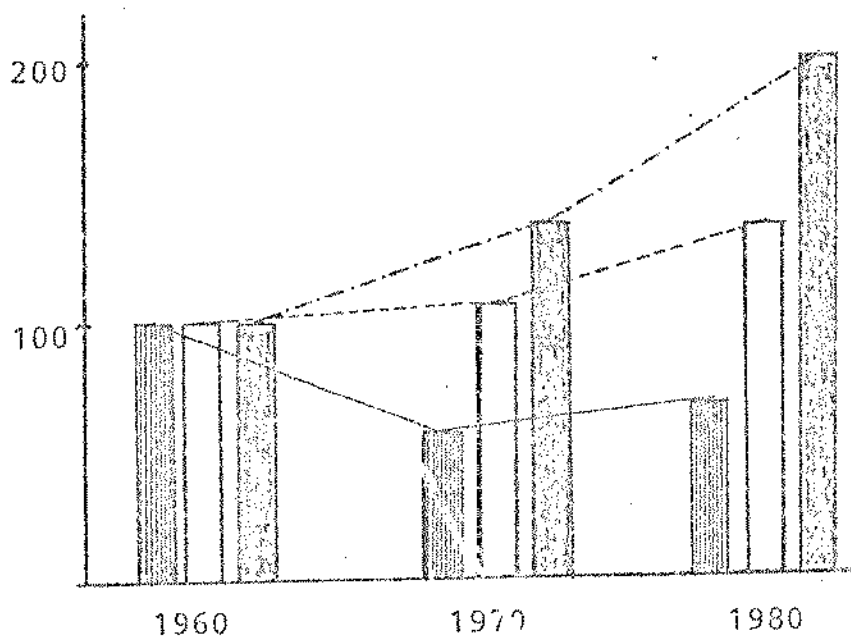
Anos	Razão Salário Mínimo das Capitais do Nordeste/Salário Mínimo do Rio de Janeiro				
	São Luiz	Terezina	Fortaleza	Maceió, Natal, Aracaju e João Pessoa	Recife e Salvador
1960	0,567	0,417	0,617	0,600	0,750
1965	0,600	0,538	0,600	0,600	0,782
1970	0,656	0,656	0,656	0,656	0,769
1975	0,707	0,707	0,707	0,707	0,784
1979	0,725	0,725	0,725	0,725	0,794
1984	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000




FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil. Vários Anos.

Extraído de MACEDO, Roberto. Salário Mínimo e Pobreza no Nordeste, In, Revista Econômica do Nordeste, vol. 13, nº 2, pp. 241-282, abr./jun. 1982. BNB/ETENE - Fortaleza, 1982. Às informações do texto referido foram adicionadas aquelas referentes a 1984.

GRÁFICO 17 - Salário Mínimo Regional e Produtividade nas Atividades Urbanas do Nordeste - 1960/1980

(Base: 1960=100)



-  Maior Salário Mínimo Regional
-  Menor Salário Mínimo Regional
-  Produto Interno Urbano por pessoa ocupada nas Atividades Urbanas

Fonte: IBGE, FGV e SUDENE/CPR

riormente entre o crescimento do salário e da produtividade, que se está considerando o salário médio e não o de base pago à maioria dos trabalhadores. Desse modo é provável que a maior complexidade da estrutura ocupacional, o peso do pessoal ligado à gerência e às atividades administrativas e de direção, contribua para a elevação da média, tornando-a distante do salário base da grande massa de trabalhadores. Isto é provavelmente válido tanto em relação à indústria de grande porte que se, instalou recentemente, quanto em relação à indústria que se modernizou, como se verificou na análise da têxtil, particularmente no confronto entre as fábricas-modelo referentes às várias décadas.

A questão da determinação dos salários e dos níveis de renda do trabalhador, num mercado heterogêneo como o que se está examinando, constitui um tema importante para o entendimento das condições de vida vigentes num contexto de "heterogeneidade estrutural" (23). Em particular, é da maior relevância conhecer a relação entre o excedente estrutural de mão-de-obra e os níveis de salários vigentes na economia, principalmente no mercado geral de trabalho. Nessas discussões destaque deve ser dado às contribuições recentes de Paulo Baltar. Este economista chama a atenção, após análise do pensamento da CEPAL e das contribuições de Lewis, para o fato de que é necessário considerar as mediações que existem entre, de um lado, o excedente estrutural e a determinação do nível de renda "informal" e, de outro, a determinação dos níveis de remuneração no mercado de trabalho geral, capitalista. Ao desenvolver este tema, Paulo Baltar parte da constatação de que, na produção informal, o número de produtores e o "espaço econômico disponível", são decorrentes da intensidade e da natureza do desenvolvimento do núcleo capitalista, o que " ... sugere a existência de uma diferença essencial entre a determinação do nível de renda per capita nas atividades informais e a formação dos salários" (24).

(23) Ver BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Salários ..., op. cit., e SOUZA, Paulo Renato de. A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas. UNICAMP, Campinas, 1980 (mimeo).

(24) BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Salários ..., op. cit., pp. 241 e 242.

Continuando o desenvolvimento do tema o referido economista assinala que é possível, no mercado de trabalho informal, considerar que o nível de renda por pessoa é resultante, de um "ajustamento de suas duas dimensões", de um lado a dimensão econômica, definida pelo ritmo e particularidade do desenvolvimento do núcleo capitalista, e de outro a dimensão populacional: "Ambas são explicadas independentemente uma da outra e, com relação àquela dos níveis de renda, a partir do comportamento do núcleo capitalista". Já em relação ao mercado de trabalho assalariado, o nível de emprego decorre de uma demanda de trabalho que está associada às decisões de produção das empresas, "dada a técnica e a organização das unidades produtivas".

A conclusão de Paulo Baltar, a este respeito, está resumida no seguinte parágrafo:

"Podemos, pois, concluir que salário e renda informal têm determinações de natureza diferente. A própria existência de espaços econômicos disponíveis para a atividade informal implica que ao menos parte do excedente de mão-de-obra urbana não pode ser considerada como imediatamente disponível para o núcleo capitalista ... Este fato é suficiente para problematizar qualquer relação causal direta entre salário e renda informal, mesmo que em termos puramente nominais. Mas, em princípio não nega a possibilidade de existir uma relação mais geral entre excedente de mão-de-obra e formação dos salários, particularmente na chamada base dos mercados de trabalho no núcleo capitalista" (25)

Para o autor referido, nesta relação entre excedente estrutural e determinação do nível de salário deve-se considerar as peculiaridades da organização do mercado de trabalho assalariado, que só em parte é influenciada pela presença do citado excedente.

(25) BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Salários ..., op. cit., pp. 242 e 243.

Muito mais importante, na sua visão, é o impacto das características do processo de industrialização. A rapidez com que é montado o aparelho produtivo na economia e a simultaneidade de muitas indústrias permitem não só a fluidez maior do mercado de trabalho assalariado, como dão lugar a surgimento de uma base muito ampla "que inclui uma elevada proporção dos postos de trabalho das várias indústrias". Neste caso, as novas indústrias vão demandar mão-de-obra numa "massa urbana indiferenciada e ainda não adaptada à disciplina do trabalho industrial". Assiste-se então, sobretudo quando se trata de situações em que existe uma alta percentagem de população no meio rural, a um rápido processo de urbanização, "com migrações massivas do campo para as cidades e das regiões mais atrasadas para os centros urbanos em que só depois são montadas a maioria das novas indústrias". Segue, o autor, após as observações anteriores:

"De modo que, na formação histórica do mercado de trabalho assalariado de um país, importa o modo e o ritmo com que é montada sua estrutura industrial e as peculiaridades do meio urbano a que se defrontam as novas indústrias. E não se trata apenas de uma questão demográfica. Como o que importa é a disponibilidade de mão-de-obra, interessa também o modo como aquela intensa urbanização reproduz oportunidades de sobrevivência em atividade fora da produção capitalista" (26).

Isto posto, pode-se descer para o exame do caso nordestino, partindo do instrumental elaborado por Paulo Baltar. Em primeiro lugar vale ressaltar que várias das condições referidas por ele e que têm influência nos salários pagos, sobretudo no sentido de rebaixá-los comparativamente aos níveis de produtividade, encontram-se no Nordeste nesta fase da integração econômica. Nesta região a expansão industrial deu-se com grande intensidade em determinadas áreas, o que levou à contratação da mão-de-obra a partir de uma base muito ampla que extrapola aquele estreitamento

(26) BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Salários ..., op. cit., pp. 249 e 250.

vinculado à atividade industrial pré-existente. Acrescente-se a isto o processo de modernização que, seguramente, desestruturou, em algumas indústrias tradicionais, o mercado relativamente consolidado que existia. A rotatividade associada aos aspectos anteriormente referidos e, no caso brasileiro, intensificada por medidas legais estabelecidas também são elementos que devem ser mencionados, ao lado da política salarial.

No entanto todos estes fenômenos estiveram presentes nas demais regiões brasileiras que expandiram suas indústrias nas duas últimas décadas, o que leva a descer um pouco mais ao exame do caso regional. Neste particular, um dos aspectos que devem ser considerados é o grande peso que têm os segmentos não organizados no meio urbano e a massa da população rural submetida a "arcaicas" relações de trabalho e baixo nível de remuneração. O "núcleo capitalista" — sem dúvida dinâmico, capaz de transformar segmentos importantes da economia urbana e de alterar as relações do Nordeste com as demais regiões — está imerso num "reservatório" de mão-de-obra que seguramente tem influência sobre as relações de trabalho que passam a ser desenvolvidas no seu interior. De fato, quando se considera que metade da força de trabalho da região vive, ainda, no campo, e que, da outra metade que reside nas cidades, entre 35% ou 45% está vinculada aos setores não-institucionalizados ou "informais", tem-se uma visão mais geral da estrutura do mercado de trabalho na região. O que se pretende assinalar é que no caso nordestino pode-se estar diante de uma situação em que aspectos quantitativos distintos impliquem relações qualitativas diferentes e, neste sentido, que o excedente estrutural, face à sua dimensão, tenha uma influência marcante (ou maior que nas demais regiões) nas relações que se estabelecem no mercado capitalista de trabalho, principalmente na denominada base do mercado.

Outro ponto não desprezível, que pode ter influência na relação entre o excedente e a determinação do salário, diz respeito ao fato de que o informal é, no Nordeste, disseminado em praticamente todas as atividades produtivas. Não se concentra, como em São Paulo, na construção civil, no comércio ou nos serviços pessoais. Ele está presente no setor industrial e, sob a forma artesanal ou de micro e pequenas unidades de produção, está presente, também, em vários ramos da atividade de transformação. Com isto não se pretende desprezar a rigidez que existe na passagem da

massa "informal" de trabalhadores para o mercado de trabalho capitalista, mas tão somente lembrar a presença não só de um grande contingente de mão-de-obra na região, constituindo o "reservatório" de força de trabalho, como de uma massa diferenciada de trabalhadores, com distintas aptidões, disponíveis e mobilizáveis. O avanço das relações capitalistas em São Paulo absorveu ou implicou o desaparecimento de grande parte desse contingente que no Nordeste é, ainda, significativo.

Ao lado deste, — e em parte dele decorrente, — outros aspectos (alguns considerados por Paulo Baltar) podem ser acrescentados ao exame dessa questão: o trânsito da mão-de-obra neste início de processo entre a base do mercado de trabalho capitalista e o mercado informal. A rotatividade potencializada por medidas governamentais, no período pós-1964, e intensificada também a partir das transformações inerentes a um processo intenso (27), como o de integração econômica regional, alimenta ainda mais essa relação entre o mercado de trabalho informal e o capitalista, notadamente a sua base.

Com isto entre os dois mercados se estabelece um conjunto de influências, que poderá perdurar enquanto não se define uma estrutura mais consolidada do mercado de trabalho capitalista. A este respeito, é importante lembrar que a expansão industrial do Nordeste teve como fundamento não uma estrutura integrada, composta por vários departamentos que se complementam em termos de relações inter-industriais, mas segmentos específicos que se articulam

(27) "Porém a recorrência de bruscos e intensos ritmos de aprofundamento da industrialização recoloca permanentemente as condições para uma elevada rotatividade no emprego e ausência de especialização de mão-de-obra. Em consequência, a base do mercado de trabalho permanece ampla e não se estruturam amplos segmentos específicos. Somente uma proporção reduzida de postos dão origem a uma especialização da mão-de-obra, e a uma relação de emprego com maior regularidade". BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Salários ..., op. cit., p. 252.

para fora e que, dada a pequena importância relativa, sua "dinâmica não é suficiente para reproduzir a força de trabalho necessária" face a um intenso processo de expansão industrial. Assim são bem maiores as ligações com o mercado indiferenciado, salvo, evidentemente, a sua demanda específica que se volta para a constituição e a manutenção da categoria de mão-de-obra mais especializada, inclusive com o desenvolvimento de mercados internos.

Em resumo, aceito o conjunto de argumentos que adverte para as dificuldades em se estabelecer uma relação causal direta entre excedente estrutural de população e a determinação do salário no mercado capitalista, inclusive o de base, não se pode deixar de considerar que, no caso do Nordeste a magnitude desse excedente, tanto no meio urbano como rural, o trânsito que existe entre o mercado informal e o de assalariado, a natureza das transformações ocorridas e a disseminação do "informal", constituem elementos que reforçam a idéia de que o estabelecimento do nível de remuneração do mercado de trabalho capitalista, geral, passa, também, pela presença do "informal", diferentemente do que pode ocorrer com as regiões mais industrializadas do país. A fragilidade das organizações sindicais e sua pequena influência nos contratos de trabalho, contribuem para que o papel do excedente estrutural seja maior no mercado capitalista. E, neste sentido, o excedente estrutural pode ser, entre outros evidentemente, um dos elementos que expliquem os baixos níveis de renda, comparativamente as demais regiões, que se registra nas atividades "formais" urbanas do Nordeste. Com isto não se está repetindo as considerações sobre as relações diretas, imediatas e mecanicistas de Lewis^(28). As mediações existem, mas são, também, mediações entre o excedente estrutural e o salário de base, no caso nordestino.

2. Integração e Formas de Atuação do Estado

Um exame, mesmo superficial, da evolução recente do Nordeste revela a presença marcante do Estado na vida econômica e social da região, sobretudo nas duas últimas décadas. Isto é per-

(28) LEWIS, A. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra. In AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. (org.). A Economia do Subdesenvolvimento. Forense, Rio, 1969.

ceptível quando a análise se detém em pelo menos três formas de sua ação no período referido: (i) no estímulo e incentivo à atividade produtiva; (ii) na constituição do capital social básico (infraestrutura econômica e social); (iii) na oferta de serviços sociais e na gestão das relações de trabalho.

É evidente que todas essas ações são encontradas tanto a nível da região como do país, no entanto, no Nordeste atual, em alguns dos aspectos referidos, a presença do Estado tem uma maior importância e define formas de atuação que têm grande relevância no estabelecimento de políticas regionais e na evolução da própria economia nordestina.

As mudanças que o Estado sofreu nas suas formas de ação no Nordeste estão situadas num contexto de centralização da máquina estatal que se define, principalmente, a partir de 1930. Como se assinalou anteriormente, é após a crise de 30 que o Estado burguês e nacional se define e passa a marcar uma presença maior na atividade econômica e na vida social, através de um grande número de instituições e medidas. No entanto, o que se assinalou, também, é que a esta presença significativa do Estado na vida econômica nacional, sobretudo nas regiões onde se consolidava o processo de industrialização — ("restringida" até 1955 e indústria "pesada" a partir dessa data) — correspondia uma quase ausência do Estado na vida econômica nordestina, salvo em relação aos segmentos exportadores mais significativos, e no "combate" às secas. Mesmo na fase da indústria "pesada", o que o GTDN vai encontrar é um Estado-quase-onipresente no Sudeste contrastando com um Estado-assistencialista no Nordeste, que apenas esboçava uma atuação mais conseqüente na vida econômica regional através da CHESF e do BNB. É com a "regionalização da grande indústria no Brasil", para usar a expressão de Maria Brandão, que o Estado brasileiro firma sua presença no Nordeste e redefine suas formas de atuação. A bem da verdade, como se assinalou anteriormente, o Estado se antecipa ao processo efetivo de "regionalização da grande indústria", criando e oferecendo ao capital privado, num momento crítico para a economia nacional, um conjunto poderoso de incentivos.

Em pouco tempo o Estado que passa a atuar no Nordeste abriga um conjunto muito complexo de órgãos e instituições, que se voltam prevalentemente para a atividade produtiva e, mais especi-

ficamente, para a acumulação privada de capital. É suficiente citar: (i) os incentivos fiscais e financeiros do 34/18 - FINOR; (ii) o sistema bancário oficial (BB, BNB, BNDES, além dos bancos estaduais de desenvolvimento); (iii) os tradicionais sistemas de apoio às atividades exportadoras (IAA, CEPLAC); (iv) bem como o sistema financeiro de habitação e saneamento básico, centrado no BNH, que constituem fontes de recursos que durante anos definiram o nível de atividade do segmento da construção civil e dos setores a ela associados. Isto sem considerar os governos estaduais que criam e definem seus sistemas de incentivos, visando atrair capitais de fora da região.

Foi através desses mecanismos que se delinearão os traços mais relevantes da forma que tomou a acumulação de capital na região: (i) o grande apoio ao surgimento de atividades industriais e à sua modernização; (ii) a ampliação e modernização de atividades exportadoras tradicionais; (iii) o crescimento acelerado da construção civil e a intensificação da urbanização; (iv) dinamização da atividade econômica em geral, simultaneamente com a concentração da renda e do patrimônio e com o privilegiamento da grande empresa: nacional, multinacional ou estatal.

É sem dúvida uma tarefa difícil examinar todo conjunto de atuação do Estado na região, notadamente quando se considera não só o complexo conjunto de políticas explicitamente regionais que foram estabelecidas para o Nordeste, como aquelas macroeconômicas, setoriais e nacionais que, não obstante este fato possuem reflexos, geralmente significativos, sobre a região, daí a denominação apropriada de políticas implicitamente regionais^(29). No entanto na perspectiva de uma região, como é o caso presente, pode-se detectar tanto a nível das proposições e propostas, como a nível da ação concreta os traços fundamentais da ação do Estado que, no caso nordestino, definiu os contornos do seu desenvolvimento.

No que se refere à evolução das propostas de ação do Estado, cabe inicialmente registrar, como foi feito no trabalho

(29) PIMES. A Expansão Capitalista, o Papel do Estado e o Desenvolvimento Regional no Brasil. In PIMES, Desigualdade Regional no Desenvolvimento Brasileiro, vol. 4. SUDENE. Recife, 1984, pp. 48 e 49.

recente do PIMES, que se passou nos planos e programas nacionais de uma abordagem prevalentemente setorial, "com referências apenas marginais a objetivos espaciais" (Plano de Metas e propostas globais que o antecederam), para, num segundo instante — primeira metade da década de 60, — ser dada ênfase à questão das disparidades espaciais. Finalmente, num terceiro momento, passa-se a redefinir o desenvolvimento regional como elemento essencial do processo de desenvolvimento global do país, tanto do lado da contribuição para o desenvolvimento da atividade produtiva, como na perspectiva dos mercados para a produção nacional. O que importa ressaltar é que, do segundo para o terceiro momento, passou-se, no caso nordestino, de uma perspectiva desse espaço diferenciado como "região-problema" — para a qual deviam estar voltadas ações articuladas numa proposta global de desenvolvimento econômico e social, — para o desenvolvimento de programas voltados para a exploração das potencialidades regionais e para a "integração das várias regiões em um mercado nacional diversificado" (30).

Esta mudança de abordagem reflete, com as evidentes mediações que devem ser consideradas, o que se passava a nível da estrutura produtiva do país, e as alterações na sua política econômica global. O "milagre" econômico e a fase seguinte, de complementação da estrutura industrial e de articulação à economia internacional, redefiniram toda postura anterior do Estado brasileiro. A tradução regional foi a ênfase nos polos de desenvolvimento ou complexos industriais (Camaçari, Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe, Cloroquímico de Alagoas) e os programas especiais. Vale aqui registrar a constatação do PIMES a respeito das proposições regionais de política, centradas em aspectos setoriais das áreas específicas de cada região, visando, em plano mais geral, a continuidade do processo de industrialização nacional. Neste sentido, os esforços estariam orientados fundamentalmente "(i) para a substituição de insumos básicos e bens de capital; (ii) para a promoção e diversificação das exportações de bens primários e manufaturados, com importantes rebatimentos espaciais; (iii) para a unificação do mercado interno ...". Conclui

(30) Ver PIMES. *Expansão ...*, *op. cit.*, p. 53. A citação acima é do Programa do Plano Decenal, tomo VII, p. 15, transcrita no estudo do PIMES, à página referida.

o referido estudo: "É neste contexto que se molda e evolui a política de desenvolvimento regional, ora voltada para a exploração das potencialidades regionais imprescindíveis à expansão econômica comandada pela indústria e pela região industrial, ora agindo ou tentando agir compensatoriamente quando a intervenção setorial tende a deteriorar de modo acentuado a posição relativa das regiões periféricas" (31).

É a partir dessas colocações gerais que se desce, em seguida a um exame das formas específicas de ação do Estado levando em conta a sua gestão no processo de acumulação de capital e na reprodução da força de trabalho. Ressalte-se desde logo, no que se refere à participação governamental no processo de acumulação, que se remete, no tocante à sua ação a partir dos incentivos fiscais e financeiros, para o capítulo III, onde se analisou o sistema de incentivos e o papel por ele desempenhado na expansão da indústria e no processo de integração econômica. Registre-se apenas, com o intuito de lembrar o papel do Estado neste particular, que em alguns anos da década de 60, como se assinalou anteriormente, o investimento incentivado chegou a representar mais de 60% do total de investimento industrial no Nordeste.

Ao lado dessa forma de atuação do Estado na região, não se pode deixar de dar um destaque à constituição, ampliação e sobretudo da modernização da infraestrutura, com maior intensidade a partir do início da década de 60. De acordo com levantamentos realizados pela SUDENE, as várias esferas do governo participaram com aproximadamente 49% da formação de capital em toda a economia nordestina (32). No período 1965/80 os investimentos públicos cresceram a taxa superior a 10% ao ano, conforme já se assinalou. Foi sem dúvida muito significativa esta expansão, que se concentrou, em quase metade, na constituição da infra-estrutura econômica, necessária a implantação e desenvolvimento da nova atividade produtiva. As informações da tabela 45 constituem uma indicação

(31) PIMES. * Expansão ..., op. cit., pp. 56 e 57.

(32) Nesta participação estão sendo considerados os investimentos diretamente realizados pelo governo através da administração central, fundações, empresas estatais, etc. Não são considerados os financiamentos e estímulos governamentais quando associados a investimentos realizados pelo setor privado.

Tabela 45 - Nordeste: Formação de Capital Fixo do Setor Público, segundo Áreas de Intervenção da Ação Governamental. 1965 - 1980.

Especificação	A N O S															
	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
1. Atividades Produtivas	21,6	27,3	29,1	22,5	23,3	19,0	19,5	23,8	18,5	16,2	17,1	19,2	23,1	21,5	23,3	29,4
1.1. Agropecuária	3,3	4,2	4,5	3,0	3,3	2,8	3,9	3,0	2,9	2,9	3,6	4,0	3,7	3,3	4,5	6,8
1.2. Indústria	26,4	21,7	24,0	18,3	18,7	15,0	13,9	19,1	13,2	12,1	11,6	13,5	16,0	13,2	13,9	19,1
1.3. Serviços	1,4	1,4	0,6	1,2	1,3	1,8	1,7	1,7	2,4	1,2	1,0	2,2	3,4	5,0	3,4	3,5
2. Administração Pública, Serviços Comunitários e Sociais e Infra-estrutura Social	24,2	27,3	23,7	27,4	27,1	31,4	23,8	23,0	26,7	33,6	31,7	27,5	27,6	39,4	32,8	27,4
2.1. Administração Pública, Serviços Comunitários e Sociais	18,5	20,5	17,6	22,3	21,4	24,0	17,8	17,0	21,3	25,7	19,2	23,1	21,8	22,2	19,3	23,1
2.2. Saneamento Básico	5,7	6,8	6,1	5,1	5,7	7,4	6,0	5,5	5,4	7,9	12,5	4,4	5,8	17,2	13,5	4,3
3. Infra-estrutura Econômica	48,2	45,4	47,2	50,1	49,6	49,0	52,7	53,2	54,8	50,2	51,2	52,8	49,3	39,1	43,4	43,2
3.1. Energia Elétrica	21,0	15,8	18,8	18,0	15,6	13,8	16,7	19,7	16,7	18,0	23,4	26,5	23,9	20,7	19,8	17,6
3.2. Transporte e Armaz.	22,7	29,4	30,1	29,8	31,5	33,1	36,0	27,9	31,9	26,4	18,0	17,5	15,6	13,3	12,2	14,0
3.3. Comunicações	0,5	0,2	0,3	2,3	2,2	2,1	4,0	5,6	6,2	5,8	7,8	8,8	7,8	5,1	11,4	11,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais.

das prioridades que presidiram a ação governamental no Nordeste e de algumas das formas de atuação do Estado, nesta fase do desenvolvimento do capitalismo na região, comandado pelos grupos econômicos de fora do Nordeste.

A separação do esforço governamental na formação de capital no Nordeste em uma "área" de intervenção compreendida pelas atividades produtivas, outra vinculada à administração pública, serviços comunitários e infra-estrutura social e uma terceira, a infra-estrutura econômica mostra alguns aspectos relevantes. De fato, há, sem dúvida, uma concentração significativa dos investimentos na infra-estrutura econômica a ponto de 48,7% da formação de capital ou seja quase metade, centrar-se nesta "área" de intervenção. Além disso, em grande parte dos anos 70, este percentual ultrapassou a marca de 50%, apresentando um declínio a partir de 1977. Somado o percentual médio (48,7%) estimado para a infra-estrutura econômica, com aquele calculado para a formação bruta de capital do setor público nas atividades produtivas (22,9%), fica evidente a alta prioridade estabelecida pelo Estado para o desenvolvimento da atividade econômica da região (tabela 45).

No que se refere à infra-estrutura social e aos serviços comunitários (aos quais se somam a formação de capital na administração pública) o percentual médio foi de 28,4%. Convém, neste caso, observar que os investimentos em saneamento básico passam a ter maior significação na década de 70, sem dúvida associado a uma atuação mais efetiva do sistema financeiro de saneamento básico, comandado pelo BNH. Já em 1980 cai bruscamente a participação relativa desse item da formação de capital no setor público, significando isto, possivelmente, um indício do declínio da presença desse Banco na formação de capital, que está associado a recessão que a partir desse ano passa a viver a região e o país, e que alcança, de início, esta parte do sistema financeiro.

Esta participação da área social no esforço desenvolvido pelo Estado na formação de capital, tem, ainda, um significado menor quando se considera que entidades governamentais de maior relevância como SUDENE, BNB, BNH, BB, IAA, CEPLAC, a própria administração central, através dos sistemas de incentivos fiscais e financeiros, se constituem poderosos meios capazes de impulsionar a atividade produtiva, de modo indireto, sem que tais estímulos apareçam, nas estimativas de formação de capital, como

de responsabilidade do Estado.

Embora não se possa quantificar, com precisão, a destinação de recursos governamentais ao conjunto de áreas que, comumente, se constituem campo de intervenção do Estado na região, essas indicações apresentadas são suficientes para mostrar que as prioridades que nesta ação governamental foram estabelecidas, no período 1965/80, orientaram-se, fundamentalmente, para a valorização do capital, através de uma multiplicidade de ações. Estas tomaram a forma de estímulos fiscais e financeiros, de suporte administrativo e institucional, de garantia de mercado, de assistência técnica e, sobretudo, de dotação de infra-estrutura econômica geral (transporte, energia, comunicação) ou específica, como os distritos industriais. O Estado é chamado para viabilizar essa nova forma de desenvolvimento do capitalismo na região, e o faz concentrando seus recursos e meios no estímulo à acumulação de capital usando múltiplas formas de apoio aos grupos econômicos, em geral, e de atração às frações de capitais de fora da região.

Uma observação adicional às considerações anteriores diz respeito à necessidade de qualificar a constatação de que a intervenção estatal orienta-se, fundamentalmente, no sentido de privilegiar a atividade produtiva. Isto parece ser evidente, mas é necessário acrescentar a esta constatação o fato de que os mais favorecidos, nesta política, foram as unidades de produção de grande porte. Assim, ao lado da grande e média empresa industrial com mais fácil acesso aos incentivos fiscais e financeiros do 34/18 - FINOR^(33), juntam-se as empresas de grande porte vinculadas ao setor exportador tradicional com apoio do IAA, do PROÁLCOOL e da CEPLAC, ao lado daquelas que tem acesso mais fácil ao sistema bancário oficial ou a fontes específicas de financiamento a juros subsidiados. Confirmam ainda este fato, a timidez dos programas voltados para a pequena e média empresa industrial, o caráter ainda experimental dos programas voltados para o setor "informal", o fracasso dos programas orientados para o pequeno produtor rural (POLONORDESTE e Sertanejo), ao qual está associado, além das questões de estrutura agrária não resolvidas, as poucas disponibilida-

(33) Em vários momentos de reformulação do 34/18 - FINOR são elevados os tetos referentes ao montante mínimo do projeto para ter-se acesso ao mecanismo fiscal e financeiro.

des de recursos destinados, efetivamente, ao pequeno produtor. Em resumo, à constatação de que prioritariamente o Estado voltou-se para o estímulo à atividade produtiva, deve-se considerar que eles se limitaram à implantação e expansão da empresa de maior porte, regional, nacional, estatal ou multinacional.

Mais recentemente quando são encontradas condições mais propícias para viabilizar as propostas de polos e complexos industriais, o Estado passa a desenvolver sua ação através de investimentos diretos na área produtiva, e a atuar, ainda, como elemento aglutinador na implementação dos complexos industriais, coordenando, definindo e negociando os papéis e funções que as várias frações do capital privado (nacional e multinacional) deveriam desempenhar. O exemplo de Camaçari diz bem do seu desempenho na complexa rede de interesses envolvendo capitais privados, esferas governamentais e grupos políticos nacionais e regionais. Vale registrar que nessas negociações entram não só condições de financiamento oferecidos pelo Estado às empresas, como preços e condições de oferta de matérias-primas produzidas por empresas estatais.

Esses foram os traços gerais da gestão do Estado brasileiro na reprodução do capital, no Nordeste, no período 1960/80. Restam, agora, algumas considerações adicionais sobre a gestão estatal da reprodução da força de trabalho, na região.

A partir do exame da ação do Estado na implantação da infra-estrutura social, pode-se perceber que parte substancial dos recursos aplicados nos chamados "programas sociais" estavam associados a uma estratégia de retorno dos investimentos realizados. O Estado, financiando ou investindo em alguns desses programas, "empresariava" a aplicação dos recursos mobilizados, esperando seu pelo retorno. Esta foi a orientação seguida na implantação dos "programas sociais" de habitação popular, abastecimento d'água e esgotamento sanitário. Sem querer negar os avanços que foram obtidos em alguns desses programas, não se pode deixar de assinalar que sobretudo numa região de baixo nível de renda e de sua grande concentração, os limites de "programas sociais", que fundamentavam suas realizações na existência de uma demanda solvente, muito cedo seriam encontrados.

Algumas referências confirmam as dificuldades encontradas na realização de tais programas no Nordeste através de

uma postura governamental como a assinalada anteriormente. O déficit habitacional no Nordeste em seu conjunto e nas suas três regiões metropolitanas, que se constituíram as áreas prioritárias para desenvolvimento dos programas de habitação popular, alcançavam percentuais próximos a 30%, no início dos anos 80. No que se refere ao saneamento básico, vem aumentando, no meio urbano, em termos absolutos (embora diminuindo em termos relativos) o número de domicílios sem esgotos ou fossa séptica, que, ainda em 1980 representavam quase 70% do total de domicílios. Os sistemas de saneamento básico pouco avançaram, mesmo em termos de abastecimento d'água, no que se refere à periferia dos centros urbanos maiores e em relação às comunidades de menor porte (34).

No que se refere aos demais "programas sociais" que não tiveram por trás um sistema financeiro, o que as análises têm revelado é a insuficiência de recursos, em geral, e a falta de continuidade das dotações visando reduzir ou atenuar os déicits nas áreas de saúde e educação, sobretudo. No que se refere à educação, o Nordeste com 29% da população brasileira possui metade dos analfabetos do país. Além disso, o acesso ao segundo e terceiro grau é extremamente seletivo, atingindo-o somente 5,3% e 1,7% da população. A região detinha, em 1979, 86% do déficit de matrículas do 1º grau em todo país (35). Acrescente-se a isto o reduzido avanço da região, comparativamente com o país, na diminuição da alta taxa de mortalidade infantil (que era em 1980 pouco menor que o dobro da taxa registrada para o Sudeste) e a precária cobertura do sistema de saúde no que se refere ao número de consultas, às vacinas, à suplementação alimentar de crianças, gestantes e nutrízes, bem como em relação ao controle de doenças muito difundidas na região (36).

(34) SUDENE. Indicadores Sociais ..., op. cit., p. 383. IBGE. PNAD-1981 e 1982. IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. SUDENE. Política de Saneamento Básico do Nordeste. Recife, 1984 (mimeo).

(35) SUDENE. Proposições de Política Social para o Nordeste. SUDENE. Recife 1983. SUDENE. Indicadores Sociais ..., op. cit.

(36) SUDENE-DRH/DS - Saúde no Nordeste: 1970-1980. SUDENE, Recife, 1984 (mimeo). SUDENE. Indicadores Sociais ..., op. cit.

Vale ainda lembrar o que foi enfatizado anteriormente a respeito da atuação do Estado, quando se fez referência ao fato de que, orientando seus esforços no sentido de viabilizar a expansão da produção e a modernização da economia regional, ele foi bem mais além ao adotar a nível de todas as regiões: (i) uma política de achatamento salarial, (ii) ao criar mecanismos de desestabilização do trabalhador, o que teve repercussões sobre os níveis de remuneração obtidos pela mão-de-obra; e (iii) a prática de desestabilizar as organizações sindicais, principalmente a partir de ações repressivas. A redução em termos do poder de compra dos salários, sobretudo daqueles vinculados ao salário mínimo fixado para as sub-regiões mais urbanizadas, o distanciamento que passa a existir entre os salário mínimo e o médios, de um lado, e a produtividade, de outro, além da rotatividade da mão-de-obra, são exemplos de ações que dizem bem da forma de gestão do trabalho que presidiu a atuação do Estado nas duas últimas décadas. No exame do caso específico da modernização da têxtil no Nordeste ficou patente de que modo o necessário "sucateamento de homens", paralelo ao de máquinas, conforme expressão de Sydia Maranhão em trabalho citado, estava estreitamente relacionado com a perda da estabilidade do trabalhador e a sua "opção" pelo instituto do FGTS.

Para melhor fixar estas formas de ação do Estado na reprodução da força de trabalho é conveniente assinalar que, como a totalidade da reprodução social do trabalhador não é, em geral, garantida pela remuneração obtida, por este, no processo produtivo, faz-se cada vez mais necessária, nas economias capitalistas, a intervenção do Estado na oferta de serviços e meios imprescindíveis à reprodução social e, por vezes, biológica do trabalhador. E por esta razão que o aprofundamento do conhecimento das formas de ação do Estado no caso específico do Nordeste, ajuda a entender o que está por trás de alguns indicadores, que podem parecer paradoxais.

Neste particular, vale registrar que, ao final da década de 70, o Nordeste havia alcançado a cifra de 890 dólares de renda per capita e, à época, apresentava uma esperança de vida de 52 anos; tal esperança de vida estava abaixo daquela calculada para o Haiti (54 anos) e para a Índia (55 anos) que, em 1982 tinham uma renda per capita de, respectivamente, 300 e 260 dóla-

res^(37). Em resumo, o Nordeste, não obstante o nível razoável de renda que alcançou, como resultado de um crescimento, sem dúvida, intenso, de 7% em 20 anos, e associado sem dúvida a integração econômica, não consegue superar os padrões indianos e ou haitianos de vida, da grande maioria da sua população. É em relação a tais aspectos que se pode falar das "malformações maiores do nosso desenvolvimento", segundo Furtado, em obra já citada.

Não resta dúvida, do que foi exposto anteriormente, que o Estado desenvolveu um conjunto de ações no sentido de garantir mão-de-obra barata neste processo de integração, através de sua política de salários e do rígido controle sobre seus reajustamentos; e, além disso, na sua atuação no sentido de manter a insegurança do emprego, ele aumentou significativamente a rotatividade, já presente em momentos de grandes mudanças, através do FGTS. Sua gestão no sentido de manter o "estoque" de trabalhadores disponíveis ou inexistiu ou esteve presente em momentos episódicos ou especiais, a exemplo das grandes secas no semi-árido Nordestino, quando então criou as frentes de trabalho que chegaram a mobilizar mais de dois milhões de pessoa. Com exceção destes aspectos, seus programas voltados para o pequeno produtor, para o informal, ou para as populações carentes, não têm nenhuma significação neste particular^(38).

A instituição não capitalista que garantiu a sobrevivência e a continuidade do grande "estoque" de mão-de-obra não utilizada no mercado de trabalho capitalista foi o segmento "informal" da economia, no qual a população excedente se insere através de

(37) Ver BANCO MUNDIAL. Informe sobre el Desarrollo Mundial: 1984. Washington, 1984, pp. 250 e 251. A estimativa do Nordeste foi obtida considerando-se a participação da renda per capita do Nordeste em relação à do Brasil (cerca de 40%) que é estimada em 2.240 dólares. A estimativa da esperança de vida no Nordeste consta do trabalho de MOREIRA, Ana Amélia Camarano de Mello & MOREIRA, Morvan de Mello. Dinâmica Demográfica do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste 15(4). Fortaleza, out./dez., 1984, p. 669.

(38) Ver a respeito CAVALCANTI, Clovis. et alii. Pobreza, Carestia e Subalimentação: Avaliação Sócio-Econômica de uma Intervenção Nutricional em Pernambuco. FUNDAJ/Edit. Massangana Recife. 1984.

múltiplas formas de subsistência. E, neste processo, como se fez referência, é prêsa fácil do capital mercantil.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Neste estudo a respeito da economia nordestina foram consideradas três fases bem características de sua evolução nos dois últimos séculos, na perspectiva de sua relação com as demais regiões brasileiras: uma fase de isolamento relativo; outra de articulação comercial, que corresponde ao processo de formação do mercado interno nacional; e uma fase de integração econômica, que tem por base a transferência do capital produtivo de outras regiões na direção do Nordeste. A partir desse esquema, o trabalho foi orientado, em primeiro lugar, para identificar os condicionantes da passagem de uma para outra fase e, em segundo lugar, privilegiando a fase da integração econômica, examinar as transformações ocorridas no Nordeste a partir da entrada do capital produtivo de fora da região na sua estrutura produtiva.

O isolamento relativo. A economia nordestina, até o início de sua articulação comercial sistemática com as demais regiões brasileiras caracterizava-se por uma estrutura produtiva complexa na qual estão presentes a economia açucareira, a produção de algodão, a pecuária, as atividades de subsistência, outras culturas de exportação e um conjunto de atividades urbanas nas cidades maiores. Além disso, por conta de seu dinamismo, até os meados da segunda metade do século passado, e das relações de produção que foram desenvolvidas nos diversos sistemas produtivos, era dotado de uma grande capacidade de absorção de populações, chegando a constituir o grande "reservatório" de mão-de-obra, que vai ser mobilizado para o mercado de trabalho das demais regiões brasileiras, em períodos futuros.

A passagem para a articulação comercial. É por conta dessa complexidade da sua estrutura produtiva e em razão da presença, na economia brasileira, das dinâmicas regiões exportadoras do café que a crise profunda que alcança o setor exportador nordestino nas décadas finais do século passado, não conduz a região, a exemplo da crise do século XVII, à "letargia" ou à "involução" de sua economia. A crise contribuiu para que os produtores e exportadores pusessem em prática uma estratégia de articulação comercial sistemática com a economia emergente do complexo cafeeiro, na qual o Nordeste passa a colocar seus excedentes "exportáveis", sobretudo

do do açúcar e do algodão. A passagem, pois, do isolamento relativo à fase inicial da articulação comercial inter-regional está, sem dúvida associada à crise do setor externo nordestino que ocorreu nas últimas décadas do século passado, ao desenvolvimento de suas forças produtiva e à maior complexidade da economia regional alcançados antes da crise e, sobretudo, à presença, no interior da economia brasileira, de um núcleo dotado de um intenso dinamismo, constituído pelo complexo cafeeiro.

A articulação comercial e a busca de complementaridade. Nesta fase, quando a iniciativa de articulação pertence ao produtor e exportador nordestino, o que se busca é a complementaridade com uma economia, a cafeeira, dotada de grande dinamismo mas especializada na produção de café. Nesta tentativa de colocação dos excedentes os produtores nordestinos, notadamente os de açúcar tiveram que definir formas de convivência, nem sempre pacífica, com os grandes grupos comerciais. Estes, valendo-se da posição hegemônica que ocupavam não só se apropriaram de parte significativa dos lucros extraídos no processo produtivo, como se constituíram — em razão dos seus interesses prevalentemente especulativos e do seu papel na reprodução e recriação de relações "arcaicas" de produção, — em obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas. Além disso tiveram, sem dúvida, uma contribuição na reprodução e ampliação do "reservatório" de mão-de-obra, herdado da fase anterior.

Da complementaridade à competição. À medida que se desenvolve e avança a economia nacional, sobretudo as regiões exportadoras do café, ocorre uma diversificação da atividade produtiva, inclusive associado, por vezes, às dificuldades ocorridas no mercado internacional do café. Com isto, a complementaridade existente dá lugar à intensificação da competição, que começa a deslocar o produto nordestino dos mercados do Sul e Sudeste. No entanto, já nas primeiras décadas, com a expansão da indústria, a competição inter-regional passa a ocorrer não só nos mercados extra-regionais nos quais o Nordeste colocava parte de sua produção, como no seu próprio mercado regional. De fato, já se está, a esta altura, na presença da indústria paulista que estimulada inicialmente pela demanda local e a das demais regiões e, posteriormente, pela necessidade de ocupar sua capacidade produtiva instalada, dirige-se cada vez mais para os mercados do resto do país. Com isto

o Nordeste passa a sofrer tanto a perda dos mercados que detinha fora da região, como a entrada de produtos do Sudeste no seu próprio mercado, sobretudo, em relação a produção de bens não-duráveis de consumo.

A industrialização e a formação do mercado interno. Se o início da articulação comercial se deve à busca de colocação de excedentes "exportáveis" e às tentativas de substituição do mercado externo pelo interno, é à indústria, e à sua busca incessante de mercados, que se pode creditar a consolidação do mercado interno brasileiro. Neste particular, a fase que tem início após a crise de 1929/30 define o contorno da função que a indústria passará a desempenhar na articulação comercial das regiões brasileiras. É a partir da década de 30 que o Estado, em consonância com os interesses dos grupos industriais, passa a intervir cada vez mais na economia, criando as condições para o avanço da atividade industrial. Não só são eliminados obstáculos institucionais ao desenvolvimento do comércio inter-regional, a exemplo dos impostos estaduais sobre o comércio entre Estados, como ocorre o desenvolvimento intenso do sistema de transporte. Ao lado disto, avança a industrialização de São Paulo, com a diversificação da atividade industrial que passa a ocupar espaços no mercado nacional, inibindo o surgimento de atividades similares em outras regiões.

Na perspectiva do Nordeste, esta fase da "industrialização restringida", implicou o avanço da indústria paulista no mercado da região, deslocando a produção local, principalmente a de bens não-duráveis de consumo. Além disso, o ritmo das exportações nordestinas para outras regiões, conforme constatações do GTDN, indica o prosseguimento da perda de mercados que o Nordeste detinha fora da região. O que se deve considerar é que neste período o desenvolvimento dos transportes deu-se de modo restrito, sem articular intensamente as regiões mais distantes. No interior de cada região, ou das regiões mais próximas, ocorreu uma articulação intra-regional muito intensa, com repercussões sobre as relações de produção vigentes em algumas sub-regiões produtoras, inclusive no próprio Nordeste.

A indústria pesada e a "invasão" de mercados. É na fase da implantação e consolidação da indústria pesada que as transformações e os impactos são mais perceptíveis. O mercado nordestino é literalmente invadido pela produção industrial do Sudeste. Alguns

segmentos produtivos da indústria nordestina são colocados em xeque, como o da têxtil. O grande surto de industrialização concentrado no Sudeste e em São Paulo; o surgimento e modernização de uma gama variada de atividades, inclusive de bens de consumo não duráveis; o desenvolvimento e a modernização do sistema de transporte, agora com a presença da indústria de auto-veículos no país, constituem, sem dúvida, os determinantes da consolidação do mercado interno, do que decorre o acirramento da competição que ameaça a continuidade de algumas indústrias situadas na "periferia". O Nordeste a partir desse momento passa a registrar um significativo e crônico déficit no seu balanço comercial com as demais regiões que se explica, em parte, pela dupla perda de mercados: o regional e o das demais regiões nas quais colocava seus produtos.

A transição para a integração econômica. Este momento crítico para a economia nordestina é também o momento em que ocorrem as mudanças qualitativas nas relações do Nordeste com o Sudeste. Na verdade a consolidação da articulação comercial, que segue, de imediato, à implantação da indústria pesada, corresponde ao início da integração econômica inter-regional, com a entrada de capitais produtivos de fora da região, no Nordeste, a partir do início da década de 60. Esta década assiste, pois, não só a intensificação da competição inter-regional no mercado nordestino, que inibe e destrói atividades regionais mais frágeis e ineficientes, como, a partir de medidas contempladas pela política de desenvolvimento regional, a criação e o surgimento de novas atividades, através de uma acelerada acumulação de capital. A integração econômica em simultaneidade com a intensificação da articulação comercial criam e destroem atividades econômicas, "ajustando" a economia do Nordeste às exigências dos "novos tempos" e das novas relações que passam a existir.

Os condicionantes da integração econômica. É com base na compreensão da evolução das relações do Nordeste com as demais regiões brasileiras, no interior das transformações mais gerais pelas quais passa a economia do país, que se procura identificar os condicionantes principais das mudanças qualitativas ocorridas no Nordeste, a partir do momento em que esta região passa a sediar frações do capital produtivo "originários" de outras partes do país. O que se constatou, neste particular, foi a existência de um conjunto de condicionantes associados à conjuntura vivida pela

economia brasileira na primeira metade da década de 60, e condicionantes que poderiam ser denominados de estruturais.

No que se refere aos condicionantes conjunturais, da integração econômica, observou-se no exame da questão que a criação de um poderoso sistema de incentivos fiscais e financeiros, oferecidos pelo Estado aos grupos econômicos que investissem no Nordeste, coincidiu com uma conjuntura recessiva, definida após a implantação da indústria pesada. Isto levou a grande empresa, notadamente aquela que na fase anterior havia ampliado seu potencial de acumulação, a se valer dos estímulos oferecidos, ocupando espaços, existentes (ou futuros), no mercado regional e, principalmente, no nacional. Enquanto a economia brasileira não entrava no novo ciclo expansivo, pós-1967, e os incentivos oferecidos na região, não tinham similares em outras atividades produtivas, foi significativo o número de projetos industriais apresentados e implantados na região. A fragmentação dos incentivos no final da década de 60 e início dos anos 70, bem como a diminuição do interesse dos grupos investidores, levaram alguns pesquisadores a concluir que o surto de expansão da indústria no Nordeste se limitaria aos momentos de estagnação ou declínio da atividade no "núcleo central" da economia. Tratava-se, evidentemente, de uma visão que não captava o movimento mais geral da economia e as articulações entre as regiões, que começaram a existir.

Os condicionantes estruturais dessa integração econômica dizem respeito sobretudo às possibilidades concretas que surgiram de atividades relacionadas com produção de insumos básicos, que passaram cada vez mais, à medida que avança a industrialização brasileira, a serem demandadas pela estrutura industrial do país. Isto representou a ampliação e a consolidação de uma relação que desde a década de 50 a partir da exploração do petróleo, vinha sendo estabelecida entre a região e a indústria do Sudeste. A política econômica que tinha como objetivo a expansão da indústria de insumos estratégicos, posterior ao "milagre" econômico, consolidou essa complementaridade, já de algum tempo procurada pelo Nordeste e que somente, a partir de capitais extra-regionais, passa a ser concretizada.

Em síntese, ao momento conjuntural que levou os grupos econômicos, os mais distintos, a investirem no Nordeste, segue-se outro em que a continuidade da industrialização brasileira e

as formas que ela toma, a partir do ciclo expansivo do "milagre", atrelam a região à estrutura industrial concentrada no Sudeste, definindo para a indústria localizada no Nordeste uma função de fornecedores de bens intermediários.

A estes condicionantes econômicos do processo de integração devem ser acrescentados os de natureza político e institucional, relacionados com o debate sobre a questão regional e com a luta política que se travou na região, visando sobretudo a explicitação de uma proposta de desenvolvimento da região e a redefinição da ação do Estado. Foi a partir da atuação de um conjunto heterogêneo de forças políticas no final da década de 50, com o predomínio da corrente e da ideologia "desenvolvimentista", que se estabeleceram as medidas concretas visando a promoção de mudanças na região e, ademais, que foi criado um sistema de incentivos suficientemente poderoso para influir nas decisões de investimentos dos grandes grupos econômicos sediados no país.

É importante registrar, a respeito dos principais condicionantes da integração econômica que eles estão, em grande parte, associados aos movimentos mais gerais da economia brasileira, e que é a partir deles que se estreitam ou não os laços com a economia nordestina.

A integração econômico e suas repercussões. Um dos pontos importantes a se considerar na análise das novas relações que o Nordeste começa a ter com as demais regiões, no momento da integração econômica, é aquele referente ao fato de que, com a entrada de capitais produtivo de fora da região, ampliam-se os limites de expansão da economia, antes restritos ao potencial de acumulação de frações de capitais da própria região. É a partir deste fato, e da presença do Estado, que o Nordeste registra um crescimento muito intenso no período 1960/80. Este dinamismo é portador de mudanças significativas na estrutura produtiva do Nordeste: são criados novos segmentos produtivos, dotados de novos processos de trabalho; ocorre a modernização de setores tradicionais da economia regional, que passam a produzir através de novos processos tecnológicos e estabelecem outros tipos de articulação com a estrutura produtiva da região.

No que se refere à criação de novas atividades produtivas, dessa integração resultou não só uma complementaridade com a

economia do resto do país, a partir da produção de bens intermediários requeridos pela indústria, como uma grande dependência da região, na aquisição de insumos, imprescindíveis ao funcionamento da indústria localizada no Nordeste.

Assim, em relação a indústria de bens intermediários, à de bens de capital e de consumo durável que foram recentemente implantadas no Nordeste, pode-se afirmar que estão bem mais articuladas inter-regionalmente do que intra-regionalmente.

No que se refere à modernização, ela ocorreu desigualmente no Nordeste, caracterizando-se pela sua intensidade e rapidez em atividades como a têxtil e ocorrendo de modo lento e descontínuo em relação a atividades que, graças maior poder político dos grupos econômicos envolvidos, conseguem se reproduzir e reproduzir processos produtivos ineficientes sob a proteção de entidades governamentais, como é o caso do segmento produtor de açúcar. No primeiro caso, a modernização ocorreu com o desemprego e a redução da capacidade de absorção de mão-de-obra da atividade econômica. Além disso, por conta das inovações introduzidas, novas formas de articulação passaram a existir e implicaram o estabelecimento de novas redes de relação que tendem a privilegiar os fornecedores extra-regionais de insumos. Quanto ao açúcar a ação do Estado se pautou, mesmo em momentos das décadas referidas, pela proteção aos produtores regionais e pelas tentativas de conciliação dos interesses de frações dos capitais, do que resultou um processo de modernização moderado e controlado pelos grupos regionais, via aparelho do Estado.

Essa modernização, que na sua fase inicial significou uma "atualização" da região às novas etapas vivida pelo capitalismo no país e que deve prosseguir incorporando as "ondas" de modernização que alcançam a estrutura produtiva nacional, embora desigual, foi além dos setores tradicionais da indústria, alcançando vários segmentos da economia urbana do terciário, inclusive o próprio Estado.

Decorrente dessa integração, a partir da qual o mesmo grupo econômico passa a ter unidades de produção similares ou complementares no Nordeste e fora da região, alteram-se os procedimentos adotados no comércio inter-regional. As vendas inter-regionais para muitos desses grupos passam a obedecer a uma estra-

tégia nacional de mercado, na qual são definidos, pelo mesmo grupo, os espaços que devem ser ocupados por cada unidade de produção. Está-se, neste caso, muito mais próximo da constituição de um sistema produtivo único e integrado, do que de um sistema formado por espaços regionais diferenciados e apenas articulados comercialmente.

Em resumo, a integração econômica na forma que ocorreu no Nordeste a partir da década de 60 implicou um intenso dinamismo da economia regional, a criação de novas atividades produtivas, a modernização de atividades tradicionais. Simultaneamente, com isto define-se uma complementaridade cada vez maior com o resto da economia brasileira e uma estrutura produtiva extremamente dependente em relação a insumos e mercados.

Integração econômica e mercado de trabalho. Ao crescimento acelerado da economia correspondeu uma expansão significativa do emprego, no Nordeste, sobretudo o emprego urbano que na última década absorveu mais de 80% do acréscimo da população economicamente ativa ocorrido na região. Esta expansão acelerada é devida, em grande parte, ao emprego no setor secundário e aos serviços coletivos, nos quais é marcante a presença do Estado. Além disso, avançou o trabalho assalariado nas duas últimas décadas em detrimento do trabalho autônomo e daquele exercido pelo membro da família sem remuneração.

No entanto é a heterogeneidade, a sub-ocupação e a disseminação da sub-remuneração que revelam os traços principais do mercado de trabalho na região, inclusive o urbano. Quanto à heterogeneidade, não obstante os avanços ocorridos no sentido de um maior assalariamento da força de trabalho, as relações de trabalho caracterizam-se pela presença significativa do trabalhador por conta própria, do assalariado sem vínculos empregatícios formais, do trabalhador sem carteira assinada ou cobertura previdenciária, ou daquele que recebe remuneração abaixo do salário mínimo. Mesmo em relação a atividades onde mais avançaram as relações capitalistas formais, ou em centros urbanos metropolitanos, o peso das relações "informais" de trabalho é significativo.

Essa heterogeneidade também está presente quando se faz o confronto entre as relações de trabalho e os níveis de remuneração encontrado em algumas grandes unidades de produção privadas, em

grande parte das empresas estatais e em vários aparelhos do Estado, de um lado, e as relações de trabalho encontradas nos demais segmentos "formais" e nos denominados setores "informais". A implantação da nova estrutura, sobretudo, no que se refere à indústria de bens intermediários, ampliou significativamente essas diferenças.

A evolução dos níveis de produtividade e dos salários revelou, para o conjunto das atividades urbanas e para a indústria de transformação em particular, a ampliação da distância entre essas variáveis, com a produtividade crescendo a taxas significativamente maiores à medida que prosseguia o crescimento econômico na região.

Crescimento econômico e absorção da força de trabalho. O crescimento econômico verificado na região e a expansão do emprego, em decorrência dele, não foi capaz de reduzir o excedente relativo de população, nem atenuar a questão do emprego no Nordeste. A permanência das taxas de subemprego e desemprego, no meio urbano, e a intensificação dos fluxos emigratórios, constituem indicações de um agravamento do problema.

Nas considerações feitas a respeito desta questão considerou-se em primeiro lugar a "herança" que esta fase de integração econômica teve das fases históricas anteriores, com relação aos excedentes relativos de população. Inicialmente, deve-se fazer referência ao grande "reservatório" de mão-de-obra constituído pela economia regional antes mesmo de sua articulação comercial com as demais regiões brasileiras. Em seguida o fato de que esse reservatório foi seguidamente alimentado pela presença do capital mercantil que reproduzia e recriava relações "arcaicas" no interior da região, associado, em grande parte ao latifúndio. Além disso, não obstante a atração que as demais regiões brasileiras, sobretudo quando se intensificaram os processos de industrialização e urbanização, exerceram sobre a força de trabalho da região, notadamente aquela disponível no "reservatório", os fluxos de emigrantes não foi suficiente para reduzir o excedente de população no Nordeste.

O crescimento recente, não obstante seu ritmo acelerado não teve papel relevante na atenuação da gravidade do emprego. Em primeiro lugar devem ser lembrados alguns aspectos das atividades

agropecuárias: as inovações dos processos produtivos ocorridas em algumas atividades e as transformações recentes, associadas ao que se vem denominando de "modernização conservadora", a reprodução do latifúndio e da grande propriedade, "fechando" inclusive as frentes pioneiras que em períodos anteriores absorviam grandes contingentes de força de trabalho rural. Isto seguramente repercutiu sobre a geração de emprego no meio rural.

No que se refere à economia urbana, é importante assinalar que ao crescimento verificado correspondeu uma articulação e integração cada vez maior com as áreas mais industrializadas, com o acirramento da competição e as exigências de modernização dos segmentos tradicionais. Além disso, nessa integração, a economia nordestina passa a desenvolver vínculos mais estreitos com as demais regiões, resultando daí transferência dos efeitos dinâmicos sobre a renda e o emprego para fora da região. Com a sua estrutura produtiva crescentemente inter-regionalizada, a economia urbana que há décadas convive com um significativo excedente relativo de população, não consegue absorver, capitalisticamente, nem os contingentes urbanos, nem a massa que se desloca para o meio urbano.

O Estado e a integração. Para que esta transferência do capital produtivo ocorresse, tornava-se necessária a presença do Estado criando as condições básicas e os estímulos necessários. Isto se deu de modo inusitado na economia regional, que em nenhum momento da sua história contou com um aparato tão complexo de órgãos, instituições, medidas e planos. De fato, o Estado brasileiro que desde a década de 30 intervém decisivamente na economia, sobretudo no sentido de viabilizar a industrialização do país, tem no Nordeste marcada a sua presença apenas no estímulo e proteção ao setor exportador, nos programas de emergência e através de programas assistencialistas. Mesmo na fase de implantação da indústria pesada foi esta sua característica principal, no Nordeste.

Já no início dos anos 60, ele se apresenta através da montagem de um sistema de planejamento regional que deveria coordenar uma política de desenvolvimento, na qual estavam previsto incentivos significativos para os investidores que se dispusessem a produzir na região. A partir daí o Estado se desdobra em programas os mais variados entre os quais importa destacar, pela sua importância e pelo montante dos recursos aplicados, o de ampliação

e modernização da infra-estrutura econômica (transporte, energia e comunicação). Marginalizadas as propostas reformistas do início da década de 60, o Estado orienta cada vez mais a sua ação para o estímulo à acumulação privada de capitais, ampliando o espectro de incentivos, continuando a ampliação da infra-estrutura econômica geral e implantando infra-estrutura específica para determinadas atividades, como os distritos industriais.

As suas formas de atuação, sobretudo quando na segunda metade da década de 60 intensifica-se centralização do processo decisório, constituem a tradução regional de um Estado que prepara o "milagre" econômico, administra-o e tenta ampliar sua sobrevivência na segunda metade da década de 70. Desta forma, as prioridades que são dadas à acumulação privada de capital, aos programas de implantação e modernização da infra-estrutura econômica e aos segmentos produtores de insumos básicos são coerentes com as propostas e objetivos dos PND's. O Nordeste que antes era tratado como "região-problema", merecendo por esta razão uma política de desenvolvimento global e de cunho reformista, passa a ser considerada como um "sócio" menor, mas capaz de contribuir para a concretização do objetivo do Brasil-potência. Neste sentido, a política global de desenvolvimento é substituída por programas específicos, de impacto, e pela criação de "polos", capazes de explorar o potencial da região.

A esta gestão estatal da reprodução do capital no Nordeste, da qual decorreu, em parte as altas taxas de crescimento do produto e do investimento na região, deve-se acrescentar, para compreensão das formas de atuação do Estado, a sua gestão na reprodução da força de trabalho: o rígido controle dos reajustes salariais, o estímulo à rotatividade da mão-de-obra, e a desestabilização das organizações sindicais. Estas políticas e medidas desempenharam papel não desprezível no surgimento de novas atividades e sobretudo na modernização dos setores tradicionais.

Esta é a face do Estado que está mais presente no meio urbano e vinculado à "modernização" da economia nordestina. Ela coexiste com outra face que representa o desdobramento do Estado junto, predominantemente, às frações regionais do capital — produtivo e o mercantil — e aos proprietários rurais. Neste caso, simultaneamente com a ação modernizante, existe uma atuação do Es-

tado reforçando a reprodução das velhas relações sociais de produção, da concentração da propriedade e do latifúndio nas frentes pioneiras. Trata-se, portanto não só da continuidade do Estado que, capturado pelas oligarquias rurais, esteve, historicamente, presente nas fases pretéritas do desenvolvimento do Nordeste, mas também de um Estado nacional que busca traduzir, a nível regional, seus esforços de modernização no setor primário da região.

Estas duas faces da atuação do Estado no Nordeste — uma ligada à modernização dos segmentos produtivos urbanos, à monopolização da economia brasileira, aos grandes blocos de capitais produtivos de fora da região e a frações mais modernas do capital regional, e outra ao capital mercantil, aos representantes dos proprietários rurais — constituem a explicitação daquilo que de modo esquemático poderia ser expresso como a coexistência, ainda à distância, das frações do capital produtivo imigrante com os capitais, sobretudo o mercantil, da própria região. Nas suas disputas pelos meios e recursos centralizados no Estado, não só sobra muito pouco para os grandes contingentes de população, como dessa luta entre esses capitais decorre o avanço desigual das forças produtivas e a heterogeneidade da economia regional num contexto do processo de homogeneização das formas de acumulação que alcança todas as regiões brasileiras.

A sub-remuneração e o excedente de população. Vale finalmente registrar, face ao processo de integração ocorrido, à natureza do dinamismo da economia regional e às formas de ação do Estado, qual tem sido o papel do excedente estrutural de população na prática disseminada dos baixos níveis de remuneração que ocorre no Nordeste, não só no setor "informal" como no segmento organizado ou "núcleo capitalista" da economia.

Neste particular, vale inicialmente reconhecer que os determinantes da renda informal e dos salários no mercado de trabalho capitalista são distintos. No primeiro caso, como bem ressalta Paulo Baltar, a determinação da renda "informal" per capita está relacionada com a dinâmica demográfica, de um lado e com a dimensão do espaço econômico permitido ao informal pelo núcleo capitalista. Já o salário, principalmente em países tardiamente industrializados, tem a ver fundamentalmente com as decisões de investir e de produzir das empresas, e com a intensidade e caracterís-

ticas do processo de industrialização. Neste particular, a ocorrência de transformações radicais na estrutura produtiva e na distribuição especial da atividade econômica pode desestabilizar a organização do mercado de trabalho e, com isto, passar a prevalecer uma base muito ampla de recrutamento de mão-de-obra, ao que está associado a prevalência de salários bem abaixo da produtividade.

No caso nordestino somam-se a estas características encontradas no mercado de trabalho de países atrasados e tardiamente industrializados, duas outras características que definem uma influência bem mais intensa do excedente estrutural da população sobre os níveis salariais. Em primeiro lugar o grande peso e a disseminação em praticamente todos os ramos de atividades da população ativa sujeitos a "precárias" relações de trabalho no meio rural e no mercado "informal" urbano. Esta disseminação implica a presença de tais relações não só nos segmentos que tradicionalmente possuem uma grande proporção de trabalhadores informais (construção civil, comércio e serviços pessoais), caso de São Paulo, como em praticamente todos os ramos de atividade industrial e nos demais serviços, à exceção dos serviços coletivos de responsabilidade do setor público.

Em segundo lugar, o que se deve considerar é que a expansão industrial que ocorreu no Nordeste, embora intensa como no caso brasileiro, não implicou a simultaneidade de vários ramos industriais que possibilitassem, mesmo através de uma ampla base, o surgimento de um mercado mútuo de trabalho, no qual as distintas empresas recrutassem sua mão-de-obra. Embora constitua exagero considerar "enclave" a indústria nordestina recém-implantada, o seu caráter "rarefeito" e sua "horizontalização", na expressão de Rômulo de Almeida, tem seguramente orientado a demanda para a grande massa de trabalhadores, na qual estão presentes aqueles que desenvolvem atividades informais. Enquanto prevalecer este tipo de expansão industrial e de recrutamento da mão-de-obra não pode deixar de haver uma influência muito marcante nos salários pagos pelo "núcleo capitalista", na base do mercado, da renda obtida por essa massa de trabalhadores, nas suas "precárias" relações de emprego.

Neste particular, o "reservatório" de mão-de-obra, herdado pelo Nordeste que se integra intensamente ao resto da economia brasileira — e nesta integração se transforma e moderniza —, não deve ser encarado como algo distinto e separado do resto da economia e sem influência sobre os processos em curso. Sua presença define não só aritmeticamente o baixo nível de renda e dos indicadores sociais, mas produz influências, direta ou indiretamente através de múltiplas mediações, no "núcleo capitalista", inclusive no que se refere às relações de emprego e as condições de remuneração da força de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Roberto C. & CAVALCANTI, Clovis de V. Desenvolvimento Regional no Brasil. IPEA/IPLAN. Brasília, 1976.
- AMARAL, Luís. História Geral da Agricultura Brasileira. Editora Nacional. São Paulo, 2ª ed., 1955.
- AMIN, Samir. La Acumulación en Escala Mundial. Siglo XXI. Buenos Aires, 1975.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. Brasileiraense. São Paulo, 1973.
- _____, O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. SUDENE. Recife, 1975.
- ANTUNES, Antônio José de C. La Política de Industrialización del Nordeste Brasileño. In Ensayos sobre Planificación Regional del Desarrollo. Siglo Vientiuno. México, 1974.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. La Division Interegionale du Travail au Brésil et l'Exemple du Nord-Est. Université de Paris. Paris, 1979 (mimeo).
- _____, Industrialização do Nordeste: Intenção e Resultados. In Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. Anais. Forum Nordeste, Recife, 1981.
- AURELIANO, Liana Maria. No Limiar da Industrialização. Brasilienense. São Paulo, 1981.
- ASSELIN, Victor. Grilagem: Corrupção e Violência em Terras dos Carajás. Vozes. Petrópolis, 1982.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Salários e Preços: Esboço de uma Abordagem Teórica. UNICAMP, Campinas, 1985 (mimeo).
- BANCO MUNDIAL. Informe sobre el Desarrollo Mundial: 1984. Washington, 1984.
- BARAT, Joseph. A Evolução dos Transportes no Brasil. IBGE/IPEA. Rio, 1978.

- BENAKOUCHE, Rabah. Acumulação Mundial e Dependência. Vozes. Petrópolis, 1980.
- BNB, Relatório. 1975. BNB. Fortaleza, 1976.
- ____, Perspectivas do Desenvolvimento do Nordeste até 1980. Crescimento Demográfico e Emprego. BNB/ETENE. Fortaleza, 1971.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. A Regionalização da Grande Indústria do Brasil: Recife e Salvador na Década de 70. In Revista de Economia Política. Vol. 5, nº 4, out./dez., 1985.
- BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX. Zahar. Rio, 1977.
- BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil: Geral e Regional. Cultrix São Paulo, 1967.
- BRUNHOFF, Suzanne de. État et Capital. Maspero/Press Universitaire de Grenoble. Grenoble, 1976.
- BUARQUE, Sergio C. (Coord.). Setor Informal e Crise Econômica. FCAP/ILDES, Recife, 1985.
- CABRAL, Pedro E. O Sistema Canavieiro: Um Estudo de suas Transformações Recentes. CME, Recife, 1982 (mimeo).
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reforma de Base - 1930/64. In História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, Difel. São Paulo, 1981.
- CANABRAVA, Alice P. A Grande Lavoura. In História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, 4º volume. Difel. São Paulo.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Difel. São Paulo, 1977.
- ____, Desequilíbrios Regionais de Concentração Industrial no Brasil 1930-1970. Global/UNICAMP. São Paulo, 1985.
- CARDOSO, Fernando H. & FALLETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Zahar. 5ª edição, Rio, 1979.
- CARNEIRO, Ricardo. Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste. In Boletim Análise. IEPE. Recife, 1981.

CARVALHO, Abdias Vilar de. Nordeste, Enxada e Apanhadeira: A Modernização Conservadora. In Anais do Seminário Internacional sobre Disparidade Regional, Forum Nordeste. SUDENE, 1982.

CARVALHO, José Otamar de. O Nordeste Semi-árido: Questões de Economia Política e de Política Econômica. IE/UNICAMP. Campinas, 1985 (mimeo).

CASTRO, Antonio Barros de. O Desenvolvimento Recente do Nordeste. In Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira. V. II, Forense, Rio, 1971.

CASTRO, Ana Célia. et alii. Evolução Recente e Situação da Agricultura Brasileira. Binagri, Brasília, 1979.

CAVALCANTI, Clóvis. et alii. Pobreza, Carestia e Subalimentação: Avaliação Sócio-Econômica de uma Intervenção Nutricional em Pernambuco. FUNDAJ/Massangana. Recife, 1984.

CICRED - (Comité International de Coordination de Recherches Nationales em Démographie), La Population du Brésil. CICRED, Paris, 1975.

COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento. Ed. Perspectiva. São Paulo, 2ª edição, 1976.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. O Maquinista de Algodão no Rio Grande do Norte e o Capital Comercial. Campinas. IFCH/UNICAMP, 1985 (mimeo).

DOERINGER, P. & PIORE, M. Internal Labour Market and Manpower Analysis, Ed. Heart and Co. Lexington, 1971.

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960. Paz e Terra. Rio, 1985.

EISENBERG, Peter L. Modernização sem Mudanças. Paz e Terra/UNICAMP São Paulo, 1977.

FAURE, Claude. Agriculture et Capitalisme. Anthopos. Paris, 1978.

FURTADO, Celso. A Fantasia Organizada. Paz e Terra. Rio, 1985, Capítulo V.

_____, Formação Econômica do Brasil. Editora Nacional. 13ª edição, São Paulo, 1977.

_____, O Brasil pós-"Milagre". Paz e Terra. Rio, 1977.

GALVÃO, Olímpio Arrouxelas. Integração Econômica, Comércio e Desenvolvimento Regional. In PIMES. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. PIMES/SUDENE. Recife, 1984, vol. 1.

_____, Efeitos Espaciais da Política de Comércio Exterior. In Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. PIMES/SUDENE. Recife, 1984, v. 1.

GNACCARINI, José C. A Economia do Açúcar. Processo de Trabalho e Processo de Acumulação. In História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 1º volume. DIFEL. São Paulo, 1975.

GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. La Population Brésilienne de 1872 a 1970. In CICRED. La Population de Brésil. CICRED. Paris, 1975.

GONÇALVES & SILVA, O Açúcar e o Algodão em Pernambuco. Recife, 1929.

GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE, Roberto C. de. Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. IPEA. Rio, 1974.

GTDN, Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. SUDENE. Recife - 2ª edição, 1967.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Evolução e Situação do Emprego nas Atividades do Comércio de Mercadorias. In Jatobá, Jorge (org.). Emprego no Nordeste 1950-1980. SUDENE/Edit. Massangana. Recife, 1983.

_____, Evolução Recente da Economia do Nordeste: Produto e Formação de Capital. In SUDENE, Aspectos Gerais da Economia e da Sociedade do Nordeste. SUDENE. Recife, 1984.

_____, Notas sobre Emprego e Indústria no Nordeste. In Revista Econômica do Nordeste, nº 3, vol. 15. Fortaleza, julho/setembro, 1984.

_____, O Programa de Desenvolvimento Industrial do Nordeste. In UFPE/IPEA/SUDENE, Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. SUDENE, 1984.

_____, O Emprego Urbano no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente, 1950/70. Recife, 1971.

- _____, Heterogeneidade do Mercado de Trabalho Urbano: o Caso do Nordeste. BNB/ETENE. Fortaleza, 1978 (mimeo).
- _____, & SOUZA, Aldemir do Vale. A Dinâmica do Trabalho Urbano no Nordeste. In CARVALHO, Inaia Maria Moreira de. & HAGUETTE, Tereza Maria Frota (org.). Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro. Hucitec/CNPq. São Paulo, 1984.
- HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento Industrial no Nordeste Brasileiro e o Mecanismo de Crédito Fiscal do Artigo 34/18, BNB, Fortaleza, 1969.
- _____, Política Econômica na América Latina. Edit. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1965.
- JATOBÁ, Jorge (org.). Emprego no Nordeste 1950-1980. SUDENE. Edit. Massangana, Recife, 1983.
- _____, Desenvolvimento Regional e Emprego: O Mercado de Trabalho no Curto Prazo. Brasília, 1981 (mimeo).
- _____, & REDWOOD III, John. Efeitos Espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Industrial. In PIMES. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. Vol. 2, SUDENE, Recife, 1984.
- KAGEYAMA, Angela A. Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura - Uma Análise Regional. UNICAMP, Campinas, 1985 (mimeo).
- KATZMAN, Martin. Urbanização e Concentração Industrial, 1940/70. In Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio, IPEA, vol. 4, nº 3, dez/1974.
- LABINE, Paolo Silos. Oligopólio e Progresso Técnico. Abril Cultural. São Paulo, 1984.
- LACERDA DE MELO, Mário. O açúcar e o Homem. Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro. IJNPS. Recife, 1975.
- _____, Os Agrestes Estudo dos Espaços Nordestinos do Sistema Gado-Policultura do Uso dos Recursos. SUDENE, Recife, 1980.

- _____, Proletarização e Emigração nas Regiões Canavieiras e Agrestinas de Pernambuco, UFPE, Recife, 1976 (mimeo).
- LAPA, J. Roberto do Amaral (org.). Modos de Produção e Realidade Brasileira. Vozes. Petrópolis, 1980.
- LEFF, Nathanael H. Custos de Transporte, Investimento em Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico no Brasil Durante o Séc. XIX. In Estudos Econômicos. set/dez. 1984. São Paulo.
- LENIN, V. I. El Desarrollo del Capitalismo en Russia, Ed. Cultura Popular S.A., México, 1977.
- LEWIS, A. O Desenvolvimento Econômico com oferta Ilimitada de mão-de-obra. In AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. (org.). A Economia do Subdesenvolvimento. Forense. Rio, 1969.
- LIPIETZ, Alain. Le Capital et son Espace. F. Maspero, Paris, 1977.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão & PATARRA, Neide Lopes, Aménagement du Peuplement au Brésil suivant les Regions et entre Zones Rurales et Urbaines. In CICRED. La Population du Brésil. CICRED. Paris, 1975.
- MACEDO, Roberto. Salário Mínimo e Pobreza no Nordeste. In Revista Econômica do Nordeste, Vol. 13, nº 2. BNB. Fortaleza, abr./jun. 1982.
- _____, & GARCIA, Manuel E. Salário Mínimo e Taxa de Salário no Brasil - Comentário. In Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 10, nº 3, dez./1980. IPEA. Rio.
- MAGALHÃES, Antonio Rocha. Industrialização e Desenvolvimento Regional. A Nova Indústria do Nordeste. IPEA/IPLAN. Brasília, 1983.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Evolution Historique de la Population Brésilienne jusqu' en 1872. In CICRED. La Population du Brésil. CICRED. Paris, 1975.
- MARIZ, Celso. Evolução Econômica da Paraíba. União Editora. João Pessoa, 1939.
- MALAN, Pedro. et alii. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). IPEA/INPES, Rio, 1977.

- MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Paz e Terra. Rio, 1979.
- MARANHÃO, Sydia Maria Queiroz de Albuquerque. Tecnologia e Trabalho: Um Estudo de Caso na Indústria Têxtil de Pernambuco (1950-1980), Recife, 1983 (mimeo).
- MARTINS, Paulo Henrique N. Estado, Espaço e Região: Novos Elementos Teóricos. FCAP, Recife, 1985 (mimeo).
- _____, Planejamento e Acumulação na Agricultura Açucareira de Pernambuco, Recife s/ data (mimeo).
- MARTINS, Luciano & THÉRY, Hervé. A Problemática dos "Polos de Desenvolvimento" e a Experiência de Camaçari. CNRS, Paris, 1981 (mimeo).
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Abril Cultural. São Paulo, 1983.
- _____, Contribuição à Crítica da Economia Política. Martins Fontes. São Paulo, 1977.
- MASSEY, Dorren. Regionalismo: Alguns Problemas Atuais. In Espaço e Debates. Ano 1, nº 4, Cortez Editora, São Paulo, 1981.
- MAXIMOVA, M. Problemas Fundamentais da Integração Capitalista. Livro Horizonte Ltda., Lisboa, 1976.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Brasiliense. São Paulo, 1982.
- MERRICK, Thomas W. & GRAHAN, Douglas H. População e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Zahar. Rio, 1979.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Crise Agrária e Lutas de Classes (O Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889). Horizonte. Brasília, 1980.
- MOREIRA, Ivan Targino. Les Facteurs Determinants du Processus Migratoire dans le Nord-Est du Brésil au Cours de la Période 1950-1970. Université de Paris I. Paris, 1982.
- _____, Nordeste: Terra de Arribação. PIMES. Recife, 1978 (mimeo)

- MOREIRA, Raimundo. Una Política de Industrialización: El Nordeste Brasileño. Ediciones Siap-Planteos. Buenos Aires, 1976.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. Difel, São Paulo, 11ª edição, 1980.
- MOURA, Hélio A. Nordeste. Migrações Internas e Desequilíbrios Regionais. In Revista Pernambucana de Desenvolvimento, CONDEPE, Recife, vol. 9, nº 2, julho/dez. 1982.
- O'BRIEN, F.S. & SALM, Cláudio L. Desemprego e Subemprego no Brasil. Revista Brasileira de Economia. FGV. Rio 24(4), out/dez, 1970.
- OFFE, Claus. Problemas Estruturais de Estado Capitalista. Tempo Brasileiro, Rio, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Paz e Terra. Rio, 1977.
- _____, A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista. Estudos CEBRAP, nº 2, São Paulo, 1972.
- _____, Ano 70: As Hostes Errantes. In Novos Estudos CEBRAP, vol. 1, nº 1, dez. 1981, São Paulo.
- _____, Classe e Identidade de Classe em Salvador: A Procura do Elo Perdido. Texto preparado para UNESCO em 1983 (mimeo).
- _____, A Economia de Dependência Imperfeita. Graal. Rio de Janeiro, 1977.
- _____, & REISCHSTUL, Henri Philippe, Mudanças na Divisão Inter-Regional de Trabalho no Brasil. In Estudos CEBRAP, nº 4. CEBRAP. São Paulo, abril/junho 1973.
- OLIVEIRA, Luiz Antonio de. Nordeste: Fecundidade e Dinâmica Recente da Força de Trabalho - Documento Preliminar, Rio, 1984.
- OSÓRIO, Carlos. Migrações Recente e Desigualdade Regional, ABEP, Campos do Jordão, 1978 (mimeo).
- PALLOIX, Christian. As Firms Multinacionais e o Processo de Internacionalização. Editorial Estampa. Lisboa, 1974.

- PELLERIN, George. Oferta e Demanda de Mão-de-Obra no Nordeste. SUDENE. 1972 (mimeo).
- PEREIRA, Luiz (org.). Populações Marginais, Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1978.
- PERRONI, Otto Viante. Alguns Aspectos Relativos a Transferência de Tecnologia e ao Fortalecimento da Engenharia Nacional no Setor Petroquímico do Brasil, Rio, 1976 (mimeo).
- PIMES, A Expansão Capitalista, o Papel do Estado e o Desenvolvimento Regional no Brasil. In PIMES. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, vol. 4. SUDENE, Recife, 1984.
- PINTO, Estevão. História de uma Estrada-de-Ferro do Nordeste. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1949.
- PINTO, Virgílio Noya. Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. Difel. São Paulo, 1980.
- POULANTZAS, Nicos. La Internacionalización de las Relaciones Capitalistas e el Estado-Nación. Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires, 1974.
- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil, Ed. Brasiliense, 24ª ed., São Paulo, 1980.
- RANGEL, Ignácio. Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Livr. Progresso Editora. Salvador, 1957.
- RAMOS, Graciliano. São Bernardo, Martins. São Paulo, 1980.
- ROCHA, Abelardo Baltar da & GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordeste, Crescimento e Seca. In Presença, nº 1, São Paulo, nov/1983.
- ROFMAN, Alejandro. Desigualdades Regionales y Concentración Económica. El Caso Argentino. Ediciones Siap-Planteos. Buenos Aires, 1974.
- SCHIMITZ, Hubert. Divergências nas Estatísticas sobre Emprego na Indústria Têxtil do Nordeste - Uma Análise de Levantamentos da SUDENE e do IBGE. Brasília, 1979.

- SALAMA, Pierre. Un Procès de "Sous-développement". Le Cas de l'Amérique Latine. F. Maspero, 1979.
- SALES, Tereza. Agreste, Agrestes: Transformações Recentes na Agricultura Nordeste, Paz e Terra, Rio, 1982.
- SÃO PAULO, Secretaria de Economia e Planejamento. O Exame de Políticas Econômicas Setoriais. São Paulo, 1979.
- SENAI/CETIQT, Efeitos dos Avanços Tecnológicos sobre o Emprego na Indústria Têxtil. CRH/IPLAN, S.I. (mimeo), 1980.
- SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. Zahar, Rio, 1981.
- SILVA, Marlene Maria da & LIMA, Diva M. de Andrade. Sertão Norte-Área do Sistema Gado-Algodão, SUDENE, Recife, 1982.
- SILVA, Sérgio S. Expansão Cafeeira e Origem da Indústria. Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. Simpósio Nacional de História, Curitiba, 1985 (mimeo).
- SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500-1820). Edit. Nacional. MEC, 7ª edição, São Paulo, 1977.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, Ed. Nacional - São Paulo, 1ª reimpressão, 1974.
- _____, Interpretação do Brasil: Uma Experiência Histórica de Desenvolvimento. In História Geral da Civilização Brasileira. Difel, São Paulo, 1984.
- SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. O Complexo Petroquímico de Camaçari e o Emprego Urbano. In CME/PIMES/UFPE. A Ação do Setor Público e o Mercado de Trabalho no Nordeste. Recife, 1983 (mimeo).
- SOUZA, Guaracy A. & FARIA, Vilmar (org.). Bahia de Todos os Pobres. Vozes/CEBRAP. Petrópolis, 1980.
- SOUZA, Paulo Renato. Emprego, Salário e Pobreza. HUCITEC/FUNCAMP. São Paulo, 1980.

- _____, A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas. UNICAMP, Campinas, 1980 (mimeo).
- _____, & BALTAR, Paulo Eduardo. Salário Mínimo e Taxa de Salário no Brasil. In Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 9, nº 3, dez. 1979, IPEA, Rio.
- SPREAFICO, Luigi. Transferência de Tecnologia na Indústria Têxtil e de Vestuário. IPE, São Paulo, 1970.
- SUDENE, Vinte Anos. SUDENE. Recife, 1980.
- _____, Produto e Formação Bruta de Capital no Nordeste do Brasil, 1965-81, Recife, SUDENE/CPR, 1983.
- _____, Indicadores Sociais do Nordeste (1970/80). SUDENE, Recife, 1983.
- _____/AT, Formação de Capital Fixo do Setor Público no Nordeste. In Boletim Econômico. SUDENE, vol. IV, nº 1, Recife, out/dez 1968.
- _____, Sumário do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil Regional. SUDENE. Recife, 1962.
- _____/DI - Diagnóstico e Programa de Industrialização. SUDENE. Recife, 1972.
- _____, As Secas do Nordeste. (Uma Abordagem Histórica de Causa e Efeitos). SUDENE. Recife, 1981.
- _____, I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, 1961-63.
- _____, Pesquisa sobre a Indústria Têxtil no Nordeste. SUDENE, Recife, 1971.
- _____- Michigan State University. Processo de Mercado no Recife. SUDENE, Recife, 1972.
- STEIN, Stanley J. Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950. Editora Campus - Rio, 1979.
- SZRECSÁNYI, Tamas. O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil. (1930-1975), Hucitec, UNICAMP, São Paulo, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira. Rio, 1978 (mimeo).

_____, Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Tese de Livre Docência. UFRJ, Rio, 1975.

_____, Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardíos y Periféricos. Seminário sobre Políticas para el Desarrollo. In Economía de América Latina, vol. 6, CIDE, México, 1981.

_____, & ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto para o Caos. Jorge Zahar, Ed. Rio, 1985.

TROTSKI, Leon. A História da Revolução Russa. Paz e Terra. Rio, 3ª edição, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Industrialização e Economia de Exportação: A Experiência Brasileira, antes de 1914. In Revista Brasileira de Economia. Jan./mar. 1980.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Dinâmica de Economia Agrária e a Absorção da mão-de-obra no Nordeste. SUDENE, Recife, 1982 (mimeo).

_____, Capital e Propriedade Fundiária. Paz e Terra, Rio, 1979.